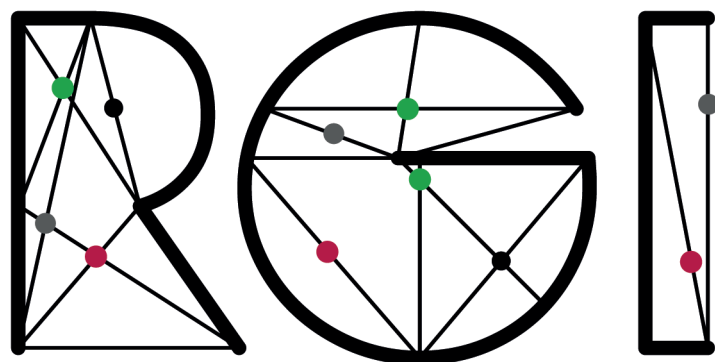


RELATÓRIO DE GESTÃO
INSTITUCIONAL 2016



RELATÓRIO DE GESTÃO INSTITUCIONAL 2016

FLORIANÓPOLIS

2017

MPSC
MINISTÉRIO PÚBLICO
Santa Catarina



Elaboração

Comissão de Planejamento Institucional, em cumprimento
à Portaria n. 1.710/2005/PGJ, de 17 de junho de 2005.

(48) 3229-9001 | pgj@mpsc.mp.br | www.mpsc.mp.br |

Projeto gráfico e editoração

Coordenadoria de Comunicação Social

(48) 3229-9010 | midia@mpsc.mp.br

S222 Santa Catarina. Ministério Público. Procuradoria-Geral de Justiça.
RGI : Relatório de gestão institucional 2016. - Florianópolis : MPSC, 2017.

1. Ministério Público – Santa Catarina – Relatório - 2016. 2. Planejamento
Estratégico. I. Título.

CDD 341.413

Catálogo: Magda Daré CRB14/982



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
I – DEFINIÇÕES ESTRATÉGICA DO MPSC	6
II – O QUE É O MINISTÉRIO PÚBLICO	8
III - AVALIAÇÃO DOS 20 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	14
OBJETIVO ESTRATÉGICO 1 - GARANTIR ACESSO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E À SUA EFETIVIDADE	16
OBJETIVO ESTRATÉGICO 2 - PROMOVER A PROTEÇÃO DOS DIREITOS COLETIVOS DOS CONSUMIDORES	32
OBJETIVO ESTRATÉGICO 3 - PROMOVER A DEFESA DA CONSTITUCIONALIDADE EM FACE DE LEIS E ATOS NORMATIVOS MUNICIPAIS E ESTADUAIS	44
OBJETIVO ESTRATÉGICO 4 - QUALIFICAR A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO ENFRENTAMENTO DA CRIMINALIDADE	48
OBJETIVO ESTRATÉGICO 5 - PROMOVER E DEFENDER OS DIREITOS E GARANTIAS INFANTO-JUVENIS	74
OBJETIVO ESTRATÉGICO 6 - ASSEGURAR A DEFESA E A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE URBANO E RURAL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	84
OBJETIVO ESTRATÉGICO 7 - COMBATER A CORRUPÇÃO E DEFENDER COM EFICIÊNCIA O PATRIMÔNIO PÚBLICO E A MORALIDADE ADMINISTRATIVA	98
OBJETIVO ESTRATÉGICO 8 - PREVENIR E REPRIMIR A SONEGAÇÃO FISCAL NOS ÂMBITOS ESTADUAL E MUNICIPAL	110
OBJETIVO ESTRATÉGICO 9 - ASSEGURAR O PLENO EXERCÍCIO DAS ATRIBUIÇÕES, PRERROGATIVAS E GARANTIAS	116
OBJETIVO ESTRATÉGICO 10 - AUMENTAR A CREDIBILIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO	118
OBJETIVO ESTRATÉGICO 11 - AUMENTAR A EFETIVIDADE E A PROATIVIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA	122
OBJETIVO ESTRATÉGICO 12 - MELHORAR AS RELAÇÕES COM OS STAKEHOLDERS	130
OBJETIVO ESTRATÉGICO 13 - APRIMORAR A AVALIAÇÃO DE RESULTADOS	134
OBJETIVO ESTRATÉGICO 14 - CONSOLIDAR TESES INSTITUCIONAIS	136
OBJETIVO ESTRATÉGICO 15 - OTIMIZAR E POTENCIALIZAR A ATUAÇÃO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA	137
OBJETIVO ESTRATÉGICO 16 - TORNAR OS PROCESSOS DE GESTÃO MAIS EFETIVOS	144
OBJETIVO ESTRATÉGICO 17 - MELHORAR A ESTRUTURA FÍSICA E A SEGURANÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA	148
OBJETIVO ESTRATÉGICO 18 - MELHORAR O DESEMPENHO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	152
OBJETIVO ESTRATÉGICO 19 - TER PESSOAL QUALIFICADO E EM NÚMERO SUFICIENTE ÀS NECESSIDADES REAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA	156
OBJETIVO ESTRATÉGICO 20 - ASSEGURAR RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E OTIMIZAR SUA ALOCAÇÃO	162





IV – DADOS ESTATÍSTICOS DA ÁREA ADMINISTRATIVA 164

1 EVOLUÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL	165
2 EVOLUÇÃO DA DESPESA COM PESSOAL – LRF	166
3 EVOLUÇÃO DAS FINANÇAS DO MPSC	167
5 EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO MÓVEL	174
6 INVESTIMENTO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	175
1 ATRIBUIÇÃO ORIGINÁRIA DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA	178
2 ATIVIDADE DAS PROCURADORIAS DE JUSTIÇA	179
3 – ATIVIDADES DA COORDENADORIA DE RECURSOS	187
4 CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO	192
5 OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO	194

VI - DAS ATIVIDADES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO PRIMEIRO GRAU 198

1 ATIVIDADES DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA, TITULARES E ATRIBUIÇÕES	200
2 ATIVIDADES DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA NA ÁREA CRIMINAL	206
3 ATIVIDADES DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA NA ÁREA CÍVEL	220
4 ATIVIDADES DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA NA ÁREA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	230
5 ANÁLISE GRÁFICA AMPLIADA	240
6 CONSIDERAÇÕES – CGMP	241
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	244



APRESENTAÇÃO

INTEGRAR PARA FORTALECER.

Compete ao gestor público, ao final de cada ano, demonstrar com clareza e objetividade a aplicação dos recursos públicos que lhe foram confiados. Compete a ele, então, procurar sempre corresponder às expectativas, agindo com responsabilidade e bem aplicando os recursos advindos dos esforços de todos os cidadãos catarinenses, investindo na promoção do bem da coletividade.

O Estado catarinense, singular por sua ramificada colonização cultural e economia diversificada, é caracterizado por ser uma das economias mais sólidas do País, atingindo o equilíbrio entre suas diversas formas de cultivo, manufaturas e serviços. Tal resultado é fruto do trabalho da gente catarinense, que possui elevado nível de preparação profissional, e da dedicação e união das instituições que têm o dever de gerir todo esse processo.

O presente Relatório de Gestão Institucional (RGI) bem ilustra esse objetivo. Traz, em sua maior representação gráfica, a construção do mapa do Estado de Santa Catarina, representada pela soma das ações realizadas em cada região do território catarinense. Inspirado nos mapas de Análise de Vínculos, ilustrações gráficas utilizadas nas modernas investigações criminais, como também na Análise de Redes Organizacionais, em que se identificam os pontos de convergência dentro de uma organização, de modo a otimizar os processos aplicados e apresentar constantes melhorias na gestão administrativa. A forma ilustrativa demonstra, acima de tudo, a soma de esforços que fortalece o Ministério Público catarinense, permitindo-o cumprir sua missão constitucional.

Buscando reforçar a atuação preventiva, reunindo investimentos em pesquisa e tecnologia, destacamos a construção de uma poderosa ferramenta tecnológica baseada no conceito "Inteligência de Negócios" ou Business Intelligence (B.I.), termo criado na década de 1990, que contempla arquitetura, bancos

de dados, aplicações e metodologias.

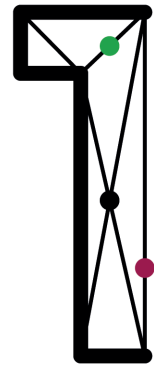
Os principais objetivos do B.I. são permitir o acesso interativo aos dados - às vezes, em tempo real - proporcionar a organização, a manipulação e o compartilhamento das informações e fornecer aos usuários a capacidade de realizar, de maneira simplificada, uma análise dinâmica, subsidiando tomadas de decisão. A esse moderno e revolucionário instrumento, resultante da soma de esforços de muitas áreas do conhecimento, atribuímos o nome de Portal do Promotor.

O Portal do Promotor pode, a partir de seu vasto banco de dados, realizar o cruzamento de informações exibindo-os em formato gráfico atrativo, intuitivo e dinâmico. Mas tal capacidade não afasta a interpretação por parte do operador que deve ser constantemente capacitado para aplicar seus conhecimentos, seja para inteligência investigativa, quando na atuação repressiva a práticas delituosas, seja para a prevenção de problemas, quando na atuação proativa, por exemplo, na promoção de políticas públicas a serem desenvolvidas com a participação de diversos agentes públicos.

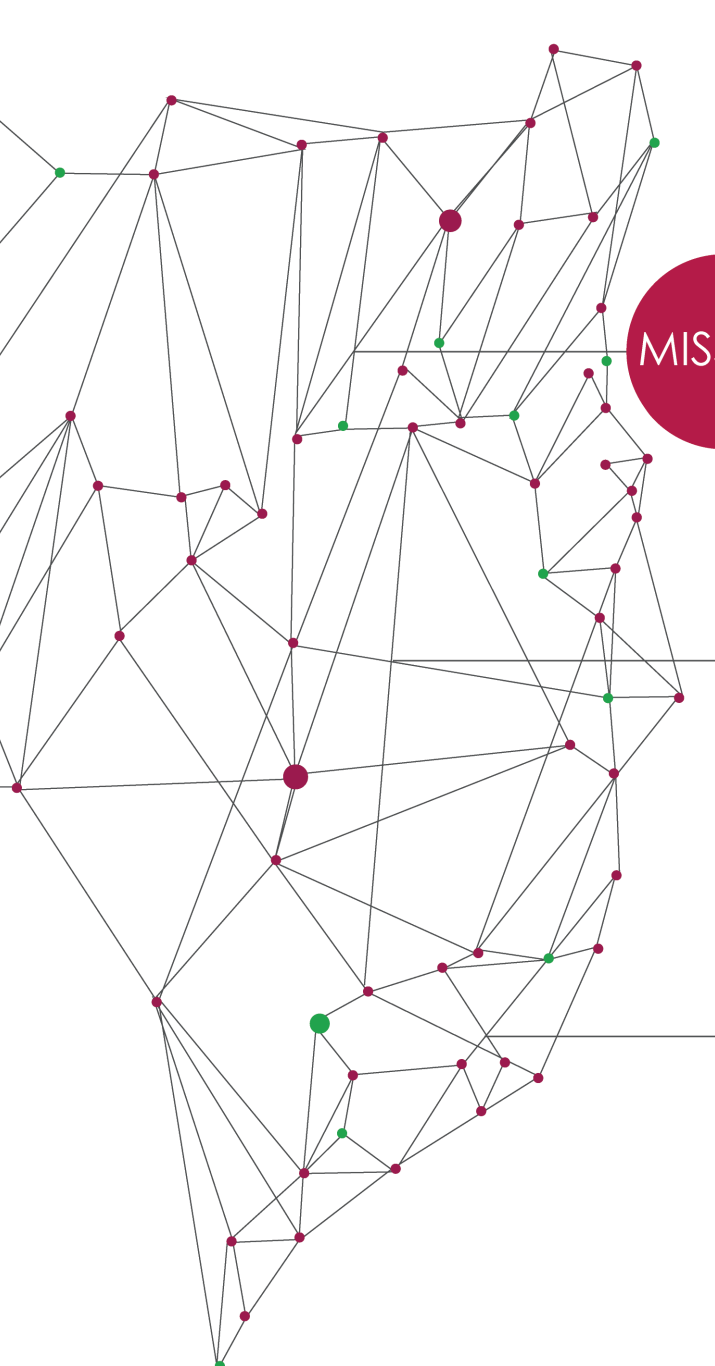
Para tanto, o Ministério Público de Santa Catarina alia investimentos em tecnologia à capacitação de seus integrantes, considerando que quaisquer que sejam as ferramentas, estas somente atingirão sua verdadeira eficácia quando operadas por profissionais hábeis, engajados em sua real finalidade: a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Sandro José Neis

Procurador-Geral de Justiça



DEFINIÇÕES ESTRATÉGICAS DO MPSC



MISSÃO

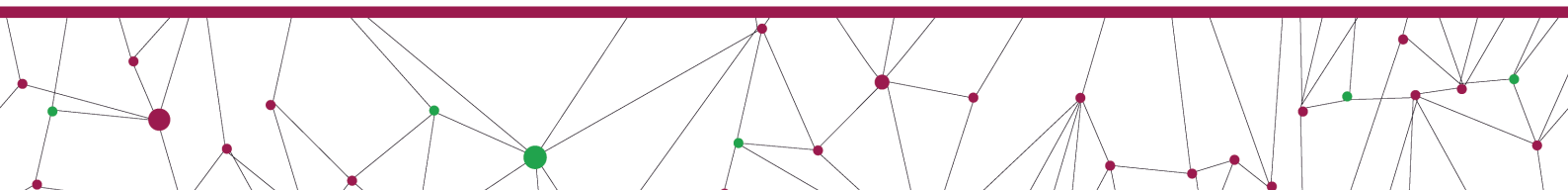
Promover a efetivação dos direitos da sociedade, visando a fortalecer a democracia, a cidadania e o desenvolvimento sustentável.

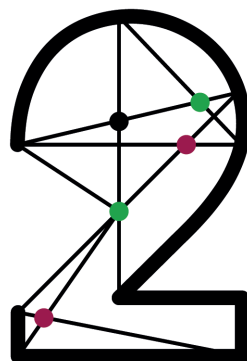
VISÃO

Ser uma instituição próxima ao cidadão, que produza resultados úteis na defesa da democracia, na promoção da Justiça e na proteção dos direitos fundamentais.

VALORES

Ética,
Efetividade,
Independência,
Justiça e
Transparência.





O QUE É O
MINISTÉRIO
PÚBLICO

O Ministério Público é o guardião dos direitos da sociedade e atua nas causas de interesse coletivo. Defende o interesse público e os direitos individuais indisponíveis. É uma instituição independente, que não integra o Poder Judiciário nem os Poderes Executivo e Legislativo.

O Ministério Público atua no amparo aos direitos que dizem respeito a todos, como a proteção do meio ambiente, do consumidor e do patrimônio público. São os chamados direitos difusos e coletivos. Também age, coletivamente, na proteção dos direitos daqueles que não têm condições de se defender, como as crianças, os idosos e o adulto incapaz. Cabe ao Ministério Público, ainda, o papel de zelar pelos direitos dos quais a pessoa não pode abrir mão, como a vida, a liberdade e a saúde – chamados direitos individuais indisponíveis. Ele defende a democracia, zela pelo respeito às leis eleitorais e exerce o controle da constitucionalidade das leis, procurando eliminar aquelas que contrariem a Constituição do Brasil ou a Constituição do Estado.

1 QUANDO VOCÊ DEVE PROCURAR O MINISTÉRIO PÚBLICO?

O Ministério Público atua em várias e importantes áreas de interesse da sociedade. Veja alguns exemplos.

Saúde: quando a assistência à saúde, incluindo o atendimento médico, deixa de ser prestada regularmente pelo Poder Público.

Educação: quando for negado ou deixar de ser oferecido o acesso ao ensino infantil e ensino básico obrigatório de qualidade.

Consumidor: quando este for prejudicado por: má qualidade

ou nocividade de bens e serviços oferecidos (inclusive serviços públicos); publicidade enganosa; abusividade de preços, incluindo os decorrentes da formação de cartéis; utilização de meios humilhantes ou abusivos para a cobrança de dívidas, além de outras situações.

Meio ambiente: quando for identificado qualquer dano ou séria ameaça de dano ao meio ambiente, compreendendo os patrimônios histórico, cultural, paisagístico e estético e a ordem urbanística.

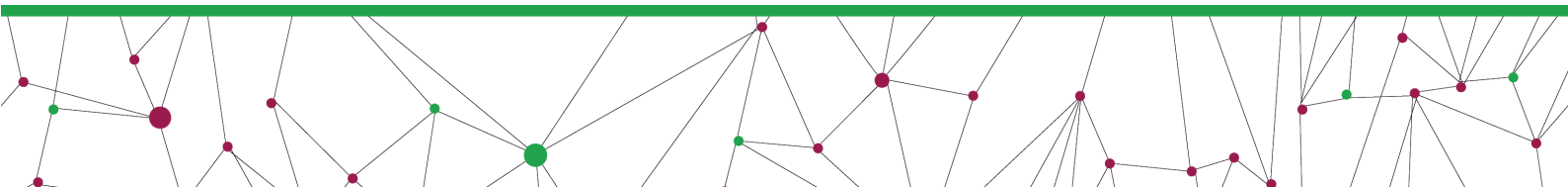
Direitos humanos: para defender os direitos de pessoas consideradas incapazes, de idosos e de deficientes físicos.

Infância e juventude: nas situações em que houver maus-tratos físicos ou morais; quando houver abandono material (falta de alimentação, habitação e saúde), abandono intelectual (negação do direito à educação, à cultura e ao lazer) ou abandono cívico (negação do registro civil e da cidadania). O Ministério Público está presente, ainda, nos processos de separação e divórcio, guarda e adoção, inventários e divisões de bens que envolvam crianças e adolescentes e nos procedimentos relativos à prática de atos infracionais por adolescentes.

Moralidade administrativa: quando houver conhecimento da prática de fraudes e irregularidades na administração de qualquer órgão público, como contratações irregulares, nepotismo, promoção pessoal, desvio ou apropriação de recursos ou serviços públicos, licitações ou concursos públicos fraudulentos.

Controle da constitucionalidade: quando leis e atos normativos municipais ou estaduais desrespeitam a Constituição Federal e a Constituição do Estado.

Ordem tributária: quando houver evidência de sonegação





de quaisquer tributos, fraude na arrecadação, pirataria, falsificação de produtos ou cobrança irregular de impostos e taxas.

Processo eleitoral: quando ocorrer registro irregular de candidaturas a cargos eletivos, propaganda eleitoral irregular, abuso de poder econômico e político ou promoção pessoal, inclusive por intermédio dos meios de comunicação, durante o período eleitoral.

Terceiro setor: quando houver fraude no registro, desvio de finalidade ou de recursos por parte de fundações ou entidades de interesse público e social.

Criminal: é responsável pela iniciativa da ação penal para processar os autores de crimes, desde os mais simples até os mais graves, como homicídio, estupro, latrocínio, roubo, sequestro, tráfico de drogas, corrupção e estelionato. O Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) também pode investigar diretamente crimes de maior complexidade e repercussão social, especialmente quando há envolvimento de organizações criminosas. Nos delitos de menor potencial ofensivo, pode oferecer ao réu proposta de transação, uma espécie de acordo em que ele se compromete a cumprir penas e medidas alternativas à prisão. Além disso, o MPSC exerce o controle externo da atividade policial, trabalha contra a violência doméstica e atua na fiscalização do sistema prisional.

Segurança Pública: o MPSC também atua nessa área, especialmente com base em novo paradigma criado em 2015, consistente na criação de Promotorias Regionais com atribuição exclusiva e especializada na tutela difusa da segurança pública e no controle externo na atividade policial. Essa proposta implica reorganização espacial; especialização e o aperfeiçoamento funcional; resolutividade (busca de soluções diretas e judicialização como último recurso); incorporação de ferramentas

tecnológicas de obtenção de dados e sua interpretação, gerando-se informação e conhecimento como estratégia para garantir planejamento e efetividade das ações do MPSC em favor da segurança pública; e adoção de planos de ação integrados com a sociedade civil e os órgãos de segurança pública.

2 COMO ATUA O MPSC:

A atuação do Ministério Público é feita pelos Promotores de Justiça e pelos Procuradores de Justiça. Os primeiros atuam nas Comarcas, junto aos Juizes de Direito, em contato mais próximo e direto com a população. Os Procuradores de Justiça exercem sua atividade perante o Tribunal de Justiça. Atuam em processos propostos em primeiro grau quando a decisão do Juiz é questionada ou, ainda, quando o Ministério Público não concorda com uma decisão do Tribunal de Justiça e recorre ao próprio Tribunal de Justiça ou aos tribunais superiores: Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Supremo Tribunal Federal (STF).

O Promotor de Justiça pode atuar de forma extrajudicial ou judicial. Na modalidade extrajudicial, busca a solução dos problemas usando de outros meios que não a ação judicial, como, por exemplo, promovendo o diálogo e a conciliação entre partes, realizando audiências públicas, expedindo recomendações ou celebrando ajustamentos de conduta. Na forma judicial, ele leva o caso ao Juiz, solicitando que sejam determinadas as medidas necessárias.

Os dois principais instrumentos utilizados pelo Promotor de Justiça, quando age judicialmente, são a Ação Civil Pública e a Ação Penal Pública. A primeira serve para, por exemplo, obrigar o poluidor a reparar o dano causado ao meio ambiente ou o fabricante a retirar do mercado um produto nocivo à saúde. Também é empregada

para fazer com que um Município garanta creche às crianças ou conserte uma escola que esteja oferecendo risco à segurança dos alunos, ou, ainda, para obrigar o administrador desonesto a devolver dinheiro que tenha desviado dos cofres públicos. A Ação Penal Pública serve para punir os criminosos, como, por exemplo, os homicidas, traficantes, ladrões, esturpadores, estelionatários, corruptos, entre outros.

3 QUEM FISCALIZA O MPSC:

Internamente, a Instituição possui três órgãos de fiscalização:

A Corregedoria-Geral do Ministério Público, que é responsável pela orientação e fiscalização das atividades funcionais e da conduta dos Procuradores e Promotores de Justiça.

O Conselho Superior do Ministério Público, que avalia a decisão do Promotor de Justiça quando resolve arquivar ou não dar continuidade a uma investigação feita por meio de inquéritos civis, procedimentos preparatórios ou notícias de fato.

O Colégio de Procuradores de Justiça, que fiscaliza os atos administrativos e jurídicos do Procurador-Geral de Justiça, nos limites definidos na Lei Orgânica do Ministério Público.

Externamente, o Ministério Público de Santa Catarina é fiscalizado de duas formas: pelo Tribunal de Contas do Estado, que faz a análise e fiscalização da prestação de contas do Ministério Público e examina as suas despesas, incluindo as de pessoal, e pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que faz o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e avalia

o cumprimento dos deveres funcionais por parte de seus membros.

4 COMO ACOMPANHAR O TRABALHO DO MPSC:

São várias as alternativas para acompanhar o trabalho desenvolvido pelo Ministério Público no Estado de Santa Catarina:

Portal Institucional

Por intermédio dele, o cidadão poderá ter acesso a diversas informações, permanentemente atualizadas. Constatam ali, por exemplo, as indicações para contato com todas as Promotorias de Justiça de Santa Catarina, por meio de telefones, endereços e área de atuação de cada uma delas.

O cidadão ainda dispõe, no Portal, da seção "Ouvidoria" para o encaminhamento de críticas, sugestões ou denúncias.

No Portal constam, também, notícias sobre fatos relevantes relacionados ao Ministério Público, campanhas desenvolvidas pela Instituição e links de acesso aos blogs das Promotorias de Justiça e dos seus Centros de Apoio e aos vídeos institucionais.

As publicações oficiais estão disponíveis no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público de Santa Catarina. As informações sobre os atos administrativos e outros documentos gerados pelo Ministério Público podem ser consultadas na área identificada como "Portal da Transparência".



Relatório de Gestão Institucional (RGI)

Este documento, publicado anualmente no *site* do Ministério Público de Santa Catarina, detalha as principais ações e os resultados do trabalho desenvolvido pela Instituição no ano anterior.

Plano Geral de Atuação (PGA)

É publicado, no *site* do Ministério Público de Santa Catarina, no início de cada ano, e informa as ações programadas e as metas previstas, de acordo com o Planejamento Estratégico do Ministério Público de Santa Catarina.

YouTube

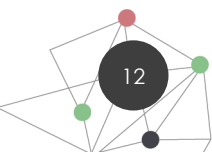
O Ministério Público de Santa Catarina também está presente no *YouTube*. Em seu canal, podem ser assistidos os vídeos produzidos pela Instituição, com conteúdo educativo e informações sobre sua atuação.

Twitter

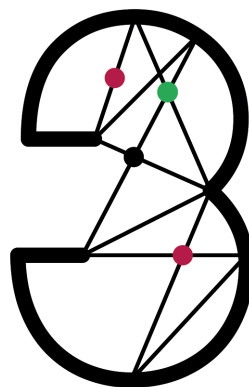
Esse canal traz, diariamente, conteúdo educativo e informação sobre as ações e notícias do Ministério Público de Santa Catarina. Em 2016, foram 26.100 seguidores

Facebook

O Ministério Público de Santa Catarina também está presente na maior rede social do mundo. No Facebook da Instituição é possível acompanhar as ações em defesa da sociedade e entrar em contato para enviar sugestões, críticas, elogios e encaminhamento de denúncias. Até dezembro de 2016 a *fanpage* da Instituição contava com 20.908 curtidores.







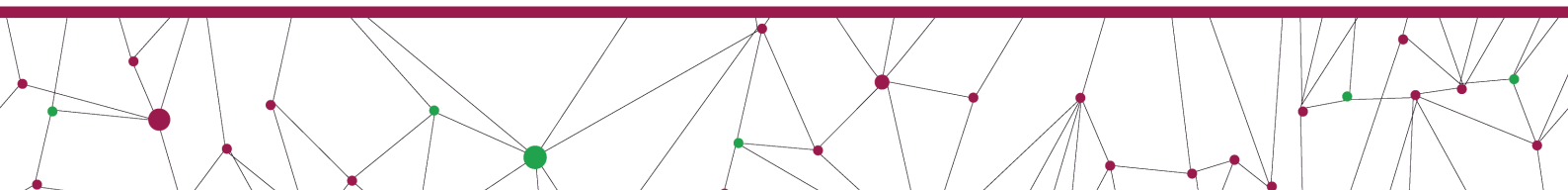
AVALIAÇÃO DOS 20 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

O Planejamento Estratégico no Ministério Público determina que a Instituição desenvolva seu conjunto de tarefas, de maneira disciplinada e organizada, a fim de atingir objetivos que visam a construção de um futuro melhor para a sociedade catarinense.

Resumidamente, pode-se dizer que o planejamento enseja responder a três questões principais:

- Onde estamos?
- Para onde queremos ir?
- Como chegar lá?

Para tanto, faz-se necessário seguir uma linha de orientação do trabalho. Nesta publicação, conheça os resultados alcançados, em cada um dos 20 Objetivos Estratégicos, no exercício de 2016.



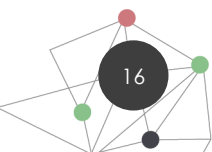


OBJETIVO ESTRATÉGICO

OBJETIVO ESTRATÉGICO 1 - **GARANTIR ACESSO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E À SUA EFETIVIDADE**

OBJETIVO: Assegurar o efetivo respeito dos Poderes Públicos aos serviços de relevância pública e aos direitos fundamentais inerentes ao exercício da soberania plena, promovendo medidas necessárias à sua garantia. A atuação da Instituição nessa matéria gera reflexos diretos em áreas sensíveis à sociedade, como a adequação dos espaços e serviços às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, o fomento à estruturação de políticas públicas para o atendimento de pessoas com deficiência e pessoas idosas, e a transparência das listas de espera por serviços de saúde prestados pelo Sistema Único de Saúde, com a devida regulação do seu acesso.

RESPONSÁVEIS: Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Terceiro Setor (CDH) e Promotorias de Justiça.



INICIATIVAS ESTRATÉGICAS ESTRUTURADAS:

1 PROGRAMA SC ACESSÍVEL

OBJETIVO: *Garantir a livre circulação de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, mediante a adequação dos espaços públicos e privados de uso coletivo e dos serviços públicos às normas relativas à acessibilidade, suprimindo barreiras e obstáculos arquitetônicos; e promover a educação inclusiva.*

AÇÕES DESENVOLVIDAS:

- A)** Com o objetivo de traçar estratégias conjuntas para garantir a acessibilidade em espaços públicos e privados de uso coletivo, o Ministério Público de Santa Catarina assinou os Termos de Cooperação Técnica n. 47/2016 e 71/2016, que tratam das parcerias no âmbito do grupo SC Acessível, destinado ao intercâmbio e à cooperação técnica, científica e operacional entre as partes celebrantes. Além do MPSC, participam também do grupo o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, Tribunal de Contas do Estado, Ordem dos Advogados do Brasil seccional de Santa Catarina, Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo, Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Federação dos Municípios Catarinenses e União dos Vereadores de Santa Catarina.
- B)** Durante as reuniões do grupo SC Acessível, constatou-se que as principais dificuldades apontadas para que efetivamente ocorra a fiscalização quanto à acessibilidade envolvem a falta de profissionais capacitados para analisarem os projetos sob a ótica das normas técnicas que tratam do assunto.
- C)** Além das iniciativas para evitar que novas edificações sejam construídas ao arrepio das normas de acessibilidade, os Promotores de Justiça vêm atuando na adequação progressiva dos espaços já edificados. Tendo em vista a quantidade de estabelecimentos públicos edificados sem atendimento das normas de acessibilidade e a necessidade de se elegerem prioridades para implementação das ações (art. 61 da LBI), o Programa elegeu como estratégia a atuação dos membros para garantir acesso espacial aos espaços que fornecem os serviços constitucionalmente assegurados de saúde e educação, por meio da adaptação das unidades básicas de saúde e escolas do Estado de Santa Catarina.

RESULTADOS:

- A) O MPSC promoveu duas edições do Curso a Distância "Acessibilidade em vias públicas e edificações", que tem como objetivo capacitar arquitetos, engenheiros e técnicos em edificações lotados nas Prefeituras e Secretarias Estaduais para a análise das normas que tratam da acessibilidade arquitetônica em prédios públicos e privados de uso coletivo, edificações multifamiliares e no meio urbano e quanto ao procedimento de avaliação do atendimento de tais exigências na ocasião da aprovação dos projetos arquitetônicos e fiscalização de obras públicas e particulares. Foram capacitados profissionais lotados em Prefeituras e Associações de Municípios, alcançando cerca de 100 Municípios catarinenses.



Curso promovido pelo MPSC e Capa de manual explicativo sobre acessibilidade

- B) Foram instaurados 345 inquéritos civis e procedimentos preparatórios para adequação das condições de acessibilidade de passeios públicos, edificações públicas e privadas de uso coletivo no Estado de Santa Catarina, sendo firmados 138 termos de ajustamento de conduta.
- C) O MPSC elaborou *folder* explicativo sobre acessibilidade, responsabilidade do profissional e normas técnicas da ABNT, o qual vem sendo distribuído em eventos e palestras ministradas pelos Promotores de Justiça de todo o Estado.
- D) Nas fotos a seguir, alguns espaços públicos do município de Chapecó que se tornaram acessíveis devido à atuação do Ministério Público:



Antes

Depois



1.1 ACESSIBILIDADE NOS POSTOS E NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE

OBJETIVO Garantir o acesso da população com deficiência ou mobilidade reduzida aos direitos básicos assegurados na Constituição Federal, como aos estabelecimento de saúde.

AÇÕES DESENVOLVIDAS:

- A) Realização do diagnóstico das condições de acessibilidade nos postos e unidades básicas de saúde.
- B) Promoção de medidas visando à acessibilidade nos postos e unidades básicas de saúde.
- C) Acompanhamento das ações para a garantia da acessibilidade nos postos e unidades básicas de saúde.

Para diagnosticar as condições de acessibilidade das unidades e postos de saúde já existentes, no ano de 2015, o Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos e do Terceiro Setor expediu ofícios aos 295 (duzentos e noventa e cinco) Municípios catarinenses, solicitando informações sobre o atendimento das normas de acessibilidade por ocasião da aprovação do projeto arquitetônico ou da concessão do alvará de funcionamento de todas as unidades e postos de saúde existentes em cada município, bem como dados sobre as atuais condições de acessibilidade nos referidos estabelecimentos.

RESULTADOS:

- A) Entre os anos de 2015 e 2016, foram coletadas informações sobre as condições de acessibilidade de 1566 postos e unidades básicas de saúde, localizados em 261 Municípios catarinenses, as quais foram encaminhadas aos Promotores de Justiça para adoção das providências necessárias à regularização dos estabelecimentos.
- B) A partir desse diagnóstico, durante o ano de 2016 foram instaurados 175 inquéritos civis públicos e procedimentos preparatórios para adequação das condições de acessibilidade em postos de saúde, que abrangeram 836 unidades básicas de saúde em todo o Estado de Santa Catarina.

1.2 ACESSIBILIDADE NAS ESCOLAS

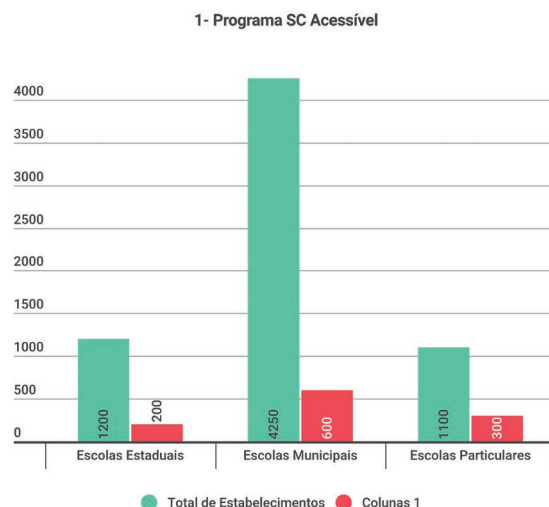
OBJETIVO: Garantir o acesso da população com deficiência ou mobilidade reduzida aos direitos básicos assegurados na Constituição Federal, como aos estabelecimento de ensino.

AÇÕES DESENVOLVIDAS:

- A) Em 2016 foram instruídos 265 inquéritos civis, procedimentos preparatórios e ações civis públicas.

RESULTADOS:

A) A atuação do Ministério Público já alcançou 1.447 escolas, sendo 864 municipais, 259 estaduais e 324 privadas.



2

PROGRAMA MELHOR IDADE

OBJETIVO: Zelar pela efetivação dos direitos e das garantias previstas no Estatuto do Idoso, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida. Ainda, fomentar a implantação de Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), e promover sua adequação às normas de regência, fiscalizando-as de forma permanente.

Nos últimos anos, tem-se assistido à transição demográfica de uma situação em que há redução do número de jovens e o aumento da população idosa.



Até o ano de 2025, o Brasil será o sexto País do mundo com maior número de pessoas idosas, pelo menos segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), que ainda prevê que, até essa data, teremos mais idosos do que crianças no planeta.

Em Santa Catarina, comparando a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), verifica-se que, em 1998, o número de idosos representava 8,1% da população catarinense, quando, em 2010 (último levantamento do IBGE) essa porcentagem já chegava a 10,51% da população do Estado. A perspectiva é de que, em 2020, o Brasil terá 4,7 milhões de idosos que precisarão de cuidados especiais no cotidiano.

AÇÕES DESENVOLVIDAS:

- A)** Para resguardar os direitos dessa parcela da população, os Promotores de Justiça instauraram procedimentos, ajuizaram ações civis públicas e analisaram processos envolvendo violações de direitos dos idosos, incluindo situações de abandono, maus-tratos e negativa de acesso a serviços públicos.
- B)** Foram realizadas visitas às instituições de longa permanência para idosos, por meio de ações coordenadas entre o MPSC, a Vigilância Sanitária, o Corpo de Bombeiros Militar e os Conselhos Municipal/Estadual do Idoso.
- C)** O MPSC integrou o Grupo de Trabalho de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa do Conselho Nacional do Ministério Público e, atento à necessidade de se manter uma rotina de fiscalização das ILPIs, apresentou minuta que culminou na publicação da Resolução n. 154 do Conselho Nacional do Ministério Público, que determina a realização de vistorias anuais pelos membros de todas as unidades do Ministério Público. Além disso, o MPSC e os demais integrantes da comissão elaboraram manual de referência para atuação de todas as unidades do Ministério Público na fiscalização das instituições de longa permanência para idosos (o manual está disponível em <http://www.cnmp.mp.br/portal/publicacoes/245-cartilhas-e-manuais/9984-manual-de-atuacao-funcional-o-ministerio-publico-na-fiscalizacao-das-instituicoes-de-longa-permanencia-para-idosos>).

RESULTADOS:

A atuação dos Promotores de Justiça visando à proteção de direitos dos idosos, incluindo situações de abandono, maus-tratos e negativa de acesso a serviços públicos, promoveu:

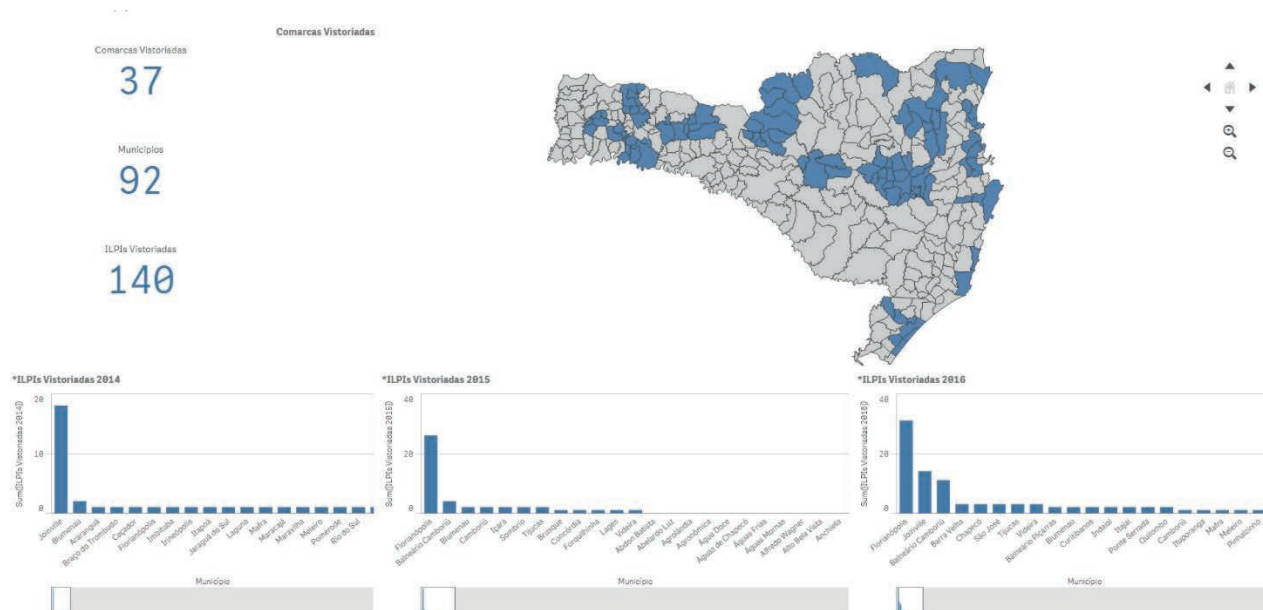
- A)** 1.407 procedimentos instaurados.
- B)** 238 ações civis públicas ajuizadas.
- C)** 1.729 processos analisados.

As ações Coordenadas de fiscalização promoveram:

- A)** 95 vistorias em instituições de longa permanência para idosos, que resultaram na instauração de 16 inquéritos civis públicos e ajuizamento de 17 ações civis públicas para promover a adequação das irregularidades encontradas nas instituições de longa permanência para idosos.



B) Informações sobre as ILPIs vistoriadas ao longo dos últimos três anos:



Fonte: Portal do Promotor - MPSC

3

ATUAÇÃO PARA ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM SANTA CATARINA

OBJETIVO: Identificar as atribuições, equipes necessárias e obrigatoriedade para instalação de cada equipamento socioassistencial necessário, para que seja atendida a legislação que trata do Sistema Único de Assistência Social.

AÇÕES DESENVOLVIDAS:

- A)** Elaboração e distribuição aos Promotores de Justiça e aos técnicos da assistência social da cartilha "Sistema Único de Assistência Social: A Atuação do Ministério Público na estruturação e fiscalização", que apresenta informações

pormenorizadas sobre os diversos serviços, o público destinatário e as medidas que podem ser adotadas pelos membros para garantia do atendimento adequado.

- B)** Realização de curso de capacitação dos membros sobre a atuação do Ministério Público na estruturação do Sistema Único de Assistência Social, com enfoque nos serviços disponíveis, relação com a demanda de cada Município e fontes de financiamento para instalação e manutenção de equipamentos socioassistenciais.
- C)** Assinatura do Termo de Cooperação Técnica n. 6/2016, entre o MPSC e a Secretaria do Estado de Assistência Social (SST), Trabalho e Habitação, para realização de sistema de *Business Intelligence*. A SST forneceu os dados de todos os sistemas administrativos e de vigilância socioassistencial a que tem acesso, e o MPSC preparou painéis para análise estruturada dos dados tanto pela SST quanto pelos membros do MPSC.



RESULTADOS:

- A)** 33 membros capacitados.
- B)** Diagnósticos socioassistenciais do Estado, a partir do qual os membros e os gestores e técnicos da SST/SC podem analisar criticamente dados sobre:
 - Estrutura das Secretarias Municipais de Assistência Social em termos de autonomia, atribuições, regulamentação legal, recursos humanos e capacitação.
 - Recursos alocados pelo Município e despesas realizadas.
 - Valores recebidos a título de cofinanciamento federal e estadual.
 - Quais serviços socioassistenciais são prestados pelo Município (serviço de proteção básica do Município para pessoas com deficiência e idosos, serviço especializado em abordagem social, serviço especializado para pessoas em situação de rua; medidas socioeducativas em meio aberto, família acolhedora, acolhimento de atingidos por situações de calamidade pública, etc).
 - Quais benefícios eventuais são concedidos pelo Município.
 - Atuação do Município para inserção de usuários no Benefício da Prestação Continuada (BPC) e outros programas de transferência de renda
 - Existência de diagnóstico socioterritorial do Município.
 - Levantamento do número de pessoas em situação de rua.
 - Estratégias de busca ativa.
 - Fluxos de notificação compulsória das situações de violência.

- Número de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) por Município; número de famílias em acompanhamento pelo Programa de Proteção e Atendimento Integral à Família.
- Número de famílias em situação de extrema pobreza e beneficiárias do bolsa-família ou com membros que recebem BPC.
- Número de atendimentos individualizados e visitas domiciliares por mês.
- Número de famílias encaminhadas aos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).
- Número de Centros Pop.
- Quantidade e perfil das pessoas em situação de rua atendidas pelo Centro Pop e pelo serviço de abordagem social.
- Total de usuários de crack, migrantes e pessoas com transtorno mental atendidos.
- Número de internações psiquiátricas involuntárias por estabelecimento.
- Motivos, duração e Município de origem de cada internação psiquiátrica involuntária.
- Número, localização e status (ativo ou desativado) de conselhos municipais de direitos da pessoa com deficiência, idosos, entorpecentes e saúde.

Todos os painéis permitem a análise dinâmica das informações individualizadas por Município, população, porte do Município ou localização. Assim, em instantes, é possível comparar, por exemplo, o número de pessoas em situação de rua existentes no município de Balneário Camboriú, o número de atendimentos a essa população realizados, avaliar o percentual desses atendimentos que envolviam pessoas com transtornos mentais ou decorrentes do uso de drogas, diagnosticar os serviços disponíveis e avaliar se a oferta de serviços e profissionais é compatível com a demanda do município, o que possibilita a adoção das providências necessárias.

Segue exemplo de painel:



QUALIFICAÇÃO DAS DEMANDAS JUDICIAIS NA ÁREA DA SAÚDE

OBJETIVO: Qualificar, mediante capacitação e instrumentalização, a atuação dos Promotores de Justiça nas demandas que envolvem o direito à saúde pública, permitindo ter acesso a informações sobre a Assistência Farmacêutica de forma rápida e eficaz para a orientação dos cidadãos e a instrução de procedimentos administrativos e promovendo a judicialização dos pedidos de medicamentos apenas nas hipóteses em que todos os tratamentos disponibilizados pelo SUS tenham sido esgotados.

AÇÕES DESENVOLVIDAS:

- A)** Diante da necessidade de os Órgãos de Execução do Ministério Público possuírem, na área da Assistência Farmacêutica, mais informações sobre os medicamentos antes da propositura de medidas judiciais para obtê-los, foi celebrado o Termo de Cooperação Técnica n. 048/2015 com a Secretaria de Estado da Saúde, que permitiu aos membros e servidores do Ministério Público consultar o Sistema de Comissão Multidisciplinar de Apoio Judicial da Secretaria de Estado da Saúde (SISCOMAJ). A ferramenta possibilita investigar se o medicamento possui registro na ANVISA, se está padronizado e para qual tratamento, qual o ente responsável pela sua distribuição, entre outras informações que, se não fossem acessadas pelo referido Portal, necessitariam a consulta de aproximadamente 6 bancos de dados. A informação obtida de forma concentrada ocorre em fração de segundos, sendo que antes da implementação do sistema despendia-se aproximadamente de 15 a 20 minutos para obter os dados e ainda de forma segmentada.

RESULTADOS:

- A)** Acessos ao SISCOMAJ, por Membros e servidores do MPSC, nos anos de 2015 e 2016 (em cada acesso, é possível realizar inúmeras consultas por medicamentos):
- Junho a dezembro de 2015 – 1.214 acessos
 - Janeiro a dezembro de 2016 – 3.245 acessos.
- B)** Evolução das demandas judiciais propostas pelo MPSC na área da saúde pública antes do acesso ao SISCOMAJ:
- Janeiro a dezembro de 2012: 686 ações civis públicas (média 57/mês).
 - Janeiro a Dezembro de 2013: 979 ações civis públicas (média 81/mês).
 - Janeiro a Dezembro de 2014: 1.422 ações civis públicas (média 118/mês).

Comparando os anos acima, percebe-se aumento no número de ações civis públicas propostas, na seguinte proporção:

- De 2012 para 2013: aumento de 42,71%
- De 2013 para 2014: aumento de 45,25%

Evolução das demandas judiciais propostas pelo MPSC na área da saúde pública após acesso ao SISCOMAJ:

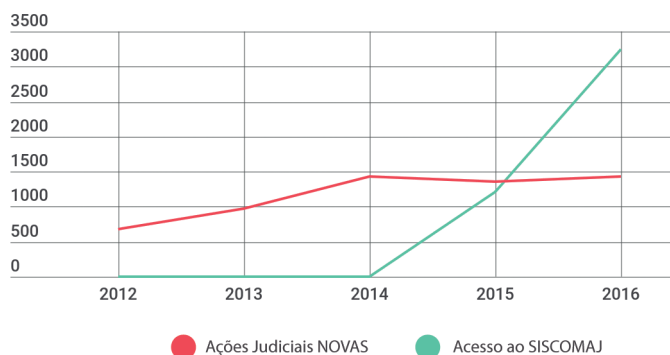
- Janeiro/Dezembro de 2015: 1.437 ações civis públicas (média 119/mês).
- Janeiro/outubro de 2016: 1.434 (média 119/mês).

Comparando os anos acima, percebe-se a diminuição da proporção em que vinha aumentando a judicialização da saúde pelo MP:

- De 2014 para 2015: aumento de 1,05%
- De 2015 para 2016: diminuição de 0,2%

- C)** 7.140 atendimentos realizados pelas Promotorias de Justiça na área da saúde para o fornecimento de medicamentos no ano de 2016.
- D)** A utilização do SISCOMAJ tem evitado o ajuizamento de demandas desnecessárias e muito tem contribuído para a resolução dos problemas, uma vez que, por se tratar de sistema informatizado, em questão de segundos, durante o próprio atendimento ao cidadão, o Promotor de Justiça tem acesso às informações sobre os medicamentos, possibilitando a orientação adequada (encaminhamento à Secretaria Municipal/Estadual de Saúde para fornecimento administrativo, entrega do formulário para preenchimento, solicitação de entrega de documentos para instruir a ação judicial, etc).

Qualificação das Demandas Judiciais na Área da Saúde



TRANSPARÊNCIA NAS LISTAS DE ESPERA DO SUS

OBJETIVO: *Publicação, na Internet, da lista de espera dos pacientes que aguardam por consultas, exames e intervenções cirúrgicas no Sistema Único de Saúde.*

AÇÕES DESENVOLVIDAS:

- A)** Consulta realizada aos 295 Municípios catarinenses, por meio de correspondência eletrônica e contato telefônico, sobre eventual divulgação das listas de espera por consultas, exames e cirurgias ofertados pelo município.
- B)** Identificado, pelo diagnóstico realizado, que o maior número de demandas reprimidas na área da saúde é dos serviços especializados de média e alta complexidade, grande parte deles ofertados pelo Estado. O MPSC concentrou seus esforços em buscar com a Secretaria de Estado da Saúde (SES), especificamente com as Superintendências dos Hospitais Públicos e de Regulação, tratativas para a publicização das listas de espera por consultas, exames e cirurgias de responsabilidade daquela pasta. Diante da complexidade operacional dessa ação, optou-se, neste primeiro momento, pela publicação das listas de espera por cirurgias nos hospitais próprios do Estado.
- C)** Realizadas reuniões com a Secretaria de Estado da Saúde para estruturação de sistema informatizado que permitirá a divulgação da lista de espera dos pacientes, com previsão de lançamento em maio de 2017.
- D)** Acompanhamento da tramitação do Projeto de Lei n. 0438.5/2015, que "Dispõe sobre a publicação, na *Internet*, da lista de espera dos pacientes que aguardam por consultas, exames e intervenções cirúrgicas nos estabelecimentos da rede pública de saúde do Estado de Santa Catarina".

RESULTADOS:

- A)** Apenas nove Municípios catarinenses dão publicidade às listas de espera por serviços de saúde.
- B)** A Secretaria de Estado da Saúde, por Recomendação do Ministério Público, determinou que todos os médicos lotados em hospitais próprios do Estado apresentassem as suas listas de pacientes que aguardavam por consultas e cirurgias, e que os respectivos hospitais as inserissem no Sistema de Regulação do Ministério da Saúde (SISREG).
- C)** A SES apresentou o *SOFTWARE* que permitirá extrair os dados inseridos no SISREG e publicar as listas de espera por serviços dos SUS na rede mundial de computadores.
- D)** Publicação, em 11 de janeiro de 2017, da Lei Estadual n. 17.066, que dispõe sobre a obrigação de o Estado e os Municípios publicarem as listas de espera por consultas, exames e cirurgias na *Internet*.

Protótipo de tela de sistema para dar publicidade às listas de espera por serviços de saúde.

AÇÕES DO MPSC
NO COMBATE À DENGUE



AÇÕES DESENVOLVIDAS:

- A) O MPSC estruturou a campanha "É o fim da picada", enviando material de atuação às Promotorias de Justiça dos Municípios afetados, para distribuição em escolas, postos de saúde e outros locais de concentração de pessoas.

RESULTADO:

- A) Esclarecimento à população catarinense sobre os cuidados necessários para combater a proliferação do mosquito *aedes aegypti*, e aos órgãos responsáveis para auxiliar no combate, mediante palestras e distribuição de 20.000 folders.



- B) Instauração de 80 procedimentos preparatórios/inquéritos civis públicos visando à adoção de medidas para controlar a proliferação do mosquito.

7 CAMPANHA SETEMBRO AMARELO

OBJETIVO: Adesão à Campanha “Setembro Amarelo - mês de prevenção ao suicídio”.

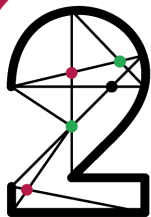
AÇÕES DESENVOLVIDAS:

A) Realizou a segunda edição do evento “Doenças Mentais: falar para prevenir, conhecer para tratar”.

RESULTADOS:

A) Participaram do evento 330 pessoas oriundas de diversos setores: Promotores de Justiça, servidores do MPSC, profissionais da educação e da saúde, pessoas com transtornos mentais e seus familiares.





OBJETIVO ESTRATÉGICO

OBJETIVO ESTRATÉGICO 2 - **PROMOVER A PROTEÇÃO DOS DIREITOS COLETIVOS DOS CONSUMIDORES**

OBJETIVO: *Exigir a conformidade legal de produtos e serviços fornecidos no mercado de consumo, na garantia do acesso amplo à informação e na proteção da saúde, da segurança e do patrimônio dos consumidores.*

RESPONSÁVEIS: *Centro de Apoio Operacional do Consumidor (CCO) e Promotorias de Justiça.*

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS ESTRUTURADAS:



PROGRAMA

DE FORTALECIMENTO DAS PARCERIAS ADMINISTRATIVAS PARA PROTEÇÃO DA SAÚDE DO CONSUMIDOR

OBJETIVO: Promover a articulação com os órgãos públicos municipais, estaduais e federais incumbidos da fiscalização dos setores regulados. Também tem como foco estimular o Poder Público a constituir e a estruturar órgãos de fiscalização de produtos e serviços potencialmente causadores de riscos à saúde dos consumidores, além de incentivar a regularização das atividades produtivas e comerciais.

AÇÕES DESENVOLVIDAS:

- A)** Formação de parceria com mais de duas dezenas de organizações representativas de diferentes segmentos públicos e empresariais.
- B)** Promoção do intercâmbio de informações e de estratégias de atuação.
- C)** Levantamento de dados com apoio da Diretoria de Vigilância Sanitária Estadual para diagnosticar a realidade e a estrutura dos órgãos municipais de vigilância sanitária em termos de recursos humanos, materiais e atuação.

RESULTADOS:

- A)** Celebrado Termo de Cooperação Técnica n. 048/2016, com a participação de 30 organizações públicas e privadas, com o escopo de fiscalizar a sanidade de alimentos e coibir desconformidades decorrentes de resíduos químicos, biológicos e físicos em vegetais, carnes, derivados e água distribuída, assinado por representantes do Ministério Público de Santa Catarina com a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina; Associação Catarinense de Supermercados; Superintendência Federal do Ministério da Agricultura; Pecuária e Abastecimento; Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca; Secretaria de Estado da Saúde; Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania; Secretaria de Estado da Segurança Pública; Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável; Secretaria Especial da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário; Polícia Militar do Estado de Santa Catarina; Companhia Integrada

de Desenvolvimento Agrícola; Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural; o Conselho Estadual de Combate à Pirataria; as Centrais de Abastecimento de Santa Catarina; a Fundação do Meio Ambiente; o Instituto de Metrologia de Santa Catarina; a Federação Catarinense de Municípios; Federação da Agricultura e Pecuária; Federação dos Trabalhadores na Agricultura; Conselho Regional de Engenharia e Agronomia; Conselho Regional de Nutricionistas; Conselho Regional de Química; Diretoria de Vigilância Sanitária; o Laboratório Central de Saúde Pública; Centro de Informações Toxicológicas; o Departamento de Defesa do Consumidor; Serviço Nacional de Aprendizagem Rural em Santa Catarina; Instituto de Pesquisa em Risco e Sustentabilidade; e a Associação dos Usuários Permanentes da Ceasa/SC.



Assinatura do Termo de Cooperação Técnica n. 048/2016 e reuniões do grupo de trabalho.

- B)** Realização de reuniões do grupo de trabalho constituído no âmbito do TCT n. 048/2016, para debater estratégias de atuação e compartilhar resultados.
- C)** Sistematização de dados obtidos por pesquisa da Diretoria de Vigilância Sanitária de Santa Catarina sobre os órgãos de vigilância sanitária no âmbito municipal.
- D)** Construção de ferramenta digital para gestão de dados relacionados ao programa e à identificação de deficiências nas ações pactuadas dos planos de ação municipais.
- E)** Preparação de material de apoio para eventual adoção de medidas cabíveis em cada caso.

PROTEÇÃO JURÍDICO-SANITÁRIA DE CONSUMIDORES DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL (POA)

OBJETIVO: *Coibir a produção e a comercialização de produtos de origem animal impróprios ao consumo e fixar critérios para a realização de ações conjuntas entre MPSC e órgãos parceiros, como o Ministério da Agricultura; Pecuária e Abastecimento (MAPA); a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola (CIDASC); a Secretarias de Estado da Agricultura; Saúde; Segurança Pública; Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente; Fazenda e Desenvolvimento Rural; e o Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado (CRMV).*

Criado em 1999, o programa é responsável pela fiscalização de produtos de origem animal, sobretudo carnes, pescados, leite, ovos, mel e seus derivados, visando a garantia de qualidade para o consumo e para a preservação ambiental, ao combate à sonegação e à concorrência desleal.

O POA também estimula a implantação da Vigilância Sanitária Municipal e do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) ou adesão dos estabelecimentos aos Serviços de Inspeção Estadual (SIE) ou Federal (SIF), trazendo à regularidade as empresas que produzem e/ou comercializam produtos de origem animal, além do combate à oferta de produtos potencialmente causadores de doenças transmitidas pela ingestão de alimentos não inspecionados, malconservados ou preparados em condições impróprias.

O Ministério Público de Santa Catarina, por intermédio do Centro de Apoio Operacional do Consumidor e das Promotorias de Justiça do Consumidor, coordenam operações mensais conjuntas com a CIDASC, o MAPA, a Vigilância Sanitária e a Polícia Militar, em estabelecimentos industriais e comerciais de mais de uma centena de Municípios.

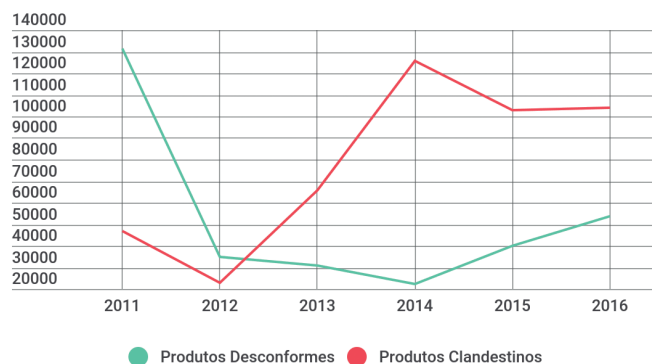
AÇÕES DESENVOLVIDAS:

- A) Fiscalização em estabelecimentos comerciais e industriais.
- B) Proteção à saúde e à vida dos consumidores com a retirada de alimentos impróprios ao consumo.
- C) Exigência de regularização das cadeias produtivas e comerciais.
- D) Adoção de procedimentos administrativos e judiciais.
- E) Combate à produção e à comercialização clandestina de alimentos.
- F) Distribuição de cartilhas educativas.
- G) Realização de operações especiais.

RESULTADOS:

- A) Realizadas operações conjuntas com órgãos de fiscalização em 385 estabelecimentos industriais e comerciais, em 2016, para verificar a regularidade dos produtos de origem animal processados e vendidos no Estado.
- B) Apreendidas quase 157 toneladas de produtos clandestinos e/ou sem condições de consumo, que foram retirados do mercado nessas operações.
- C) Deflagração de operações especiais de fiscalização, principalmente no combate à fraude em pescados e mel.
- D) Em 2016, ocorreram operações conjuntas em 72 Municípios. Assim, desde o início do programa, 100% dos Municípios catarinenses receberam pelo menos uma fiscalização no comércio e/ou na indústria.
- E) Como reflexo, nas Promotorias de Justiça, foram instaurados pelo menos 160 procedimentos de investigação de irregularidades contra pessoas físicas e jurídicas flagradas com produtos impróprios.
- F) Firmados mais de 140 termos de compromisso de ajustamento de conduta e ajuizadas duas ações civis públicas e oferecida uma denúncia pela prática de crime contra as relações de consumo.
- G) Revisão do Manual de Fiscalização e impressão de material educativo para ser distribuído à população durante as operações.
- H) Construção de aplicações digitais de gestão de dados para auxiliar na análise dos resultados e planejamento de atividades.
- I) Celebração do TCT n. 048/2016, assinado por 30 organizações públicas e privadas de Santa Catarina, em 2016, tendo como objeto estabelecer parceria institucional, promover condições para o intercâmbio de informações e desenvolver estratégias de atuação conjunta entre entes públicos e privados, com o objetivo de fiscalizar a salubridade de alimentos e coibir desconformidades decorrentes de resíduos de agrotóxicos, contaminantes químicos, biológicos e físicos em vegetais, carnes, derivados e água distribuída.

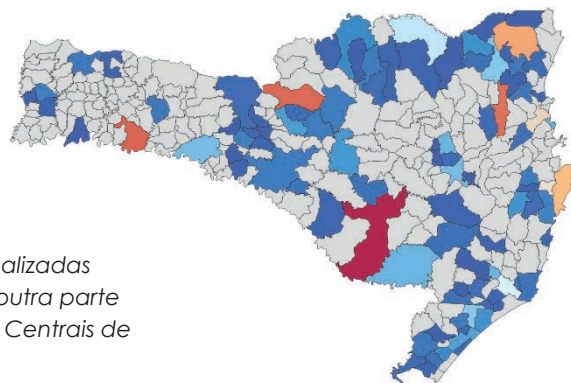
Apreensões de produtos impróprios - POA



ALIMENTO SEM RISCO (PASR)

OBJETIVO: Monitorar resíduos de agrotóxicos em alimentos vegetais in natura, para verificar a conformidade dos produtos em face da legislação; exigir o rastreamento da produção vegetal; defender a criação de laboratório público para análise de ingredientes químicos; fiscalizar a emissão de receituário agrônomo e a cadeia produtiva agrícola; proibir o comércio, em Santa Catarina, de agrotóxicos banidos no país de origem; estimular pesquisa científica; e orientar sobre os riscos agudos e crônicos no uso de agrotóxicos.

O programa foi criado em 2010 e tem o amparo do Termo de Cooperação Técnica n. 342/2014, que conta com a colaboração da EPAGRI, da CIDASC, da FATMA, do IBAMA, da VISA/SC, do LACEN, do CREA/SC, do CIT/SC, da Polícia Militar Ambiental, do Ministério Público do Trabalho e da Secretaria de Estado da Agricultura. Parte substancial das análises laboratoriais de resíduos de agrotóxicos são realizadas com apoio do Fundo para a Reconstituição de Bens Lesados (FRBL) e outra parte por intermédio de Termo de Ajustamento de Conduta firmado com as Centrais de Abastecimento de Santa Catarina (CEASA).

**AÇÕES DESENVOLVIDAS:**

- A)** Monitoramento de resíduos de agrotóxicos em amostras de frutas, legumes, verduras e cereais.
- B)** Sistematização de dados de laudos laboratoriais e expedição de documentação aos órgãos competentes.
- C)** Verificação de processos de fiscalização administrativa do comércio de agrotóxicos e sementes.
- D)** Elaboração de material técnico-jurídico de apoio aos órgãos de execução do MPSC.
- E)** Mobilização de instituições públicas e privadas para adoção de medidas de adequação à legislação; e
- F)** Organização ou participação de eventos para difundir informações acerca dos agrotóxicos.

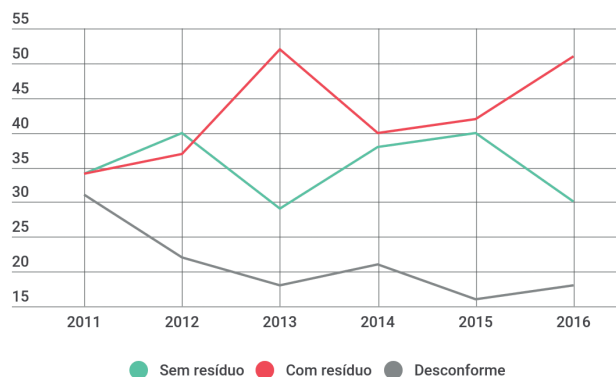
RESULTADOS:

- A)** Mais de 300 laudos de resíduos de agrotóxicos foram escrutinados para identificar a ocorrência de desconformidades em face da legislação sanitária, como a presença de ingredientes ativos em amostras de alimentos acima do limite máximo permitido, de uso proibido no Brasil ou não autorizado para a cultura.
- B)** Queda de 34,4% para 18,2% do número de alimentos vegetais fora da conformidade legal no que tange ao uso de

agrotóxicos.

- C) Verificação das condutas em mais de uma centena de processos administrativos provenientes das fiscalizações do comércio de agrotóxicos, mudas e sementes executadas pela Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola (CIDASC), com incidência de irregularidades criminais, ambientais e consumeristas.
- D) Contabilização superior a 160 procedimentos instaurados pelas Promotorias de Justiça, para apurar condutas irregulares na produção e no comércio de produtos vegetais.
- E) Pelo menos 85 termos de compromisso de ajustamento de conduta firmados em razão de investigações conduzidas pelas Promotorias de Justiça do Consumidor.
- F) Construção de aplicações digitais de gestão de dados para auxiliar na análise dos resultados e planejamento de atividades; e
- G) Ainda no âmbito do Programa Alimento Sem Risco, o Ministério Público de Santa Catarina apoia o funcionamento do Fórum Catarinense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos (FCCIAT), constituído por cerca de 60 organizações públicas e privadas e no qual são debatidos diferentes aspectos dos problemas relacionados à agricultura, à saúde do trabalhador e da população em geral e do meio ambiente. Mais informações podem ser obtidas nos endereços: <http://fcciat.blogspot.com.br/> e FB <https://www.facebook.com/fcciat.sc>.

Resultados das análises de resíduos por ano (em %)



OBJETIVO: Verificar fatos e responsabilidades atinentes ao controle e à vigilância da qualidade da água para consumo distribuída nos Municípios catarinenses.

AÇÕES DESENVOLVIDAS:

- A)** A qualidade da água deve ser assegurada tanto pelas Secretarias Municipais de Saúde (Vigilâncias Sanitárias) como pelos responsáveis pela operação do sistema (principalmente as Concessionárias), e compete ao Ministério Público, na defesa do consumidor, apurar se cada qual está exercendo adequadamente suas obrigações. Nesse sentido, o MPSC tem realizado a análise dos relatórios e/ou laudos da qualidade da água apresentados pelas Vigilâncias Sanitárias Municipais e pelos Operadores dos Sistemas ou Soluções Alternativas Coletivas, como consequência firmados diversos TACS e ajuizadas ações judiciais quando necessário.
- B)** Levantamento de informações atualizadas e reformulação do material de apoio; e
- C)** Oficiadas as entidades reguladoras atuantes no Estado de Santa Catarina, a fim de verificar seus posicionamentos diante do acompanhamento do cumprimento das diversas responsabilidades previstas na Portaria MS n. 2.914/2011 por parte dos responsáveis pelo controle.

RESULTADOS:

- A)** Melhoria do diagnóstico da qualidade da água a partir de dados dos Municípios. Em janeiro de 2015, 84 dos 295 Municípios catarinenses não haviam cadastrado qualquer informação e outros 72 incluíram dados de forma incompleta. Já em janeiro de 2016, diminuiu para 14 o número de Municípios sem informação e, para 38, com dados incompletos. Em dezembro de 2016, apenas quatro Municípios não preencheram qualquer tipo de informação e 32 estavam com dados incompletos.
- B)** Extração de parte dos dados sobre o Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (SISAGUA) com a utilização de ferramenta digital.
- C)** Produzidos 10 auxílios técnicos e atendidas 11 solicitações de apoio às Promotorias de Justiça, para instrução de inquéritos civis e procedimentos preparatórios, assim como firmados TACs para regularização das desconformidades.

OBJETIVO: Evitar riscos à vida, à integridade física e à saúde do torcedor/consumidor em partidas de futebol profissional realizadas no Estado.

AÇÕES DESENVOLVIDAS:

- A)** Continuidade das medidas para dar cumprimento ao Termo de Cooperação Técnica n. 054/2010, celebrado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina (MPSC); o Conselho Regional de Engenharia; Arquitetura e Agronomia de Santa Catarina (CREA-SC); a Federação Catarinense de Futebol (FCF); a Associação de Clubes de Futebol Profissional de Santa Catarina (ACFP); a Secretaria de Estado da Saúde; por intermédio da Vigilância Sanitária (VISA); o Corpo de Bombeiros Militar (CBM) e a Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC).
- B)** Comprovação da regularidade dos Estádios de Futebol por meio da apresentação de laudos técnicos exigidos no Estatuto de Defesa do Torcedor: Laudo de Segurança (emitido pela PMSC); Laudo de Prevenção e Combate a Incêndio (emitido pelo CBM); Laudo de Condições Higiênico-Sanitárias (emitido pela VISA); e Laudo de Vistoria de Engenharia (emitido por profissionais privados contratados pelos clubes e/ou proprietários de estádios).
- C)** Controle de efetividade do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado, em dezembro de 2013, pela 29ª Promotoria de Justiça do Consumidor da Capital, Federação Catarinense de Futebol, Associação de Clubes de Futebol Profissional de Santa Catarina e por todos os clubes participantes das Séries A e B, para atender a normas pertinentes.
- D)** Participação ativa em fóruns de discussão firmando posição contrária a liberação de bebidas alcoólicas em estádios de futebol.

RESULTADOS:

- A)** Pelo terceiro ano seguido os Campeonatos Catarinenses de Futebol Profissional foram realizados com regularização quase integral de todos os locais das partidas, excetuadas ressalvas apontadas pelos órgãos de fiscalização e posteriormente corrigidas pelos clubes.
- B)** Emissão periódica dos laudos técnicos de vistoria das condições de segurança dos estádios, estabelecendo prática rotineira dos clubes proprietários de estádios e de outras associações.
- C)** Registraram-se 44 procedimentos instaurados pelas Promotorias de Justiça acerca da segurança nos locais de eventos públicos.

6 CONSUMIDOR VENCEDOR

OBJETIVO: O canal “Consumidor Vencedor” faculta ao cidadão a oportunidade de fiscalizar e denunciar o descumprimento de TACs e decisões judiciais que responsabilizam pessoas físicas e jurídicas. Para relatar a ocorrência de lesão a direito de um grupo ou da coletividade de consumidores, é oferecido o acesso a formulário eletrônico da Ouvidoria do MPSC, para que o cidadão possa descrever os fatos.

AÇÕES DESENVOLVIDAS:

- A) Verificação, sistematização e publicação de dados relativos aos termos de compromisso de ajustamento de conduta propostos na área de defesa do consumidor pelas Promotorias de Justiça, sempre após a homologação do inquérito civil pelo Conselho Superior do Ministério Público.
- B) Divulgação do canal “Consumidor Vencedor” como instrumento a serviço do cidadão, que tem a oportunidade de ajudar a fiscalizar o cumprimento das obrigações firmadas por fornecedores de produtos e serviços.

RESULTADOS:

- A) Publicação de aproximadamente 300 Termos de Compromisso de Ajustamento de Condutas (TACs) firmados por fornecedores de produtos e serviços, como consequência da atuação das Promotorias de Justiça. Veja site em <http://sc.consumidorvencedor.mp.br/>





7 CERÂMICA E BLOCO DE CONCRETO

MATERIAIS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

OBJETIVO: Apurar as propriedades dos blocos cerâmicos e blocos estruturais de concreto produzidos em SC.

AÇÕES DESENVOLVIDAS:

- A) Constituição de grupo de trabalho composto por representantes do setor produtivo para diagnosticar indícios de irregularidades, a saber: Associação Brasileira de Cimento Portland, Sindicato das Indústrias de Olaria e Cerâmica para Construção do Vale do Rio Tijucas, Sindicato da Indústria da Cerâmica Vermelha e Associação Catarinense da Indústria de Blocos.
- B) Verificação do cumprimento dos requisitos técnicos na fabricação de blocos cerâmicos de vedação e blocos estruturais de concreto.
- C) Amostragem e análise de laudos laboratoriais.
- D) Colaboração do Procon Estadual e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) na organização e realização das operações.

RESULTADOS:

- A) Coleta de 10 conjuntos de amostras de blocos cerâmicos de vedação e quatro conjuntos de amostras de blocos estruturais de concreto, em estabelecimentos dos fabricantes nos Municípios de Canelinha, Tijucas, Santo Amaro da Imperatriz, Paulo Lopes e Palhoça, e em construtoras de São José e Florianópolis.
- B) Identificação de falhas no atendimento dos requisitos técnicos de fabricação desses materiais largamente usados na construção civil.
- C) Instaurados procedimentos administrativos para investigação das irregularidades constatadas.



8 REGULARIDADE E PUBLICIDADE

DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS

OBJETIVO: Diminuir as ocupações irregulares, o crescimento desordenado, os danos ambientais e urbanísticos em solo



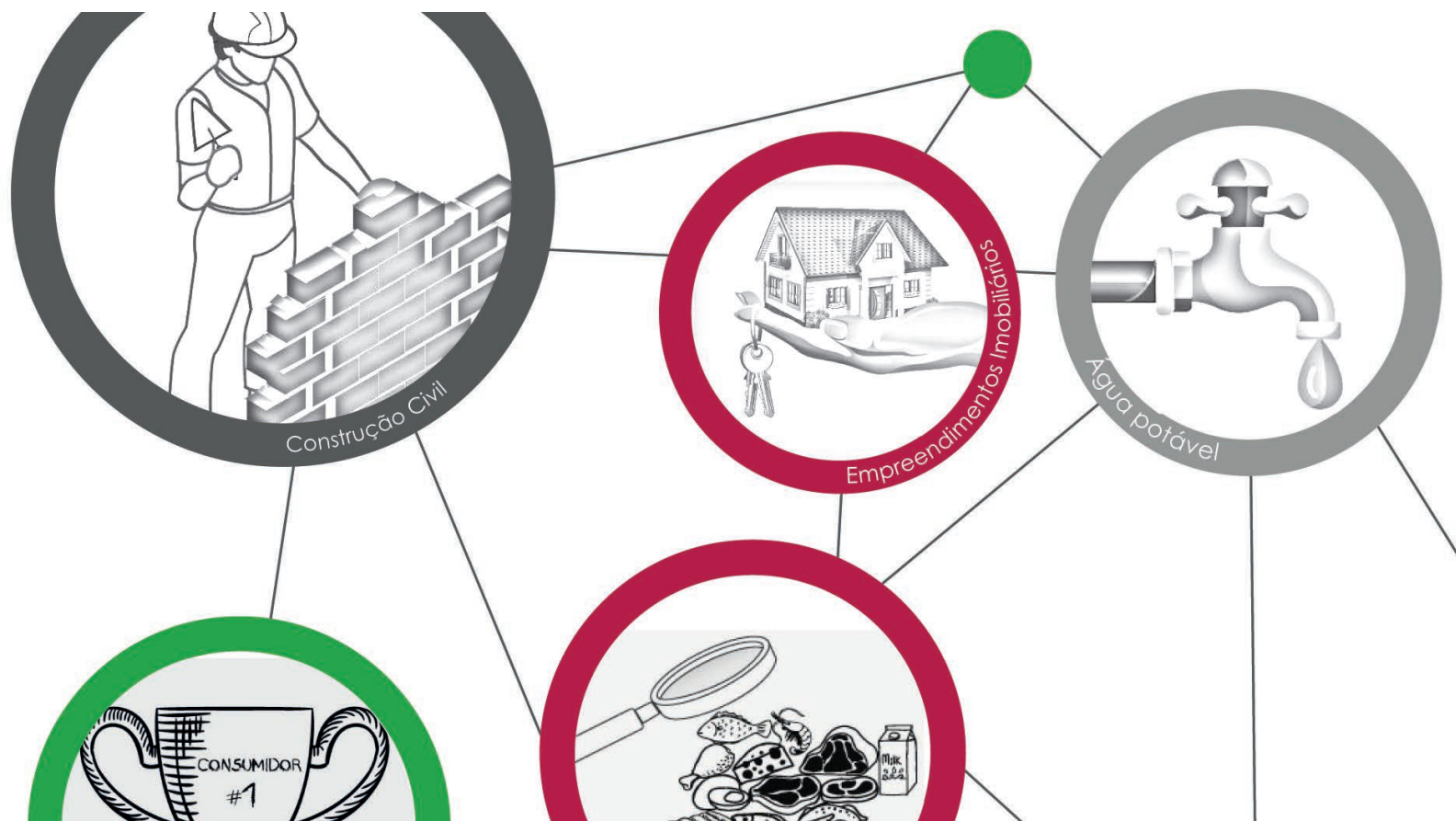
catarinense, assegurando a adequada comercialização, oferta e publicidade dos empreendimentos imobiliários, em especial no que tange à veiculação em jornais, revistas, meio eletrônico e panfletos sobre anúncios de venda de imóveis.

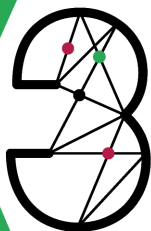
AÇÕES DESENVOLVIDAS:

- A) Canalizar esforços das principais organizações do ramo na direção da regularização do mercado imobiliário.
- B) Apurar de fatos relacionados a irregularidades e promover sua elucidação, aplicando-se a lei aos infratores.

RESULTADOS:

- A) Termo de Cooperação Técnica n. 072/2016 assinado pelo Conselho Regional de Corretores de Imóveis (CRECI/SC), pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA/SC), pela Fundação de Meio Ambiente (FATMA), pela Associação dos Notários e Registradores do Estado de Santa Catarina (ANOREG) e pelo Sindicato da Habitação do Oeste (SECOVI-OESTE/SC).





OBJETIVO ESTRATÉGICO

OBJETIVO ESTRATÉGICO 3 - **PROMOVER A DEFESA DA CONSTITUCIONALIDADE EM FACE DE LEIS E ATOS NORMATIVOS MUNICIPAIS E ESTADUAIS**

OBJETIVO: *Fazer cumprir a missão constitucional conferida ao Ministério Público de defesa da ordem jurídica, por meio da atuação na área de controle abstrato da constitucionalidade de leis e atos normativos municipais e estaduais, além das medidas necessárias à efetivação das decisões judiciais resultantes dessa atuação.*

RESPONSÁVEL: *Centro de Apoio Operacional de Controle de Constitucionalidade (CECCON).*

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS ESTRUTURADAS:

1 PROGRAMA DE CONTROLE DE EFETIVIDADE DE DECISÃO PROFERIDA EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE PROPOSTAS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA (CEADI)

OBJETIVO: Diagnosticar os casos em que não são adotadas as providências para o cumprimento das decisões proferidas em Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) de iniciativa do Ministério Público de Santa Catarina, promovendo as medidas necessárias à garantia de tal efetividade.

AÇÕES DESENVOLVIDAS:

- A)** Identificação de todas as decisões procedentes e parcialmente procedentes, transitadas em julgado, de Ações Diretas de Inconstitucionalidade aforadas pelo Ministério Público de Santa Catarina.
- B)** Cientificação do órgão do Ministério Público competente para instauração do procedimento (CEADI), conforme art. 2, §1º do Ato n. 336/2013/PGJ.
- C)** Acompanhamento e avaliar as ações realizadas.

RESULTADOS:

- A)** 11 Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs), com decisões transitadas em julgado (procedentes ou parcialmente procedentes).
- B)** 11 Órgãos do Ministério Público cientificados.
- C)** 9 CEADIs instaurados.
- D)** 19 CEADIs finalizados.

ADEQUAÇÃO CONSTITUCIONAL DE CARGOS PÚBLICOS

OBJETIVO: Realizar o controle abstrato de constitucionalidade de leis e atos normativos municipais que instituem cargos públicos comissionados de forma contrária às disposições constitucionais, como forma de prevenção e combate à corrupção. O projeto abrange todos os Municípios catarinenses com população igual ou superior a 20.000 habitantes.

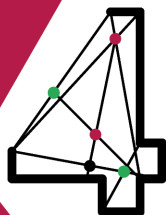
AÇÕES DESENVOLVIDAS:

- A)** Adoção de critérios para identificação de cargos públicos instituídos contrariamente à Constituição com edição de *check list* com critérios objetivos.
- B)** Realização de diagnóstico de leis municipais que contenham cargos públicos instituídos contrariamente à Constituição, no qual se realizou o mapeamento de leis municipais inconstitucionais.
- C)** Estudo de viabilidade e proposição de Ações Diretas de Inconstitucionalidade – Elaboração de peças processuais (pareceres e iniciais de ADIs).

RESULTADOS:

- A)** Diagnóstico de 972 (novecentos e setenta e duas) Leis e Atos Normativos de 71 (setenta e um) Municípios catarinenses passíveis de estudo quanto à viabilidade de propositura de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI).
- B)** Produção de 172 (cento e setenta e dois) pareceres quanto à viabilidade de propositura de ADI.
- C)** Ajuizamento de 23 (vinte e três) ADIs em face de leis e atos normativos municipais que instituíram um total de 2.291 (dois mil duzentos e noventa e um) cargos públicos de provimento em comissão de forma contrária ao texto constitucional.





OBJETIVO ESTRATÉGICO

OBJETIVO ESTRATÉGICO 4 - QUALIFICAR A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO ENFRENTAMENTO DA CRIMINALIDADE

OBJETIVO: Definir as diretrizes de política criminal na atuação institucional. Prestar apoio operacional às Promotorias criminais na resolução de seus desafios diários. Estimular a integração entre as Promotorias de Justiça criminais, a partir da definição dos programas e projetos nas seguintes frentes de atuação: tutela difusa da segurança pública, controle externo da atividade policial, combate à corrupção e impunidade, penas e medidas alternativas, execução penal, e assistência a vítimas de violência (sexual, policial, doméstica e infantil). Difundir questões de natureza teórica, doutrinária e jurisprudencial. Identificar tendências jurisprudenciais relativas às teses do Ministério Público.

RESPONSÁVEIS: Centro de Apoio Operacional Criminal (CCR) e Promotorias de Justiça.



INICIATIVAS ESTRATÉGICAS ESTRUTURADAS:

1 PROGRAMA TUTELA DIFUSA DA SEGURANÇA PÚBLICA

OBJETIVOS:

- A) Implementar, no âmbito do MPSC, um sistema de atuação funcional na esfera criminal a partir de estratégias de inteligência, orientadas pelo planejamento, integração, proatividade e gestão de resultados, visando, com isso, a contribuir para o enfrentamento da violência e da criminalidade.
- B) Instituir uma reorganização espacial do Ministério Público mediante o estabelecimento de unidades de atuação, em escala regional, que garantam o seu bom desempenho e as perspectivas de efetividade, permitindo uma visão ampla e global das políticas de segurança pública e do controle externo da atividade policial.
- C) Incorporar instrumentos, mecanismos e ferramentas tecnológicas de obtenção de dados e de formulação própria de interpretação desses dados, de modo a obter informação e conhecimento como estratégias fundamentais para dar organicidade, planejamento e resolutividade às ações do MP no âmbito da segurança pública e, conseqüentemente, na esfera criminal.
- D) Incrementar a colaboração com os órgãos públicos e a aproximação com a sociedade para o aprofundamento da análise e solução dos problemas sociais, sobretudo aqueles relacionados à segurança pública.
- E) Estimular as Promotorias Regionais de Segurança Pública para atuarem no sentido de conferir um trato interdisciplinar das causas da criminalidade, voltado à construção e execução de políticas públicas que ofereçam mecanismos preventivos do crime e da violência.
- F) Incentivar o acesso a instrumentos procedimentais de tutela dos interesses difusos e coletivos, que lhe proporcionem a condução da investigação a partir do inquérito civil, da celebração de Termos de Ajustamento de Conduta e da expedição de Recomendações. A judicialização dos conflitos, portanto, somente sairá da inércia quando fracassarem as tentativas de alcançar o resultado pelo consenso.
- G) A partir do conhecimento das causas, das motivações espécies (modalidades) e da quantidade de crimes praticados nas comarcas que compõem a Regional, por meio do Diagnóstico Criminal, poderá o Promotor Regional promover as seguintes medidas, entre outras:

- 
- Propor, estimular e fiscalizar políticas e ações de segurança pública destinadas à prevenção da criminalidade e ao exercício eficiente das atividades policiais, notadamente as que não se limitem à rotina ordinária dos órgãos de segurança pública.
 - Incentivar e promover a mobilização, articulação e participação popular, por meio de movimentos populares, conselhos e associações comunitárias, entre outros, de modo a criar canais de participação e controle das políticas públicas, com ênfase na segurança pública.
 - Instaurar planos de ações voltados à criação de modelos organizacionais de atendimento ao público.
 - Instaurar inquérito civil, firmar termos de ajustamento de conduta, propor recomendações, medidas cautelares e ações civis públicas para assegurar a tutela da segurança pública.
 - Propor, com a necessária participação do Centro de Apoio Operacional Criminal, ao Procurador-Geral de Justiça a celebração de convênios ou outros instrumentos de cooperação técnica ou operacional potencialmente capazes de auxiliar ou de tornar mais eficaz a atuação do Ministério Público na tutela da segurança pública.

Para alcançar esses objetivos, o programa se sustenta a partir dos seguintes projetos e ações:

1.1 PROJETO PROMOTORIAS REGIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA

OBJETIVO: Criação de Promotorias Regionais com atribuição exclusiva e especializada na tutela difusa da segurança pública e no controle externo da atividade policial, o que implica reorganização espacial, especialização e aperfeiçoamento funcional; resolutividade (busca de soluções diretas e judicialização como último recurso); e adoção de planos de ação integrados com a sociedade civil e os órgãos de segurança pública.

AÇÕES DESENVOLVIDAS:

Elaboração de minuta de Ato que dispõe sobre as Promotorias Regionais de Segurança Pública no âmbito do MPSC.

RESULTADOS:

- A)** Em 1º de fevereiro de 2016, foram publicados, após aprovação do Colégio de Procuradores de Justiça, os Atos que redistribuíram as atribuições das Promotorias de Justiça da Comarca da Capital e de Chapecó. A 40ª Promotoria da Capital e a 14ª Promotoria de Chapecó ficaram com atribuições na área da Tutela Difusa da Segurança Pública e no Controle Externo da Atividade Policial.
- B)** Juntamente com a Promotora de Justiça da Segurança Pública da Comarca da Capital, a PMSC, a Polícia Civil e o Deputado Estadual, o CCR participou de duas audiências públicas promovidas pela ALESC, com o tema "segurança pública", ocasião em que foram ouvidas as demandas de líderes comunitários e demais cidadãos.



1.2 PROJETO DIAGNÓSTICOS CRIMINAIS

OBJETIVOS: Criação de uma plataforma de inteligência de negócios (business intelligence), consistente num conjunto de ferramentas e aplicativos que oferecerão aos Promotores de Justiça da área criminal, inclusive os das Promotorias Regionais de Segurança Pública, a possibilidade de organizar e analisar informações, auxiliando-os a tomar decisões melhores e mais dinâmicas no âmbito da tutela difusa da segurança pública e do controle externo da atividade policial.

Nesse sentido, essa plataforma engloba o conjunto de processos sistemáticos direcionados à análise de dados, à produção eficiente de informações sobre os padrões do crime, suas correlações e tendências, gerando a formação de conhecimento, que permitirá a avaliação de medidas mais adequadas e específicas para o enfrentamento do fenômeno relacionado à criminalidade, à violência e ao atendimento das vítimas. Além disso, permite encontrar fontes alternativas de dados e relatórios que possam ser utilizados para dar sustentação e para aperfeiçoar as análises a serem empreendidas e as conclusões a serem alcançadas, de modo a apoiar as áreas operacional e administrativa no planejamento e na distribuição de recursos para prevenção e supressão de atividades criminosas.

Para diagnosticar a criminalidade e a violência em uma cidade ou estado, inicialmente, é importante levantar as fontes de informação existentes no território e delimitar o tema de pesquisa. Assim, tudo aquilo que foi coletado e analisado deve ser traduzido em painéis de inteligência do negócio, utilizando-se de recursos como tabelas, figuras, diagramas e gráficos.

AÇÕES DESENVOLVIDAS:

- A)** Elaboração de minuta de Termo de Cooperação Técnica entre MPSC e Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania (SJC) para o desenvolvimento e compartilhamento de soluções de análise de dados associativa, no âmbito e interesse de ambas, com posterior envio do documento à SJC para análise.
- B)** Tratativas realizadas com o Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina (CIASC), no intuito de se operacionalizar acesso a bases de dados de instituições parceiras.
- C)** Ampliação do escopo do Projeto para abranger acesso aos laudos periciais do Instituto Geral de Perícias (IGP), a fim de se criar uma aplicação de inteligência do negócio para que os Membros possam acessar laudos periciais produzidos pelo IGP.
- D)** Determinação, no âmbito do MPSC, de criação de um único ambiente virtual para reunir todas as aplicações de inteligência do negócio para melhor visualização por parte dos Membros da Instituição.

RESULTADOS:

- A)** Disponibilização de todas as aplicações de BI desenvolvidas em um único Portal – Portal do Promotor de Justiça, área do Centro de Apoio Operacional Criminal, dentro da intranet do MPSC.
- B)** Elaboração do Guia dos Diagnósticos Criminais e divulgação aos Promotores de Justiça que utilizarão as aplicações de inteligência do negócio.

- C) Realização de 13 viagens a Comarcas-Sede de Circunscrições do MPSC para divulgação do Projeto Diagnósticos Criminais, no contexto do Portal do Promotor de Justiça (Joinville, Mafra, São José, São Miguel do Oeste, Chapecó, Blumenau, Rio do Sul, Itajaí, Joaçaba, Videira, Lages, Criciúma e Tubarão). Além disso, reunião ocorrida na Comarca da Capital para a mesma apresentação.
- D) A convite do Ministério Público do Maranhão, divulgação do Programa "Tutela Difusa da Segurança Pública" (especialmente os Diagnósticos Criminais) para a Administração Superior do MPMA, Comando-Geral da Polícia Militar e dos Bombeiros, na capital São Luís, no mês de outubro.
- E) A convite, exposição do Programa "Tutela Difusa da Segurança Pública", com destaque para o Portal do Promotor de Justiça/Diagnóstico Criminal a todos os Coordenadores de Centros de Apoio Operacional Criminal do Ministério Público de todos os Estados e do Distrito Federal, no mês de outubro.

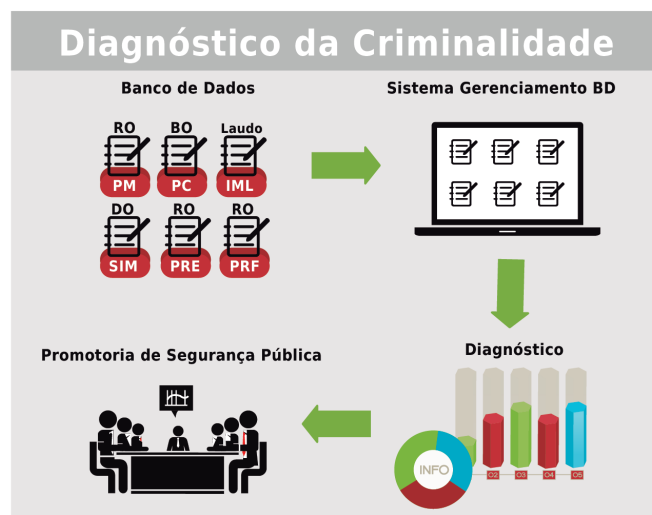
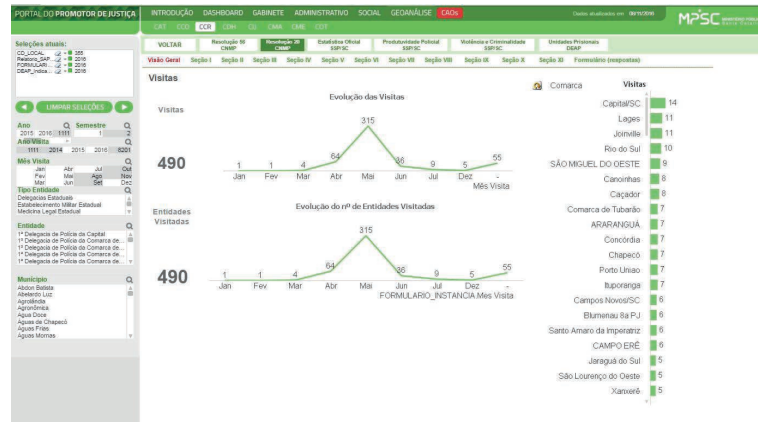
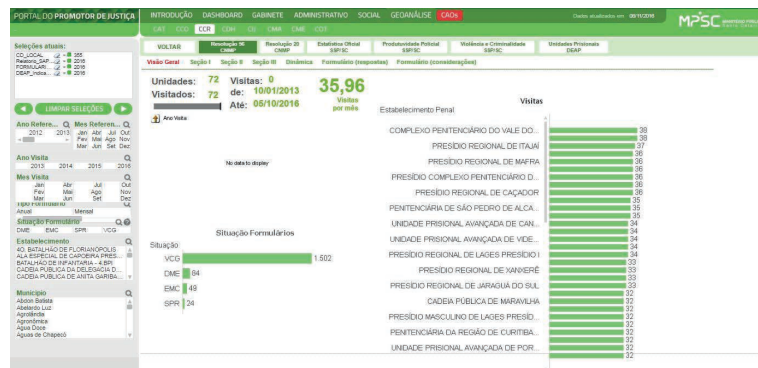


Ilustração gráfica do Diagnóstico da Criminalidade

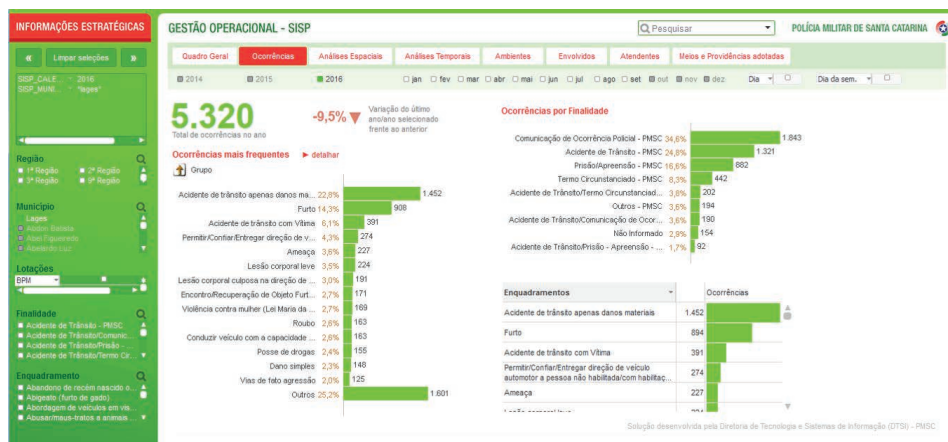
IMAGENS DOS DIAGNÓSTICOS - EXEMPLOS



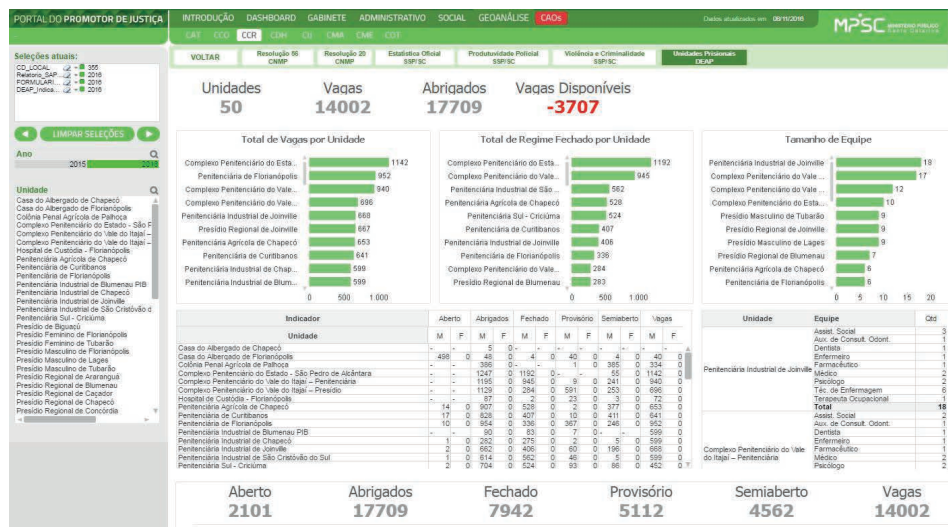
Resolução 20 CNMP



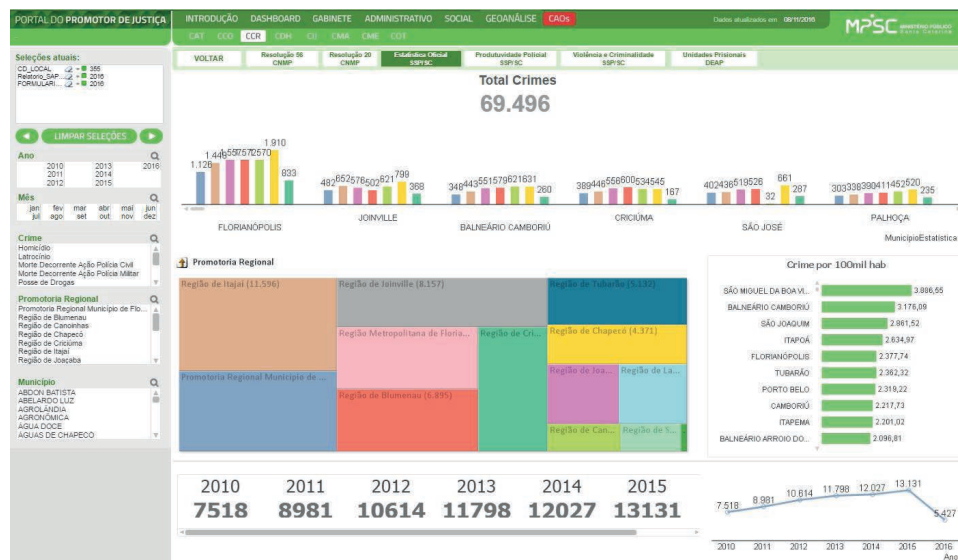
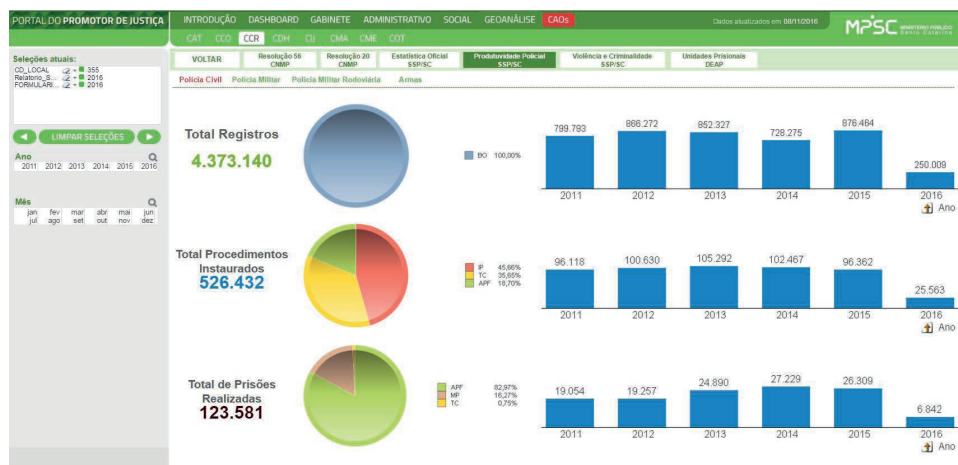
Resolução 56 CNMP

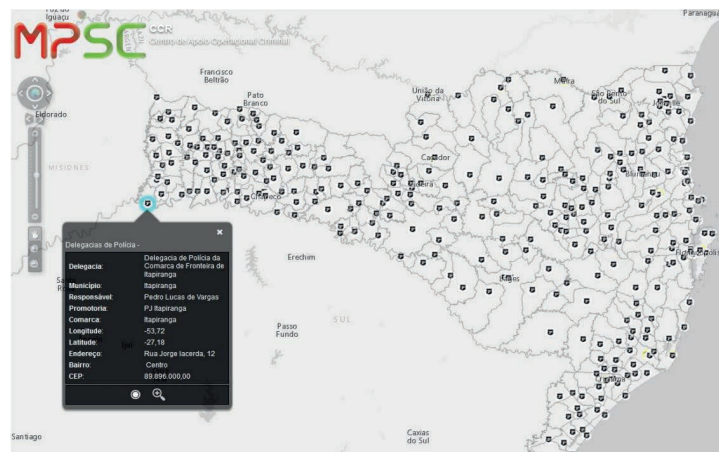


Aplicação de BI da Polícia Militar de Santa Catarina

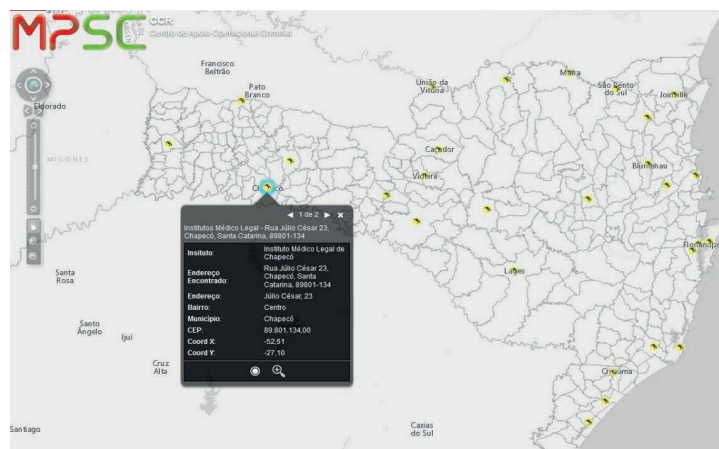


DEAP – Unidades Prisionais: Resumo

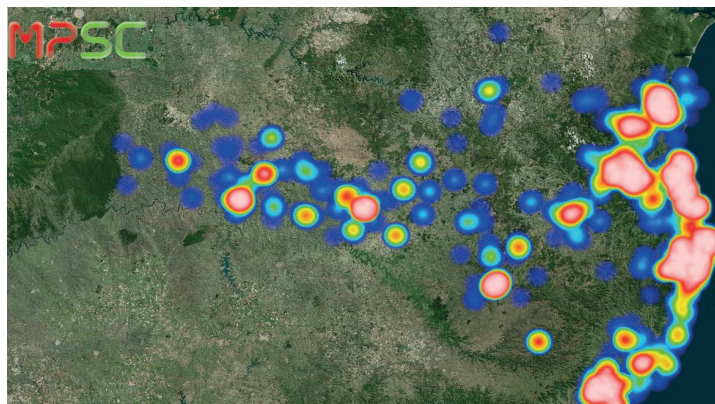




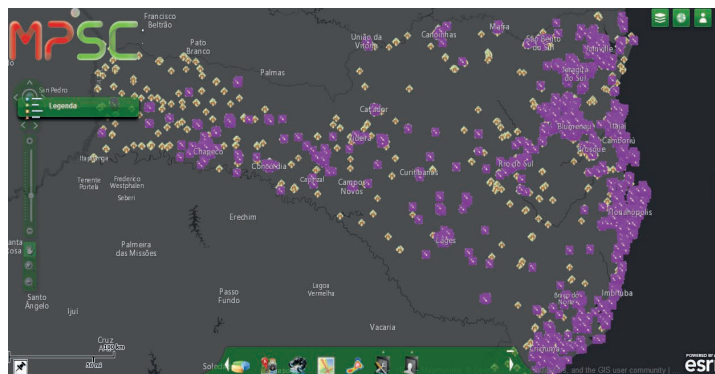
Delegacias de Polícia identificadas no mapa de SC



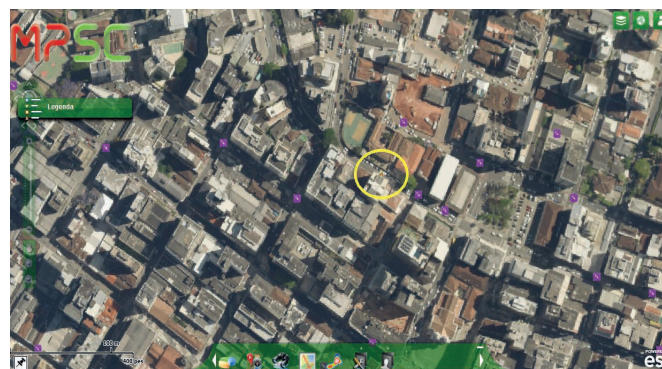
Unidades do Instituto Médico Legal identificadas no mapa de SC



Geocriminologia: mapa de calor – violência contra a mulher



Geocriminologia: mapa com unidades escolares e uso e tráfico de drogas



Análise de dados no Mapa: zoom em escola e ocorrências apontadas na tela

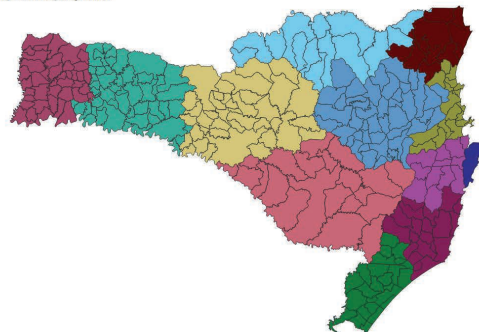
Promotorias Regionais de Segurança Pública

População SC:
6.248.436

Municípios
295

IDHM 2018 Estado
0,774

Santa Catarina - Regionais de Segurança Pública



Região

Promotoria de Segurança Pública da Comarca de Capital

Região de Blumenau

Região de Canoas

Região de Chapecó

Região de Criciúma

Região de Itajaí

Região de Jaraguá

Região de Joinville

Região de Lages

Região de São Miguel do Oeste

Região de Tubarão

Região Metropolitana de Florianópolis

Município	QI	População 2010	IDHM 2010
JORNIVILLE		51208	0,699
FLORIANÓPOLIS		421240	0,847
BLUMENAU		309811	0,889
SÃO JOSÉ		289894	0,889
CRICIÚMA		192308	0,788
CHAPECÓ		183550	0,79
ITAJAÍ		183373	0,795
LAGES		150727	0,77
JARAGUÁ DO SUL		143123	0,883
PALESTINA		137334	0,797
SALNADÃO-CAMBORIÚ		108095	0,843
BRUSQUE		105503	0,795
TUBARÃO		97235	0,795

Promotorias Regionais de Segurança Pública – regiões identificadas no mapa de SC

1.3 PROJETO REESTRUTURAÇÃO DO CONTROLE EXTERNO

OBJETIVO: Visa a permitir ao Promotor de Justiça o pleno desenvolvimento do exercício do controle externo da atividade policial, buscando uma aproximação entre o Ministério Público, as Polícias e o Instituto Geral de Perícias para, em conjunto, aperfeiçoarem os procedimentos de investigação, tornando-os mais céleres e eficientes. Também busca prevenir, orientar e fiscalizar as práticas policiais, com adoção de medidas judiciais ou extrajudiciais que importem na correção de eventuais irregularidades e na prestação de um melhor serviço à população.

AÇÕES DESENVOLVIDAS:

- A) Reuniões do CCR e Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais com o Secretário de Estado da Segurança Pública e representantes da Polícia Civil e PMSC sobre a necessidade de aprimoramento de investigação de mortes decorrentes de intervenção policial – reafirmado o compromisso de repasse de dados sobre essas ocorrências ao MPSC.
- B) Solicitação à SSP de dados relativos aos registros de ocorrência envolvendo mortes decorrentes de intervenção policial.

RESULTADOS:

- A) Obtenção de dados sobre mortes decorrentes de intervenção policial e preenchimento de sistema nacional de registro dessas ocorrências no sítio eletrônico do CNMP.

- B) Doação de R\$ 3.738.800,00 (três milhões, setecentos e trinta e oito mil e oitocentos reais) do Fundo para Reconstituição de Bens Lesados (FRBL) para execução do Projeto PMSC Mobile, em agosto de 2016 (Convênio n. 03/2016/FRBL), com a previsão de aquisição de 550 tablets, 750 impressoras térmicas e 200 smartphones. O Convênio prevê também o pagamento de horas de trabalho de desenvolvimento para evolução do aplicativo PMSC Mobile e sistemas associados e, ainda, conectividade e suporte técnico ao funcionamento do PMSC Mobile. Isso implicará maior abrangência de registro de ocorrências de forma inteligente, que resultará também em armazenamento de dados de forma estruturada para geração de estatísticas e painéis gerenciais mais precisos.



Projeto PMSC Mobile

1.4 PROJETO GRUPOS REGIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA

OBJETIVO: Criação de Grupos Regionais de Segurança Pública, a serem formados em cada uma das Regiões em que estarão sediadas as Promotorias Regionais. Tais grupos teriam a seguinte formação: 1. Promotor Regional SP; 2. Promotor Criminal; 3. Promotor da Cidadania; 4. Promotor da Infância; 5. Promotor da Moralidade Administrativa; 6. Coordenador do GAECO; 7. Representante do GEEP; e 8. CCR.

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS:

- A) Propor, instituir e gerenciar metas, ações e políticas de segurança pública destinadas à prevenção da violência e da criminalidade.
- B) Formar grupo operacional local, constituído por representantes dos órgãos de segurança pública, instituições e sociedade civil da regional, para a adoção conjunta, integrada e coordenada de políticas de enfrentamento à violência e criminalidade, notadamente as que não se limitem à rotina ordinária e tradicional dos aparelhos estatais de segurança pública.

1.5 PROJETO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO E DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE AÇÕES COMUNITÁRIAS

OBJETIVO: Identificar ações voltadas à aproximação do Ministério Público com a comunidade, visando à implementação de políticas preventivas de segurança pública que se adequem à realidade local, como prioridade de atuação das Promotorias Regionais de Segurança Pública.

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS:

- A) Participar da implementação de um modelo organizacional de atendimento ao público, com critérios de qualidade, agilidade e competência.
- B) Incentivar a mobilização, articulação e participação popular, por meio de movimentos populares, conselhos e associações comunitárias, dentre outros, de modo a criar canais de participação e controle das políticas públicas, com ênfase na segurança pública.
- C) Prestar atendimento à população nas temáticas que envolvam a garantia do direito à segurança e à vida, prevenção da violência e da criminalidade.
- D) Buscar a articulação com órgãos de segurança pública e sociedade civil voltadas a adoção de medidas preventivas para redução da criminalidade e violência.

RESULTADOS ESPERADOS:

- A) Capacidade de mobilização dos Promotores de Justiça com atuação criminal, sobretudo aos que assumirem a atribuição de tutela difusa da segurança pública, para incorporarem uma postura proativa, deflagrando processos de trabalho, reunindo capital humano e recursos organizacionais, com qualidade e otimizando a relação custo-benefício.
- B) Aproximação do Ministério Público com a sociedade, de modo a identificar focos de violência e de criminalidade e, assim, permitir a adoção de estratégias preventivas e repressivas específicas e adequadas ao caso concreto.
- C) Identificação e atuação em situações de maior vulnerabilidade social e em temas que possam oferecer maior

dificuldade para o alcance dos objetivos institucionais relacionados neste programa.

- D) Cooperação e o compartilhamento de informação entre os órgãos do Ministério Público com interface na área da segurança pública.
- E) Colaboração com os órgãos administrativos e de segurança pública do Estado de Santa Catarina, na identificação dos principais problemas relativos à violência e à criminalidade.



2

PROGRAMA

CONTROLE DA EXECUÇÃO PENAL

OBJETIVO: Detectar situações de risco no sistema e nos procedimentos de execução penal, garantindo a efetiva execução das penas. Enfrentamento de organizações criminosas nas unidades prisionais, assim como a corrupção de agentes públicos vinculados ao sistema carcerário. Acessar dados brutos sobre o sistema prisional, desenvolvendo-os em informações qualitativas e importantes para tomada de decisão.

AÇÕES DESENVOLVIDAS:

- F) Desde sua criação em 2013, o Grupo Estadual de Execuções Penais (GEEP): acompanha o desenvolvimento das atividades de execução penal; promove entre os órgãos públicos e organismos sociais o efetivo cumprimento da Lei de Execuções Penais, quanto aos direitos e às obrigações dos presos; colabora, por intermédio de seus integrantes, mediante designação e com a anuência do Promotor de Justiça natural, em processos judiciais e procedimentos extrajudiciais no âmbito da execução penal, além de realizar visitas técnicas nas unidades prisionais; fomenta o debate permanente sobre temas da execução penal para uniformizar o entendimento e os trabalhos desenvolvidos.
- G) Ação integrada entre agências de inteligência do Estado, o MPSC e a Diretoria de Inteligência e Informação da SJC para detectar e desarticular ações criminosas engendradas por grupos organizados operantes no interior das unidades prisionais catarinenses.
- H) Participação ativa no Grupo Permanente de Análise e Monitoramento de Ações de Facções Criminosas (GRANFRACRIM), desde 2013, no enfrentamento do crime organizado no Estado. Formado por agentes da segurança pública estadual (Polícias Civil e Militar), Membros do Ministério Público, Poder Judiciário, Polícia Federal, ABIN, Polícia Rodoviária e o Departamento de Administração Prisional, o Grupo passou a monitorar e acompanhar, de forma constante, as atividades de organizações criminosas.
- I) Participação na Comissão Pró-Sistema de Prevenção e Combate à Tortura para a criação de estrutura estatal de enfrentamento à prática de tortura viabilizando tanto ações articuladas na prevenção desse crime quanto a investigação



e punição dos autores desse delito, além de fortalecer a união entre as instituições que integram a Comissão para a criação do Mecanismo de Prevenção e Combate à Tortura em SC.

RESULTADOS:

- A) Atuação do GEEP e CCR, conforme descrito acima no item “7. GEEP”.
- B) Prorrogação do prazo do contrato do SOFTWARE conhecido como “calculadora penal”, utilizado em todas as Promotorias de Justiça que atuem em Comarcas onde há unidades prisionais. Essa solução de TI permite a realização de cálculos das penas de forma mais inteligente, rápida e simples.
- C) Elaboração de edital de licitação para contratação de sistema de informação e gestão de dados relativos à execução das penas no Estado de Santa Catarina, solução de tecnologia da informação que substituirá, no primeiro semestre de 2017, a “Calculadora de Penas”.
- D) Em conjunto com a Comissão Estadual Pró-Comitê de Combate a Tortura, foi elaborado o Anteprojeto de Lei para criação do Comitê e Mecanismo de Prevenção de Combate à Tortura de Santa Catarina, documento entregue em mãos ao Secretário de Estado da Administração. Em novembro de 2016, o anteprojeto tramita na referida Secretaria para análise jurídica.

3

PROGRAMA

PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS

OBJETIVO: *Obter melhores resultados na fiscalização e aplicação das penas e medidas alternativas. O Programa fundamenta-se na aproximação da ideia de pena ressocializante e tem como uma das principais ações fomentar a expansão das Centrais de Penas e Medidas Alternativas (CPMAs), garantindo doação de móveis, computadores e veículos para estruturar as futuras CPMAs.*

AÇÕES DESENVOLVIDAS:

- A) Expansão e aperfeiçoamento das Centrais de Penas e Medidas Alternativas (CPMAs), criadas pelo Decreto Estadual n. 1.012, de 5 de junho de 2012, e inseridas na estrutura da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania (SJC). São órgãos que apoiam e monitoram a execução de penas e medidas alternativas aplicadas pelo Poder Judiciário.
- B) Em outubro de 2012, o MPSC, o Poder Judiciário e a SJC firmaram o Protocolo Operativo de Intenções que expandiu e fortaleceu as CPMAs no Estado. Após essa data, foram instaladas CPMAs em Joinville, Blumenau, Criciúma, Itajaí,

Chapecó e Laguna além das já existentes em Florianópolis e São José, desde 2010. Segundo o protocolo, ao MPSC cabe fornecer mobiliário e equipamentos, passíveis de doação, necessários à instalação das CPMAs; ao Judiciário, providenciar espaço físico para a instalação das Centrais; à SJC, contratar pessoal que atuará nas Comarcas. Ademais, dentro do Conselho Comunitário de Ituporanga, há outra CPMA, criada de forma diferente das demais, por meio de convênio entre as Prefeituras dos sete Municípios daquela Comarca.

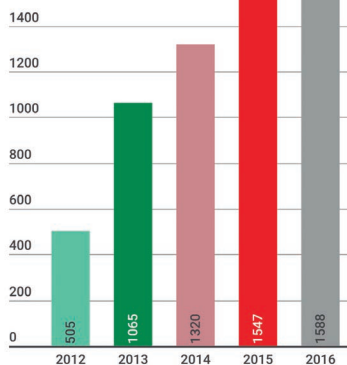
RESULTADOS:

- A)** Índice de reincidência de 14,11% entre os apenados.
- B)** Continuidade de alto índice de cumprimento das penas alternativas, no patamar de 89,87%.
- C)** Atendimentos realizados pelas CPMAs de 1º/1/16 a 31/12/16: 9.664.
- D)** Evolução gradual, ininterrupta e significativa do número de instituições parceiras: 2012: 505; 2013: 1065; 2014: 1320; 2015: 1547; 2016: 1588.
- E)** Acesso do MPSC à base de dados das CPMAs para posterior criação de protótipo de aplicação de inteligência do negócio, a ser compartilhada com a Coordenação Técnica-Operacional das CPMAs, Poder Judiciário e Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania.

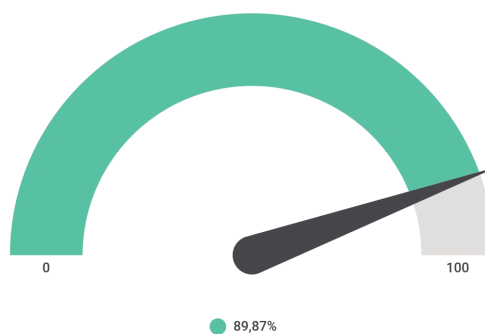
Indicadores de desempenho das Centrais de Penas e Medidas Alternativas:

(Fonte: Coordenação Técnica-Operacional das Centrais de Penas e Medidas Alternativas)

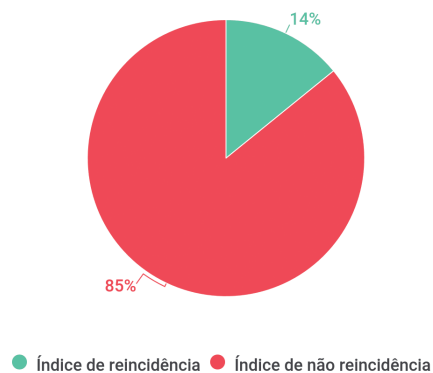
Instituições parceiras: Evolução



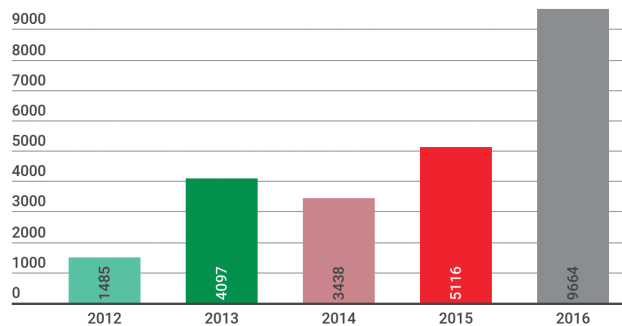
Índice: cumprimento das penas
Dezembro de 2016



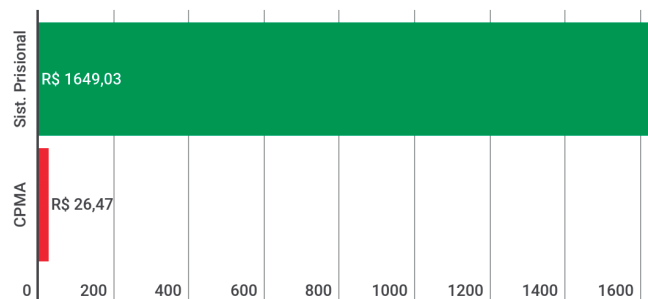
Índice de Reincidência
Dados: 2016



Beneficiários Atendidos
(processos ativos)



Custo médio mensal apenado
Sistema Estadual x CPMA's
Ano de 2016



Além dos Programas e Projetos na área criminal, abaixo descritos, merecem destaque as seguintes ações do MPSC na área criminal:

A) Estudos técnicos desenvolvidos na área criminal:

Elaboração de mais 167 estudos técnicos sobre diversos assuntos que auxiliaram os Promotores de Justiça em sua atuação. Nesse sentido, destacam-se:

- Utilização de droga apreendida para adestramento de cão farejador pela Polícia.
- Imprescindibilidade da autorização judicial para utilização do relatório de interceptação telefônica como prova emprestada.
- Possibilidade de caracterização do tráfico ilícito de entorpecentes como atividade comercial, para fins de imputação do delito de receptação qualificada.
- Teoria da Cegueira Deliberada.
- Requisitos para a proposta de transação penal e justa causa como condição da ação.
- Novas substâncias psicoativas (drogas planejadas) e necessidade de atualização da Portaria n. 344/98 da ANVISA.
- Possibilidade de adjudicação do produto do crime pela vítima.
- Impossibilidade de aplicação da agravante genérica do art. 61, II, alínea "f", CP, ao delito de lesão corporal decorrente de violência doméstica e familiar contra a mulher (art. 129, § 9º, CP) devido ao *bis in idem*.
- Possibilidade de colaboração premiada na execução penal.
- Viabilidade de aplicação da detração penal para fins de definir o regime inicial de cumprimento de pena.
- Impossibilidade de incidência da causa de aumento de pena do art. 40, VI, da Lei n. 11.343/2006 ao delito de tráfico de drogas cumulado com o art. 244-B do ECA, devido ao *bis in idem*.
- Impossibilidade de porte de arma de fogo fora de serviço aos integrantes de guarda Municipal de Município com menos de 500 mil e mais de 50 mil habitantes.
- Possibilidade de soma ou unificação provisória das penas, quando existente mais de uma condenação pendente de recurso.
- Possibilidade de coleta de material biológico descartado para fins de exame de DNA, ainda que ausente anuência do acusado.
- Poder geral de cautela do juiz criminal.
- Efeitos do reconhecimento da repercussão geral pelo Supremo no Recurso Extraordinário que trata sobre a

atipicidade da contravenção penal de exploração de jogos de azar.

- Crimes cibernéticos e sugestão de criação de Promotoria de Justiça temática.
- Autos de resistência.
- Impossibilidade de alteração do procedimento de interdição das unidades prisionais no Estado.
- Acesso aos dados do aplicativo *whatsapp* e licitude probatória.
- Súmula Vinculante n. 56.
- Tráfico privilegiado e hediondez.
- Segurança pública e carência do efetivo das polícias no Estado.
- Sistemas de pesquisa para fins de investigação do delito de lavagem de dinheiro.

B) Participação em Campanhas:

- *Enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher*: na qual o MPSC apoia ações de prevenção, esclarecendo a sociedade e estimulando o oferecimento de denúncias que permitam proteger as vítimas e punir seus agressores;
- *Diretrizes Nacionais Feminicídio* – Investigar, processar e julgar com a perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres; (elaboração de relatório com as propostas, iniciativas e resultados do MP na implementação das Diretrizes Nacionais – 1. Diagnóstico de inquéritos policiais e processos judiciais relativos a feminicídio em Santa Catarina; e 2. Criação do Grupo de Atuação Especial do Tribunal do Júri e do Grupo de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar para disseminação das Diretrizes Nacionais – Feminicídio em todo o Estado.
- *Compromisso e atitude pela Lei Maria da Penha*: visa a unir e fortalecer os esforços nos âmbitos municipal, estadual e federal para dar celeridade aos julgamentos dos casos de violência contra as mulheres e garantir a correta aplicação da Lei Maria da Penha, com o apoio do MPSC.
- *Justiça pela Paz em Casa*: objetiva intensificar as ações de enfrentamento à violência contra a mulher no lar. A mobilização é uma iniciativa do Supremo Tribunal Federal (STF), por intermédio da Ministra Carmen Lúcia, tendo em vista o aumento dos casos de violência doméstica em todo o País.
- *Rede Vida no Trânsito (RVT)*: resultado da união de organizações governamentais municipais, estaduais e da união, além de organizações sociais e empresariais, aberta à participação de todos indivíduos ou organizações que desejem trazer paz ao trânsito. A missão da RVT é “Garantir o Direito à Vida no Trânsito”. A visão de futuro é “Fazer de Florianópolis, até 2020, capital referência em educação, respeito, gentileza e paz no trânsito, reduzindo o número de mortes e feridos graves.”

C) Ligue 180 – enfrentamento à violência contra a mulher:

A Central de Atendimento à Mulher - *Ligue 180* - é um serviço oferecido pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, com o objetivo de receber denúncias ou relatos de violência, reclamações sobre os serviços da



rede e de orientar as mulheres sobre seus direitos e sobre a legislação vigente, encaminhando-as para os serviços quando necessário. O MPSC, por meio do CCR, remete às Promotorias de Justiça com atribuição na área as denúncias recebidas da Central do Ligue 180, para as providências cabíveis.

Nesse sentido, no ano de 2015, o CCR encaminhou 720 denúncias, isto é, mais que o dobro das 347 enviadas em 2014. Em 2016, o CCR encaminhou 1.743 denúncias. Em outras palavras, no período de dois anos, esse número aumentou cinco vezes.

Todas as denúncias enviadas pelo CCR às Promotorias de Justiça são enviadas com cópia à Central de Atendimento à Mulher, garantindo-se a rastreabilidade do atendimento de cada caso.

D) Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (PROVITA/SC):

O MPSC, por meio do CCR, apoia as ações do PROVITA em Santa Catarina, ao participar ativamente de seu Conselho Deliberativo; auxilia Promotores de Justiça no encaminhamento de pessoas ameaçadas para análise de casos pelo PROVITA (triagem e eventual ingresso); e providencia suporte técnico-operacional para realização de atividades sigilosas do Programa.

E) Grupo de Atuação Especial do Tribunal do Júri (GEJURI) – Ato n. 212/2016/PGJ

Em 2016, foi criado o grupo de Atuação Especial do Tribunal do Júri (GEJURI) com o objetivo de promover a atuação articulada e uniforme dos órgãos de execução do MPSC que desempenham suas atribuições nos processos de apuração dos crimes dolosos contra a vida.

Foram realizadas, ainda no ano de 2016, três reuniões do GEJURI, com os seguintes resultados:

- Estudo e conclusão a respeito da natureza jurídica do feminicídio (art. 121, § 2º, VI, do CP).
- Estudo e conclusão acerca da (in)viabilidade de se reconhecer o quesito genérico da absolvição (clemência), mesmo que incompatível com as provas colhidas dos autos.
- Debates acerca do emprego de diversas ferramentas audiovisuais no plenário do Júri para facilitar as exposições da acusação.
- Acompanhamento gráfico e estatístico da quantidade de denúncias por crimes dolosos contra a vida, além de pronúncias, impronúncias, desclassificações e condenações, a fim de estabelecer estratégias institucionais.
- Participação colaborativa com os Promotores titulares em júris decorrentes de casos concretos de reconhecida gravidade ou repercussão social.
- Solicitação de compra de torsos expositivos, com réplicas de órgãos humanos, para facilitar na apresentação em plenário aos jurados.
- Criação de espaço exclusivo na *Intranet* e conteúdos relacionados ao Tribunal do Júri (decisões, artigos, boletins especializados), para facilitar e estimular pesquisas por parte dos membros com atribuições na área.

F) Grupo de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (GEVIM) – Ato n. 227/2016/PGJ

O Grupo de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (GEVIM) foi criado pelo Ato n. 0227/2016/PGJ, em 8/4/2016, com o objetivo de promover a atuação articulada dos órgãos do Ministério Público na defesa e proteção dos direitos das mulheres em situação de violência doméstica e familiar, por meio da implementação de ações e projetos voltados à efetivação da Lei Maria da Penha. O Grupo é formado por Procuradores(as) e Promotores(as) de Justiça que atuam na área da violência doméstica e familiar contra a mulher .

Em 2016, o GEVIM se reuniu duas vezes e tratou sobre: o atendimento de denúncias recebidas do Ligue 180; a proposta da ONU Mulheres para implantação do Modelo de Protocolo Latino-americano para Investigação das Mortes Violentas por Razões de Gênero em SC; situação das Delegacias especializadas para atendimento à mulher; Cadastro Nacional de Casos de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; deferimento de medidas protetivas de forma autônoma (prazo e descumprimento); audiência de custódia em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher; aplicação da Lei Maria da Penha a transexuais e travestis; Projeto de Lei n. 173/2015, que tipifica o crime do descumprimento de medidas protetivas da Lei n. 11.340/2006; e Projeto de Lei n. 07/2016, que altera a Lei Maria da Penha, para permitir que o Delegado de Polícia decida sobre o deferimento de medidas protetivas de urgência após o registro de ocorrência policial.

Entre os resultados alcançados pelo grupo destacam-se: (a) a reformulação da rotina de recebimento e encaminhamento do Ligue 180, com tratativas na Secretaria de Segurança Pública; (b) a discussão quanto à importância de que o Promotor de Justiça esteja atento aos casos em que realizado julgamento moral da vítima, repudiando tal prática e solicitando o registro em ata dessa prática despropositada, muitas vezes alegada pela defesa; e (c) a análise da atual distribuição da atribuição de violência doméstica e familiar contra a mulher nas Promotorias de Justiça.

G) Grupo Estadual de Execuções Penais (GEEP)

Desde sua criação em 2013, o Grupo Estadual de Execuções Penais (GEEP): acompanha o desenvolvimento das atividades de execução penal; promove entre os órgãos públicos e organismos sociais o efetivo cumprimento da Lei de Execuções Penais, quanto aos direitos e às obrigações dos presos; colabora, por intermédio de seus integrantes, mediante designação e com a anuência do Promotor de Justiça natural, em processos judiciais e procedimentos extrajudiciais no âmbito da execução penal, além de realizar visitas técnicas nas unidades prisionais; e fomenta o debate permanente sobre temas da execução penal para uniformizar o entendimento e os trabalhos desenvolvidos.

Em 2016, atuação conjunta entre CCR, GEEP e Promotoria de Justiça da Execução Penal da Comarca de Joinville, para a realização de estudos sobre decisões da Vara de Execuções Penais, resultando na interposição de diversos agravos de execução contra a incorreta aplicação da súmula 56, bem como mandados de segurança para destrancar diversos recursos que se encontravam represados no Cartório da Vara. Esse trabalho foi realizado, também, por Promotores de Justiça que foram especialmente designados para atuar perante a Vara de Execuções Penais daquela Comarca.

Ainda em 2016, após solicitação do GEEP, remetida pelo CCR, o PGJ autorizou a contratação de um Estagiário de Pós-Graduação para as equipes dos Gabinetes de Promotorias com atribuição na execução penal, de entrância especial,



e que, no âmbito de sua atuação, contem com penitenciária instalada na respectiva Comarca ou região. Oito foram as Comarcas contempladas: Capital, São José, Itajaí, Joinville, Curitiba, Chapecó, Criciúma e Blumenau;

H) Capacitação de Membros na área criminal

- Abril: Curso Perícias Oficiais, Florianópolis/SC.
- Junho: Curso de Investigação Criminal e Financeira, Chapecó/SC.
- Agosto: 22º Seminário Internacional do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM), São Paulo/SP.
- Setembro: Curso sobre lavagem de dinheiro, MPSC e Ministério da Justiça, Florianópolis/SC
- Setembro: VI Encontro Nacional do MP no Controle Externo da Atividade Policial e VII Encontro Nacional do MP no Sistema Prisional, Brasília-DF.
- Outubro: Congresso do Júri, Águas de Lindoia/SP.

I) Audiência de Custódia

As audiências de custódia foram implantadas, de forma gradativa, no Estado de Santa Catarina, por meio da Resolução n. 01, de 20 de abril de 2016, do Conselho da Magistratura, inicialmente nas Comarcas de Araranguá, Blumenau, Capital, Chapecó, Concórdia, Criciúma, Indaial, Itajaí, Jaraguá do Sul, Joinville, Lages, Mafra, Tijucas e Videira, desde 1º de maio de 2016.

Anteriormente, foi implementado projeto-piloto de Audiências de Custódia na Comarca da Capital, em funcionamento desde setembro de 2015, consoante Resolução Conjunta GP/CCJ n. 6, de 4 de setembro de 2015, e a implantação integral, incluídas todas as competências, iniciou em 21 de abril de 2016.

A Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP) e a Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania (SJC) editaram a Resolução Conjunta n. 01, de 28 de abril de 2016, que disciplina a participação desses órgãos nas audiências de custódia.

No período compreendido entre janeiro e agosto do ano de 2016, foram 596 decisões de concessão de liberdade provisória, 29 de relaxamento da prisão em flagrante e 590 de conversão em prisão preventiva.

Segundo informações do TJSC, até junho de 2016, foi constatada uma média de 50,7% de concessões de liberdade provisória e 49,3% de prisões provisórias (<http://www.cnj.jus.br/noticias/judiciario/82721-tribunal-avalia-fluxo-das-audiencias-de-custodia-em-santa-catarina>).

No âmbito do MPSC, tem-se o Ato n. 273/2016/PJG, o qual estabelece que as audiências de custódia realizadas em dias úteis, independentemente do horário, serão de responsabilidade das Promotorias de Justiça com atribuições criminais, em sistema de rodízio entre os Membros, cabendo o ajuste aos participantes (art. 4º). Na Capital, a 39ª Promotoria de Justiça detém atribuição exclusiva nas audiências de custódia, excetuadas as realizadas em regime de plantão.

J) Participação em Grupos e afins:

- Comitê para criação da Comissão e Mecanismo de Combate à Tortura.
- Estratégia Nacional de Justiça Segurança Pública (ENASP).
- Grupo Nacional dos Coordenadores de Centros de Apoio Operacional Criminal.
- Grupo Permanente de Análise e Monitoramento de Ações de Facções Criminosas (GRANFRACRIM).
- Conselho Deliberativo do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas (CONDEL-PROVITA/SC).
- Grupo Nacional de Combate a Organizações Criminosas (GNCOC).
- Grupo de Trabalho sobre Audiência de Custódia.
- Grupo de Trabalho sobre Tramitação Direta de Inquéritos Policiais.
- Grupo de Trabalho sobre Juizados Especiais Criminais.
- Programa Justiça Presente (TJSC – Judiciário, MPSC, PMSC e Polícia Civil nos estádios de futebol).
- Grupo de Trabalho sobre Abordagem Policial (ALESC – Comissão dos Direitos Humanos).

K) Metas da ENASP

META 2016 – FEMINICÍDIO: A ENASP elegeu o feminicídio como tema do ano de 2016 para desafiar as estatísticas. Ações significativas visando à redução desses números vêm sendo efetivadas por todo o Brasil. O objetivo é oferecer à sociedade uma resposta à criminalidade contra a mulher, desde a adequada apuração do delito, em sede de Inquérito Policial, até a responsabilização dos agentes, passando pela persecução criminal.

Como execução da meta, foram identificados todos os Inquéritos Policiais instaurados para apurar o crime de feminicídio, de 15 de março de 2015 (data da entrada em vigor da lei) até 18 de novembro 2016.

O objetivo da meta é que os Inquéritos Policiais alcancem seu termo final, seja com a propositura da competente ação penal, seja pela desclassificação ou mesmo pelo arquivamento – causas de extinção da punibilidade.

Em Santa Catarina, a Corregedoria-Geral da Justiça apresentou os seguintes dados:

AFERIÇÃO NUMÉRICA	
Classificação	Número
DENUNCIADOS	51
ARQUIVADOS	4
BAIXADOS PARA DILIGÊNCIAS	5
SIGILOSOS	67
TOTAL	127



Meta 2 – conclusão de inquéritos policiais sobre homicídios dolosos: Dar maior efetividade à apuração de homicídios dolosos, ante a constatação da existência, no Estado, de 486 inquéritos policiais não concluídos, envolvendo crimes desse tipo praticados antes de 31/12/2009.

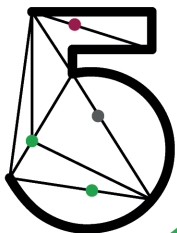
Ações desenvolvidas e resultados: Acompanhamento, em articulação com a Polícia Civil e os Promotores de Justiça do Tribunal do Júri, das ações voltadas à solução e conclusão dos 486 inquéritos policiais que se encontravam pendentes, envolvendo homicídios dolosos ocorridos antes de dezembro de 2009, com base na Meta 2 da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (ENASP).

Assim, do estoque inicial de 486 inquéritos policiais, foram concluídos 423, dos quais 18% resultaram em denúncias, percentual bem superior à média nacional, já que o índice de elucidação dos crimes de homicídio doloso no Brasil situa-se entre 5% e 8% — considerado baixíssimo, em contraste com países mais evoluídos (o índice é de 65% nos Estados Unidos, 80% na França e 90% no Reino Unido).

Em 2016, a ENASP considerou como encerrada a Meta 2.







OBJETIVO ESTRATÉGICO

OBJETIVO ESTRATÉGICO 5 - **PROMOVER E DEFENDER OS DIREITOS E GARANTIAS INFANTO-JUVENIS**

OBJETIVO: Assegurar a crianças e adolescentes catarinenses o efetivo respeito pelo Poder Público e pela sociedade em geral aos direitos e às garantias que lhe são assegurados, primordialmente, nas áreas de assistência social, educação, saúde e segurança.

RESPONSÁVEIS: Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAIJ) e Promotorias de Justiça.

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS IMPLEMENTADAS:

1 PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO E APOIA

OBJETIVO: Reduzir a evasão e a infrequência escolar; instar o fortalecimento das políticas públicas intersetoriais relacionadas à educação infantojuvenil para prevenir e combater o abandono e a reprovação escolar, além de promover a educação de qualidade e o sucesso escolar.

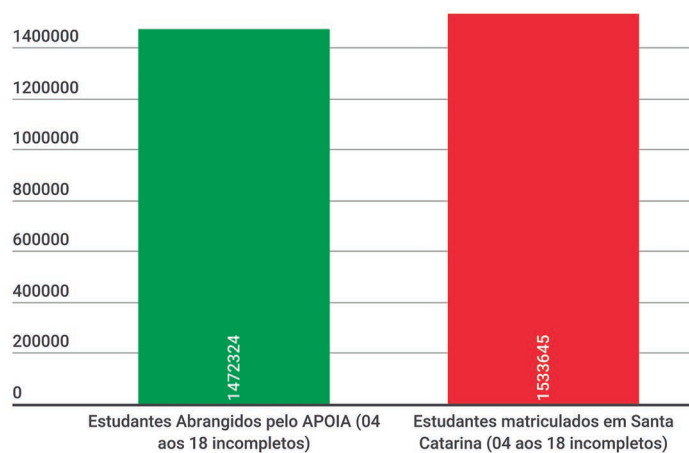
AÇÕES DESENVOLVIDAS:

- A)** Ampliaram-se os Municípios com Sistema Apoia Online (sistema eletrônico que permite o repasse imediato, em tempo real, dos avisos de infrequência escolar dos alunos entre a Escola, o Conselho Tutelar e o Ministério Público).
- B)** Capacitações na modalidade de educação a distância, capacitando membros e servidores do Ministério Público, educadores (Professores, Orientadores Educacionais, Diretores, etc.) e conselheiros tutelares.
- C)** Facilitação de diagnósticos, com o desenvolvimento de painéis de indicadores do Programa, obtidos a partir da ferramenta *Business Intelligence* (B.I.), com base em informações sobre a infrequência escolar extraídas do Sistema Apoia Online.

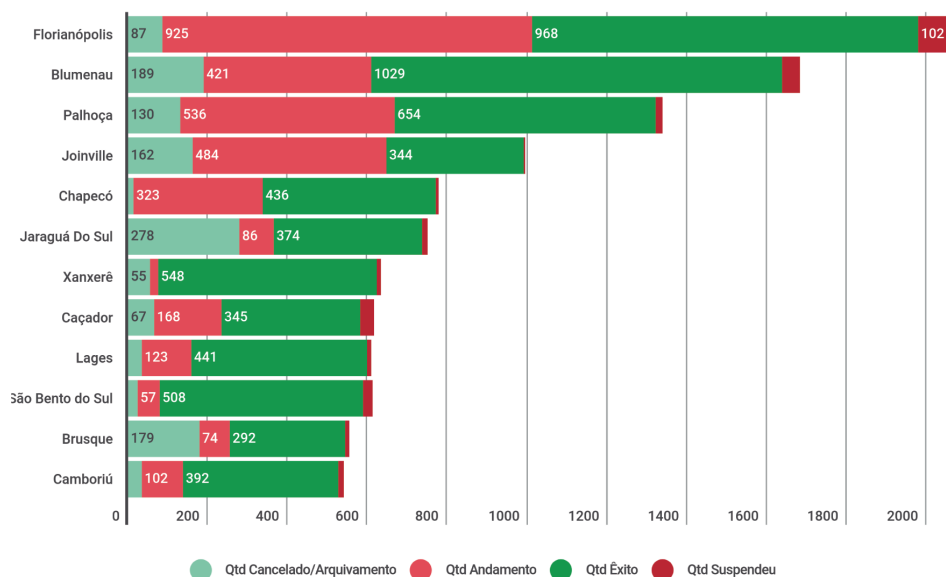
RESULTADOS:

- A)** Foram capacitados 1.591 profissionais, entre Conselheiros Tutelares, Servidores da Educação, Servidores do Ministério Público e Promotores de Justiça, de diversos Municípios, para a utilização do Sistema APOIA Online.
- B)** Acesso ao sistema do Ministério Público (*Business Intelligence* do Programa APOIA) à Secretaria Estadual de Educação, para auxiliar na formulação de políticas públicas.
- C)** Dados que podem ser extraídos do *Business Intelligence* do Programa APOIA:

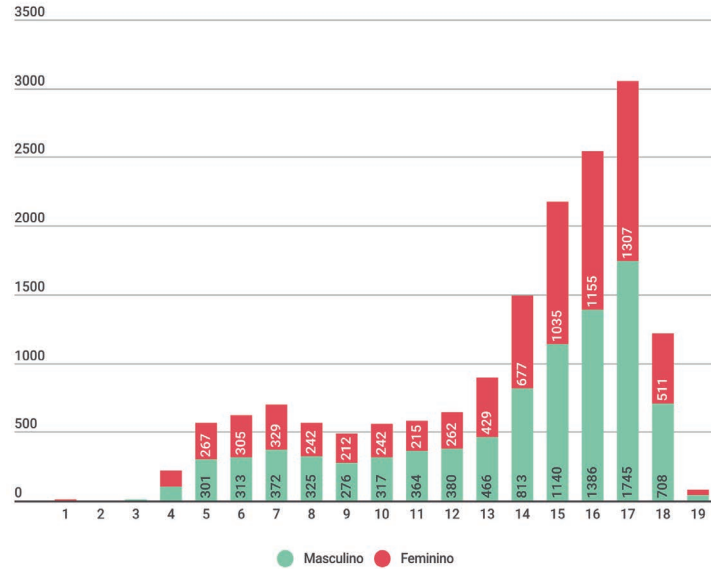
1- Programa de Fortalecimento da Educação e APOIA



Infrequência escolar - Distribuição por Municípios



Infrequência Escolar por Faixa Etária



Motivos da Evasão Escolar (Informados pelas Escolas)



Estatísticas Gerais do Sistema APOIA online

Ocorrências APOIA		31.834
Ocorrências com Êxito		19.567
Alunos APOIA		26.959
Alunos Voltaram		16.466
Municípios APOIA		286
Municípios Convênio		281
Escolas com APOIA		2.192

2

NÚCLEO INTERSETORIAL DE SUPORTE AO APOIA (NISA)

OBJETIVO: Fomentar a implantação e manutenção de grupos intersetoriais que trabalhem de modo articulado as questões relacionadas à qualidade da educação e às causas da infrequência escolar. Esses grupos são articulados pelo Ministério Público, sendo compostos por representantes de Escolas, Conselhos Tutelares, Secretarias da Educação, da Saúde e outros órgãos.

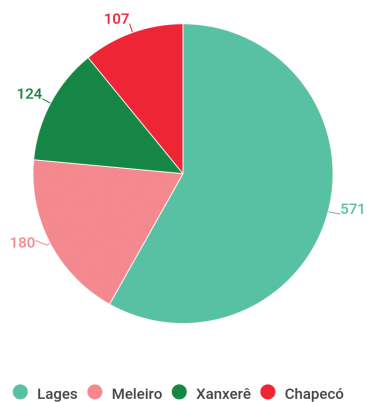
AÇÕES DESENVOLVIDAS:

- A) Oficinas.
- B) Capacitações.
- C) Acompanhamento do processo de retorno das crianças e dos adolescentes às escolas.

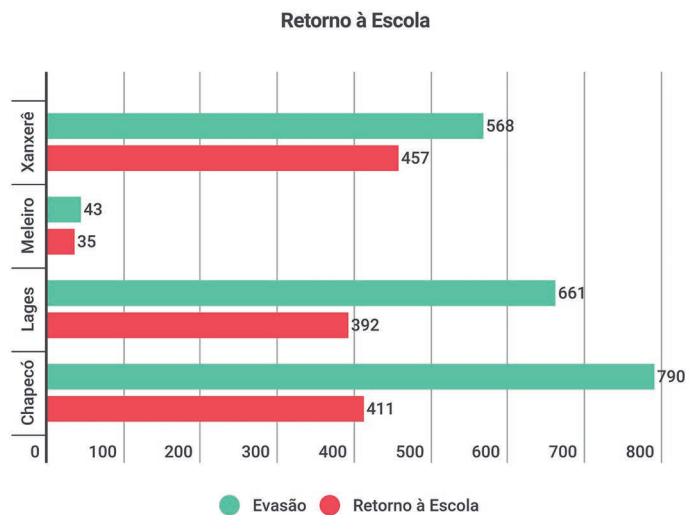
RESULTADOS:

- A)** Em 2016, o Programa NISA foi instalado nos Núcleos de Chapecó, Lages, Meleiro e Xanxerê. O Ministério Público de Santa Catarina realizou Oficinas, as quais contaram com a participação de Conselheiros Tutelares; de Secretarias Municipais de Saúde, Educação, Segurança Pública e Assistência Social; de Secretarias de Estado da Saúde e da Educação; de Escolas Municipais e Estaduais; de Universidades; e de Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).
- B)** O Ministério Público realizou nove capacitações de Conselheiros Tutelares, Servidores da Educação, Servidores e Membros do Ministério Público, sendo: quatro apresentações do *Business Intelligence (B.I)* do Programa APOIA Online pelo Consultor Rossano de Calda Nogueira; uma palestra sobre docência ministrada pela Prof. Drª Neide Arrias em Meleiro; três palestras sobre o Combate à Corrupção nas Escolas, ministradas pelo Promotor de Justiça Dr. David do Espírito Santo; uma palestra sobre Combate à Corrupção nas escolas ministrada pelo Promotor de Justiça Dr. Ricardo Viviani de Souza em Chapecó e Meleiro.

Participantes das Oficinas e Capacitações



Durante a execução do Programa NISA, o Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude realizou o acompanhamento do processo de retorno das crianças e dos adolescentes às escolas.



Oficinas realizadas em Meleiro, Lages, Xanxerê e Chapecó

OBJETIVO: Instituir o Programa Aprendiz no âmbito do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, com o objetivo de assegurar ao aprendiz formação técnico-profissional que favoreça o ingresso no mercado de trabalho, mediante atividades teóricas e práticas desenvolvidas no ambiente de trabalho, de modo a estimular a inserção, reinserção e a manutenção dos aprendizes no sistema de ensino e a garantir seu processo de escolarização.

AÇÕES DESENVOLVIDAS:

- A)** Procedimento licitatório para a contratação de entidade sem fins lucrativos que oferecerá a formação teórica aos aprendizes.
- B)** Atendimento psicossociais.
- C)** Avaliações de desempenho e do Programa pelo Sistema de Formulários Dinâmicos.
- D)** Reuniões mensais da Comissão de Acompanhamento do Programa.

RESULTADOS:

- A)** Contratação de 20 aprendizes.
- B)** Palestra do Dia Internacional de Combate à Corrupção.
- C)** Realização de três atividades com o grupo de aprendizes (Plano de Acompanhamento Psicossocial – PAP).
- D)** Realização de três atividades com o grupo de orientadores.
- E)** Capacitação dos aprendizes como auxiliar administrativo.
- F)** Acompanhamento da frequência escolar dos aprendizes.
- G)** Atividades práticas nas áreas administrativas do Ministério Público.



Recepção dos aprendizes no Ministério Público e 1º Encontro psicossocial com os aprendizes

APOIO E REFLEXÃO (GAR)

OBJETIVO: Prestar atendimento, por servidores capacitados do Ministério Público, a pessoas em processo de divórcio, guarda e regulamentação de visitas, evitando, assim, o agravamento de conflitos familiares.

AÇÕES DESENVOLVIDAS:

- A)** Formalização do Grupo de Apoio e Reflexão (GAR), o qual funciona em sala do Fórum do Estreito (Comarca da Capital).
- B)** Capacitação de servidores do Ministério Público para atuarem como facilitadores.
- C)** Aplicação de técnicas de autocomposição familiar.

RESULTADOS:

- A)** Atendimento a 69 pessoas, partes em processo judicial na vara da família.
- B)** Resolução efetiva dos conflitos familiares.





OBJETIVO ESTRATÉGICO

OBJETIVO ESTRATÉGICO 6 - **ASSEGURAR A DEFESA E A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE URBANO E RURAL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

OBJETIVO: Promover as medidas necessárias para garantir às presentes e futuras gerações o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado e ao desenvolvimento sustentável.

RESPONSÁVEIS: Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente (CME) e Promotorias de Justiça.

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS IMPLEMENTADAS:

1 PROGRAMA LIXO NOSSO DE CADA DIA

OBJETIVO: Promover a recuperação de áreas degradadas, a destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos, além de estimular os órgãos de execução a exigir a implantação de políticas públicas.

AÇÕES DESENVOLVIDAS:

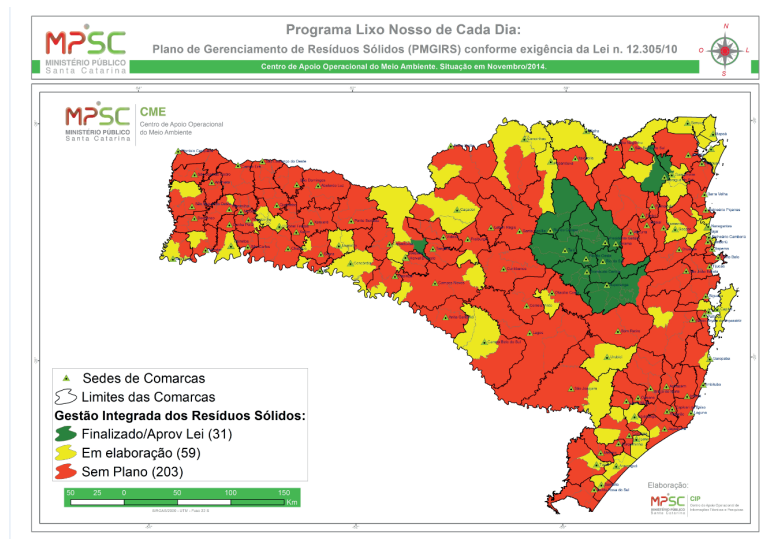
- A)** Formalização de Termos de Cooperação, envolvendo os Municípios, as Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional e as Associações de Municípios.
- B)** Acompanhamento pelas Promotorias de Justiça, do cumprimento da elaboração dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) e da adequação destes ao conteúdo mínimo previsto no art. 19 da Lei n. 12.305/2010.
- C)** Promoção de ações para verificar a efetiva recuperação das áreas anteriormente utilizadas para disposição final de resíduos sólidos e urbanos. Para tanto, foi remetido ofício aos Municípios catarinenses para avaliar a atual situação das áreas, além da realização de reuniões com a Fundação do Meio Ambiente (Fatma) e Polícia Militar Ambiental (PMA).

RESULTADOS:

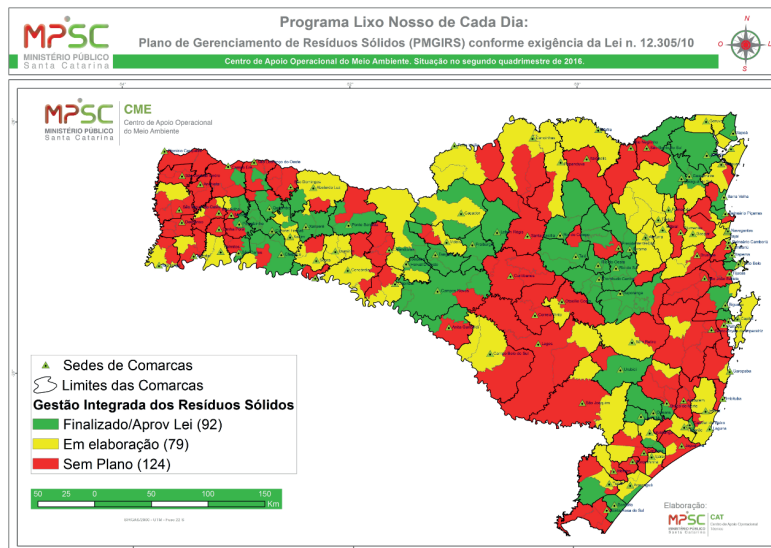
- A)** O diagnóstico realizado identificou que apenas 31% dos Municípios catarinenses possuem Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos aprovado por lei.

	2014	2015	2016
Municípios com Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Municipal finalizado e aprovado por lei	31	48	92
Municípios com Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Municipal finalizado, mas em tramitação legislativa	59	75	79
Municípios sem Plano	203	172	124

Antes



Depois



2 PROGRAMA SANEAMENTO BÁSICO

OBJETIVO: Aumentar o índice de esgotamento sanitário e a eficiência dos sistemas de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.

AÇÕES DESENVOLVIDAS:

As ações relacionadas ao Programa desenvolvem-se desde 2004 e, diante da ausência de dados oriundos dos diversos órgãos públicos com atribuição ao fornecimento de melhoria das condições do esgotamento sanitário, o Ministério Público estabeleceu como uma das atividades a consolidação das informações existentes e a busca por novos dados, relacionados aos 295 Municípios catarinenses, inclusive os relacionados às obras de melhoria e ampliação dos sistemas de esgotamento sanitário, as quais trazem resultado direto na qualidade de vida dos catarinenses.

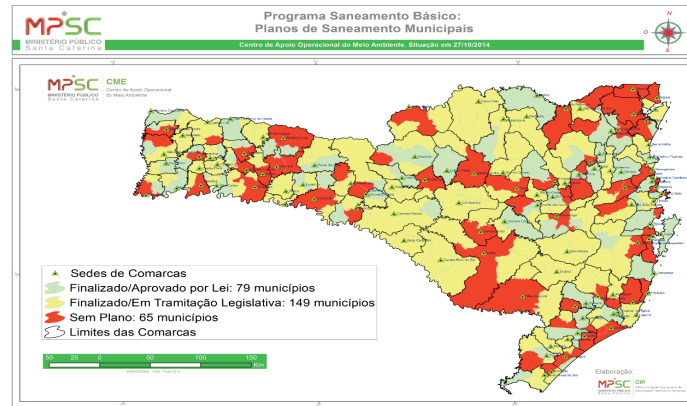
RESULTADOS:

- B)** Concluiu-se, a partir do diagnóstico realizado, que apenas 74% dos Municípios catarinenses possuem Plano de Saneamento Básico aprovado por lei.

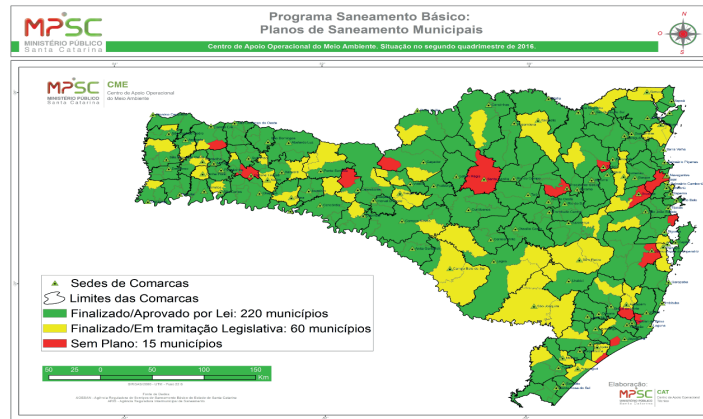
	2014*	2015	2016
Municípios com Plano Municipal de Saneamento finalizado e aprovado por lei	79	184	220
Municípios com Plano Municipal de Saneamento finalizado, mas em tramitação legislativa	149	82	60
Municípios sem Plano	65	29	15

* Foram considerados 293 Municípios, e não os 295. Pescaria Brava e Balneário Rincão, ainda estavam fora da contagem, tendo em vista que a Secretaria de Estado do Planejamento não havia incluído no mapa político do Estado.

ANTES



DEPOIS



OBJETIVO: Zelar pela sustentabilidade das cidades; regularização de áreas degradadas; proteção de áreas especialmente protegidas; fiscalização do uso e ocupação do solo urbano; e acompanhamento da elaboração e respectivas alterações legislativas.

Diante do acelerado processo de expansão urbana estabelecido ao longo dos anos, de forma desordenada e desarticulada, propiciando o surgimento de verdadeiros núcleos de urbanização, totalmente desencontrados e sem privilegiar cidades com áreas integradas, compreendeu-se pela necessidade de dar início à discussão do tema no âmbito do Ministério Público Catarinense.

As medidas adotadas pelo Ministério Público estão todas direcionadas no sentido de aproximar as políticas de planejamento urbano com regularização fundiária, prioritariamente em relação as áreas de risco, as quais, em sua grande maioria, são ocupadas por população de baixa renda, sendo imprescindível alicerçar as políticas públicas em relação ao tema, resguardando, assim, direitos fundamentais de dignidade humana, possibilitando o acesso à moradia digna e verdadeira inclusão social.

3.1 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

OBJETIVO: Induzir o cumprimento do dever constitucional dos Municípios de promover o ordenamento urbano de seu território, concretizando-o na elaboração do diagnóstico socioambiental, principalmente para fins de regularização fundiária.

AÇÕES DESENVOLVIDAS:

- A)** Enunciados de delimitação de APPs Urbanas Consolidadas, resultante dos eventos ocorridos em 2007 e 2014, que objetivaram auxiliar a atuação dos Promotores de Justiça com atribuição na área do Meio Ambiente e Direito Urbanístico no Estado de Santa Catarina, tendo em vista a dificuldade no tratamento do tema APPs Urbanas e definição dos limites legalmente impostos para proteção das matas ciliares ali situadas, ante a realidade histórica de urbanização das cidades do Estado Catarinense, iniciadas e desenvolvidas, em sua maioria, às margens dos cursos d'água.
- B)** Constatou nos Enunciados revisados, em 2014, a imprescindibilidade de delimitação do perímetro urbano pelo poder público municipal, por intermédio de um diagnóstico socioambiental que identificasse as áreas de risco e de preservação permanente, objetivando a proteção da população e do meio ambiente.
- C)** Solicitação de elaboração de um parecer técnico pelo Centro de Apoio Operacional Técnico (CAT) do Ministério Público, com o objetivo de estabelecer o conteúdo mínimo do documento (diagnóstico socioambiental).
- D)** Elaboração de material de apoio para atuação dos órgãos de execução do MPSC, composta por Recomendação, TAC e ACP.

- 
- E) E-mail remetido às Promotorias de Justiça, em 16/7/2015, destacando a importância e a necessidade de induzir o poder público municipal a dar início urgente à elaboração dos Diagnósticos Socioambientais, como instrumento norteador da atuação de política urbana, a fim de coibir ou pelo menos diminuir, as consequências dos desastres naturais sobre a população, identificando as áreas urbanas consolidadas, as áreas de risco e as áreas de preservação permanente.
 - F) Na ocasião, foram remetidos, além do Parecer técnico do CAT, modelos de ACP, TAC e Recomendação para auxiliar na atuação das Promotorias de Justiça na exigência do Diagnóstico Socioambiental junto na Administração Pública Municipal.
 - G) Encontros de trabalho regionalizados, por área de abrangência das Associações de Municípios, que contou com a participação dos gestores e representantes municipais e Promotores de Justiça.
 - H) E-mail solicitando informações dos encaminhamentos adotados pelos órgãos de execução do MPSC (30/3/2016 e 13/12/2016).

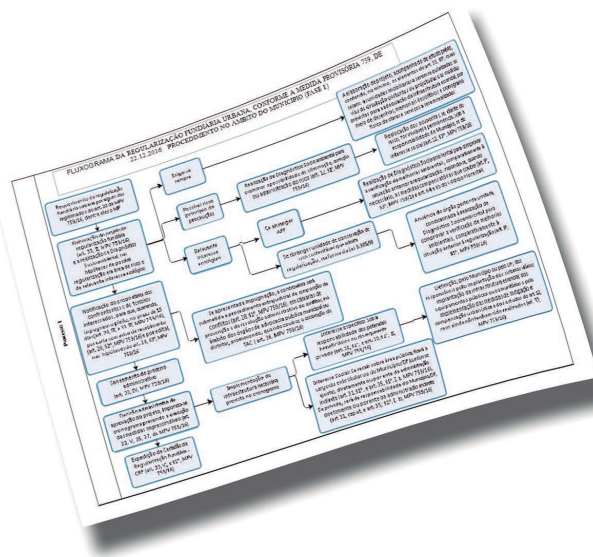
RESULTADOS:

A) Elaboração dos diagnósticos socioambientais.

A situação, segundo dados até dezembro de 2016, em relação aos Municípios que já finalizaram seus diagnósticos socioambientais ou estão em fase de elaboração, além da atuação das Promotorias de Justiça, é a seguinte:

- Diagnósticos finalizados – 9
 - Diagnósticos em elaboração – 37
 - Inquéritos Cíveis – 6
 - Recomendações – 32
 - Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta – 7
 - Ações Cíveis Públicas – 10
 - Liminares favoráveis – 4
- B) Mobilização dos Municípios, por intermédio de suas Associações, para buscar informações detalhadas para elaboração do diagnóstico socioambiental, conscientes da importância para o ordenamento urbano, especialmente para regularização fundiária no âmbito de seus territórios, representada pelo número de diagnósticos finalizados somado ao número de diagnósticos em elaboração, 46 (quarenta e seis).
 - C) Publicação do Guia de Atuação no Ordenamento Territorial e Meio Ambiente Link de acesso ao documento: <https://documentos.mpsc.mp.br/portal/manager/resourcesDB.aspx?path=599>
 - D) Publicação da primeira Lei Municipal (Município de Jaraguá do Sul), que identificou, após a realização do diagnóstico socioambiental, as áreas urbanas consolidadas, propiciando segurança ao gestor municipal no que diz respeito à regularização de áreas no âmbito de seu território.
 - E) Elaboração de Quadro Sinóptico e Fluxogramas de orientação à regularização fundiária, conforme a MP 759/2016.





4 OUTRAS INICIATIVAS

4.1 DIÁLOGOS INTERINSTITUCIONAIS

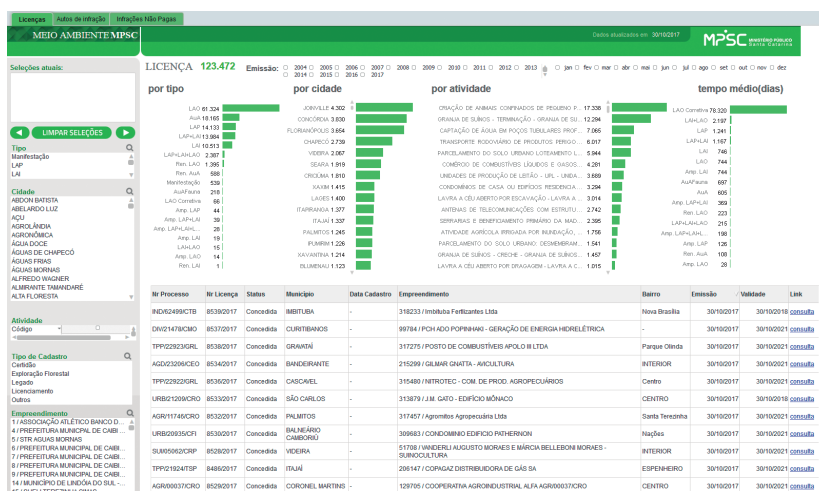
OBJETIVO: Buscar a aproximação entre MPSC, PMA e FATMA, mediadas pelo Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, no intuito de apurar as circunstâncias que diminuem a eficiência do sistema de proteção ambiental, destacando a dificuldade no encaminhamento e recebimento de ofícios entre os órgãos (tempo, quantidade e déficit de recursos humanos), que acarretam a perda de informações e a resposta tardia para os casos concretos que exigem a pronta intervenção das instituições.

AÇÕES DESENVOLVIDAS:

Após o ciclo de encontros regionais, ocorrido em 2015, que objetivou a integração entre órgãos ambientais com o intuito de aprimorar a atuação integrada das instituições de defesa do meio ambiente catarinense, ocasião em que foi identificada a existência de uma grande quantidade de fatos que não eram comunicados, relacionados às ocorrências de infrações à legislação ambiental, e que caracterizavam ilícito penal, os quais não estavam sendo comunicados ao Ministério Público, para análise, ou mesmo de fatos enviados em duplicidade pela Polícia Militar Ambiental e Fundação do Meio Ambiente, caracterizando desperdício de recursos operacionais de todos os envolvidos no processo.

Assim, em 2016, na expectativa de minimizar esses efeitos e aumentar a eficiência da atuação dos Promotores de Justiça na proteção ambiental, o Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente (CME), em conjunto com a Coordenadoria de Informação Social, elaborou projeto de análise associativa de dados que objetivou dar maior agilidade à troca de informações e eliminar ou, ao menos, minimizar o impacto das informações não encaminhadas, garantindo, inclusive, maior transparência dos dados.

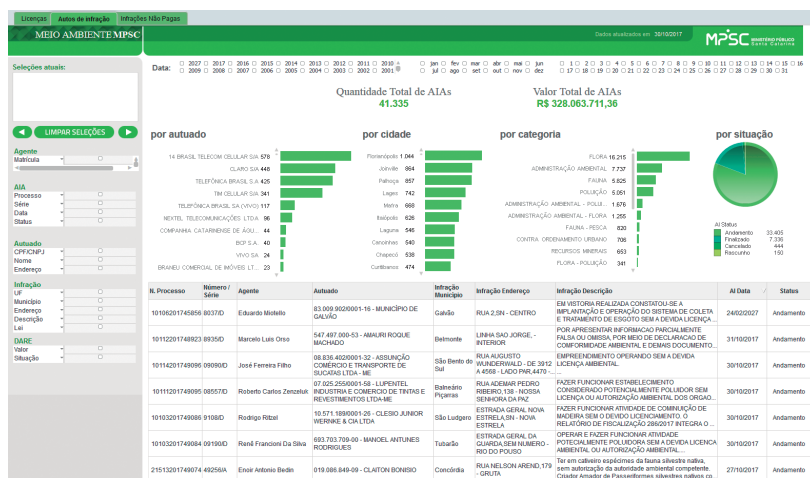
Após, dando seguimento, foi feita a integração de dados do SinFAT (processos de licenciamento ambiental – Termo de Cooperação Técnica n. 16/2007) e GAIA (Gestão e Acompanhamento de Infrações Ambientais) na ferramenta Qlik View pelo MPSC.



* A informação acima refere-se à tramitação dos processos de licenciamento ambiental do órgão estadual (Fatma), com as seguintes possibilidades de consulta: número de licenças expedidas; tipo de licença (LAP; LAI; LAO; AuA; LAP + LAI; Renov. LAO etc.); por cidade; por atividade; tempo médio (dias)

As informações poderão ser filtradas, bastando clicar no gráfico verde que serão especificadas.

Ainda, no campo abaixo, aparecem os dados dos últimos licenciamentos expedidos por ordem cronológica, indicando o número do processo, da licença, município de origem, empreendimento etc.



* As informações sobre os autos de infração poderão ser filtradas da mesma forma que explicitado acima. Esse sistema é alimentado pela Polícia Militar Ambiental (PMA) e Fundação do Meio Ambiente (Fatma)

Com o objetivo de apresentar as possibilidades de uso da ferramenta para as Promotorias de Justiça, foram realizados, por Núcleos Regionais, vários encontros de trabalho:

- Joinville – 14/6/2016
- Mafra – 15/6/2016
- São José – 16/6/2016
- São Miguel do Oeste – 05/7/2016
- Chapecó – 6/7/2016
- Blumenau – 8/8/2016
- Rio do Sul – 9/8/2016
- Itajaí – 29/9/2016
- Joaçaba – 5/10/2016
- Videira – 6/10/2016
- Lages – 7/10/2016
- Florianópolis – 07/12/2016



RESULTADOS:

- A) Aumento da eficiência na atuação dos órgãos envolvidos e diminuição de tempo para determinados atos do MP, PMA e FATMA, em razão da significativa redução de documentos que precisam ser elaborados, impressos, remetidos e respondidos, já que a informação poderá ser obtida diretamente no sistema do órgão expedidor do documento.
- B) Maior transparência dos dados inseridos pelos órgãos públicos, o que vem provocando cautela e aprimoramento pelos entes gestores dos sistemas, por ocasião da inserção dos referidos dados, e possibilitando a correção de eventuais equívocos, tais como: data futura e coordenadas geográficas, as quais, em alguns casos, não retratam a realidade.
- C) Possível diminuição da cifra negra relacionada às infrações penais ambientais.
- D) Interesse em conhecer as possibilidades de uso da ferramenta por outras unidades do Ministério Público Estadual e Federal.

4.2. LICENCIAMENTO AMBIENTAL MUNICIPAL

OBJETIVO: Adequar os órgãos ambientais municipais às exigências legais, técnicas e estruturais para o desenvolvimento de licenciamento e das atividades de fiscalização ambiental com impacto local, garantindo que a política pública de proteção ambiental seja efetivada com integral respeito às normas e aos princípios ambientais.

AÇÕES DESENVOLVIDAS:

- A) Reunião com o TCE/SC;
- B) Encaminhamento de questionário aos Municípios que optaram pela condução dos processos de licenciamento e fiscalização de atividades de impacto local.
- C) Formalização pelo TCE da entrega dos resultados obtidos com o questionário para o Procurador-Geral de Justiça.
- D) Apresentação dos resultados compilados pelo TCE/SC para os Conselheiros do Conselho Consultivo do Meio Ambiente – Promotores de Justiça com atuação Regional - e para a FATMA.
- E) Elaboração de material de apoio, composta por TACs, ACPs e Mapas.
- F) Remessa, via e-mail, as respectivas Promotorias de Justiça do resultado do levantamento apurado com o concomitante envio de sugestões de peças extraprocessuais, processuais, mapas e legislação correlata; (13/7/2016)
- G) Atualização dos dados relacionados aos Municípios que passaram à condução do processo de licenciamento ambiental após novembro de 2015.
- H) Formalização de Termo de Cooperação Técnica n. 64/2016/MP entre a Federação Catarinense de Municípios (FECAM), a Fundação do Meio Ambiente (FATMA) e o Ministério Público, o qual tem por objeto a conjugação de esforços entre as partes, visando à adequação da municipalização do licenciamento ambiental em Santa Catarina, com o uso do Sistema de Informações Ambientais da FATMA (SinFAT), conforme previsto em lei estadual, nos Municípios que exercem

ou venham a exercer a atividade de licenciamento ambiental, permitindo o compartilhamento das informações e o adequado cumprimento da legislação, por meio da parceria das instituições.

- I) Remessa de e-mail aos Promotores de Justiça das respectivas Comarcas em que os Municípios iniciaram o processo após novembro de 2015, sugerindo a remessa do questionário elaborado em conjunto com o TCE/SC, ocasião em que foram remetidos, também, os modelos de peças extrajudiciais e judiciais, objetivando a adequação do poder público para o exercício da função (14/11/2016).
- J) Remessa de e-mail aos Promotores de Justiça das respectivas Comarcas em que os Municípios deram início ao processo de licenciamento e fiscalização ambiental até novembro de 2015, a fim de que fornecessem o levantamento das ações realizadas pelas Promotorias de Justiça, exigindo que a municipalidade tenha estrutura mínima para desenvolver tal atividade adequadamente (22/11/2016).

RESULTADOS:

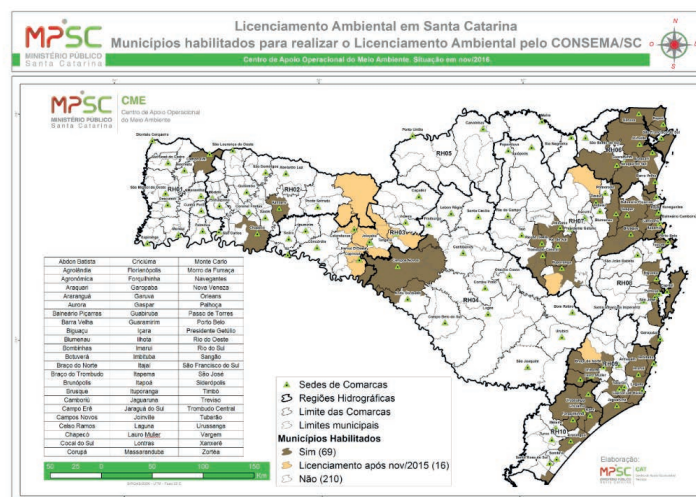
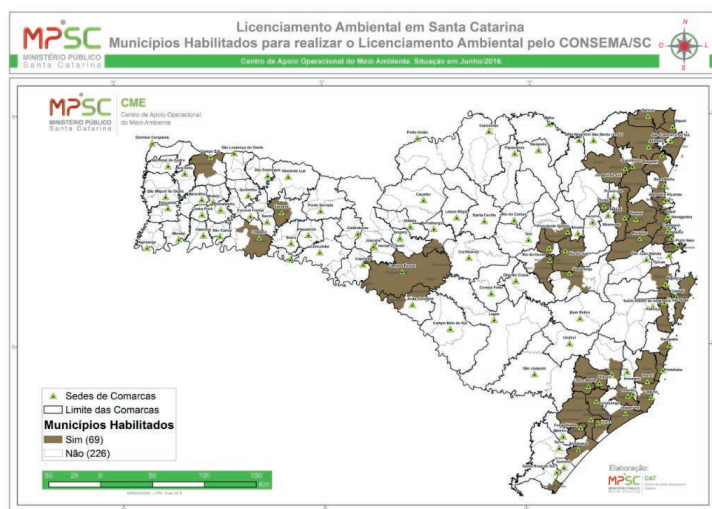
- A) A ampla divulgação da ação, com o envolvimento de diversas entidades ligadas à temática, levou à mudança de comportamento por parte dos órgãos públicos, os quais passaram a orientar os Municípios ao cumprimento das normas, a exemplo da FECAM e FATMA.
- B) A FATMA, órgão ambiental estadual ambiental, como detentora da competência para expedição de autorização para corte de vegetação e delegatária da função para os Municípios, está requerendo ao poder público municipal a regularização de sua estrutura para fins de renovação ou concessão da referida delegação aos Municípios. A exigência tem como embasamento a atuação do Ministério Público, tendo sido solicitado pelo Gerente de Municipalização de licenciamento ambiental da FATMA, em 14/3/2017, os dados foram obtidos com o levantamento do MPSC.
- C) A partir de 2015, com o incremento da ação do MPSC, com as PJs cobrando a adequação dos Municípios às normas legais e administrativas para a condução do licenciamento, houve uma redução drástica de Municípios que se consideram habilitados, 22, em 2015, contra apenas sete, em 2016, perfazendo uma redução acima de 68%.

**Nº Municípios Habilitados para o
Exercício do Licenciamento**

2007	07
2008	07
2009	03
2010	01
2011	04
2012	09
2013	09
2014	17
2015	22
2016	07

Vale destacar que, após a entrada em vigor da Lei Estadual n. 140/2011, que se apresenta como um marco relativo ao licenciamento ambiental efetuado por Municípios, para atividades geradoras de impacto local, tem-se:

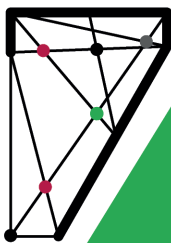
- antes da LC n. 140: 22 Municípios foram habilitados pelo Consema, ao longo de cinco anos, gerando uma média de quatro Municípios/ano.
- após a Lei n. 140: o valor foi de 64 Municípios, também ao longo de 5 anos, gerando uma média de 13 Municípios/ano, triplicando a média anterior.



D) Resultados das medidas adotadas pelos órgãos de execução do Ministério Público:

- Notícia de Fato – 1
- Procedimento Preparatório/Inquérito Civil – 1
- Termo de Ajustamento de Conduta – 0
- Ação Civil Pública – 1





OBJETIVO ESTRATÉGICO



OBJETIVO ESTRATÉGICO 7 - **COMBATER A CORRUPÇÃO E DEFENDER COM EFICIÊNCIA O PATRIMÔNIO PÚBLICO E A MORALIDADE ADMINISTRATIVA**

OBJETIVO: *Tornar mais eficiente a atuação ministerial na tutela da moralidade administrativa e do patrimônio público, por meio do estabelecimento de um padrão de rotinas e fluxos de trabalho estrategicamente planejados, que leve em consideração as dificuldades inerentes à demanda dessa área específica.*

RESPONSÁVEIS: *Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa (CMA) e Promotorias de Justiça com atuação na Defesa da Moralidade Administrativa*



INICIATIVAS ESTRATÉGICAS IMPLEMENTADAS:

1 PROGRAMA LIMPE

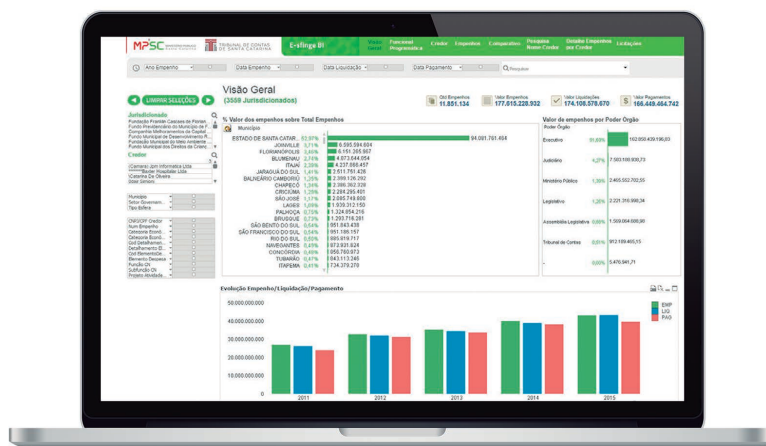
OBJETIVO: Criar métodos direcionados à análise, tramitação e condução dos procedimentos administrativos e judiciais, para ter-se uma solução eficiente na tutela do patrimônio público e da moralidade administrativa.

AÇÕES DESENVOLVIDAS:

- A) Desenvolvimento de BI QlickView.

RESULTADOS:

- A) Painel Gerencial que permite a extração de informações, em tempo real, dos procedimentos, em trâmite, nas diversas unidades ministeriais



TRANSPARÊNCIA E CIDADANIA

ACÇÕES DESENVOLVIDAS:

A) Realização de reavaliações nos Portais de Transparência.

RESULTADOS:

A) A pedido de Promotores de Justiça foram realizadas 200 reavaliações em Portais de Transparência.

B) Assinatura de 11 termos de ajustamento de conduta e o ajuizamento de sete ações civis públicas.

c) Avaliados 27 entidades e órgãos vinculados à Administração Estadual, o que ensejou a formulação de sugestões, a serem enviadas aos gestores estaduais, no sentido do aprimoramento dos respectivos portais.

Em parte, devido ao Programa, os Municípios catarinenses obtiveram as melhores colocações no *ranking* de transparência da Controladoria-Geral da União:

ESCALA BRASIL TRANSPARENTE - 3.ª AVALIAÇÃO (CGU)

Municípios com nota máxima															
Posição Nacional	UF	Município	Nota	Variação¹	MT	Cuiabá²									
1	SC	Aguaí	10,00	=	0,00	PR	Cuiabá²	10,00	▲	+0,83	MT	Poxoréu	10,00	=	0,00
	PE	Alvarães	10,00	▲	+5,69	MT	Curituba²	10,00	=	0,00	MT	Papanduva	10,00	▲	+10,00
	ES	Alfredo Chaves	10,00	▲	+7,50	SE	Estância	10,00	▲	+7,50	BA	Paripiranga	10,00	▲	+7,50
	SP	Altinópolis	10,00	=	0,00	CE	Fortaleza²	10,00	▲	+10,71	SC	Presidente Castelo Branco	10,00	▲	+4,17
	SP	Américo de Campos	10,00	▲	+8,61	SC	Guabiruba	10,00	▲	+3,89	SC	Presidente Getúlio	10,00	=	0,00
	RJ	Angra dos Reis	10,00			SC	Ilhota	10,00	▲	+10,00	SC	Presidente Nereu	10,00	▲	+3,90
	SC	Araçuaia	10,00	▲	+10,00	SC	Imbuia	10,00	=	0,00	CE	Quilombo	10,00	▲	+10,00
	SC	Aplúnia	10,00	=	0,00	SC	Ilhota	10,00	▲	+0,42	PE	Recife²	10,00	=	0,00
	CE	Aracati	10,00			MA	Itabuna	10,00	=	0,00	RJ	Resende	10,00	=	0,00
	SP	Batatais	10,00			BA	Itabuna	10,00	▲	+0,56	AC	Rio Branco²	10,00	=	0,00
	MA	Bela Vista	10,00	▲	+1,25	MS	Jatê	10,00	▲	+8,61	MT	Rio dos Cedros	10,00	▲	+10,00
	SC	Bom Jesus do Oeste	10,00			MT	Jatê	10,00	▲	+5,97	RS	São Bento	10,00	▲	+10,00
	MT	Bom Jesus do Rio Negro	10,00			SC	Joaçaba	10,00		-	MA	São Luís²	10,00	▲	+0,42
	SC	Botuverá	10,00	▲	+0,42	SC	Joaçaba	10,00	▲	+1,81	SP	São Paulo²	10,00	=	0,00
	DF	Brasília	10,00	=	0,00	SC	Laurentino	10,00	▲	+2,22	RJ	São Pedro da Aldeia	10,00	=	0,00
	RO	Cacaulândia	10,00	=	0,00	SC	Luzerna	10,00	▲	+0,56	PE	São Vicente Ferrer	10,00	=	0,00
	MG	Capim Branco	10,00	▲	+4,72	AL	Maceió²	10,00	▲	+3,06	PE	Serra Talhada	10,00	=	0,00
	ES	Cariacica	10,00	▲	+1,39	AL	Maceió²	10,00	▲	+6,11	RS	Taquari	10,00	▲	+7,50
	PR	Clevelândia	10,00	▲	+10,00	SC	Marema	10,00	=	0,00	SP	Tietê	10,00	=	0,00
	ES	Conceição da Barra	10,00	▲	+10,00					-	RS	Tio Hugo	10,00	▲	+4,72

OBJETIVO: *Garantir a adequada atuação, na plenitude de suas atribuições, das Unidades de Controle Interno Municipais (UCIs), conforme disposto nos artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal. Atuar preventivamente para fortalecer a UCI como canal de comunicação e resolução de irregularidades, pelas Promotorias e também pela população. Fortalecer a gestão pública municipal e aumentar o ambiente de controle e a transparência, prevenindo a corrupção.*

AÇÕES DESENVOLVIDAS:

- A)** Realização de sete Seminários regionais, envolvendo Prefeitos, Controladores Internos e Promotores de Justiça.
- B)** Produção de modelos para instauração de inquérito civil e requisição de informações acerca das condições das controladorias.
- C)** Encaminhamento de sugestões aos candidatos a Prefeito e assinatura de termos de compromisso, fixando obrigações quanto ao aperfeiçoamento das controladorias.



Seminários Regionais, fortalecimento do diálogo com as prefeituras



RESULTADOS:

- A) O Programa Unindo Forças foi apresentado, em reunião do Fórum Nacional de Combate à Corrupção, organizado pelo CNMP, e apresentado como modelo desse tipo de iniciativa no País.
- B) A Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA) publicou 29 diretrizes para criação de estruturas de controle interno, em larga medida lastreadas no programa do MPSC.
- C) Assinado Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e Prefeitura de Florianópolis.



4

PROGRAMA

SERVIÇO PRESTADO, CONTRATO FISCALIZADO

OBJETIVO: *Desenvolver metodologia de análise adequada para fiscalização e identificação de padrões de fraude na contratação e execução de serviços de difícil mensuração econômica, como contratos de publicidade e consultoria.*

AÇÕES DESENVOLVIDAS:

- A) Seminários internos e debates sobre a Lei n. 12.232/10 - Licitação para Serviços de Publicidade.
- B) Desenvolvimento de metodologia de pesquisa de gastos com publicidade no Sistema *Click View*.
- C) Coleta e análise de contratos de publicidade e consultoria.
- D) Realização de reunião entre a equipe do Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa e o Sindicato das Agências de Publicidade.

RESULTADOS:

- A) Elaboração da Pesquisa CMA 519/2016, com o marco teórico para as atividades de fiscalização.
- B) Criação de Roteiro para Fiscalização do processo de contratação das agências de publicidade.
- C) Disponibilização de *check-list* para os contratos de publicidade, construído a partir de material cedido pelo MPRN.

OBJETIVO: Capacitar os Promotores Eleitorais.

AÇÕES DESENVOLVIDAS:

- A)** Realização de seminários, em todas as regiões do Estado, preparatórios às eleições de 2016, com debates restritos a Promotores, Juízes e servidores da Justiça Eleitoral. Em período diverso, houve a participação de candidatos e da comunidade nas discussões.



RESULTADOS:

- A)** 13 seminários realizados.

AÇÕES REALIZADAS:

O ano de 2016 foi marcante para a defesa da moralidade administrativa em Santa Catarina. Programas já consolidados foram aprimorados; iniciativas de sucesso no passado foram reeditadas; e novas ações, idealizadas pelo CMA, foram compartilhadas com os Promotores de Justiça, lançando as sementes para atuação coordenada em áreas estratégicas relacionadas ao patrimônio público.

O MPSC remeteu sugestões de atuação aos Promotores de Justiça, contendo modelos de peça sobre temas de relevo. Foram remetidas sugestões atinentes à adequação dos Municípios à Lei n. 13.019/14, que disciplina as transferências financeiras para entidades privadas; à fiscalização dos regimes de previdência dos servidores públicos; à observância das cotas de gênero no registro das candidaturas e às restrições ao uso de bens públicos nas eleições 2016; à atuação das Polícias Militar e Civil no combate aos crimes eleitorais; e, por fim, às providências a serem observadas pelos gestores municipais no final de mandato, no período de transição administrativa.

No plano da qualificação funcional, foram produzidos o Roteiro de Atuação - Regimes Próprios de Previdência Social, com noções gerais para atuação do MP na fiscalização desses fundos; a Lista de Verificação para análise dos processos de registro de candidaturas; e o Guia para Utilização do Sistema SisConta, com a tipologia das fraudes nas prestações de contas eleitorais.



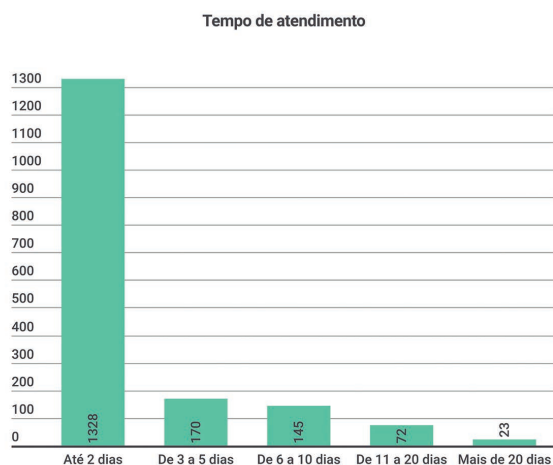
Aos Promotores de Justiça foi garantido acesso integral aos módulos do Sistema SIGEF, aplicativo que organiza a atividade financeira do Estado de Santa Catarina.



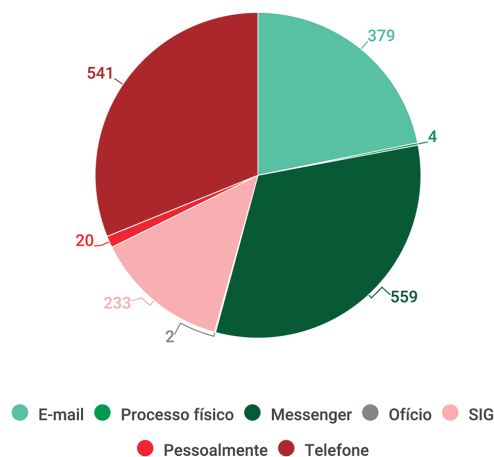
Com o apoio majoritário da Classe, o MPSC aprovou proposta de Tese Institucional, segundo a qual os crimes licitatórios podem ser punidos ainda que não gerem prejuízo direto ao Erário.

Sob o epíteto de Informações, o MPSC levou ao conhecimento dos Promotores de Justiça dados concretos relativos às suas Comarcas, com forte potencial investigativo. Foram remetidos, por exemplo, dados sobre irregularidades em pavimentação, pagamento de diárias, publicidade institucional, concursos públicos e empresas de consultoria.

Orientações gerais acerca da utilização dos recursos do FIA em ano eleitoral (realizada em parceria com o CIJ) e da suspensão das ações de ressarcimento decorrentes de atos de improbidade administrativa foram produzidas e remetidas. Em reuniões regionais, o Portal do Promotor foi apresentado aos Promotores de Justiça, com dados sobre despesas de entes públicos relidos pelo Sistema Qlick View.



Forma de Recebimento da Solicitação de Apoio



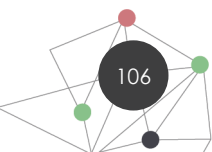
RESULTADOS:

A) Qualificação da atuação dos Promotores de Justiça que atuam na Moralidade Administrativa.

7 GRUPO ESPECIAL ANTICORRUPÇÃO (GEAC)

OBJETIVO: *Dinamizar as ações ministeriais preventivas e repressivas no combate à corrupção, mediante colaboração com o Promotor de Justiça Natural na investigação e no processamento dos casos complexos e de maior repercussão social envolvendo atos de improbidade administrativa e crimes contra a Administração Pública.*

A partir do Plano Geral de Atuação para o biênio 2016-2017, cujo tema prioritário, o "Combate à Corrupção para Transformação Social", foi escolhido por votação dos membros, iniciou-se uma nova estratégia de combate à corrupção no Estado: a prevenção e a repressão à corrupção passaram a permear todas as áreas de atuação da Instituição. O Grupo Especial Anticorrupção (GEAC), vinculado à estrutura orgânica do Centro de Apoio Operacional da Moralidade





Administrativa (CMA), é composto por membros do Ministério Público com atuação em destaque na defesa da moralidade administrativa.

Criou-se identidade visual com a finalidade de demarcar as ações promovidas pelo Grupo, chamando atenção do Poder Judiciário e da população, deixando evidente que, naquela demanda, existe primordial bem jurídico tutelado: defesa da moralidade administrativa.

A estruturação do GEAC como primeira medida de implementação do PGA 2016-2017 denota a preocupação do Ministério Público com a maximização da eficiência de suas ações, ampliando a tutela da moralidade administrativa.

AÇÕES DESENVOLVIDAS:

Em 2016, o GEAC desenvolveu suas primeiras atividades focadas nos critérios da eficiência e repercussão social, elegendo como prioridades para atuação espontânea processos resultantes de grandes operações estaduais de combate à corrupção e de repressão ao desvio de subvenções sociais.

Em razão da atuação do Grupo, o trabalho em equipe, coordenado entre os membros do Ministério Público possibilitou, o ajuizamento de ações com segurança sobre seu conteúdo – pois decorrentes de cuidadosos estudos e discussões –, porém com a agilidade que a gravidade e a repercussão dos fatos exigiam.

Para deliberação, estudo e discussão das teses, foram realizadas bimestralmente reuniões ordinárias presenciais e virtuais e, sempre que a urgência exigiu, houve reuniões extraordinárias em ambiente virtual, com economia para Instituição, pois não houve necessidade de deslocamento dos integrantes do Grupo que são lotados em Comarcas distintas.

A partir de solicitações formais dos membros do Ministério Público, os integrantes do GEAC colaboraram com a realização de inúmeros atos de instrução em investigações, além do efetivo ajuizamento e acompanhamento de ações civis públicas por atos de improbidade administrativa e ações penais. O GEAC esteve presente em fases de campo de operações de combate à corrupção desencadeadas por investigações próprias do Ministério Público, participando de interrogatórios, coleta de depoimentos de testemunhas e análise documental. De forma integrada com o Promotor de Justiça Natural, participou de diversas discussões que culminaram com a formalização de termos de colaborações premiadas, relevantes para o deslinde de grandes esquemas de corrupção no Estado de Santa Catarina.

A partir da experiência obtida nos primeiros meses de atividade, percebeu-se a necessidade de observar três pilares fundamentais para maior efetividade da atuação ministerial na tutela da moralidade administrativa e do patrimônio público: a) agilidade, dando pronta resposta às solicitações de apoio para buscar melhores resultados para a sociedade e respaldo do Poder Judiciário aos pleitos formulados; b) cooperação intrainstitucional, agindo de forma proativa ao estimular o agir concatenado dos membros e servidores em prol da causa comum, em especial com o GAECO, os Centro de Apoio Operacional, as Procuradorias de Justiça e as Coordenadorias de Recursos Cível e Criminal; e c) profissionalização da atuação ao realizar rígido acompanhamento das ações ajuizadas.

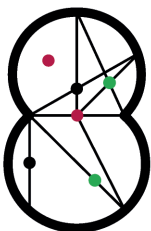


RESULTADOS:

Ao completar um ano de atividade, no final do ano de 2016, o GEAC colheu diversos resultados em prol da sociedade catarinense, destacando-se:

- A)** Foram ajuizadas 51 (cinquenta e uma) ações civis públicas para responsabilização dos autores de atos de improbidade administrativa.
- B)** Foram ajuizadas 49 (quarenta e nove) ações penais, com participação no cumprimento de 29 (vinte e nove) ordens de prisão e 13 (treze) conduções coercitivas.
- C)** Formalização de 19 (dezenove) termos de colaboração premiada;
- D)** Garantido o ressarcimento aos cofres públicos de mais de 9 (nove) milhões de reais decorrentes de acordos de colaboração premiada, liminares em ações civis públicas e sequestros de bens em ações penais.



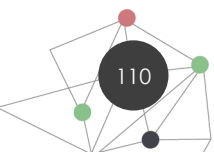


OBJETIVO ESTRATÉGICO

OBJETIVO ESTRATÉGICO 8 - **PREVENIR E REPRIMIR A SONEGAÇÃO FISCAL NOS ÂMBITOS ESTADUAL E MUNICIPAL**

OBJETIVO: Atuar no combate aos crimes contra a ordem tributária, destacando, perante a sociedade em geral, a importância da arrecadação regular de tributos, com o objetivo de criar uma nova consciência de cidadania fiscal, a partir da aplicação de medidas pedagógicas de combate à sonegação fiscal e da posterior e necessária repressão aos crimes dessa espécie.

RESPONSÁVEIS: Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária (COT) e Promotorias de Justiça.



INICIATIVAS ESTRATÉGICAS IMPLEMENTADAS:

1 PROGRAMA SAÚDE FISCAL DOS MUNICÍPIOS

OBJETIVO: Incentivar a implementação de estrutura, fiscalização e cobrança dos tributos municipais, visando ao combate aos crimes contra a ordem tributária (Lei n. 8.137/90).

AÇÕES DESENVOLVIDAS:

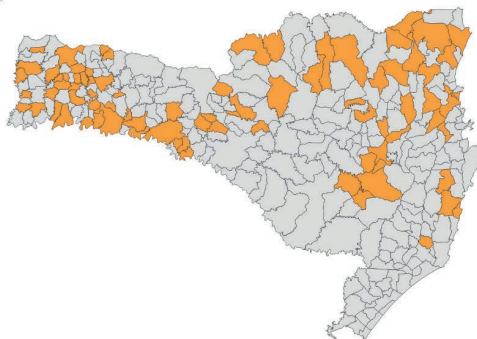
- A)** Implantação continuada do Programa, através da Participação na 12ª Edição do Congresso Catarinense de Secretários de Finanças, Contadores Públicos e Controladores Internos Municipais (FECAM) e de periódica atuação em Reuniões Técnicas com integrantes do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), Auditores Fiscais e Prefeitos Municipais, com o objetivo de traçar novas ações estratégicas.
- B)** Participação em reunião do Colegiado de Secretários Executivos das 21 Associações de Municípios do Estado de Santa Catarina, para a apresentação da nova etapa do Programa Saúde Fiscal dos Municípios, intensificando a parceria com as Associações e FECAM para a orientação e o apoio dos Municípios Catarinenses na temática da arrecadação tributária própria.
- C)** Elaboração de metodologia de aferição de resultados do programa, por meio de questionários aplicados para todos os Municípios do Estado, coletando dados da arrecadação dos tributos próprios (ISS, ITBI e IPTU) e sobre a estrutura Administrativa-Tributária local, a fim de traçar iniciativas conjuntas para a efetiva melhoria da arrecadação tributária e consequente incremento de recursos para o custeio dos serviços públicos municipais.
- D)** Estabelecimento de diálogos com os Municípios que ainda não haviam aderido ao Programa, a fim de apresentar o sucesso da experiência com os Municípios parceiros e ampliar a abrangência do Programa.
- E)** Revisão do Guia Prático de Atuação do Programa Saúde Fiscal, elaborado, no final de 2015, para auxiliar os membros do Ministério Público na gestão do programa no âmbito local, na esfera administrativa e judicial.

RESULTADOS:

- A)** Adesão de 5 (cinco) novos Municípios ao Programa Saúde Fiscal, que finalizou o ano de 2016 com o percentual de integração de 87% dos Municípios Catarinenses.

- B)** Apuração, por meio da metodologia de aferição de resultados (com a participação de 85% dos Municípios Catarinenses), do percentual de 32% de Municípios que tiveram incremento de sua arrecadação tributária por conta de ações do Programa, pela sua divulgação, pela capacitação de agentes fiscais ou pela ação direta do MPSC.

Municípios Parceiros com Incremento na Arrecadação Tributária em Santa Catarina



- C)** Além disso, a adesão dos Municípios ao programa representou a melhoria da administração tributária Municipal, a partir da aferição de que, entre os Municípios parceiros, 172 Municípios (68,25%) informaram a evolução em pelo menos um dos critérios de avaliação empregados.
- D)** Por conta desses resultados, o Programa Saúde Fiscal dos Municípios concorreu, no Prêmio Nacional do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), edição 2016, tendo sido premiado na 3ª colocação na categoria "Indução de Políticas Públicas".



UNIÃO CONTRA À SONEGAÇÃO E COMBATE À SONEGAÇÃO FISCAL

OBJETIVO: Os programas objetivam, respectivamente, interagir, contínua e progressivamente, com instituições e órgãos públicos cujas atividades estejam relacionadas à ordem tributária e buscar a responsabilização criminal dos infratores, intensificando a recuperação dos tributos sonegados.

AÇÕES DESENVOLVIDAS:

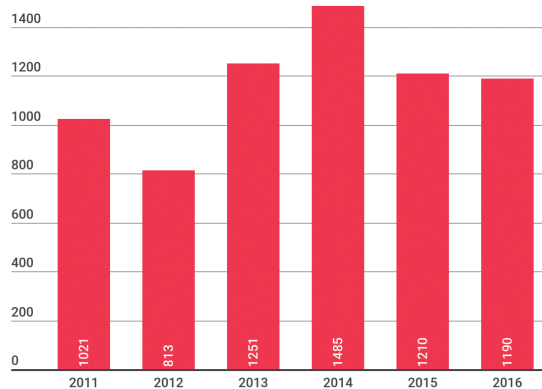
- A)** Assinatura do novo termo de cooperação técnica entre Ministério Público de Santa Catarina e Secretaria de Estado da Fazenda, nas diretrizes pactuadas, no final do ano de 2015.
- B)** Reuniões periódicas com a Secretaria de Estado da Fazenda, com foco na articulação institucional e planejamento de ações, especialmente com a Diretoria de Administração Tributária, sua Gerência de Fiscalização e o Grupo de Apoio e Pesquisa Fiscal (GAPEF).
- C)** Reuniões técnicas com a Procuradoria-Geral do Estado a fim de integrá-la ao Termo de Cooperação técnica entre MPSC e SEF.
- D)** Suporte técnico-jurídico aos Órgãos de Execução de primeiro e segundo graus, com elaboração de minutas de peças processuais e pareceres técnicos específicos da área tributária e penal tributária, destacando-se a elaboração de duas notas técnicas: 1) inclusão das tarifas de transmissão (TUST) e distribuição (TUSD) na base de cálculo do ICMS; e 2) tipificação penal da conduta de não recolhimento do ICMS cobrado do contribuinte de fato.
- E)** Respostas a solicitações de apoio diversas, destacando-se o fornecimento de atos constitutivos de empresas, devidamente autenticados, e de informações de Pessoas Físicas e/ou Jurídicas, para fins de instrução de procedimentos investigatórios em trâmite nas Comarcas, mediante o atendimento de 407 solicitações de apoio das Promotorias de Justiça e Procuradorias de Justiça Criminais com atribuições na ordem tributária, resultando na extração de aproximadamente 856 contratos sociais e suas alterações contratuais, além de extratos cadastrais de empresas e pessoas físicas, para instrumentalizar procedimentos de investigação.
- F)** Por fim, o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) vem, periodicamente, fortalecendo as parcerias institucionais com o Ministério Público do Tribunal de Contas, as Associações de Municípios, a Federação Catarinense de Municípios (FECAM), a União de Vereadores, a Federação Nacional dos Auditores Fiscais Municipais (FENAFIM), a Federação Nacional dos Auditores Fiscais Estaduais (FENAFISCO) e o SINDIFISCO/SC, além de outras entidades públicas, por meio de múltiplas reuniões, contatos e eventos próprios, em especial para atuação integrada e voltada a eliminar a sonegação fiscal.

RESULTADOS:

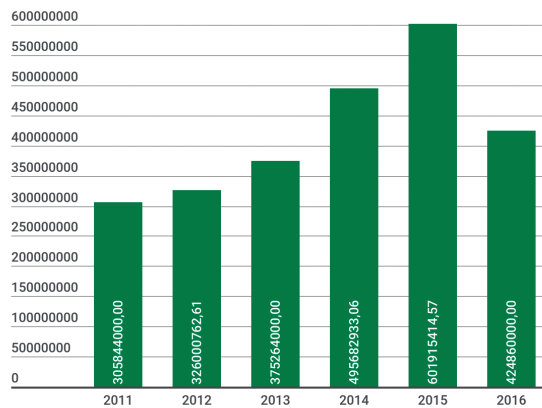
- A)** Como resultado da repressão à sonegação fiscal, no âmbito Estadual, foram propostas, pelos Órgãos de Execução

com atribuições na ordem tributária, 1.190 ações penais, de acordo com os Relatórios da Corregedoria-Geral e especificamente das Promotorias Regionais da Ordem Tributária de Lages, Chapecó, Joinville, Criciúma, Blumenau, Itajaí e de Florianópolis, envolvendo montante sonegado/denunciado de mais de R\$ 424 milhões.

Denúncias oferecidas de 2011 a 2016



Valores totais denunciados/sonegados de 2011 a 2016

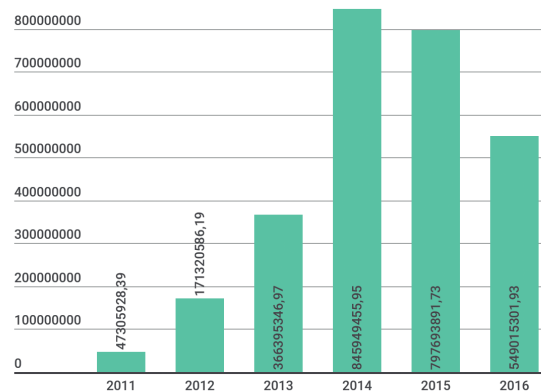


- B) A implantação do Módulo de Inteligência "COT – Tributos", desenvolvido em parceria com o Escritório de Ciência de Dados, garantindo o acesso das Promotorias Regionais da Ordem Tributária, por meio da extração e compilação de dados de infrações fiscais relativas a crimes tributários por meio de relatórios do Sistema de Administração Tributária – S@T – da Secretaria de Estado da Fazenda, com o emprego da ferramenta Qlikview, e a capacitação dos Promotores de Justiça e Assistentes de Promotoria das 7 (sete) Promotorias Regionalizadas da Ordem Tributária. A ferramenta será de grande importância para o acompanhamento das grandes fraudes tributárias e seu mapeamento organizacional, permitindo o combate integrado entre as Promotorias Regionais e a Secretaria de Estado da Fazenda, estando ainda em fase de aprimoramento para sua integral funcionalidade.
- C) No decorrer de 2016, a continuidade da atuação do Ministério Público no combate aos crimes contra a ordem tributária, principalmente em razão da regionalização das Promotorias de Justiça atuantes na sonegação fiscal, resultou em um incremento de arrecadação de R\$ 103.265.232,02 (cento e três milhões, duzentos e sessenta e cinco mil duzentos e trinta e dois reais e centavos), diretamente recolhidos aos cofres públicos, finalizando-se, no último dia do ano, com um saldo de parcelamentos tributários originários de procedimentos investigativos e ações penais, a serem recolhidos pelos investigados por delitos tributários, de R\$ 549.015.301,93 (Quinhentos e quarenta e nove milhões, quinze mil trezentos e um reais e centavos).

Valores recolhidos até dezembro 2016



Saldos de parcelamentos em 2016



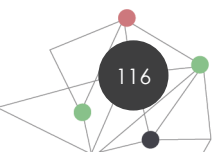


OBJETIVO ESTRATÉGICO

OBJETIVO ESTRATÉGICO 9 - **ASSEGURAR O PLENO EXERCÍCIO DAS ATRIBUIÇÕES, PRERROGATIVAS E GARANTIAS**

OBJETIVO: Assegurar o pleno exercício das atribuições, prerrogativas e garantias da Instituição e de seus membros para que possam defender, com eficiência, a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis.

RESPONSÁVEL: Procurador-Geral de Justiça.



INICIATIVAS ESTRATÉGICAS IMPLEMENTADAS:



ASSEGURAR

AS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS

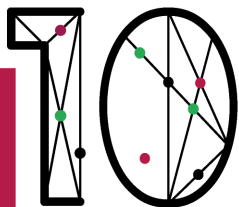
OBJETIVO: Permitir o crescimento da Instituição na defesa dos interesses da sociedade catarinense, por meio da manutenção das garantias constitucionais.

AÇÕES DESENVOLVIDAS:

- A)** Criação e provimento de cargos de membros.
- B)** Criação de Promotoria de Justiça e seus cargos de apoio.
- C)** Revisão das atribuições da Promotorias de Justiça.
- D)** Ampliação dos GAECOs.
- E)** Criação do Centro de Apoio Operacional Técnico (CAT).
- F)** Criação do Grupo e Apoio a Situações Excepcionais.
- G)** Ampliação da participação política-administrativa dos Promotores na Gestão.
- H)** Assegurar que as Promotorias de Justiça instaladas no Estado permitam um atendimento pleno ao cidadão.

RESULTADOS:

- A)** Criação de 28 cargos de Promotor de Justiça e 18 de Procurador de Justiça.
- B)** Providos seis Procuradores de Justiça e nomeados 10 Promotores de Justiça Substitutos.
- C)** Criadas 22 novas Promotorias de Justiça.
- D)** Criados 24 novos cargos de servidores.
- E)** Criado o GAECO de Blumenau.
- F)** Posse de Promotor de Justiça para o cargo de Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos do MPSC.
- G)** Diminuição de tempo no atendimento das demandas da sociedade.
- H)** Atendimento pleno aos cidadãos de Santa Catarina.

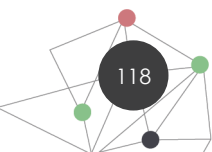


OBJETIVO ESTRATÉGICO

OBJETIVO ESTRATÉGICO 10 - **AUMENTAR A CREDIBILIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

OBJETIVO: Consolidar a imagem e aumentar a credibilidade do Ministério Público, por meio de atividades que incrementem a efetividade das ações e divulguem o trabalho da Instituição, fomentando a disseminação e a compreensão, pela sociedade, de suas funções e ampliando o conhecimento do trabalho realizado.

RESPONSÁVEIS: Procurador-Geral de Justiça, Procuradores de Justiça, Promotores de Justiça e Coordenadoria de Comunicação Social (COMSO).



INICIATIVAS ESTRATÉGICAS IMPLEMENTADAS:

1 PROGRAMA DE MELHORIA DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO

OBJETIVO: *Buscar a melhoria da imagem da Instituição, mediante o oferecimento de um atendimento ágil e de qualidade.*

AÇÕES DESENVOLVIDAS:

- A)** Avaliação e melhoria contínua do Guia de Atendimento ao Cidadão.
- B)** Realização de cursos de capacitação para membros, servidores e estagiários para o atendimento de excelência ao cidadão.
- C)** Realização de cursos de capacitação em Linguagem Brasileira de Sinais, visando à acessibilidade nos atendimentos realizados.

RESULTADOS:

- A)** 171 servidores capacitados em atendimento ao cidadão.
- B)** 23 membros capacitados em atendimento ao cidadão:
- C)** 159 terceirizados participantes em palestras de orientação sobre atendimento ao cidadão.
- D)** Cinco cursos presenciais realizados em quatro Comarcas do interior e Capital, capacitando mais de 170 participantes, entre membros, servidores, estagiários e terceirizados, para a melhoria do atendimento ao cidadão.
- E)** 27 servidores das áreas administrativas, Secretarias e Promotoria de Justiça especializada da Capital, e 34 servidores das Secretarias de Promotorias de 31 Comarcas do interior do Estado capacitados em Libras básico.
- F)** O posto de atendimento ao cidadão, sediado no edifício das Promotorias de Justiça da capital (Campos Salles), somente em 2016, realizou 1.865 atendimentos sendo 783 pessoais, 486 por telefone e 625 por meios eletrônicos (e-mail, portal institucional, facebook e twitter).

COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

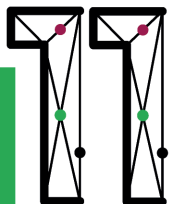
OBJETIVO: Aproximar o Ministério Público do Cidadão.

AÇÕES DESENVOLVIDAS:

- A)** Recebimento de visitas institucionais de escolas e universidades na Procuradoria-Geral de Justiça, visando à ampliação do acesso à Instituição e ao conhecimento e disseminação das suas atribuições.
- B)** Projeto MPSC em Rede - Manutenção Portal.
- C)** No mês de março de 2016, o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) desenvolveu a ação "É o fim da Picada!". O material teve como objetivo orientar a população catarinense sobre os perigos do mosquito *Aedes Aegypti* na transmissão da Dengue, Zika e Chikungunya. O *folder* trazia uma versão bem-humorada do mosquito "preocupado" com as atitudes dos humanos que estavam trabalhando para acabar de vez com o mosquito. Além do *folder*, foram produzidos *posts* para redes sociais, página no Portal do MPSC e matérias jornalísticas.
- D)** No período de maio a julho, o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) promoveu os Seminários Regionais Eleitorais. Os Seminários Regionais Eleições 2016 foram produto da parceria entre o Ministério Público de Santa Catarina, o Ministério Público Federal, o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, o Tribunal Regional Eleitoral/Escola Judiciária Eleitoral, o Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina/Academia Judicial, a Escola da Magistratura e a Escola do Ministério Público. A identidade visual foi produzida pelo MPSC e incluiu cartazes, *email marketing*, programação, *banners*, *posts* para redes sociais e cobertura jornalística em todas as regiões do Estado.
- E)** O Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) desenvolveu a comunicação visual do evento "Doenças Mentais: Falar para Prevenir, Conhecer para Tratar" para o "Setembro Amarelo". O evento pretende incentivar ações que chamem a atenção da sociedade para a questão do suicídio como um problema de saúde pública que deve ter a atenção de todos e pode ser evitado.
- F)** Pelo quarto ano consecutivo, o MPSC aderiu às Campanhas "Outubro Rosa" e "Novembro Azul". Nos meses de outubro e novembro, foram publicadas, no Portal, na *Intranet* e Canal do *Youtube* notícias sobre fatores de risco, dicas para evitar o câncer de mama e próstata e informações do direito à saúde garantido pela Constituição Federal.
- G)** O MPSC promoveu algumas peças exclusivas para o Facebook, como o álbum "Dicas para manter a sua família segura".
- H)** Criação de identidade visual para eventos nacionais como o 16º Congresso Nacional do Consumidor e Seminário Nacional de Inteligência. Identidade visual para eventos estaduais com *Workshop* da Fauna e *Workshop* sobre Proteção, preservação e recuperação do Patrimônio Histórico.

RESULTADOS:

- A) Oito visitas institucionais, abrangendo mais de 300 alunos de quatro universidades do Estado.
- B) Número de seguidores do MPSC no Twitter: 26.100.
- C) Número de visualizações dos vídeos do MPSC no Youtube: 174.595.
- D) Número de pessoas alcançadas no Facebook: 3.907.159.
- E) Número de curtidas no Facebook: 20.908.
- F) Número de visitas únicas ao Portal do MPSC: 2.142.561.
- G) Número de matérias produzidas para o Portal MPSC: 881.
- H) Número de inscrições no canal Youtube: 2.016.
- I) Para a ação "É o fim da picada!", foram distribuídos 10 mil *folders*, sendo a maioria entregue na região Oeste do Estado, onde foi identificado maior número de casos de doenças e focos do mosquito. Acompanhou a ação *posts* de Facebook e matérias no Portal.
- J) Os Seminários Regionais Eleitorais resultaram, em mais de 100 horas de palestras, em 13 eventos regionais, que proporcionaram a um público aproximado de 1.100 pessoas conhecer melhor as recentes alterações nas normas que regem as eleições. Foram publicados 15 *posts* no Facebook, com um alcance total de 45.451 visualizações. Para o Portal foram produzidas 16 matérias. E, na abertura do Seminário, em Florianópolis, aconteceu a cobertura ao vivo pelo Twitter.
- K) O evento "Doenças Mentais: Falar para Prevenir, Conhecer para Tratar" teve cinco *posts* para redes sociais, três matérias pro Portal e cobertura ao vivo pelo Twitter.
- L) Nas ações para "Outubro Rosa" e "Novembro Azul", os servidores foram convidados a fazer fotos usando roupas das respectivas cores dos meses e postarem em suas redes sociais.
- M) Na *fanpage* do Facebook, um álbum publicado, no mês de julho, com seis *posts*, com "Dicas para manter a sua família segura", foi publicado com a intenção de conscientizar os pais sobre os perigos da exposição dos filhos nas redes sociais. Os *posts* foram compartilhados 11.229 vezes, mais de 200 mil pessoas alcançadas e 79 comentários.



OBJETIVO ESTRATÉGICO



OBJETIVO ESTRATÉGICO 11 - AUMENTAR A EFETIVIDADE E A PROATIVIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA

OBJETIVO: Desenvolver ações e criar mecanismos institucionais que contribuam para o aumento da efetividade e da proatividade das ações realizadas pelo Ministério Público.

RESPONSÁVEIS: Procuradoria-Geral de Justiça e Centro de Apoio Operacional Técnico (CAT).

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS IMPLEMENTADAS:

1 PROGRAMA DE INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA PARA AS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

OBJETIVO: *Buscar uma melhor efetividade da atuação investigativa do Ministério Público mediante apoio técnico aos órgãos de execução.*

AÇÕES DESENVOLVIDAS:

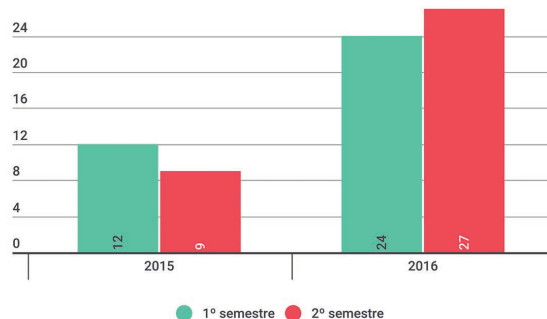
- A)** Atuação do Laboratório de Tecnologia no Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (LAB-LD).
- B)** Disponibilização dos dados do SIMBA, no sistema no QlikView, por meio do Portal do Promotor, facilitando assim a análise dos dados.
- C)** Finalização dos primeiros Relatórios de Análise Técnica do LAB-LD.
- D)** Participação em 23 operações de busca e apreensão, em conjunto com o GAECO.
- E)** Elaboração de documentos.
- F)** Curso EAD de Acessibilidade.
- G)** Aquisição e utilização de veículo aéreo não-tripulado (VANT).
- H)** Aquisição de equipamentos para os analistas lotados no SISDAM.
- I)** Atualização e ampliação da plataforma de geoprocessamento.
- J)** Atuação de análise contábil.
- K)** Implementação do Estágio de Pós-Graduação em Áreas não jurídicas.

RESULTADOS:

- A)** O número de pedidos de cooperação técnica cadastrados no SIMBA duplicou, no primeiro semestre do ano, e triplicou,

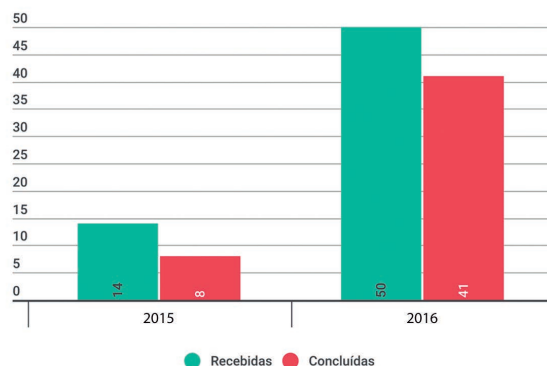
no segundo, quando comparados aos mesmos períodos do ano anterior, por conta de curso sobre a utilização da ferramenta para Promotores de Justiça e integrantes dos GAECOs nas regiões de Criciúma, Capital, Itajaí, Joinville, Lages e Chapecó.

Evolução dos pedidos de cooperação técnica cadastrados no SIMBA

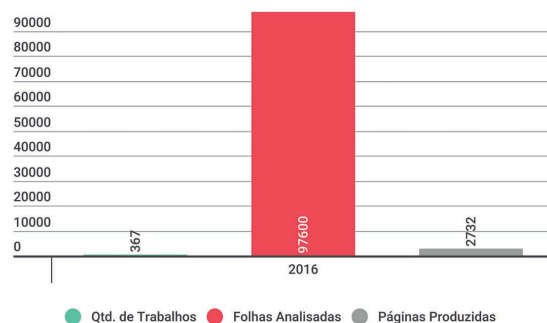


- B)** Com a divulgação da implantação do LAB-LD, o número das solicitações de apoio aumentou ,conforme ilustra o gráfico abaixo. Além disso, a ampliação da equipe possibilitou maior agilidade no atendimento das demandas.

Solicitações de apoio recebidas x concluídas (LAB-LD)



- C) No total, foram emitidos três Relatórios de Análise Técnica, três Relatórios Preliminar de Análise Técnica, 3 Relatórios de Inteligência, três Auxílios Técnicos, cinco Relatórios de Informações, dois Relatórios de Pesquisa e um Relatório Conjunto de Informações (GAECO e LAB-LD).
- D) O valor total desviado e de operações suspeitas analisado alcançou a cifra de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).
- E) Nas operações de busca e apreensão, em conjunto com o GAECO, foram coletados 291 dispositivos, que somaram mais de 82 *terabytes* de dados copiados. As análises desses dispositivos resultaram na elaboração de 48 Laudos Técnicos.
- F) Elaborados 176 documentos contendo opinião técnica das diversas áreas de formação, divididos em 46 Laudos Técnicos, 68 Pareceres Técnicos, 16 Relatórios de Pesquisa de Dados Geoespaciais, além de 46 documentos simplificados, denominados Auxílios Técnicos.
- G) Capacitações ministradas sobre o tema "Acessibilidade", a aquisição de equipamentos como o microdrone, trenas laser e câmaras fotográficas, além da atualização e do incremento das licenças da suíte de geoprocessamento. Dessas capacitações foram Aprovados 65 profissionais, agora capazes de melhor compreender e aplicar o novo regramento de acessibilidade estabelecido na NBR-9050. Estabelecida a meta de alcançar, até o final de 2017, técnicos da área em todos os Municípios do Estado.
- H) As imagens obtidas permitem retratar a situação identificada *in loco* para posteriormente subsidiar a emissão da opinião técnica, facilitando a percepção dos fenômenos investigados e incrementando, de forma significativa, a ilustração das constatações. A utilização do equipamento forneceu imagens atualizadas das áreas vistoriadas, permitindo a economia de aproximadamente R\$ 37.818,00 (trinta e sete mil oitocentos e dezoito reais), que poderiam ter sido direcionados à aquisição de imagens orbitais, valor este superior aos R\$ 17.979,75 (dezesete mil e novecentos e setenta e nove reais e setenta e cinco centavos) investidos na aquisição da plataforma e no treinamento da equipe.
- I) Aquisição dos equipamentos: 12 *kits* fotográficos, composto por câmera, mochila e cartões de memória, assim como 12 *kits* de medição, compostos por trena laser e tripé. Também foram adquiridos 7 medidores de nível de lençol freático, além de 8 *kits* formados por decibelímetros e calibradores.
- J) 367 demandas atendidas pelos Setores de Auditoria do Terceiro Setor (SATS) e de Auditoria do Patrimônio Público (SEAUD). Em torno de 71% delas foram analisadas em menos de 30 dias. Foram emitidos 32 laudos periciais, entre outros documentos, que geraram mais de 2.700 páginas de resultados e conclusões sobre as análises realizadas em mais de 97.000 laudas de procedimentos judiciais e extrajudiciais, conforme gráfico seguinte.

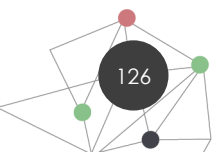
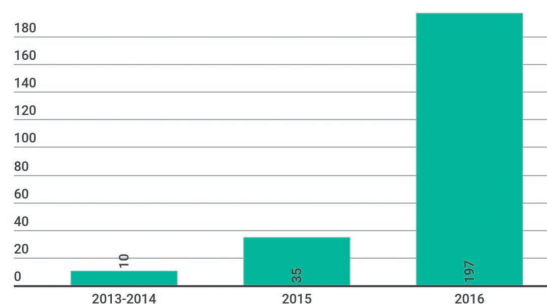


Nas auditorias e perícias contábeis, solicitadas para subsidiar o posicionamento dos membros que apuram as mais diversas questões jurídicas, especialmente relativos à Moralidade Administrativa, constataram-se danos ao erário diversos em valores próximos de R\$ 31.422.000,00, tendo sido especificamente apurados R\$ 204.736.129,13, em cálculos judiciais, nos quais já se pretende a execução de sentenças que determinaram ressarcimento de valores e multas.

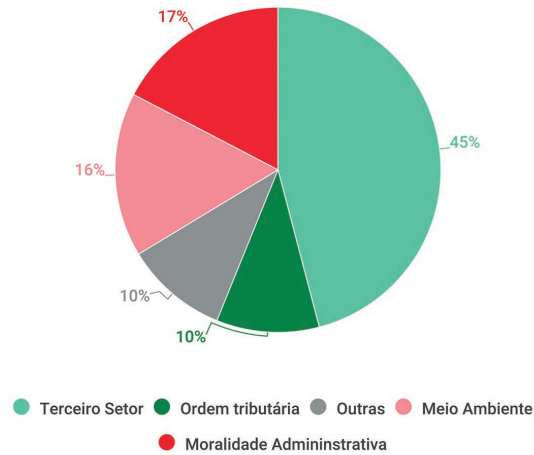
K) Criadas 30 vagas de Pós-Graduação, pelo Ato n. 148/2016/PGJ, das quais, 12 em Engenharia Ambiental e Sanitária (Promotorias Regionais Ambientais); seis em Administração Pública (Promotorias Regionais da Ordem Tributária); três em Contabilidade, sendo uma para Promotoria Regional da Ordem Tributária de Criciúma e duas para a Gerência de Análise Contábil do CAT; duas em Engenharia Civil para a Coordenadoria de Engenharia Civil e Arquitetura (COENG); uma Engenharia Civil, uma Arquitetura e duas Geoprocessamento, estas para a Gerência de Análise Multidisciplinar deste CAO.

L) Indicadores do volume de trabalho:

Evolução dos totais de solicitações



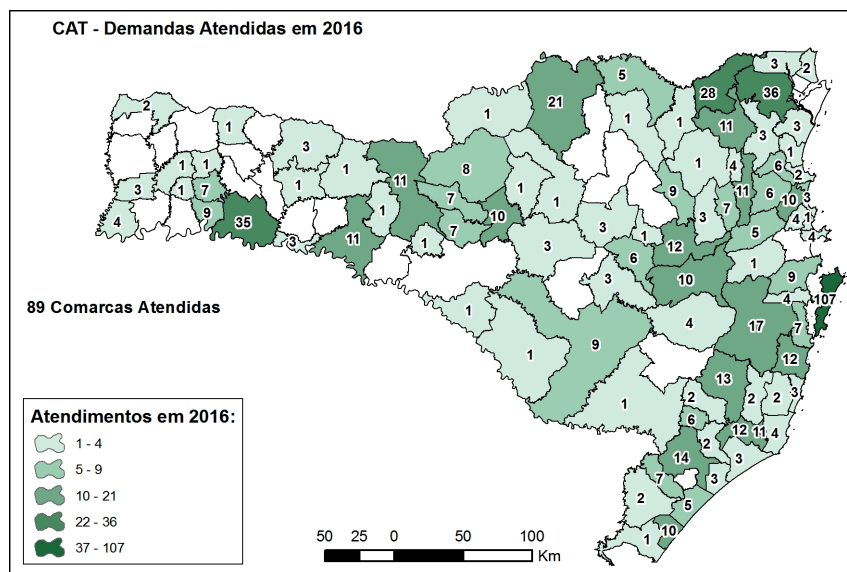
Atendimento por Área de Atuação (CAT)



O Cartograma ilustrado na Figura 8 apresenta a distribuição espacial das solicitações concluídas em 2016, enquanto a Tabela 1 apresenta a compilação dos números apresentados neste Relatório, nos moldes do que é determinado no Ato n. 244/2005/PGJ.

Tabela 1: CAT: Quantitativos nos Moldes do Ato n. 244/2005/PGJ.

Espécie	Quantidade
Solicitações de apoio recebidas	918
Solicitações de apoio atendidas	829
Solicitações de dados	10454



Cartograma da Distribuição Espacial das Solicitações Concluídas.

2

PROGRAMA

DE GESTÃO DO CONHECIMENTO

OBJETIVO: *Buscar a melhoria de desempenho da Instituição, mediante a identificação dos processos de localização, extração, partilha e criação de conhecimento, assim como mediante o uso de ferramentas e tecnologias de informação e comunicação que possibilitem o compartilhamento de dados e informações produzidas.*

AÇÕES DESENVOLVIDAS:

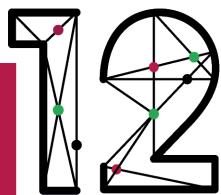
- A)** Instalado o Escritório de Ciência de Dados do MPSC.
- B)** Instalado o Laboratório de Tecnologia no Combate a Corrupção e a Lavagem de Dinheiro (LAB-LD).



C) Ampliado o Grupo de Atuação Especial de Combate à Criminalidade.

RESULTADOS:

- A)** Ampliação da análise de dados da investigação e do diagnóstico.
- B)** Intervenções proativas da Instituição
- C)** Incremento da efetividade das ações desenvolvidas.

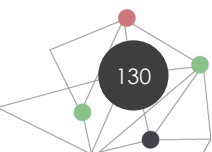


OBJETIVO ESTRATÉGICO

OBJETIVO ESTRATÉGICO 12 - **MELHORAR AS RELAÇÕES COM OS STAKEHOLDERS**

OBJETIVO: Fomentar e fortalecer o relacionamento institucional, inclusive mediante proposta de ações conjuntas com os Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo e com outras entidades públicas e privadas que possam contribuir para a viabilização dos objetivos institucionais do Ministério Público.

RESPONSÁVEIS: Procuradoria-Geral de Justiça, Centros de Apoio Operacional e Promotores de Justiça.



INICIATIVAS ESTRATÉGICAS IMPLEMENTADAS:



PROGRAMA PARA A

PROMOÇÃO DE PROJETOS CONJUNTOS COM OS STAKEHOLDERS

OBJETIVO: *Conceber e implementar mecanismo de atuação sinérgica, envolvendo o Ministério Público de Santa Catarina e os seus principais Stakeholders, com o propósito de identificar objetivos, preocupações comuns e alternativas aptas à viabilização de soluções.*

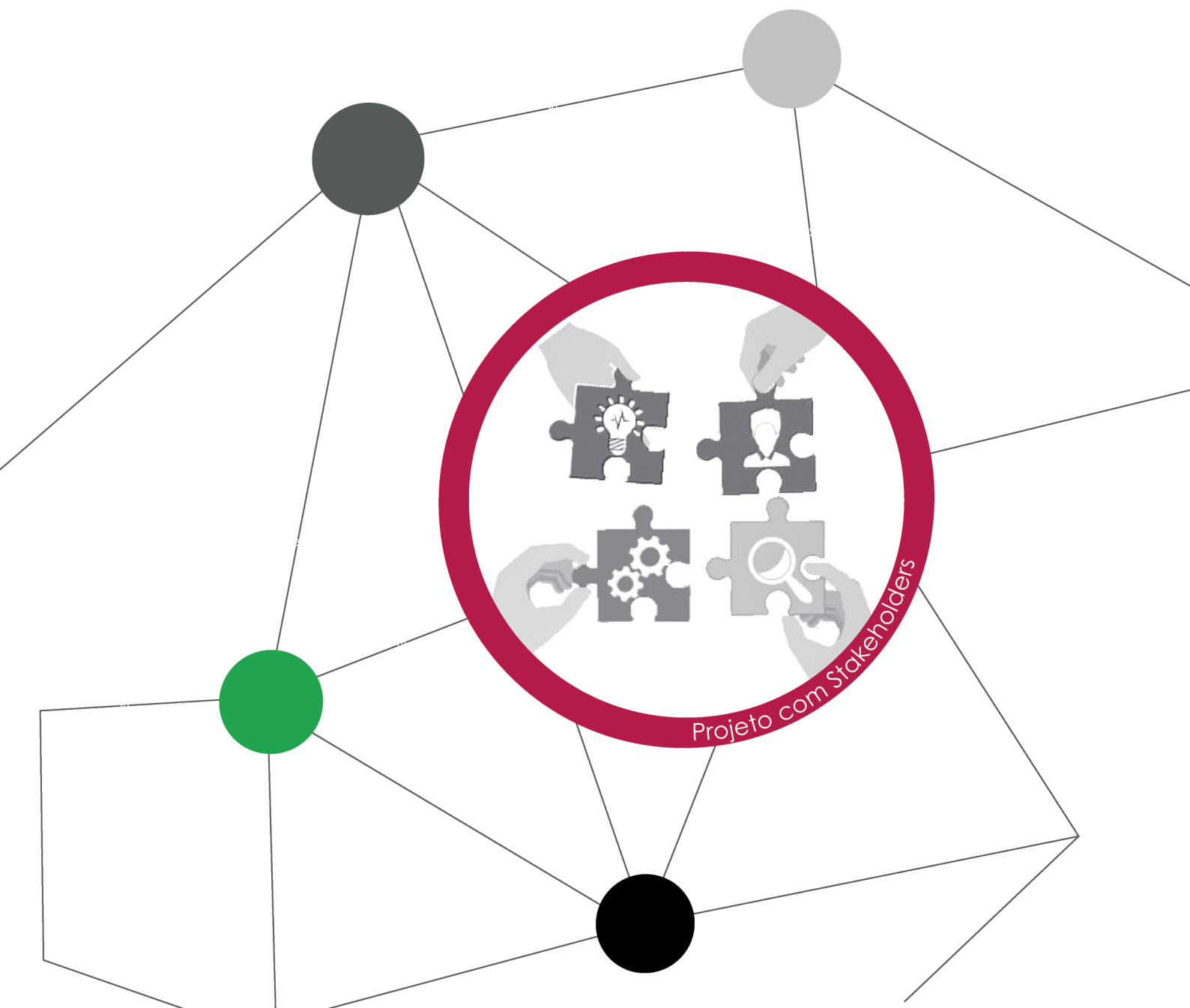
AÇÕES DESENVOLVIDAS:

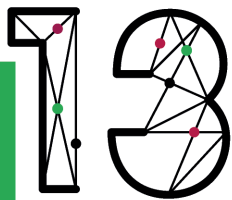
- A)** Ampliação da parceria com o Poder Judiciário, com a compensação pela desocupação dos espaços nos fóruns.
- B)** Formação de parcerias com diversas Secretarias de Estado e com o TCE, viabilizando o incremento de informações no Portal do Promotor de Justiça.
- C)** Relacionamento constante com o CNMP, com diversos julgamentos favoráveis ao MPSC.
- D)** Realização de cursos e eventos de capacitação em parceria com os *stakeholders*, *fomentando a atuação conjunta e a melhoria dos serviços prestados à sociedade.*

RESULTADOS:

- A)** Aprovados todos os projetos de lei de interesse do MPSC pela ALESC.
- B)** Ações com resultados comuns para a sociedade.
- C)** Incremento da eficiência e efetividade da Instituição.
- D)** Mais de 35 cursos, eventos e ações de extensão realizados, destacando-se os seguintes temas: Proteção, Preservação e Recuperação do Patrimônio Histórico Cultural; XVI Congresso Brasileiro do Ministério Público de Meio Ambiente; O Novo Código de Processo Civil e a tutela do consumidor; Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro; Seminário Nacional de Inteligência; Defesa e proteção da Fauna; Reuniões do Fórum Catarinense de Combates aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos; VI Encontro Nacional de Serviço Social no MP; Acessibilidade em vias públicas e edificações; Oficinas do Núcleo Intersectorial de suporte ao APOIA e Apoia Online; Setembro Amarelo; e Seminário Unindo Forças.

- 
- E) Público externo de mais de 3.000 participantes em cursos, eventos e ações de extensão promovidos pelo CEAF e disponibilizados a servidores de diversas Instituições e sociedade.
 - F) 493 convênios vigentes.
 - G) Foram firmados 70 novos termos de cooperação técnica/convênios com *Stakeholders*.



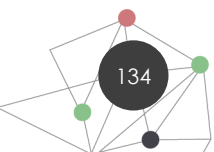


OBJETIVO ESTRATÉGICO

OBJETIVO ESTRATÉGICO 13 - **APRIMORAR A AVALIAÇÃO DE RESULTADOS**

OBJETIVO: Desenvolver e implantar um sistema de avaliação de resultados das ações do Ministério Público que possibilite a melhoria dos serviços prestados à sociedade.

RESPONSÁVEIS: Comissão de Gestão do Planejamento Estratégico do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), Coordenadoria-Geral Administrativa e Coordenadoria de Planejamento.



INICIATIVAS ESTRATÉGICAS IMPLEMENTADAS:

PROGRAMA DE APRIMORAMENTO DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

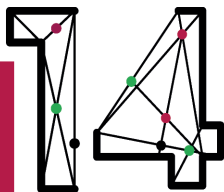
OBJETIVO: Monitorar, avaliar e divulgar os resultados das ações institucionais.

AÇÕES DESENVOLVIDAS:

- A)** Redução dos custos variáveis das unidades do MPSC.
- B)** Padronização dos Relatórios Institucionais.
- C)** Padronização da produção estatística.
- D)** Implantação da Metodologia da Gestão Pública (GESPÚBLICA).
- E)** Adesão do Planejamento Institucional a Agenda 2030 da ONU.

RESULTADOS:

- A)** Índice de desempenho das metas estratégicas previstas no Planejamento Estratégico (PE): 71,62%. O indicador é calculado por meio da média de desempenho das metas de 89 Indicadores Estratégicos estabelecidos para os 20 Objetivos Estratégicos do PE.
- B)** Das Ações (Projetos e Atividades) vinculadas ao PE, com datas de finalização previstas para o ano de 2016, 72% foram executadas com êxito, no prazo estipulado;
- C)** Índice de Excelência na Gestão Pública: 250 pontos.



OBJETIVO ESTRATÉGICO

OBJETIVO ESTRATÉGICO 14 - CONSOLIDAR TESES INSTITUCIONAIS

OBJETIVO: Definir e consolidar teses jurídicas que reflitam o entendimento majoritário dos membros do Ministério Público catarinense e sirvam de paradigma orientador da atuação ministerial.

RESPONSÁVEIS: Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional e Conselho de Consolidação de Teses Institucionais.

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS IMPLEMENTADAS:

1 TESES INSTITUCIONAIS

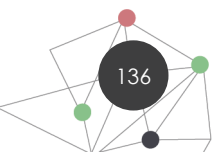
OBJETIVO: Promover estudos para o desenvolvimento de novas estratégias de divulgação e mecanismos de mensuração das teses institucionais no dia a dia das Promotorias de Justiça.

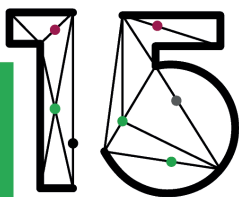
AÇÕES DESENVOLVIDAS:

A) Consolidação de teses institucionais.

RESULTADO:

A) Aprovação de tese institucional acerca de crimes da Lei de Licitações.





OBJETIVO ESTRATÉGICO

OBJETIVO ESTRATÉGICO 15 - OTIMIZAR E POTENCIALIZAR A ATUAÇÃO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

OBJETIVO: Otimizar a ação e potencializar os resultados das ações desenvolvidas pelas Promotorias de Justiça, mediante a implementação de propostas de atuação plena e racional de todas as unidades.

RESPONSÁVEIS: Colégio de Procuradores de Justiça, Centro de Apoio Operacional de Apoio Técnico (CAT), Coordenadoria-Geral Administrativa, Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Escritório de Processos.

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS IMPLEMENTADAS:



PROGRAMA PARA

OTIMIZAR A GESTÃO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

Objetivo: Racionalização e padronização das rotinas das Promotorias de Justiça, contribuindo para a produção de dados gerenciais e estratégicos ao Ministério Público de Santa Catarina (MPSC).

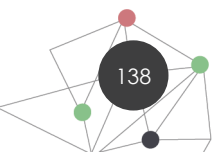
AÇÕES DESENVOLVIDAS:

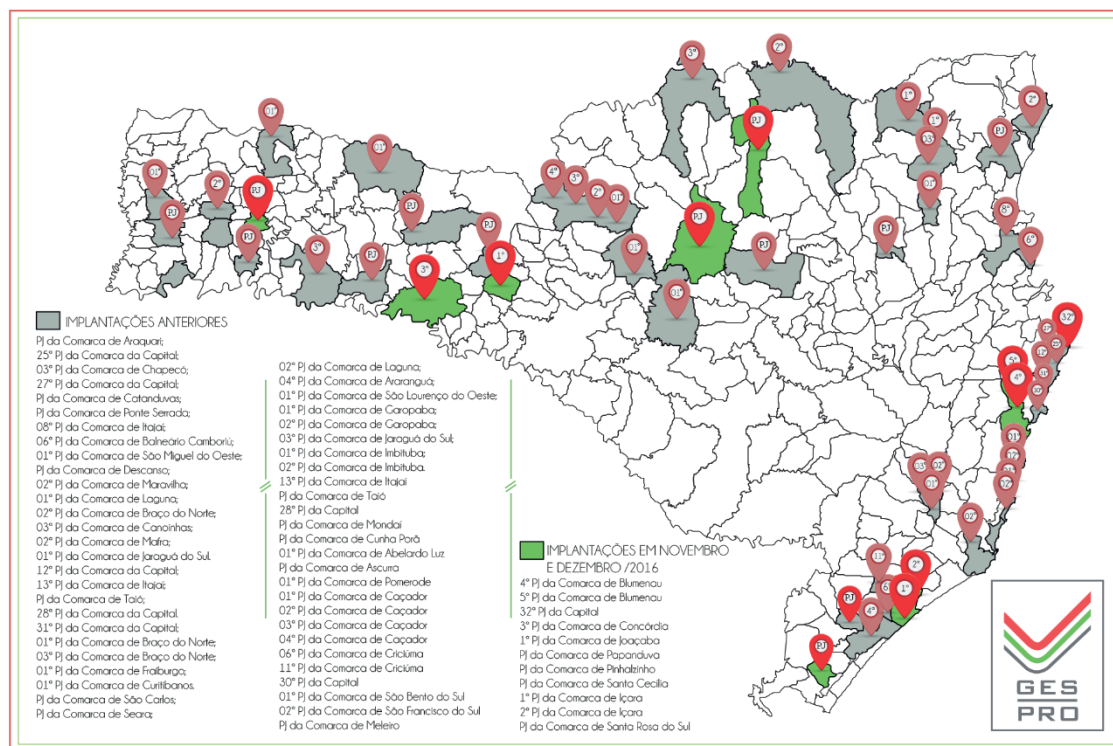
- A)** Facilitação para a realização das correições realizadas pela Corregedoria-Geral do MPSC, diante da organização do espaço físico e dos processos de trabalho das Promotorias;
- B)** Realização de Inspeções pela Corregedoria-Geral do Ministério Público.
- C)** Realização de Procedimentos de Verificação de Pendência.
- D)** Nos termos da Resolução 73/2011/CNMP, foram encaminhados para o CNMP dados sobre o exercício do magistério por membros do MPSC.
- E)** Acompanhamento de Estágio Probatório.
- F)** Procedimentos Administrativos Disciplinares (PADs).

- 
- G) Procedimento Administrativo Sumário (PAS).
 - H) Criação de uma metodologia para profissionalização da Gestão de Promotorias de Justiça, organizada em etapas e baseada nos requisitos definidos pela ISO 9001:2015.
 - I) Elaboração do Manual de Processos de Trabalho das Promotorias, que documenta a padronização dos fluxos de trabalho, os quais foram validados pela Corregedoria-Geral.
 - J) Saneamento, *in loco*, de dúvidas da equipe da Promotoria quanto ao uso correto do sistema informatizado que controla os processos judiciais e o extrajudicial e quanto aos atos normativos internos relacionados à tramitação de processos e à gestão documental.

RESULTADOS:

- A) Realização de 130 correções.
- B) Realização de 50 inspeções.
- C) Realização de 218 procedimentos.
- D) Identificação que 20 membros exercem a atividade de magistério.
- E) Apresentação de relatório conclusivo para o vitaliciamento de 29 Promotores de Justiça que ingressaram na carreira em 2014, e acompanhamento de 10 Promotores de Justiça que ingressaram em 2015. Permanecem em Estágio Probatório, sujeitos a acompanhamento e orientação direta e permanente 27 Promotores de Justiça.
- F) Instauração de 88 PADs e finalização de 86 no ano de 2016, ficando pendentes 13.
- G) Foram instaurados 5 PAS.
- H) Obtenção do certificado ISO 9001:2015 pela 25ª Promotoria de Justiça da Capital de Santa Catarina, o que cria a possibilidade para certificação de demais Promotorias de Justiça, elevando a profissionalização da Gestão das Promotorias de Justiça para um padrão internacionalmente reconhecido.
- I) Abertura de mais um canal de comunicação entre a Administração Superior e as Promotorias, já que as demandas e as sugestões dos Promotores visitados são enviadas formalmente aos órgãos internos pela equipe do GesPro.
- J) Implantação do projeto no nível I em 62 Promotorias de Justiça.





2

PROGRAMA DE

DESCENTRALIZAÇÃO DO ACESSO AO BANCO DE DADOS

OBJETIVO: Estender a Promotores de Justiça, Assessores Jurídicos e Assistentes de Promotoria de Justiça o acesso a bancos de dados reconhecidamente úteis ao desempenho das atividades afetas aos órgãos de execução do Ministério Público de Santa Catarina.



AÇÕES DESENVOLVIDAS:

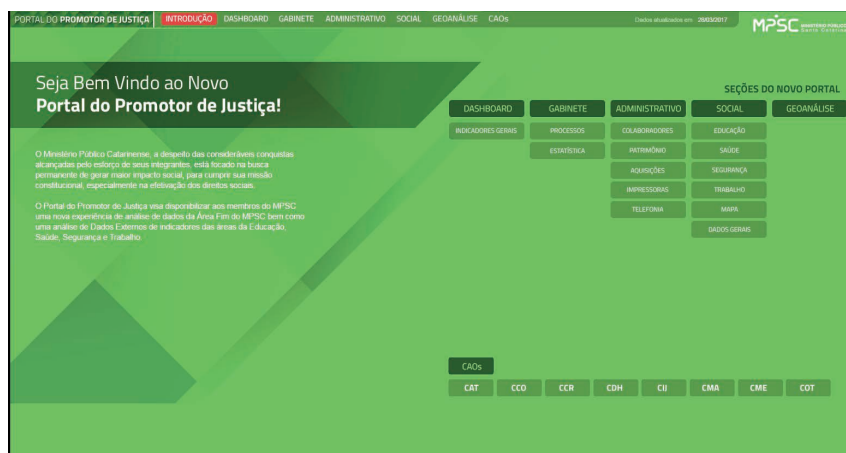
- A)** Dinamização das etapas de implementação do Portal do Promotor de Justiça, a partir de diálogo com todos os órgãos internos que, de alguma forma, pudessem contribuir para sua concretização.
- B)** Definição do órgão gestor como a Subprocuradoria-Geral para Assuntos Institucionais (SUBPGJINS) e quais órgãos estariam envolvidos nos aspectos negociais/subgerenciais do projeto, os Centros de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa (CMA), do Meio Ambiente (CME), do Consumidor (CCO), do Controle de Constitucionalidade (CECCON) dos Direitos Humanos e Terceiro Setor (CDH), da Infância e Juventude (CIJ), da Ordem Tributária (COT), Criminal (CCR) e Técnico (CAT), que têm entre suas atribuições o intercâmbio de informações com os órgãos afetos à suas áreas de atuação.
- C)** Delimitação da atuação dos órgãos técnicos internos para o acompanhamento e desenvolvimento das ferramentas instrumentais, a Coordenadoria de Tecnologia (COTEC) e a Coordenadoria de Informações (COINFO), tendo por principal referência o Escritório de Ciência de Dados (ECD), criado especificamente para essa finalidade.
- D)** Realização de reuniões técnicas entre o Escritório de Ciência de Dados e cada um dos Centros de Apoio Operacional.
- E)** Compartilhamento das informações, com cada órgão público estadual detentor de banco de dados, mediante acordo de reciprocidade de acesso e de participação na elaboração da ferramenta de análise comparativa. Nessa etapa, deve-se destacar a integral participação de todos os agentes (internos e externos) envolvidos no processo, que culminaram, no período, com a elaboração de termos de cooperação técnica, convênios, protocolos de intenção ou mesmo acordos informais entre o MPSC e os seguintes órgãos: a) Fundação Catarinense do Meio Ambiente; b) Polícia Militar do Estado de Santa Catarina; c) Polícia Civil do Estado de Santa Catarina; d) Corpo de Bombeiros do Estado de Santa Catarina; e) Instituto Geral de Perícias do Estado de Santa Catarina; f) Secretaria de Estado da Segurança Pública; g) Secretaria de Estado do Meio Ambiente; h) Polícia Militar Ambiental do Estado de Santa Catarina; i) Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina; j) Secretaria de Estado da Fazenda ; k) Secretaria de Estado da Saúde; l) Secretaria de Estado da Educação; m) Secretaria de Estado da Assistência Social; n) Departamento de Administração Prisional do Estado de Santa Catarina; e o) Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania.
- F)** Identificação técnica dos obstáculos de integração e, criação de metodologias próprias para superá-los.
- G)** Elaboração dos painéis temáticos específicos, com a integração de dados tratados por vínculos comparativos e associativos.
- H)** Ampla divulgação da ferramenta ao público interno e externo. Quanto a este último, destaca-se a apresentação realizada pelo MPSC, a convite da Secretaria-Executiva de Assuntos Internacionais do Governo do Estado de Santa Catarina, na Alemanha, no 34º Encontro Econômico Brasil-Alemanha (EEBA), como exemplo de boa gestão em órgãos públicos. A apresentação foi realizada para o Ministério para Migração, Justiça e Proteção do Consumidor da Turíngi, para a Procuradora-Geral do Estado, Marlies Lindner; e para o Procurador-Geral do Ministério Público de Jena e para os integrantes do departamento de combate ao crime organizado de Gera. A integração do Projeto na comitiva permitiu a demonstração da eficiência do Órgão Fiscalizador do Estado e da transparência dos Órgãos Públicos Estaduais, requisitos importantes para a atração de investimentos estrangeiros

RESULTADOS:

- A)** A entrega do Portal do Promotor de Justiça que, na parcela relacionada à atividade-fim da Instituição, possibilitou, em termos de efetividade e eficiência da atuação funcional:
- B)** Permitir ao Promotor de Justiça analisar várias bases de dados por meio de um local único de acesso, eliminando a necessidade de se acessar vários sistemas de instituições parceiras, a partir da consolidação e integração de dezenas de painéis de análise de dados.
- C)** Permitir ao Promotor de Justiça analisar grandes volumes de dados de forma simples, sem a necessidade de solicitar apoio técnico especializado da equipe de Tecnologia da Informação, garantindo-lhe proatividade e resolutividade;
- D)** Permitir ao Promotor de Justiça cruzar informações de base de dados diversas, de forma simples e intuitiva, e ainda analisar os resultados sobre mapas georeferenciados, gerando uma percepção real dos fatos.
- E)** Ter acesso a informações operacionais, e não somente a dados estatísticos, de modo a poder criar diagnósticos úteis para sua atuação e planejamento.
- F)** Ampliar significativamente a atuação fiscalizatória do MPSC, mediante conhecimento mais preciso da realidade administrativa dos entes fiscalizados, facilitada por mecanismo célere e intuitivo de análise de dados;
- G)** Conceder ao Promotor de Justiça meio célere de obtenção de informações diretamente na fonte, evitando o desperdício de recursos humanos e financeiros internos e externos na expedição de ofícios requisitórios pelo MPSC e respostas pelos órgãos parceiros, gerando, a partir disso, diminuição do prazo de duração dos procedimentos investigativos.
- H)** A entrega, vinculada ao Portal do Promotor de Justiça, dos painéis de análise associativa e comparativa de dados das áreas:
 - Criminal - Diagnósticos Criminais, criado no âmbito do Programa Tutela Difusa da Segurança Pública e que engloba um conjunto de processos de tecnologia da informação direcionados à análise de dados, à produção eficiente de informações sobre os padrões do crime, suas correlações e tendências, gerando a formação de conhecimento que permitirá a avaliação das medidas mais adequadas para o enfrentamento do fenômeno relacionado à criminalidade e à violência.
 - Direitos Humanos e Terceiro Setor - Painel voltado à análise de dados associativa das informações constantes dos bancos de dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Secretaria Estadual de Assistência Social, Trabalho e Habitação, possibilitando a atuação qualificada dos membros para estruturação dos serviços socioassistenciais voltados à população em situação de vulnerabilidade.
 - Infância e Juventude - Painel vinculado ao Núcleo Interinstitucional de Apoio Voltado ao Combate das Causas Ligadas à Evasão Escolar (NISA), a fim de consolidar a análise dos dados obtidos por meio do APOIA (Programa do MPSC ligado ao combate à evasão escolar) e subsidiar a atuação do NISA em todos os seus aspectos, a partir de painéis de análise associativa de dados, fornecendo ao Promotor de Justiça maior eficácia na sua atuação, visando a não apenas resgatar os alunos evadidos como também impedir que eles se evadam, garantindo, assim, o integral direito à educação.
 - Moralidade Administrativa - Painel voltado a otimizar a análise dos dados contidos no repositório do Tribunal de

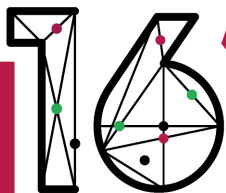
Contas do Estado, mediante aplicativos de análise associativa de dados que permitam a formação de séries históricas de evolução da despesa pública, comparação de informações e elaboração de estratégias de atuação centradas nos segmentos da Administração que operam com recursos de maior vulto.

- Meio Ambiente - Vinculado ao Projeto Gestão Ambiental, o painel tem como objetivo aumentar a eficiência da atuação do Promotor de Justiça ambiental mediante o uso de ferramenta de análise associativa de dados que congregue informações estatísticas do licenciamento ambiental e dos autos de infração ambientais emitidos no território Catarinense, com amplo acesso aos documentos e ao georeferenciamento de dados.
- Ordem Tributária - painel de inteligência para análise de dados fiscais/tributários com tecnologia analítica associativa, consistente em uma aplicação de análise e visualização de informações que busca elementos diretamente do banco de dados da Secretaria da Fazenda e os organiza na forma de gráficos comparativos e mapas de calor, permitindo ao Promotor Regional filtrar em segundos uma grande massa de dados, por meio de critérios de pesquisa, como, por exemplo, maior devedor de ICMS, cidade, comarca, atividade econômica etc.



Tela de acesso ao Portal do Promotor.





OBJETIVO ESTRATÉGICO

OBJETIVO ESTRATÉGICO 16 - **TORNAR OS PROCESSOS DE GESTÃO MAIS EFETIVOS**

OBJETIVO: Adotar novas práticas e estabelecer métodos para a estruturação e melhoria dos processos de gestão, visando a agregar valor aos serviços prestados aos clientes internos e contribuir para a efetividade da atividade-fim do Ministério Público.

RESPONSÁVEIS: Coordenadoria de Comunicação Social (COMSO), Coordenadoria-Geral Administrativa, Núcleo de Gestão Técnica (CAT) e Escritório de Processos.



INICIATIVAS ESTRATÉGICAS IMPLEMENTADAS:

1 PROGRAMA PARA MELHORAR A INTERAÇÃO E A COMUNICAÇÃO ENTRE AS DIVERSAS ÁREAS DA ESTRUTURA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

OBJETIVO: Integrar os diversos setores da estrutura do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), mediante a disseminação da cultura organizacional.

AÇÕES DESENVOLVIDAS:

- A) O projeto “Nosso MP em 1 minuto” consiste na elaboração de pequenos vídeos, que são publicados na Intranet, onde os servidores podem conhecer as equipes de outros setores.
- B) Diariamente na intranet, notícias de interesse da Instituição, dos membros e servidores do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC). E todas as segundas-feiras é divulgada por e-mail uma newsletter intitulada “Destaques da Semana” com as principais notícias internas da semana.
- C) Iniciado novo projeto para reestruturação da Intranet.

RESULTADOS:

- A) No projeto “Nosso MP em 1 minuto”, até o final de 2016, foram publicados 11 vídeos.
- B) Em 2016, foram publicadas 485 matérias na Intranet. A newsletter enviada semanalmente ganhou nova plataforma e interface interativa.

2 PROGRAMA DE GESTÃO POR PROCESSOS

OBJETIVO: Implementar a gestão por processos no Ministério Público de Santa Catarina (MPSC).

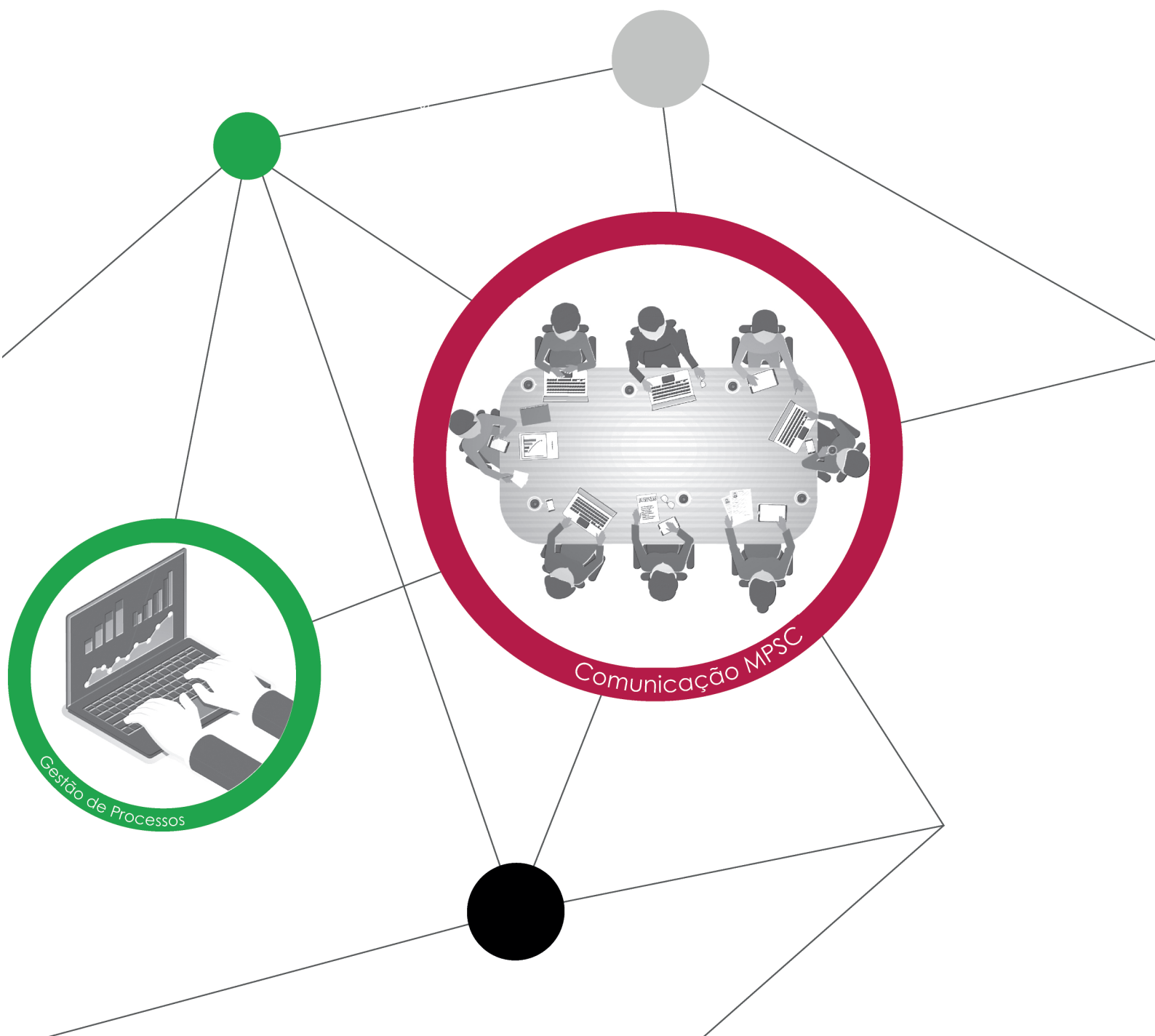


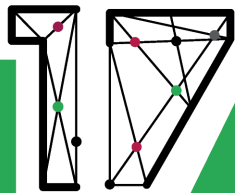
AÇÕES DESENVOLVIDAS:

- A)** Execução do projeto de implantação da Norma ISO 9001:2015 na 25ª Promotoria de Justiça do Estado de Santa Catarina.
- B)** Colaboração na definição da metodologia de implantação dos requisitos da ISO 9001:2015 utilizada pelo GesPro (Projeto de Gestão Administrativa das Promotorias de Justiça).
- C)** Participação da implantação do GesPro (Projeto de Gestão Administrativa das Promotorias de Justiça) nas Promotorias de Justiça do Estado de Santa Catarina.
- D)** Participação da implantação do GesPro no Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa e no Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária, com relação à identificação, ao mapeamento e à melhoria dos processos de trabalho.
- E)** Participação da implantação do GesPro na Coordenadoria de Recursos Cíveis (CRC), com relação à identificação, ao mapeamento e à melhoria dos processos de trabalho.
- F)** Capacitação de servidores na metodologia de Gestão de Processos definidas pelo CNMP.

RESULTADOS:

- A)** 25ª PJ da Capital certificada na Norma ISO 9001:2015.
- B)** GesPro implantado em 62 Promotorias de Justiça até o final de 2016.
- C)** Metodologia de implantação da ISO 9001:2015 para Promotorias de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina definida.
- D)** Processos de trabalho do Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa, do Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária e da Coordenadoria de Recursos Cíveis mapeados e melhorados.
- E)** 27 servidores capacitados na metodologia de Gestão de Processos definida pelo CNMP.





OBJETIVO ESTRATÉGICO

OBJETIVO ESTRATÉGICO 17 - MELHORAR A ESTRUTURA FÍSICA E A SEGURANÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA

OBJETIVO: Promover a melhoria da segurança institucional, reduzindo vulnerabilidades em recursos humanos, áreas e instalações, documentos, informação e seus sistemas, e atuando na prevenção, detecção e neutralização de ações de qualquer natureza que constituam ameaça à Instituição e seus membros, inclusive no que se refere a sua imagem e reputação.

RESPONSÁVEL: Coordenadoria de Inteligência e Segurança Institucional (CISI), Casa Militar e Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura (COENG).

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS IMPLEMENTADAS:

1 PROGRAMA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

OBJETIVO: *Garantir a segurança de membros, servidores, e seus familiares, em situação de risco decorrente da atividade funcional, além de proteger a Instituição, inclusive com relação a sua imagem e reputação.*

AÇÕES DESENVOLVIDAS:

- A)** Segurança pessoal de membros e instalações.
- B)** Escoltas.
- C)** Pesquisas sociais.
- D)** Diagnóstico de segurança em novas instalações.
- E)** Monitoramento da frota e instalações.
- F)** Curso de Autoproteção para Membros.
- G)** Iniciado o Projeto de Implementação do Sistema de Controle de Acesso (Projeto Piloto – Ala do Fórum da Comarca de Palhoça). Concluídas as etapas de elaboração do projeto, levantamento de custos e definição do sistema a ser adquirido.

RESULTADOS:

- A)** 27 Procedimentos de Resposta a Incidente de Segurança (PRIS).
- B)** 160 Procedimentos de Resposta à Solicitação de Apoio (PRSA).
- C)** 101 membros e 59 servidores atendidos.
- D)** 300 câmeras de videomonitoramento em funcionamento em todo o Estado.

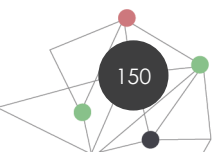
OBJETIVO: *Dotar a Instituição de ambientes físicos de trabalho que atendam a critérios de sustentabilidade, ergonomia e acessibilidade, com vistas ao melhor atendimento do cidadão e à qualidade do ambiente de trabalho de membros, servidores e colaboradores.*

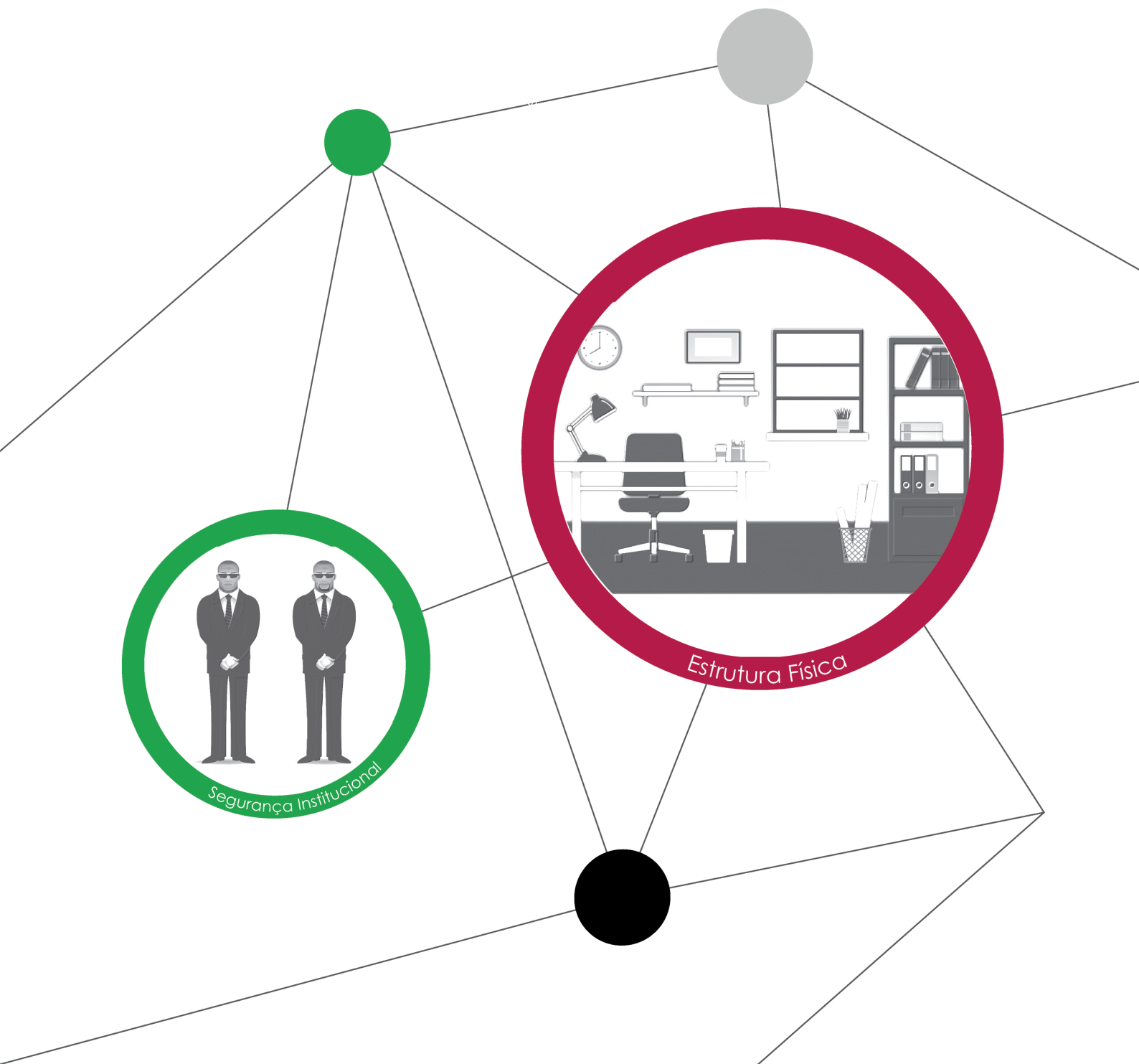
AÇÕES DESENVOLVIDAS:

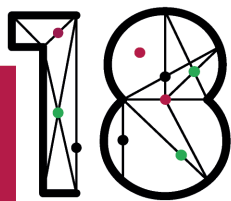
- A)** Diagnóstico das condições de acessibilidade das estruturas próprias do MPSC.
- B)** Acompanhamento das obras relacionadas a aquisição da nova Sede do MPSC.
- C)** Elaboração dos projetos arquitetônicos.
- D)** Formalizado editais de procura visando a locação de Espaços físicos necessários à instalação de novas Promotorias de Justiça, ou ampliação de espaços físicos.
- E)** Efetuado a manutenção de todas as Unidades de lotação, com demandas para a SGMP.
- F)** Elaboração de estudos incorporado ao Programa Boas Práticas, visando à sustentabilidade das edificações da Instituição.

RESULTADOS:

- A)** Pagamento de parcela referente à primeira medição judicial do Ed. Sede do MPSC.
- B)** Reforma do Ed. Pallas e adequação às normas de Acessibilidade.
- C)** Aprovado os projetos arquitetônicos de Lages, Joinville e Chapecó.
- D)** Realizado a locação de 9 salas para instalação e adequação de Promotorias de Justiça.
- E)** 100% dos novos espaços, locados em 2016, de acordo com os padrões de infraestrutura.
- F)** Realizados 267 serviços de engenharia e manutenção predial no ano de 2016.





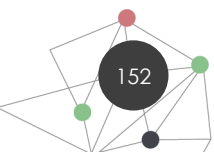


OBJETIVO ESTRATÉGICO

OBJETIVO ESTRATÉGICO 18 - **MELHORAR O DESEMPENHO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO**

OBJETIVO: Estruturar os sistemas de informação de modo a assegurar a disponibilidade, a confiabilidade, a integridade e a confidencialidade das informações e desenvolver soluções que assegurem a integração dos sistemas e a eficiência na entrega da informação.

RESPONSÁVEIS: Coordenadoria-Geral Administrativa e Coordenadoria de Tecnologia de Informação.



INICIATIVAS ESTRATÉGICAS IMPLEMENTADAS:

1 PROGRAMA PARA A SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

OBJETIVO: *Garantir permanentemente o serviço de rede, o armazenamento de dados e a integridade das informações captadas, acessadas ou geradas pelo Ministério Público de Santa Catarina (MPSC).*

AÇÕES DESENVOLVIDAS:

- A) Finalização do termo de referência do Sistema de Gestão de Administrativo (SIGA), da área meio do MPSC.
- B) Finalização do termo de referência visando a Substituição do Sistema Integrado de Gestão (SIG), da área fim do MPSC.
- C) Renovação do parque tecnológico do data center principal e secundário.
- D) Finalização da implementação da telefonia IP.
- E) Desenvolvimento de aplicativos para dispositivos móveis.
- F) Aquisição de assinatura para a realização de vídeo conferência.

RESULTADOS:

- A) Aumento da segurança e disponibilidade de serviços e informações.
- B) Aumento da segurança de dados em eventual sinistro no site principal, reduzindo de 7 horas para 15 minutos.

2 PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS

OBJETIVO: *Simplificar os procedimentos de acesso do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) a bancos de dados e*



garantir a eficiência tecnológica do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), mediante a implantação e manutenção de um Plano Diretor de Tecnologia da Informação.

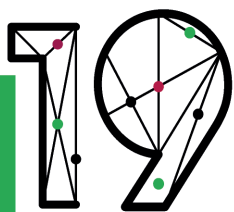
AÇÕES DESENVOLVIDAS:

- A) Desenvolvimento de ações visando à implantação de um novo modelo de Governança de Tecnologia da Informação.
- B) Ampliação do novo modelo de disponibilização de informações gerenciais por meio de painéis de *Business Intelligence* e mídia social.

RESULTADOS:

- A) Montagem de projeto para readequação da Governança de Tecnologia da Informação a ser implementada em 2017.
- B) Disponibilização de painéis de *Business Intelligence* para todos os Centros de Apoio Operacional e o novo Portal do Promotor de Justiça.
- C) Implementação de uma nova cultura de análise de informações na Instituição.
- D) A disponibilidade dos sistemas de informação foi de 99,90%, durante o exercício de 2016.



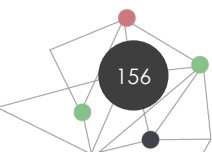


OBJETIVO ESTRATÉGICO

OBJETIVO ESTRATÉGICO 19 - TER PESSOAL QUALIFICADO E EM NÚMERO SUFICIENTE ÀS NECESSIDADES REAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA

OBJETIVO: Adequar o quantitativo e promover o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes dos membros e servidores, visando a melhorar o clima organizacional e aumentar a efetividade dos resultados das ações do Ministério Público.

RESPONSÁVEIS: Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, Secretaria-Geral do Ministério Público e Coordenadoria de Recursos Humanos.



INICIATIVAS ESTRATÉGICAS IMPLEMENTADAS:

1 PROGRAMA PARA O APERFEIÇOAMENTO DOS SISTEMAS DE CAPACITAÇÃO DE MEMBROS E SERVIDORES

AÇÕES DESENVOLVIDAS:

- A)** Finalização da primeira pós-graduação, em nível de especialização do CEAF-MPSC, em Formação e Aperfeiçoamento na Carreira do Ministério Público, com 23 disciplinas oferecidas, entre 2015 e 2017, e 18 artigos científicos elaborados, para publicação na Revista Atuação.
- B)** Expansão dos cursos presenciais nas Comarcas do interior, sendo realizado cursos nas comarcas de Chapecó, Criciúma, Blumenau, Joinville, Itajaí, Balneário Camboriú, Lages e Caçador.
- C)** Estruturação e expansão dos cursos de EAD, sendo criados dois novos cursos a distância em 2016: Excelência do Atendimento ao Cidadão e Acessibilidade em Vias e Edificações Públicas.

RESULTADOS:

- A)** 966 membros participantes de cursos de capacitação promovidos pelo CEAF.
- B)** 68% de membros capacitados, sendo 77% lotados no interior.
- C)** 1.212 servidores participantes de cursos e eventos.
- D)** 44% de servidores capacitados, sendo 300 lotados no interior.
- E)** 13 disciplinas da Pós-Graduação ofertadas.
- F)** 80 cursos de curta duração promovidos internamente para membros e servidores, na modalidade presencial e a distância.
- G)** 60 cursos externos com custeio do CEAF.
- H)** 60 bolsas de Graduação e Pós-Graduação concedidas a membros e servidores.
- I)** Realização de eventos com temas de destaque e profissionais de renome nacional: Os Desafios do Novo Código de



Processo Civil, 16º Congresso Nacional do Ministério Público: o novo código de processo civil e a tutela do consumidor, XVI Congresso Brasileiro do Ministério Público de Meio Ambiente, Seminário Nacional de Inteligência, Encontro Técnico sobre TAC em Moralidade Administrativa.

- J) Principais temas abordados em 2016: Lavagem de Dinheiro, Moralidade Administrativa, Inteligência e Segurança Institucional, Novo Código de Processo Civil, Júri Avançado, Atendimento ao Cidadão, Formação Pedagógica, Gestão de Processos, Termos de Referência, Linguagem Brasileira de Sinais, Tecnologia da Informação e Gestão de Pessoas.

2

PROGRAMA DE MELHORIA NA GESTÃO DE PESSOAS

OBJETIVO: Identificar, nos processos mapeados no âmbito do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), as competências requeridas para o bom desempenho das respectivas funções, o número de pessoal necessário, os critérios de avaliação de desempenho, as políticas de motivação e o incentivo à carreira e definir modelos de gestão por resultados.

AÇÕES DESENVOLVIDAS:

- A) Execução das Agendas de Desenvolvimento Individual - Ciclo 2015/2016, vinculada a Gestão por Competências.
- B) Acompanhamento psicológico para novos Promotores de Justiça.
- C) Realização das duas primeiras etapas do Concurso de membros do Ministério Público.

RESULTADOS:

A) Índice de rotatividade de pessoal (turnover global):

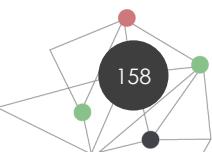
- a) Membros: 1,01%.
- b) Servidores efetivos: 1,99%.
- c) Servidores comissionados: 21,07%.

B) Índice de desligamentos:

- a) Membros: 0,01%.
- b) Servidores efetivos: 0,59%.
- c) Servidores comissionados: 15,80%.

- C) O concurso público para o preenchimento de cargos da carreira de Promotor de Justiça contou com 3594 inscritos. Na primeira etapa passaram 190, e na segunda etapa 44 candidatos para a prova oral (Passaram 42 + 4 mandados de segurança – 2 desistências);

- D) O acompanhamento psicológico foi realizado com 27 Promotores de Justiça em Estágio Probatório.



3

PROGRAMA DE HUMANIZAÇÃO DO AMBIENTE DE TRABALHO

OBJETIVO: *Proporcionar no ambiente de trabalho dos membros e servidores do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), além da acessibilidade plena, conforto ambiental, redução de conflitos e baixo índice de afastamentos decorrentes de problemas de saúde.*

AÇÕES DESENVOLVIDAS:

- A) Aquisição de mobiliário e equipamentos para a Gerência de Atenção à Saúde (GESAU).
- B) Realização da Pesquisa de Clima Organizacional – 2016 (Guia Você S.A. – Melhores empresas para você trabalhar).
- C) Realização dos cursos de “Preparação para Aposentadoria”;
- D) Elaboração do plano de melhoria em relação aos resultados apontados na Pesquisa de Clima Organizacional.

RESULTADOS:

- A) Resultados da Pesquisa de Clima Organizacional - 2016:
 - Índice de Qualidade no Ambiente de Trabalho (IQAT): 81,4%. Acima da meta fixada de 77%.
 - Índice de Qualidade na Gestão de Pessoas (IQGP): 33,3%.
 - Índice de Felicidade no Trabalho (IFT): 67%.
 - Índice de satisfação de Membros e Servidores com a Instituição: 78,68%. Acima da meta fixada de 75%.
- B) Realizado o Encontro de Acompanhamento dos Participantes do programa de Orientação à Aposentadoria. Número de participantes = oito.

4

PROGRAMA QUALIDADE DE VIDA E SAÚDE OCUPACIONAL DO MPSC

OBJETIVO: *Promover a qualidade de vida e a saúde ocupacional dos colaboradores do MPSC.*

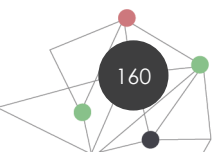
AÇÕES DESENVOLVIDAS:

- A) Realização das ações mensais do “Calendário Saúde”, vinculadas ao Projeto Qualidade de Vida.
- B) Promoção, pelo Projeto Saúde Ocupacional:

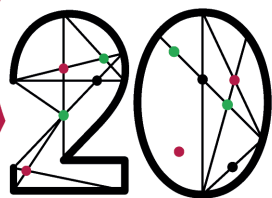
- 
- a disponibilização de vídeos na *Intranet* com exercícios preventivos ocupacionais.
 - o acompanhamento de membros e servidores afastados por *Licença para Tratamento de Saúde (LTS)* ou *Licença para Tratamento de Saúde de Pessoa da Família (LTSPF)*.
- C)** Acompanhamento das adequações autorizadas do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA).
- D)** Designação e capacitação dos Representantes de Saúde e Segurança do Trabalho (RSST), com o intuito de zelar pela integridade física dos colaboradores e visitantes das unidades da Instituição.
- E)** Projeto-Piloto de Teletrabalho no MPSC, com acompanhamento mensal de produtividade e acompanhamento psicológico periódico.

RESULTADOS:

- A)** Índice de Absenteísmo:
- a) Membros: 2,24%.
 - b) Servidores Comissionados: 0,33%.
 - c) Servidores Efetivos: 5,86%.
- B)** Capacitação de 36 Representantes de Saúde e Segurança do Trabalho (RSST).
- C)** A produtividade dos servidores participantes do Projeto-Piloto de Teletrabalho superou, em cerca de 30%, as metas definidas pelas chefias, as quais já eram superiores às metas presenciais.





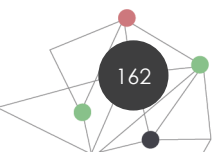


OBJETIVO ESTRATÉGICO

OBJETIVO ESTRATÉGICO 20 - **ASSEGURAR RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E OTIMIZAR SUA ALOCAÇÃO**

OBJETIVO: Promover ações para assegurar os recursos necessários à viabilização das ações e à execução do processo de desenvolvimento institucional do Ministério Público e garantir sua aplicação eficiente e racional.

RESPONSÁVEIS: Procurador-Geral de Justiça, Coordenadoria-Geral Administrativa, Coordenadoria de Planejamento e Coordenadoria de Finanças e Contabilidade.



INICIATIVAS ESTRATÉGICAS IMPLEMENTADAS:

1 PROGRAMA DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

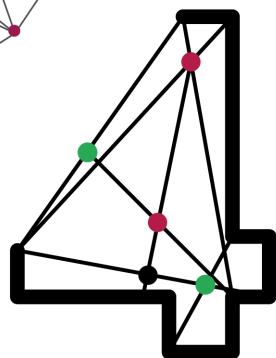
OBJETIVO: Garantir o aporte de recursos necessários ao desenvolvimento das atividades e o alcance dos objetivos estratégicos definidos pela Instituição.

AÇÕES DESENVOLVIDAS:

- A) Ampliação, na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), do percentual de participação da receita que atenda às necessidades do Ministério Público, com impacto no incremento no Orçamento.
- B) Aprimoramento do Sistema de Custo por Unidade Administrativa e por Área de Atuação do MPSC.
- C) Revisão do Plano Plurianual PPA.
- D) Elaboração do Orçamento Anual.
- E) Monitoramento da execução dos Recursos Orçamentários.

RESULTADOS:

- A) Incremento do índice de participação do MPSC na RLD/Estado, de 3,91%, para 3,98%, na LDO.
- B) Segregados os custos por unidades administrativas, visando a identificar entre as estruturas iguais, o menor custo.
- C) PPA 100% revisado.
- D) Orçamento anual elaborado em conformidade com o novo percentual previsto na LDO.
- E) Execução Orçamentária em 31/12:
 - Índice de execução orçamentária MPSC: 91,67%.
 - Índice de execução orçamentária FRBL: 13,74%.
 - Índice de execução orçamentária FECEAF: 96,63%.
 - Índice de execução orçamentária FERMP: 87,13%.
 - Índice de comprometimento de despesa com pessoal (conforme LRF): 1,88%.



DADOS ESTATÍSTICOS
DA ÁREA
ADMINISTRATIVA

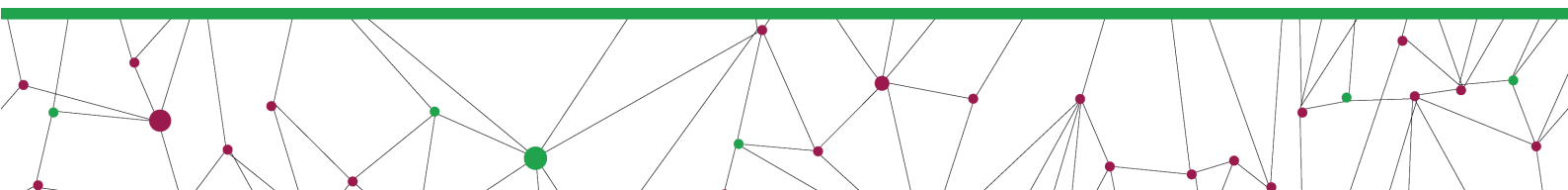
1 EVOLUÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL

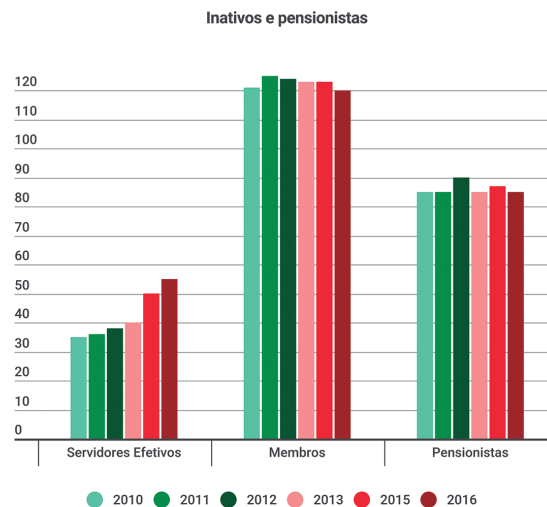
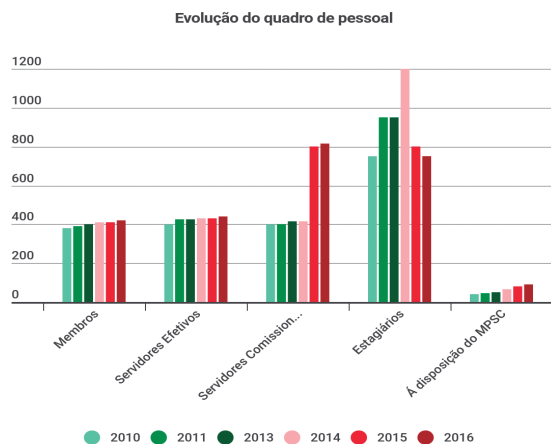
Servidores e Membros Ativos							
Cargos	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Membros	366	376	407	438	429	445	451
Servidores Efetivos	397	479	473	490	487	502	504
Servidores Comissionados	401	412	447	458	818	860	941
Estagiários	767	974	961	1193	798	759	697
À disposição do MPSC	73	93	116	132	152	184	214
Aprendizes	0	0	0	0	0	0	18

Fonte: SRH - Sistema de Recursos Humanos

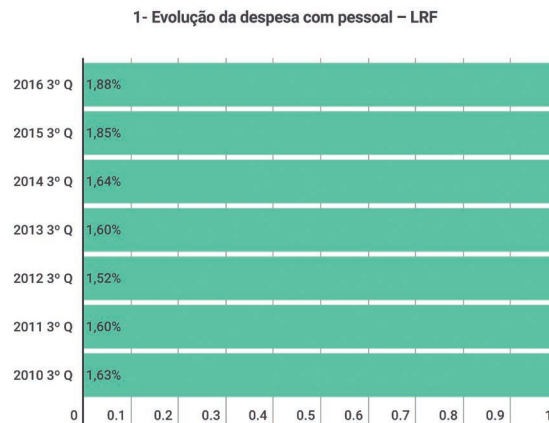
Servidores e Membros Inativos							
Cargos	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Servidores Efetivos	34	35	37	41	50	53	61
Membros	122	126	126	124	124	121	118
Pensionistas	86	86	91	86	88	85	79

Fonte: Sistema - Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina (CIA/SC)





2 EVOLUÇÃO DA DESPESA COM PESSOAL – LRF



Situação atual: Limite de Alerta.

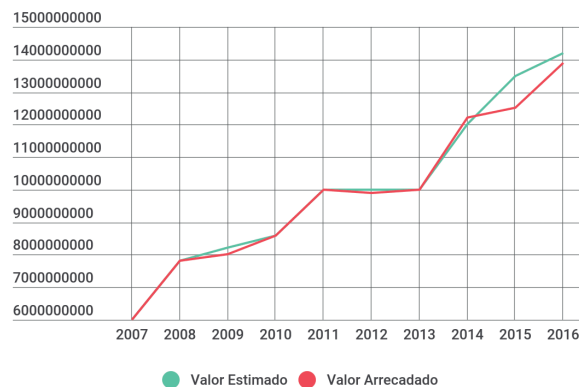
3 EVOLUÇÃO DAS FINANÇAS DO MPSC

3.1 DEMONSTRATIVO DA ARRECADAÇÃO DA RLD – FONTE 100

Receita líquida disponível - Fonte 100

Ano	Orçado	Arrecadado	Percentual	Inflação	Crescimento	Cresc. Real
2007	R\$ 6.320.000.000,00	R\$ 6.637.430.081,15	5,02%	4,46%		3,10%
2008	R\$ 7.500.000.000,00	R\$ 7.563.135.902,95	0,84%	5,90%	13,95%	8,05%
2009	R\$ 8.550.000.000,00	R\$ 7.887.476.692,88	-7,75%	4,31%	4,29%	-0,02%
2010	R\$ 9.300.000.000,00	R\$ 9.388.959.819,53	0,96%	5,91%	19,04%	13,13%
2011	R\$ 10.500.000.000,00	R\$ 10.446.650.574,25	-0,51%	6,50%	11,27%	4,77%
2012	R\$ 10.320.000.000,00	R\$ 9.729.409.044,37	-5,72%	5,84%	-6,87%	-12,71%
2013	R\$ 10.690.000.000,00	R\$ 10.723.347.592,37	0,31%	5,91%	10,22%	4,31%
2014	R\$ 11.700.000.000,00	R\$ 12.172.898.914,97	4,04%	6,41%	13,52%	7,11%
2015	R\$ 13.500.000.000,00	R\$ 12.627.118.016,48	-6,47%	10,67%	3,73%	-6,94%
2016	R\$ 14.400.000.000,00	R\$ 13.717.725.700,92	-4,74%	6,29%	8,64%	2,35%

Receita líquida disponível

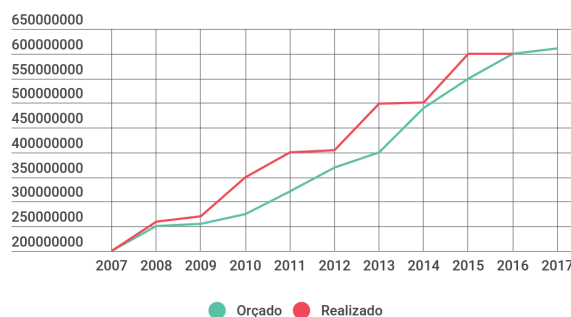


3.2 DEMONSTRATIVO DO ORÇAMENTO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA – MPSC

Anos	Valor orçado (a)	Valor realizado	Percentual	Rld	Superávit	Receita arrecadada (b)	Diferença (a-b)	Crescimento receita mpsc	Inflação*	Diferença
2007	R\$ 202.980.000,00	R\$ 205.555.056,79	101,27%	3,10%	R\$ 820.636,00	R\$ 210.310.792,33	R\$ 7.330.792,33		4,46%	
2008	R\$ 240.006.906,00	R\$ 250.867.885,10	104,53%	3,10%	R\$ 5.819.946,39	R\$ 260.873.370,18	R\$ 20.866.464,18	24,04%	5,90%	18,14%
2009	R\$ 254.970.636,00	R\$ 270.916.346,18	106,25%	3,10%	R\$ 31.201.174,69	R\$ 264.482.686,69	R\$ 9.512.050,69	1,38%	4,31%	-2,93%
2010	R\$ 281.281.368,00	R\$ 342.454.162,17	121,75%	3,10%	R\$ 29.284.230,06	R\$ 321.278.726,72	R\$ 39.997.358,72	21,47%	5,91%	15,56%
2011	R\$ 327.444.279,00	R\$ 401.101.357,18	122,49%	3,23%	R\$ 34.825.496,28	R\$ 362.934.963,81	R\$ 35.490.684,81	12,97%	6,50%	6,47%
2012	R\$ 367.195.248,00	R\$ 406.501.503,72	110,70%	3,91%	R\$ 39.922.270,61	R\$ 386.743.855,45	R\$ 19.548.607,45	6,56%	5,84%	0,72%
2013	R\$ 410.359.458,00	R\$ 492.832.207,15	120,10%	3,91%	R\$ 26.098.474,83	R\$ 436.317.984,08	R\$ 25.958.526,08	12,82%	5,91%	6,91%
2014	R\$ 482.039.491,00	R\$ 519.517.002,38	107,77%	3,91%	R\$ 16.922.413,60	R\$ 496.619.527,44	R\$ 14.580.036,44	13,82%	6,41%	7,41%
2015	R\$ 553.240.003,00	R\$ 596.403.646,99	107,80%	3,91%	R\$ 46.776.527,58	R\$ 520.359.470,54	-R\$ 32.880.532,46	4,78%	10,67%	-5,89%
2016	R\$ 592.369.924,00	R\$ 599.034.665,59	101,13%	3,91%	R\$ 32.111.583,21	R\$ 545.216.789,23	-R\$ 47.153.134,77	4,78%	6,29%	-1,51%
2017	R\$ 616.482.100,00		0,00%	3,98%	R\$ 34.220.116,98					
Dotação Inicial		Obs.: Valor Pago			Crédito Adicional					

*A inflação medida pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA

Evolução do orçamento do MPSC

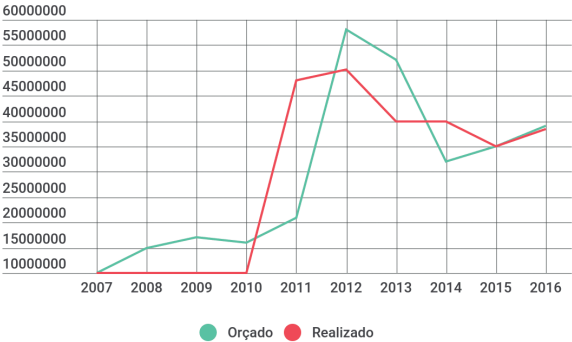


3.3 DEMONSTRATIVO DO ORÇAMENTO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA – FERMP

ANOS	VALOR ORÇADO	VALOR REALIZADO	PERCENTUAL	SUPERÁVIT
2007	R\$ 12.000.000,00	R\$ 11.131.199,53	92,76%	R\$ 4.790.505,71
2008	R\$ 14.700.000,00	R\$ 11.973.417,57	81,45%	R\$ 9.308.220,91
2009	R\$ 17.268.135,00	R\$ 10.562.992,22	61,17%	R\$ 11.358.264,07
2010	R\$ 16.952.180,00	R\$ 10.946.309,42	64,57%	R\$ 17.494.821,84
2011	R\$ 21.857.815,00	R\$ 47.502.384,47	217,32%	R\$ 26.750.244,46
2012	R\$ 57.865.341,00	R\$ 51.218.082,16	88,51%	R\$ 16.947.807,70
2013	R\$ 51.799.040,00	R\$ 39.628.706,80	76,50%	R\$ 28.313.934,79
2014	R\$ 32.895.856,00	R\$ 39.160.097,55	119,04%	R\$ 24.878.583,74
2015	R\$ 33.689.665,00	R\$ 34.313.632,84	101,85%	R\$ 53.895.829,20
2016	R\$ 39.183.598,00	R\$ 37.903.827,75	96,73%	R\$ 87.340.866,15
	Dotação Inicial	Obs.: Valor Pago		Crédito Adicional

Obs. Em 2014, 2015 e 2016, provisionado por ano R\$ 30.000.000, no realizado (Ed. Sede)

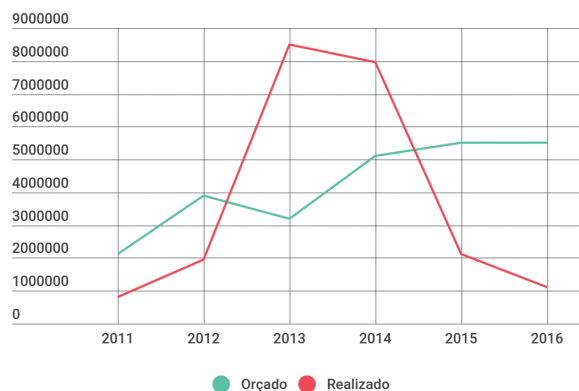
Evolução do Orçamento - FERMP



3.4 DEMONSTRATIVO DO ORÇAMENTO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA – FRBL

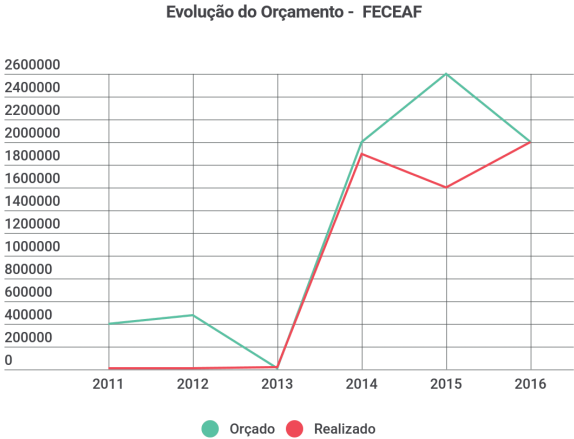
ANOS	VALOR ORÇADO	VALOR REALIZADO	PERCENTUAL	SUPERÁVIT
2011	R\$ 2.322.228,00	R\$ 758.117,46	32,65%	R\$ 11.249.869,29
2012	R\$ 3.749.305,00	R\$ 1.981.743,33	52,86%	R\$ 14.719.594,38
2013	R\$ 3.206.879,00	R\$ 8.566.897,71	267,14%	R\$ 15.776.613,96
2014	R\$ 5.061.711,00	R\$ 7.968.519,60	157,43%	R\$ 13.756.812,20
2015	R\$ 5.464.623,00	R\$ 2.188.456,79	40,05%	R\$ 8.783.132,77
2016	R\$ 5.429.414,00	R\$ 1.262.891,87	23,26%	R\$ 18.999.838,95
	<i>Dotação Inicial</i>	<i>Obs.: Valor Pago</i>		<i>Crédito Adicional</i>

Evolução do Orçamento - FRBL



3.5 DEMONSTRATIVO DO ORÇAMENTO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA – FECEAF

ANOS	VALOR ORÇADO	VALOR REALIZADO	PERCENTUAL	SUPERÁVIT
2011	R\$ 316.942,00	R\$ 33.003,12	10,41%	R\$ 320.463,85
2012	R\$ 460.000,00	R\$ 70.800,00	15,39%	R\$ 350.133,29
2013	R\$ 74.988,00	R\$ 124.496,07	166,02%	R\$ 373.605,71
2014	R\$ 2.000.000,00	R\$ 1.897.358,01	94,87%	R\$ 693.309,52
2015	R\$ 2.700.000,00	R\$ 1.678.126,01	62,15%	R\$ 1.155.318,60
2016	R\$ 2.000.000,00	R\$ 2.016.615,41	100,83%	R\$ 3.483.775,18
	Dotação Inicial	Obs.: Valor Pago		Crédito Adicional



4 EVOLUÇÃO DAS ÁREAS DE IMÓVEIS PRÓPRIOS E LOCADOS

Imóveis Próprios

Data	Unidade	Contrato	Área Terreno	Área Construída	Ocupação
4/03/94	Casa do Barão	Matricula 50.872-R1	2.284,39	12.113,92	Procuradorias de Justiça
19/9/02	Palas	Matricula 60.650 a 60.672-R3 Matricula 60.696 a 60.715-R3	402,09	2.178,48	Centros de Apoio Operacional
17/04/07	Curitibaños	Lei 14.000	4.516,64	0,00	Terreno
25/08/11	Campos Salles	04/2011/FERMP	1.629,30	12.166,92	Promotorias de Justiça e Órgãos Administrativos
02/09/11	Lages	05/2011/FERMP	2.156,85	326,94	GAECO
05/07/13	Joinville	04/2013/FERMP	2.429,00	1.709,64	GAECO
24/10/13	Chapecó	Lei 16.787/2015	2.910,36	0,00	Escritura concluída
12/12/13	Nova Sede (Bocaiuva)	06/2013/FERMP	2.365,00	0,00	Em construção
16/04/14	Jaraguá do Sul	05/2012/FERMP	4.471,97	1.627,39	Promotorias de Justiça
12/08/14	Palhoça	Lei 16.451	11.879,00	0,00	Aguardando escritura
31/07/17	Nova Sede (Bocaiuva)	06/2013/FERMP	0,00	20.974,67	Aguardando

Locações

	Locação	Contrato	Área	Início	Final
1	São José - Ed. Terra Firme*	013/2010	121,62	18/06/10	vigente
2	Canoinhas - Ed. Anne Maria	015/2010	83,81	09/07/10	vigente
3	Criciúma - GAECO	018/2010	337,50	27/10/10	vigente
4	Caçador	014/2011	398,00	29/04/11	vigente
5	Santo Amaro da Imperatriz	015/2011	78,83	29/04/11	vigente
6	São João Batista	031/2011	95,00	28/11/11	vigente
7	Itajaí - GAECO	032/2011	228,30	29/11/11	vigente
8	Videira	002/2012	327,27	09/03/12	vigente
9	Santa Rosa do Sul	008/2012	56,80	04/04/12	vigente
10	Braço do Norte	028/2012	350,27	13/08/12	vigente
11	Navegantes	039/2012	205,47	24/10/12	vigente
12	São José - Almoxarifado*	004/2013	1.500,00	29/01/13	vigente
13	Rio do Sul	005/2013	275,53	20/02/13	vigente

14	Chapecó	006/2013	100,00	25/02/13	vigente
15	Florianópolis - GAECO	007/2013	897,36	01/03/13	vigente
16	Curitibanos	011/2013	185,43	13/03/13	vigente
17	Florianópolis - Corporate	018/2013	112,56	17/05/13	vigente
18	Florianópolis - Vintage	024/2013	1.262,25	18/07/13	vigente
19	Camboriú	032/2013	163,26	25/09/13	vigente
20	São José - Ed. Terra Firme**	024/2014	261,58	08/07/14	vigente
21	Canoinhas	027/2014	108,85	16/07/14	vigente
22	Tubarão	029/2014	212,09	01/08/14	vigente
23	São José - Almoarifado**	035/2014	2.150,00	13/10/14	vigente
24	São José do Cedro	036/2014	100,00	07/11/14	vigente
25	Biguaçu	043/2014	174,38	19/12/14	vigente
26	Chapecó - GAECO	015/2015	540,60	25/02/15	vigente
27	Bom Retiro	032/2015	91,00	30/04/15	vigente
28	Gaspar	033/2015	152,25	30/04/15	vigente
29	Jaguaruna	064/2015	107,20	18/08/15	vigente
30	São Miguel do Oeste	066/2015	103,43	01/09/15	vigente
31	Xanxerê	067/2015	351,50	03/09/15	vigente
32	Garopaba	077/2015	185,70	21/10/15	vigente
33	Rio Negrinho	084/2015	125,80	12/11/15	vigente
34	Porto União	019/2016	195,93	04/02/16	vigente
35	Trombudo Central	012/2016	94,20	25/01/16	vigente
36	Orleans	023/2016	184,16	22/02/16	vigente
37	Abelardo Luz	018/2016	124,95	17/02/16	vigente
38	Sombrio	050/2016	191,94	20/07/16	vigente
39	Mafra	048/2016	127,51	21/07/16	vigente
40	São Lourenço do Oeste	049/2016	202,86	19/07/16	vigente
41	Blumenau	052/2016	292,34	30/09/16	vigente
42	Capital Vintage	027/2016	547,24	07/03/16	vigente
TOTAL DE ÁREA =>			13.404,77	m²	13/10/17

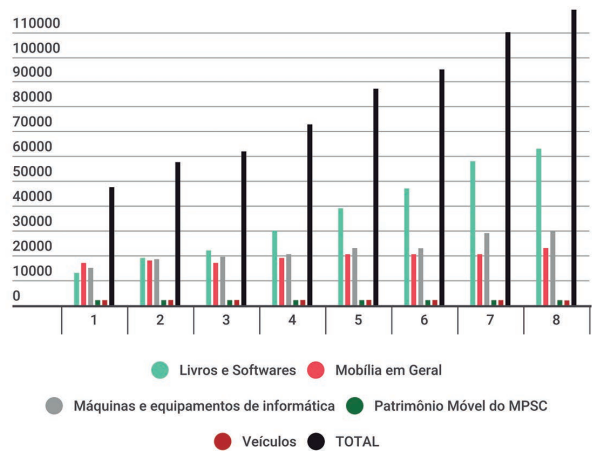
5 EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO MÓVEL

Patrimônio Móvel do MPSC	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Livros e SOFTWARES	13555	19157	22659	29962	38926	47072	58603	63320
Mobília em geral	16307	17685	16790	19202	20683	21084	20950	24094
Máquinas e equipamentos de informática	15073	18058	19645	20807	23679	23721	29025	30161
Utensílios em geral	2511	2622	2757	2728	3755	2959	1247	1280
Veículos	50	75	83	103	107	116	110	109
Total	47496	57597	61934	72802	87150	94952	109935	118964

Veículos: 109 veículos + 1 reboque

Fonte: GEPAT

5- Evolução do patrimônio móvel



6 INVESTIMENTO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

SOFTWAREs

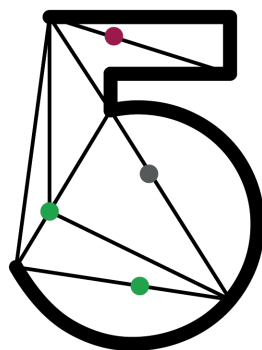
Código	Especificação	Qtde	Valor total
74.10.04.098	ATUALIZAÇÃO DE LICENÇA DE SOFTWARE GEOPROCESSAMENTO DE ANÁLISE ESPACIAL	1	11.733,20
74.10.04.097	ATUALIZAÇÃO DE LICENÇA DE SOFTWARE GEOPROCESSAMENTO DE ANÁLISE TRIDIMENSIONAL	1	11.733,20
74.10.04.096	ATUALIZAÇÃO DE LICENÇA DE SOFTWARE GIS/GEOPROCESSAMENTO - MONO-USUÁRIO PRIMÁRIO	1	9.386,56
74.10.04.118	ATUALIZAÇÃO DE LICENÇA DE SOFTWARE GIS/GEOPROCESSAMENTO - MONO-USUÁRIO SECUNDÁRIO	1	7.039,92
74.10.04.095	ATUALIZAÇÃO DE LICENÇA DE SOFTWARE GIS/GEOPROCESSAMENTO - MULTI-USUÁRIOS PRIMÁRIO	1	35.199,60
74.10.04.117	ATUALIZAÇÃO DE LICENÇA DE SOFTWARE GIS/GEOPROCESSAMENTO - MULTI-USUÁRIOS SECUNDÁRIO	1	28.159,68
74.10.04.108	LICENÇA DE ACESSO SIMULTÂNEO PARA TELEFONIA (20)	1	296.628,00
74.10.04.109	LICENÇA DE APLICAÇÃO ESPELHAMENTO DE E-MAILS	1	156.822,87
74.10.04.105	LICENÇA DE MIGRAÇÃO DE APLICAÇÃO GUARDIÃO TELEFONIA	1	248.966,00
74.10.04.106	LICENÇA DE MIGRAÇÃO DO GERENCIAMENTO GUARDIÃO TELEFONIA	1	106.635,38
74.10.04.110	LICENÇA DE MONITORAMENTO DE ALVOS E E-MAILS	1	6.621,00
74.10.04.093	LICENÇA DE SOFTWARE GEOPROCESSAMENTO DE ANÁLISE TRIDIMENSIONAL	1	20.689,31
74.10.04.092	LICENÇA DE SOFTWARE GIS/GEOPROCESSAMENTO - MONO-USUÁRIO	1	29.567,67
74.10.04.115	LICENÇA DE USO DE SOFTWARE - SEGURANÇA DE E-MAIL - APPLIANCE VIRTUAL (3000)	1	364.890,00
74.10.04.130	LICENÇA DE USO DE SOFTWARE - SOFTWARE DE MONITORAMENTO DE REDE	1	5.710,06
74.10.04.107	LICENÇA PARA MONITORAMENTO DE ALVOS CELULARES	1	66.217,50
74.10.04.116	LICENÇA PERPÉTUA DO SOFTWARE PARA DESENVOLVIMENTO E CONSTRUÇÃO DE CURSOS ONLINE	1	4.759,00
74.10.04.116	LICENÇA PERPÉTUA DO SOFTWARE PARA DESENVOLVIMENTO E CONSTRUÇÃO DE CURSOS ONLINE	1	2.131,56
74.10.04.081	MANUTENÇÃO ADAPTATIVA	7	496.054,11
74.10.04.082	MANUTENÇÃO ADAPTATIVA E EVOLUTIVA	10	692.355,53
74.10.04.084	MANUTENÇÃO EVOLUTIVA	12	436.416,02
74.10.04.083	MANUTENÇÃO EVOLUTIVA EM QUANTITATIVO GARANTIDO DE PONTOS DE FUNÇÃO	13	241.516,35
74.10.04.112	MIGRAÇÃO DE LICENÇA DE ACESSO SIMULTÂNEO	1	111.207,90

Hardware

Código	Especificação	Qtde	Valor total
74.10.01.054	CAIXA DE SOM MULTIMIDIA P/ COMPUTADOR	2	70,00
58.60.02.020	FONE DE OUVIDO HEADSET - USB (HEADSET BIAURICULAR)	150	52.879,50
74.10.04.111	HARDWARE PARA FIRMWARE PARA GUARDIÃO TELEFONIA (APPLIANCE)	1	168.123,00
74.10.01.040	MICROCOMPUTADOR TABLET	1	2.424,25
74.10.01.029	MICROCOMPUTADOR WORK STATION	40	253.600,00
58.30.01.005	MONITOR LCD/LED DE 23"	200	144.316,00
74.10.01.063	NAS - DISPOSITIVO DE ARMAZENAMENTO EM REDE / 4 BAIAS	15	97.500,00
74.20.03.001	PROJETOR DE MULTIMIDIA	30	69.000,00
74.20.02.007	RACK DE PISO, GABINETE FECHADO DE 19 - 24 U COM ISOLAMENTO ACÚSTICO	23	448.073,58
74.20.01.011	SCANNER DE MESA	135	444.766,95
74.10.03.027	SWITCH LAN	8	465.826,58
74.10.03.026	TRANCEIVERS 10 GBPS SPF + SHORTWAVE	14	45.443,02

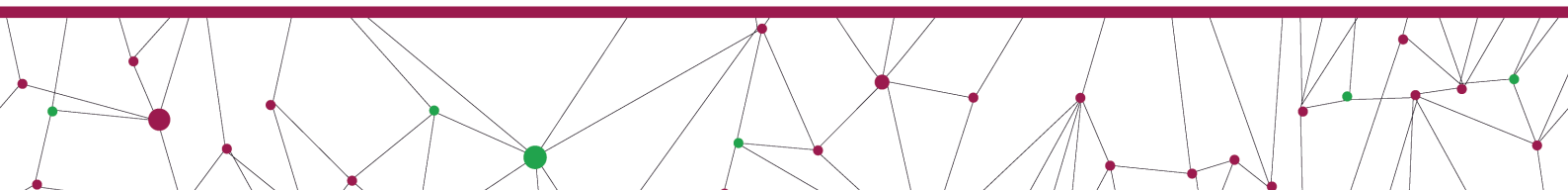
Fonte: Gerência de Patrimônio - Gepat





DAS ATIVIDADES DO
MINISTÉRIO PÚBLICO
DE SEGUNDO GRAU

Neste primeiro título, dedicado basicamente às atividades dos órgãos de execução do Ministério Público de Segundo Grau, estão incluídas as atividades da atribuição originária do Procurador-Geral, das Procuradorias de Justiça – áreas cível e criminal –, da Coordenadoria de Recursos, do Conselho Superior do Ministério Público, do Centro de Controle de Constitucionalidade e as da Ouvidoria.





1 ATRIBUIÇÃO ORIGINÁRIA DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

A atribuição originária do Procurador-Geral de Justiça é exercida por delegação em algumas situações específicas, a exemplo do que ocorre com os crimes praticados por prefeitos municipais.

Quanto aos processos criminais de atribuição originária, não havia saldo anterior e foram recebidos, ao longo do ano de 2016, 41 processos. Destes, resultaram alegações finais em um processo, 22 intimações e outras 18 situações de baixa estatística, não restando saldo para o exercício seguinte.

No tocante a crimes contra Prefeitos, aos 73 remanescentes do período anterior somaram-se 81 que retornaram de outros órgãos, 199 procedimentos novos e 58 PICs instaurados, o que totaliza 411, entre inquéritos, peças de informações, notícias criminais, procedimentos investigatórios criminais (PIC) e termos circunstanciados. Destes, passaram para o período seguinte 77 procedimentos.

Já quanto aos processos de crimes contra Prefeitos, foram recebidos 160, que, acrescidos aos 7 remanescentes, totalizaram 167, dos quais 4 passaram para o período seguinte.

No ano de 2016, foram deflagrados também cinco procedimentos de quebra de sigilo bancário e 5 de interceptação telefônica.

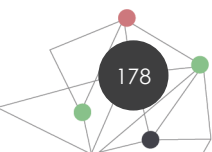
Entre as demais atividades desta área, foram computadas, em 2016, cinco audiências judiciais, 36 sessões de julgamento no Tribunal de Justiça e 44 atendimentos ao público, além da expedição de 401 despachos.

Finalmente, em relação ao artigo 28 do Código de Processo Penal, foram recebidos 109 inquéritos policiais, aos quais se somaram três remanescentes, sendo todos finalizados no período. Destes, três não foram conhecidos, 60 foram conhecidos e resultou mantido o arquivamento, e 88 foram conhecidos, com designação de outro Membro para atuar no feito.

Já na área cível, foram recebidos 41 processos judiciais. Houve manifestação em três ações civis públicas, oito mandados de segurança, uma ação popular, 1 recurso – razões, seis intimações e 22 outras manifestações. Já os procedimentos totalizaram 342, dos quais 16 foram arquivados, 40 tiveram representações indeferidas, 251 foram classificados em outras situações de baixa estatística e restaram 35 que passaram para o exercício seguinte.

Quanto aos conflitos de atribuição entre membros do Ministério Público, foram recebidos 109 novos procedimentos, os quais, somados aos 15 vindos do período anterior, totalizaram 124. Todos foram apreciados e decididos, não restando saldo para o período seguinte. Foram recebidas também duas consultas sobre atribuição, ambas respondidas no decorrer de 2016.

Com relação às atividades do Centro de Apoio Operacional do Controle da Constitucionalidade (CECCON), são



apresentadas de maneira resumida, a seguir:

Quadro 1 – Atividades do Centro de Apoio Operacional do Controle da Constitucionalidade

Aspectos Quantitativos		
Espécie	2015	2016
Pareceres em ADIn	104	112
Iniciais de ADIn ajuizadas	40	88
Controle de Efetividade de Decisão Proferida em Ação Direta de Inconstitucionalidade (CEADIs) - instaurados	18	6
Controle de Efetividade de Decisão Proferida em Ação Direta de Inconstitucionalidade (CEADIs) - arquivados	3	2
Sessões do Órgão Especial do TJ	22	22

Fonte: CECCON.

2 ATIVIDADE DAS PROCURADORIAS DE JUSTIÇA

As Procuradorias de Justiça, órgãos de administração e de execução do Ministério Público, estão organizadas, desde 26 de outubro de 1999, de acordo com as disposições do Ato PGJ n. 80, alterado pelos Atos n. 111/00/PGJ, de 27 de setembro de 2000, n. 454/2008/PGJ, de 10 de dezembro de 2008, n. 20/2010/PGJ, de 19 de janeiro de 2010, e Ato n. 156/2012/PGJ, de 25 de abril de 2012.

Nos termos dessa regulamentação, as Procuradorias de Justiça estão divididas em duas, sendo uma com atuação na área criminal e outra na área cível. Esta última, segundo as matérias de maior relevância institucional e o volume de feitos recebidos para manifestação, está subdividida em quatro áreas especializadas com implicação direta na distribuição dos processos aos Procuradores de Justiça: a) Direito Administrativo; b) Direito Tributário ou Fiscal; c) Direito da Infância e Juventude, Família e Sucessões; d) Direitos Difusos; e e) Questões jurídicas em geral, de caráter residual.

Na área criminal, temos a seguinte divisão: a) Crimes de Competência do Tribunal do Júri; b) Crimes Contra o Consumidor, Ordem Econômica; Relações de Consumo e Economia Popular; c) Crimes Ambientais; d) Crimes Contra a Ordem Tributária; e) Atos Infracionais de Adolescentes e Crimes Previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente; f) Crimes Contra a Administração Pública; g) Violência Doméstica (Lei Maria da Penha); e h) Execução Penal.

2.1 QUADRO DE LOTAÇÃO DAS PROCURADORIAS DE JUSTIÇA

No quadro seguinte apresentamos o rol dos Procuradores de Justiça, por ordem decrescente de antiguidade no grau, e o

quadro de lotação das Procuradorias de Justiça Cível e Criminal, considerado o ano de 2016.

Quadro 2 – Procuradores de Justiça

PROCURADORES DE JUSTIÇA		
Membro	A contar de	Exercendo Funções
1. Paulo Antônio Günther	13/03/1991	Procuradoria de Justiça Criminal
2. José Galvani Alberton	26/11/1991	Subcorregedoria-Geral (a partir de 10/04/2014)
3. Odil José Cota	01/10/1992	Procuradoria de Justiça Criminal
4. Paulo Roberto Speck	30/06/1993	Procuradoria de Justiça Criminal
5. Raul Schaefer Filho	11/04/1994	Procuradoria de Justiça Criminal (Coordenação)
6. Pedro Sérgio Steil (1)	05/07/1994	Subprocuradoria-Geral Jurídica (a partir 7/12/2016)
7. José Eduardo Orofino da Luz Fontes	29/05/1995	Procuradoria de Justiça Criminal
8. Humberto Francisco Scharf Vieira	23/06/1997	Procuradoria de Justiça Criminal
9. João Fernando Quagliarelli Borrelli	30/04/1998	Procuradoria de Justiça Cível
10. Hercília Regina Lemke	08/06/1998	Procuradoria de Justiça Cível
11. Mário Gemin	20/08/1999	Procuradoria de Justiça Cível
12. Gilberto Callado de Oliveira	16/10/2000	Corregedoria-Geral do MPSC (a partir de 10/04/2014)
13. Antenor Chinato Ribeiro	31/10/2000	Procuradoria de Justiça Cível
14. Narcísio Geraldino Rodrigues	28/08/2001	Procuradoria de Justiça Cível
15. Jacson Corrêa	14/09/2001	Coordenadoria de Recursos Cíveis (a partir de 11/04/2015)
16. Anselmo Jeronimo de Oliveira	18/09/2001	Procuradoria de Justiça Cível
17. Basílio Elias De Caro	26/09/2001	Procuradoria de Justiça Cível (a partir de 06/09/2016)
18. Aurino Alves de Souza	07/03/2002	Coordenadoria de Recursos Criminais (a partir de 11/04/2015)
19. Paulo Roberto de Carvalho Roberge	01/04/2002	Procuradoria de Justiça Criminal
20. Tycho Brahe Fernandes	31/07/2002	Procuradoria de Justiça Cível
21. Guido Feuser	11/07/2003	Procuradoria de Justiça Cível
22. Plínio Cesar Moreira	15/07/2003	Procuradoria de Justiça Cível
23. André Carvalho	12/11/2003	Procuradoria de Justiça Cível (Coordenação)
24. Gladys Afonso	13/01/2004	Procuradoria de Justiça Cível
25. Paulo Ricardo da Silva	14/05/2004	Procuradoria de Justiça Cível
26. Lenir Roslindo Piffer	24/03/2006	Procuradoria de Justiça Cível
27. Paulo Cezar Ramos de Oliveira	29/10/2007	Procuradoria de Justiça Cível
28. Gercino Gerson Gomes Neto	12/05/2010	Procuradoria de Justiça Criminal

29. Francisco Bissoli Filho	12/08/2010	Procuradoria de Justiça Criminal
30. Newton Henrique Trennepohl	13/08/2010	Procuradoria de Justiça Cível
31. Heloísa Crescenti Abdalla Freire	16/08/2010	Procuradoria de Justiça Criminal
32. Fábio de Souza Trajano	28/10/2010	Subprocuradoria-Geral Admin. (a partir de 10/04/2015)
33. Norival Acácio Engel	01/02/2011	Procuradoria de Justiça Criminal
34. Carlos Eduardo Abreu Sá Fortes	18/02/2011	Procuradoria de Justiça Criminal
35. Ivens José Thives de Carvalho	01/06/2011	Assessoria da PGJ (a partir de 01/08/2016)
36. Walkyria Ruicir Danielski	01/06/2011	Procuradoria de Justiça Cível
37. Alexandre Herculano Abreu	16/06/2011	Procuradoria de Justiça Cível
38. Durval da Silva Amorim	16/06/2011	Centro de Apoio (a partir de 01/08/2016)
39. Vânio Martins de Faria	14/07/2011	Procuradoria de Justiça Cível
40. Américo Bigaton	14/07/2011	Procuradoria de Justiça Cível
41. Eliana Volcato Nunes	16/02/2012	Procuradoria de Justiça Cível
42. Sandro José Neis	01/06/2012	Procuradoria-Geral de Justiça (a partir de 10/04/2015)
43. Mário Luiz de Melo	01/06/2012	Procuradoria de Justiça Cível
44. Rogério Antônio da Luz Bertoncini	25/04/2013	Procuradoria de Justiça Criminal
45. Genivaldo da Silva	11/11/2013	Procuradoria de Justiça Criminal
46. Rui Arno Richter	21/02/2014	Procuradoria de Justiça Criminal
47. Lio Marcos Marin	25/03/2014	Procuradoria de Justiça Criminal
48. Cristiane Rosália Maestri Böell	26/03/2014	Procuradoria de Justiça Criminal
49. Luiz Ricardo Pereira Cavalcanti	12/05/2014	Procuradoria de Justiça Criminal
50. Aor Steffens Miranda	23/09/2016	Procuradoria de Justiça Cível
51. Murilo Casemiro Mattos	26/09/2016	Procuradoria de Justiça Cível
52. Sidney Eloy Dalabrida	27/09/2016	Procuradoria de Justiça Criminal
53. Fábio Strecker Schmitt	28/09/2016	Procuradoria de Justiça Criminal
54. Sonia Maria Demeda Groisman Piardi	29/09/2016	Procuradoria de Justiça Criminal
55. Marcílio de Novaes Costa	30/09/2016	Procuradoria de Justiça Criminal

Fonte: Coordenadoria de Processos e Informações Jurídicas.

(1) - A Procuradora de Justiça Vera Lúcia Copetti ocupou a Subprocuradoria-Geral Jurídica até 6-12-2017, e tomou posse, como Desembargadora, no Tribunal de Justiça de Santa Catarina, em 7-1-2017.

Conforme demonstrado no próximo gráfico, no ano de 2016, foram distribuídos, na Procuradoria Criminal, 19.281 processos, enquanto 19.331 foram distribuídos na Procuradoria Cível, além de outros 6.122 processos recebidos e despachados pelo Coordenador das Procuradorias Cíveis¹, totalizando, nesta última, 25.453 processos.

Gráfico 1 – Processos Distribuídos

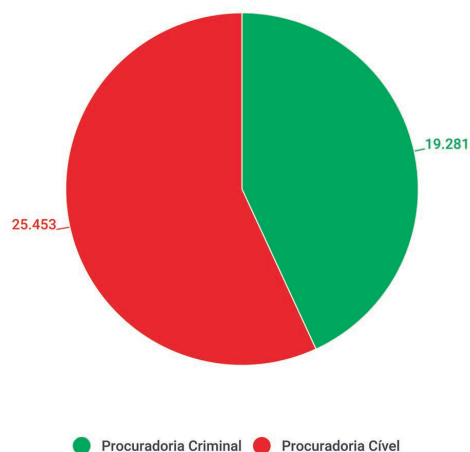
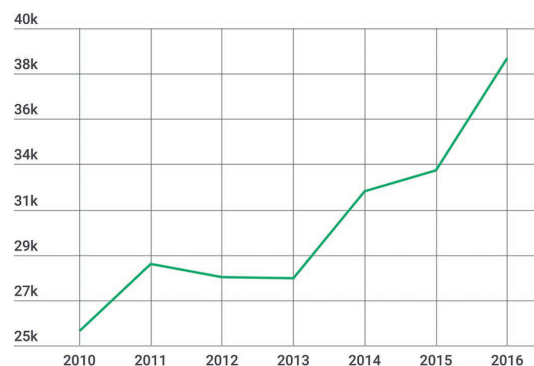


Gráfico 2 – Processos distribuídos nas Procuradorias

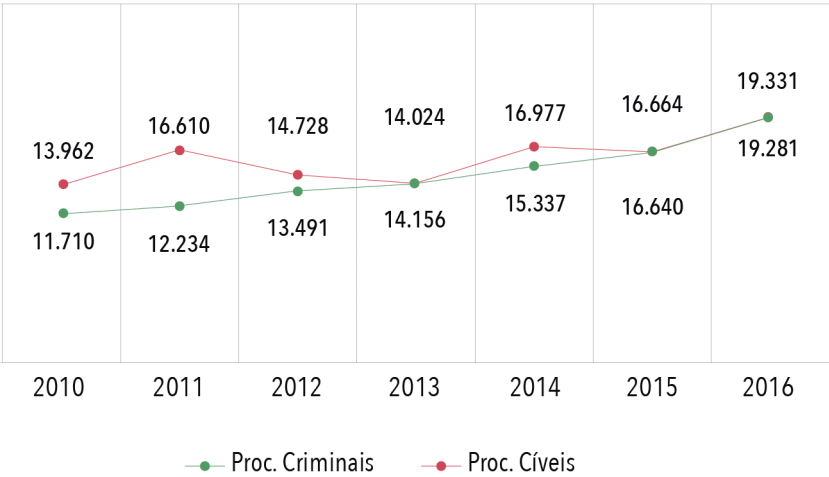


Analisando o período de 2010 a 2016, Gráfico 2, é possível verificar um crescimento relativamente uniforme no número de processos distribuídos às procuradorias. É importante destacar que não estão considerados neste gráfico os processos recebidos e despachados pelo Coordenador das Procuradorias Cíveis.

Analisada detalhadamente a entrada de processos, observa-se que as procuradorias criminais tiveram um crescimento linear, enquanto a quantidade de processos distribuídos às procuradorias cíveis sofreu variação no período de 2010 a 2016. Contudo, pode-se afirmar que existe crescimento, como fica visível no Gráfico 3.

¹ Nos termos de deliberação da Procuradoria Cível, datada de 25/10/2005 (Ata n. 57).

Gráfico 3 – Processos distribuídos nas Procuradorias Criminal e Cível



2.2 ATIVIDADES DA PROCURADORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL

A Procuradoria Criminal recebeu, no ano de 2016, 19.281 processos e emitiu 19.236 manifestações. Para 2017 remanesceram 444 processos.

De forma individualizada, o quadro a seguir especifica a lotação dos Procuradores de Justiça da área criminal, a quantidade de processos distribuídos e o número de manifestações exaradas:

Tabela 1 – Procuradoria de Justiça Criminal

Procuradoria de Justiça	Procurador de Justiça	Vindos	Distrib.	Pareceres	Gab.
1ª Procuradoria de Justiça	Lio Marcos Marin	0	865	865	0
2ª Procuradoria de Justiça	Paulo Antônio Günther	24	769	793	0
3ª Procuradoria de Justiça	Cristiane Rosália Maestri Böell	0	873	873	0
4ª Procuradoria de Justiça	Odil José Cota	8	802	810	0
5ª Procuradoria de Justiça	Paulo Roberto Speck	0	1.078	1.078	0

6ª Procuradoria de Justiça	Raul Schaefer Filho	0	876	876	0
7ª Procuradoria de Justiça	Pedro Sérgio Steil	9	780	789	0
8ª Procuradoria de Justiça	José Eduardo O. da Luz Fontes	0	944	944	0
9ª Procuradoria de Justiça	Humberto Francisco Scharf Vieira	0	896	896	0
10ª Procuradoria de Justiça	Rogério Antônio da Luz Bertoncini	0	829	829	0
11ª Procuradoria de Justiça	Gilberto Callado de Oliveira ¹	0	0	0	0
12ª Procuradoria de Justiça	Aurino Alves de Souza ²	0	0	0	0
13ª Procuradoria de Justiça	Paulo Roberto de Carvalho Roberge	0	937	937	0
14ª Procuradoria de Justiça	Genivaldo da Silva	10	824	834	0
15ª Procuradoria de Justiça	Gercino Gerson Gomes Neto	0	717	717	0
16ª Procuradoria de Justiça	Francisco Bissoli Filho	7	861	868	0
17ª Procuradoria de Justiça	Heloísa Crescenti Abdalla Freire	0	926	926	0
18ª Procuradoria de Justiça	Norival Acácio Engel	0	973	973	0
19ª Procuradoria de Justiça	Carlos Eduardo Abreu Sá Fortes	0	913	909	4
20ª Procuradoria de Justiça	Sidney Eloy Dalabrida	0	202	138	64
20ª Procuradoria de Justiça	Ivens José Thives de Carvalho ³	0	0	0	0
20ª Procuradoria de Justiça	Basílio Elias De Caro	28	595	623	0
21ª Procuradoria de Justiça	Rui Arno Richter	0	673	673	0
22ª Procuradoria de Justiça	Luiz Ricardo Pereira Cavalcanti	0	1.072	1.072	0
23ª Procuradoria de Justiça	Fábio Strecker Schmitt	0	215	174	41
24ª Procuradoria de Justiça	Sônia Maria Demeda Groisman Piardi	0	190	63	127
25ª Procuradoria de Justiça	Marcílio de Novaes Costa	0	214	68	146
Promotores Convocados (Substitutos designados) ⁴		313	1.257	1.508	62
TOTAL		399	19.281	19.236	444

Fonte: Coordenadoria de Processos e Informações Jurídicas.

¹ Corregedor-Geral do MPSC.

² Coordenador de Recursos Criminais.

³ Delegação para atuação contra os crimes praticados por Prefeitos.

⁴ Promotores convocados: George André Franzoni Gil, Alexandre Carrinho Muniz, Joel Rogério Furtado Junior, Rafael de Moraes Lima, Carlos Henrique Fernandes, Fabrício José Cavalcanti, Carlos Renato Silvy Teive, Wilson Paulo Mendonça Neto, Hélio José Fiamoncini, Jonnathan Augustus Kuhnén, Rodrigo Silveira de Souza, Milani Maurílio Bento, Marcílio de Novaes Costa, Luís Suzin Marini Júnior, Monika Pabst e Andrey Cunha Amorim.

Segue gráfico representativo das atividades da Procuradoria de Justiça Criminal, em comparação com os anos anteriores:

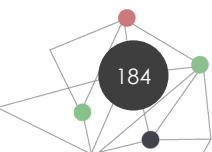
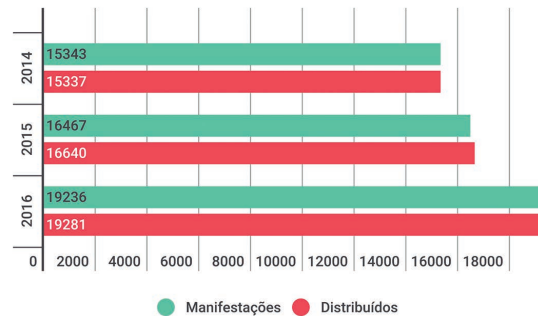


Gráfico 4 – Atividades da Procuradoria de Justiça Criminal



Do gráfico anterior, observa-se que o número relativo às distribuições à Procuradoria de Justiça Criminal vem aumentando a cada ano, verificando-se um crescimento de 15,87%, de 2015 para 2016.

2.3 ATIVIDADES DA PROCURADORIA DE JUSTIÇA CÍVEL

A Procuradoria de Justiça Cível recebeu, no ano de 2016, o total de 25.453 processos e emitiu 25.473 manifestações. Registra-se que o Coordenador da Procuradoria de Justiça Cível emitiu 6.118 manifestações. Para o ano de 2017, restaram 833 feitos.

As atividades da Procuradoria de Justiça Cível, conforme já declinado acima, encontram-se distribuídas por área de atuação, e a Tabela 2 especifica a lotação de cada Procurador de Justiça, a quantidade de processos distribuídos e o número de manifestações exaradas.

Tabela 2 – Procuradorias de Justiça Cível

DIREITO ADMINISTRATIVO					
Procuradoria de Justiça	Procurador de Justiça	Vindos	Distrib.	Pareceres	Gab.
2ª Procuradoria de Justiça	João Fernando Quagliarelli Borrelli	134	870	881	123
6ª Procuradoria de Justiça	Narcísio Geraldino Rodrigues	1	769	770	0
9ª Procuradoria de Justiça	Ivens José Thives de Carvalho ⁵	0	441	441	0
11ª Procuradoria de Justiça	Guido Feuser	3	1.041	1.044	0
12ª Procuradoria de Justiça	Plínio César Moreira	0	836	836	0
20ª Procuradoria de Justiça	Newton Henrique Trennepohl	5	999	1.004	0
25ª Procuradoria de Justiça	Américo Bigaton	2	798	799	1

26ª Procuradoria de Justiça	Eliana Volcato Nunes	0	1.016	1.011	5
DIREITO TRIBUTÁRIO OU FISCAL					
Procuradoria de Justiça	Procurador de Justiça	Vindos	Distrib.	Pareceres	Gab.
1ª Procuradoria de Justiça	Basílio Elias De Caro	0	379	379	0
16ª Procuradoria de Justiça	Paulo Ricardo da Silva	0	1.071	1.071	0
DIREITO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE, FAMÍLIA E SUCESSÕES					
4ª Procuradoria de Justiça	Mário Gemin	48	1.071	1.119	0
5ª Procuradoria de Justiça	Antenor Chinato Ribeiro	0	974	974	0
10ª Procuradoria de Justiça	Tycho Brahe Fernandes	35	807	842	0
18ª Procuradoria de Justiça	Lenir Roslindo Piffer	0	867	867	0
24ª Procuradoria de Justiça	Vânio Martins de Faria	0	971	971	0
28ª Procuradoria de Justiça	Mário Luiz de Melo	0	1.077	1.077	0
DIREITOS DIFUSOS					
3ª Procuradoria de Justiça	Hercília Regina Lemke	11	571	555	27
7ª Procuradoria de Justiça	Jacson Corrêa ⁶	0	0	0	0
13ª Procuradoria de Justiça	Walkyria Ruicir Danielski	522	861	1.141	242
14ª Procuradoria de Justiça	André Carvalho ⁷	24	431	406	49
15ª Procuradoria de Justiça	Gladys Afonso	0	815	815	0
17ª Procuradoria de Justiça	Vera Lúcia Ferreira Copetti ⁸	0	0	0	0
19ª Procuradoria de Justiça	Paulo Cezar Ramos de Oliveira	51	1.055	910	196
22ª Procuradoria de Justiça	Alexandre Herculano Abreu	1	1.074	1.075	0
23ª Procuradoria de Justiça	Durval da Silva Amorim ⁹	1	163	164	0
27ª Procuradoria de Justiça	Sandro José Neis ¹⁰	0	0	0	0
30ª Procuradoria de Justiça	Aor Steffens Miranda	0	167	140	27
31ª Procuradoria de Justiça	Murilo Casemiro Mattos	0	207	63	144
TOTAL (sem a Coordenadoria da Procuradoria Cível)		838	19.331	19.355	814
Coordenadoria da Procuradoria Cível		15	6.122	6.118	19
TOTAL GERAL		853	25.453	25.473	833

Fonte: Coordenadoria de Processos e Informações Jurídicas - COPIJ.

⁵ Delegação para atuação contra os crimes praticados por Prefeitos.

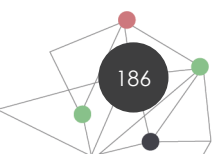
⁶ Coordenador de Recursos Cíveis.

⁷ Coordenador da Procuradoria Cível (recebe 50% da sua especialidade).

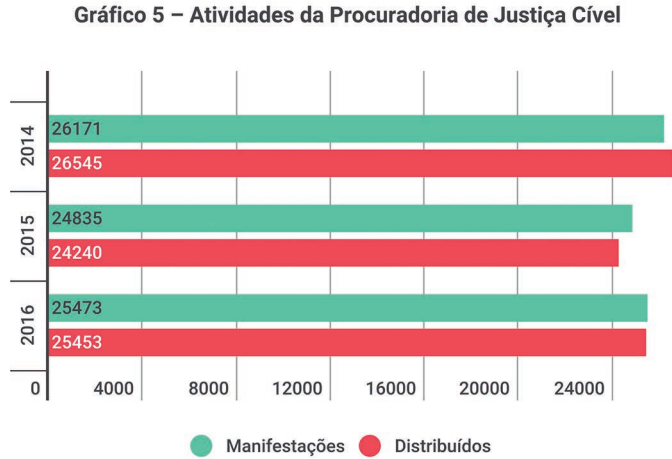
⁸ Subprocuradora-Geral para Assuntos Jurídicos (até 6-12-2016).

⁹ Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Controle de Constitucionalidade.

¹⁰ Procurador-Geral de Justiça.



Segue o gráfico que apresenta os dados de entrada de processos na Procuradoria de Justiça Cível no período de 2014 a 2016.



Como é possível observar, de 2015 a 2016, ocorreu um incremento de 5% na distribuição de processos e de 4% no número de manifestações, mas, ainda assim, não foram suplantados os números de 2014.

3 – ATIVIDADES DA COORDENADORIA DE RECURSOS

A Coordenadoria de Recursos, um dos órgãos de execução da Instituição, conforme previsto na Lei Complementar n. 197, de 13 de julho de 2000 - Lei Orgânica Estadual do Ministério Público, interpôs 685 recursos no ano de 2016, o que representa um acréscimo de 1,93% em relação ao ano de 2015, e 13,98% em relação ao ano de 2014, período em que foram interpostos 601 recursos, conforme demonstra a Tabela abaixo.

Tabela 3 – Coordenadoria de Recursos

ASPECTOS QUANTITATIVOS			
ESPÉCIE	2014	2015	2016
Acórdãos recebidos para análise	49.275	48.673	54.470
Processos requisitados para estudo	1.261	1.494	1.355
Recursos interpostos	601	672	685

Agravos (art. 120, CPC)	0	0	0
Agravos (art. 544, CPC)	51	68	50
Agravos (§ 1º do art. 10, Lei n. 12.016/09)	1	0	0
Agravos (art. 557, CPC)	22	16	5
Agravos internos	0	0	49
Agravos (§ 3º art.4º da Lei 8.437/92)	2	2	3
Agravos (arts. 994, VIII, e 1.042, <i>caput</i> , do NCPC)	0	0	7
Agravos Internos e Pedidos de Reconsideração (NCPC)	0	0	48
Agravos Regimentais	27	44	18
Embargos de Declaração	131	117	141
Embargos Infringentes	8	8	4
Embargos de Divergência	0	1	2
Mandados de Segurança	3	0	0
Medidas Cautelares	11	23	2
Pedidos de efeito suspensivo (NCPC)	0	0	12
Pedidos de Reconsideração	9	2	1
Reclamações	6	2	2
Recursos Especiais	264	318	301
Recursos Extraordinários	65	70	52
Recursos Ordinários	0	1	0
Suspensões de Liminares	1	0	0
Contrarrazões de recursos	2.465	3.206	3.102
Contestações de recursos	1	2	0
Pareceres emitidos sobre a admissibilidade de recursos	36	46	19
Outras Manifestações em processos	6	0	0
Processos sem manifestação de mérito	1.127	1.044	730
Petições diversas	366	184	195

Fonte: Coordenadorias de Recursos Criminais e Cíveis.

Na sequência, o Gráfico 6, apresenta um comparativo anual do total de recursos interpostos pela Coordenadoria de Recursos, nos últimos três anos.

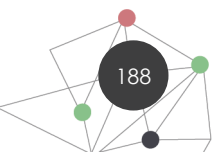
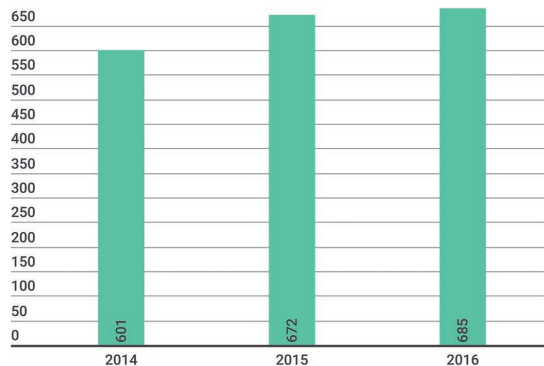


Gráfico 6 – Total de Recursos Interpostos



Nota-se, ainda, de acordo com os dados fornecidos pelo Órgão, que ocorreu aumento no volume total de acórdãos recebidos para análise em relação ao ano anterior, na proporção de 11,91%. Tal aumento decorreu da quantidade de acórdãos recebidos pela Coordenadoria de Recursos Criminais, no percentual de 36,11%, envolvendo 25.735 acórdãos em 2016, contra 18.907, em 2015. Já na área cível, houve decréscimo de 3,46%, variando de 28.735 acórdãos, em 2016, para 29.766, em 2015.

Por outro lado, houve, em 2016, em relação a 2015, decréscimo da ordem de 9,30% no total de processos solicitados pela Coordenadoria de Recursos para fins de análise². No total, foram solicitados 1.355 processos em 2016, sendo 681 afetos à área criminal e 674, à área cível. Já em 2015, foram analisados, com vistas a possível interposição de recursos, 1.494 processos, sendo 776 da área criminal e 718 da área cível.

Outro aspecto a ser destacado é a diminuição de 3,24% nas contrarrazões apresentadas em 2016, totalizando 3.102. Destas, 2.877 referem-se à área criminal e 225, à área cível, enquanto em 2015 foram elaboradas 3.206 contrarrazões de recursos, sendo 2.876 envolvendo matéria criminal e 330, matéria cível.

A tabela seguinte resume as atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Recursos, nos últimos três anos, e a Tabela subsequente, da Coordenadoria de Recursos Cíveis.

² Isso ocorre em razão da sistemática de intimação do Segundo Grau. A COPIJ remete uma lista para verificação (intimação) e, havendo interesse, as Coordenadorias de Recurso e os Procuradores de Justiça solicitam o processo para avaliação.

Tabela 4 – Coordenadoria de Recursos Criminais

ASPECTOS QUANTITATIVOS			
ESPÉCIE	2014	2015	2016
Acórdãos recebidos para análise	15.624	18.907	25.735
Processos requisitados para estudo	629	776	681
Recursos interpostos	202	307	377
Agravos (art. 544, CPC)	22	35	36
Agravos (§ 1º do art. 557, CPC)	0	0	2
Agravos (§ 1º do art. 10, Lei n. 12.016/09)	1	0	0
Agravos Internos	0	0	49
Agravos Regimentais	10	25	11
Embargos de Declaração	14	21	43
Embargos de Divergência	0	1	2
Reclamações	0	0	1
Recursos Especiais	147	208	215
Recursos Extraordinários	8	16	18
Recursos Ordinários	0	1	0
Contrarrazões de recursos	2.163	2.876	2.877
Petições diversas	155	80	138

Fonte: Coordenadoria de Recursos Criminais.

Tabela 5 – Coordenadoria de Recursos Cíveis

ASPECTOS QUANTITATIVOS			
Espécie	2014	2015	2016
Acórdãos recebidos para análise	33.651	29.766	28.735
Processos requisitados para estudo	632	718	674
Recursos interpostos	399	365	308
Agravos (art. 120, CPC/73)	0	0	0
Agravos (art. 544, CPC/73)	29	33	14
Agravos (art. 557, CPC/73)	22	16	3

Agravos (§ 3º art. 4º da Lei n. 8.437/92)	2	2	3
Agravos (arts. 994, VIII, e 1.042, <i>caput</i> , do NCPC)	0	0	7
Agravos Internos e Pedidos de Reconsideração (NCPC)	0	0	48
Agravos Regimentais	17	19	7
Embargos de Declaração	117	96	98
Embargos Infringentes	8	8	4
Mandados de Segurança	3	0	0
Medidas Cautelares	11	23	2
Pedidos de efeito suspensivo (NCPC)	0	0	12
Pedidos de Reconsideração (CPC/73)	9	2	1
Reclamações	6	2	1
Recursos Especiais	117	110	86
Recursos Extraordinários	57	54	34
Recursos Ordinários	0	0	0
Suspensões de Liminares	1	0	0
Contrarrazões de recursos	302	330	225
Contestações de recursos	1	2	0
Pareceres emitidos sobre a admissibilidade de recursos	36	46	19
Outras Manifestações em processos	6	0	0
Processos sem manifestação de mérito	1.127	1.044	730
Petições diversas	211	104	57

Fonte: Coordenadoria de Recursos Cíveis.

No gráfico a seguir, é possível perceber que, nos últimos três anos, vem ocorrendo diminuição nos acórdãos recebidos para análise da Coordenadoria Cível, na ordem de 17,10%, enquanto a Criminal apresenta um crescimento de 64,71%, no mesmo período.

Gráfico 7 – Comparativo dos Acórdãos Recebidos nas Coordenadorias de Recursos Criminal e Cível

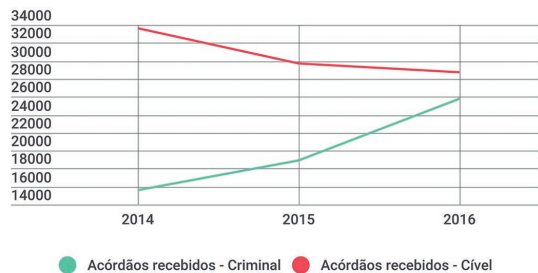
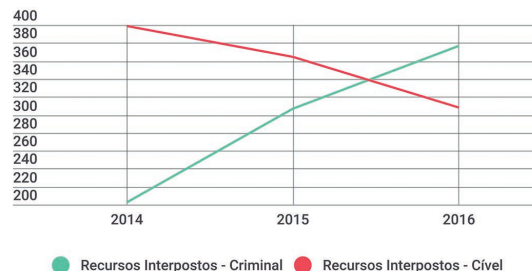


Gráfico 8 – Comparativo dos Recursos Interpostos nas Coordenadorias de Recursos Criminal e Cível



Já no Gráfico 8 é possível visualizar que ocorreu uma inversão significativa no número de recursos interpostos. Em 2014, a Coordenadoria de Recursos Cíveis apresentava um número 97,52% superior de interposição de recursos ao da Coordenadoria Criminal; todavia, em 2015, a relação de recursos interpostos passou a ser de apenas 18,89% e, já em 2016, a Coordenadoria de Recursos Criminais passou a interpor mais recursos que a Coordenadoria de Recursos Cíveis, em percentual 22,40% superior.

4 CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Conselho Superior do Ministério Público realizou 27 sessões no ano de 2016, das quais 21 ordinárias e 6 extraordinárias.

Além da apreciação da movimentação na carreira, foram distribuídos às Turmas Revisoras 6.630 notícias de fato, procedimentos preparatórios e inquéritos civis originários do Primeiro Grau, dos quais 6.258 foram analisados e decididos em 21 sessões da 1ª Turma Revisora, 20 sessões da 2ª Turma Revisora e 20 sessões da 3ª Turma Revisora. Além disso, 150 procedimentos foram devolvidos à origem para realização de diligência complementar.

A Tabela 6 demonstra a movimentação de procedimentos extrajudiciais no Conselho Superior no ano de 2016.

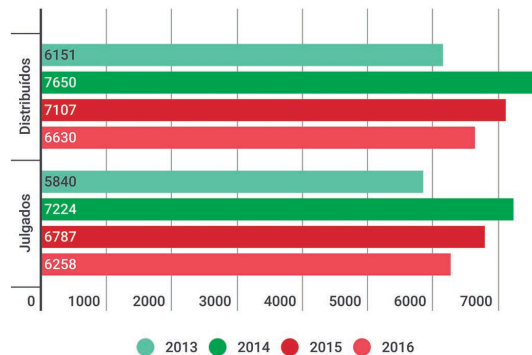
Tabela 6 – Movimentação de Processos no CSMP

Conselheiros	Remanescentes ano 2015	Distribuídos 2016	Baixados em diligências 2016	Julgados ¹¹
José Galvani Alberton (CGMP)	9	307	-	299
Odil José Cota	14	608	2	591
Pedro Sérgio Steil	12	318	1	317
Narcísio Geraldino Rodrigues	13	565	2	540
Gladys Afonso	12	586	15	557
Vera Lúcia Ferreira Copetti	22	405	4	401
Lenir Roslindo Piffer	-	190	16	158
Gercino Gerson Gomes Neto	17	551	15	511
Newton Henrique Trennepohl	-	231	2	216
Fábio de Souza Trajano	24	618	35	562
Ivens José Thives de Carvalho	22	331	-	331
Durval da Silva Amorim ¹²	16	349	2	347
Américo Bigaton	12	586	13	545
Genivaldo da Silva ¹³	-	70	3	67
Eliana Volcato Nunes ¹⁴	-	35	-	35
Rui Arno Richter	21	525	30	481
Lio Marcos Marin	-	153	2	131
Cristiane Rosália Maestri Böell	-	202	8	169
Total de Processos	194	6.630	150	6.258

Fonte: Secretaria dos Órgãos Colegiados.

Anota-se que, no ano de 2015, o Conselho Superior do Ministério Público realizou 31 sessões, foram distribuídos 7.107 procedimentos e julgados 6.787. O gráfico a seguir representa a evolução ocorrida nos últimos quatro anos.

Gráfico 9 – Distribuição e Julgamento no Conselho Superior



Desse gráfico colhe-se que, no ano de 2016, ocorreu uma redução de 6,71% na distribuição de procedimentos às Turmas Revisoras, em comparação com o ano de 2015, além de uma redução de 7,80% dos Julgados.

Releva destacar que a diminuição na distribuição apenas não foi mais acentuada porque a Corregedoria-Geral efetuou uma ampla correção virtual em 2016, que resultou no arquivamento de cerca de 3.100 procedimentos acima da média ao longo do ano, os quais, naturalmente, aportaram, em sua maioria, no Conselho Superior.

Por fim, constatou-se que 99,5% das promoções de arquivamento promovidas pelos órgãos de execução foram homologadas pelo Conselho Superior.

5 OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

De acordo com os relatórios apresentados pela Ouvidoria do Ministério Público, referentes às atividades desempenhadas por aquele Órgão, em 2016, foram recebidas 11.515 manifestações relativas aos serviços prestados pelo Ministério Público, o que representa um incremento de 38,84% em relação ao ano anterior.

No gráfico a seguir é possível perceber um crescimento considerável das atividades da Ouvidoria ao longo dos anos, o que pode ser reflexo, entre outros motivos, da transparência de que se reveste o Ministério Público e da facilidade de acesso ao Órgão.

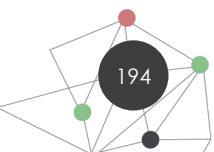
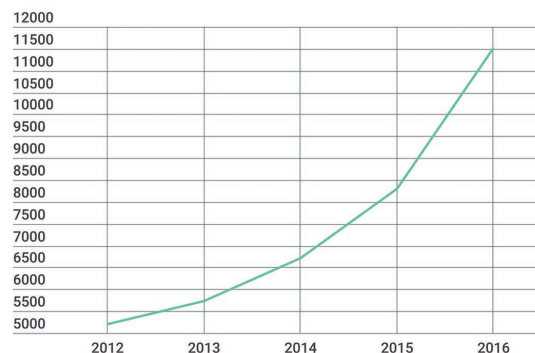


Gráfico 10 – Manifestações recebidas pela Ouvidoria



As manifestações ficaram assim distribuídas: 10.500 denúncias (91,19%), 720 pedidos de informação (6,25%), 223 críticas ou reclamações (1,94%), 58 sugestões e comentários (0,50%) e 14 elogios (0,12%).

Quanto à origem das manifestações, as fontes anônimas representaram 54,22% e as com a qualificação não informada 38,38% dos casos, totalizando, dessa forma, 92,60%.

Vale destacar que, no ano de 2016, a Corregedoria recebeu da Ouvidoria, para manifestação, 16 reclamações, um aumento de 60% em comparação com o ano anterior, quando recebeu apenas 10.

Por fim, observa-se que o meio de contato mais acionado continua sendo o formulário eletrônico, disponível no portal do Ministério Público, com 10.478 utilizações, importando em um aumento de 43,28% em relação a 2015, quando se registraram 7.313, seguido do uso de correspondências eletrônicas (846). Vale ressaltar a redução dos contatos pessoais em 2016, na ordem de 65,57%, e dos por via postal, na ordem de 51,85%, reduzindo de 202 para 112, e de 41 para 27, em 2016, respectivamente, motivados, provavelmente, pela facilidade de acesso ao meio eletrônico para manifestação.

Na Tabela 7, a seguir, apresentam-se os dados referentes ao volume de manifestações recebidas pela Ouvidoria, em 2016 e nos dois anos anteriores, classificadas por tipo.

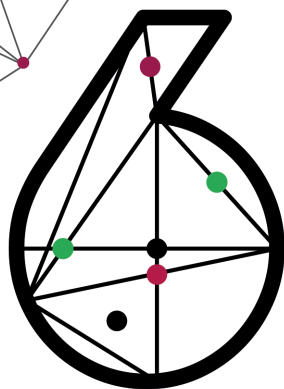
Tabela 7 – Manifestações Recebidas

CLASSIFICAÇÃO	2014	2015	2016
1. TIPO DE MANIFESTAÇÃO	6.700	8.294	11.515
1.1 Outros	74	5	-

1.2 Elogio	10	10	14
1.3 Sugestão e comentário	117	45	58
1.4 Crítica ou Reclamação	216	166	223
1.5 Pedido de Informação	831	720	720
1.6 Denúncia	5.452	7.348	10.500
2. ORIGEM DAS MANIFESTAÇÕES	6.700	8.294	11.515
2.1 Parlamentares	6	3	3
2.2 Administradores Públicos	15	2	-
2.3 Integrantes do Ministério Público	5	-	9
2.4 Integrantes do Judiciário	2	1	-
2.5 Profissionais liberais	104	52	42
2.6 Estudantes	51	40	39
2.7 Entidades civis ou sindicais	15	16	15
2.8 Servidores públicos	619	514	611
2.9 Imprensa	4	1	4
2.10 Empresários	67	37	80
2.11 Aposentados	27	15	10
2.12 Estrangeiros	-	1	-
2.13 Qualificação não informada	3.038	3.164	4.419
2.14 Fontes anônimas	2.634	4.395	6.244
2.15 Outras	113	53	39
3. SETORES VISADOS PELAS MANIFESTAÇÕES	6.700	8.294	11.515
3.1 Procuradoria-Geral	9	8	18
3.2 Colégio de Procuradores e CSMP	2	-	-
3.3 Corregedoria-Geral	-	-	-
3.4 Secretaria-Geral do MPSC	-	-	-
3.5 Procuradorias de Justiça	1	1	20
3.6 Ouvidoria	697	516	467
3.7 Promotorias de Justiça	131	101	147
3.8 Comissão de concurso	-	-	2
3.9 Comissão de concurso para servidores do MPSC	56	1	1

3.10 Centros de Apoio	8	13	7
3.11 Outros órgãos do MPSC	53	48	38
3.12 Órgãos Federais	145	203	237
3.13 Órgãos Estaduais	873	908	979
3.14 Órgãos Municipais	2.658	3.184	4.939
3.15 Pessoas jurídicas privadas	1.106	1.350	1.671
3.16 Pessoas físicas	873	1.894	2.961
3.17 Outros	88	60	28
4. ENCAMINHAMENTO DAS MANIFESTAÇÕES	6.700	8.294	11.515
4.1 Solucionada pela Ouvidoria *	1.632	1.272	1.732
4.2 Remetida a Órgãos Externos	3	-	5
4.3 Arquivada pela Ouvidora	1.524	2.060	3.166
4.4 Remetida ao Procurador-Geral	10	1	30
4.5 Remetida ao Corregedor-Geral	9	10	16
4.6 Remetida a outros Órgãos do MPSC	3.522	4.951	6.566
4.7 Remetida ao CNMP	-	-	-
4.8 Devolvida para encaminhamento a org. externos *	-	-	-
4.9 Outros	-	-	-
4.10 Em análise	-	-	-
5. MEIOS DE ACESSO UTILIZADOS	6.700	8.294	11.515
5.1 Contato pessoal	204	202	122
5.2 Contato telefônico	65	36	42
5.3 E-mail	980	702	846
5.4 Formulário eletrônico	5.427	7.313	10.478
5.5 Via postal	24	41	27
5.6 Outros	-	-	-

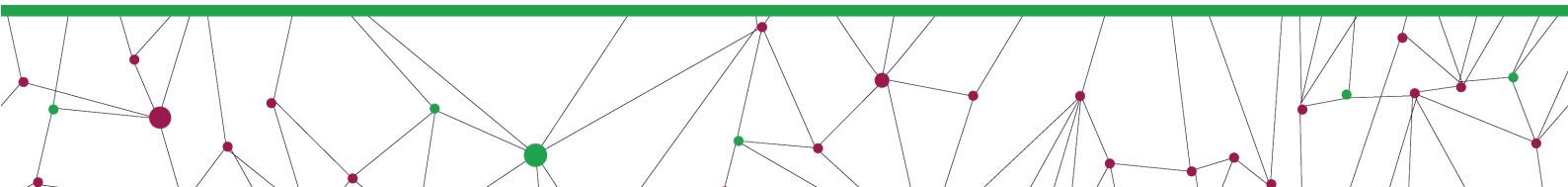
Fonte: Ouvidoria do MPSC.



DAS ATIVIDADES DO
MINISTÉRIO PÚBLICO
DE PRIMEIRO GRAU

Os dados estatísticos correspondentes às atividades desenvolvidas pelas Promotorias de Justiça nas suas diversas áreas de atuação: criminal, cível, infância e juventude e direitos difusos e coletivos.

Para uma melhor compreensão dos resultados alcançados ao longo de 2016, apresenta-se, inicialmente, a estrutura do Ministério Público de Primeiro Grau, listando-se as Promotorias de Justiça, por entrância e Comarca, com a indicação de seus respectivos titulares e atribuições.



1 ATIVIDADES DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA, TITULARES E ATRIBUIÇÕES

De acordo com os dados fornecidos pelos órgãos de apoio da Procuradoria-Geral de Justiça, a estrutura do Ministério Público de Primeiro Grau contava, ao final de 2016, com 398 Promotores de Justiça.

No ano de 2016, foram instaladas 12 novas Promotorias de Justiça, totalizando 370.

Na tabela abaixo, observa-se o número das Promotorias de Justiça ao final de 2016:

Tabela 8 – Promotorias de Justiça, Cargos Ocupados e Vagos

Itens		Quantidade
Total de Promotorias de Justiça (inclusive não instaladas)		382
Total de Cargos de Promotor de Justiça Especial (Capital)		6
Total de Cargos de Promotor Substituto		62
Cargos nas Circunscrições MP		61
1º CMP Capital (antiga - a ser extinto)		1
Quantidade de Promotorias por Entrância	Especial	195
	Final	126
	Inicial	61
Total de Promotorias de Justiça		382
Promotorias instaladas no período		12
Promotorias de Justiça - Por Entrância (ocupadas)	Especial	186
	Final	113
	Inicial	56
Cargos de Promotor de Justiça Especial (Capital) preenchidos		6
Cargos de Promotor Substituto preenchidos		37
Total de cargos preenchidos do primeiro grau		398
Cargos de Promotor de Justiça por Entrância (vagos)	Especial	6
	Final	3
	Inicial	2
Cargos vagos de Promotor de Justiça Especial (Capital)		-
Cargos vagos de Promotor Substituto		17



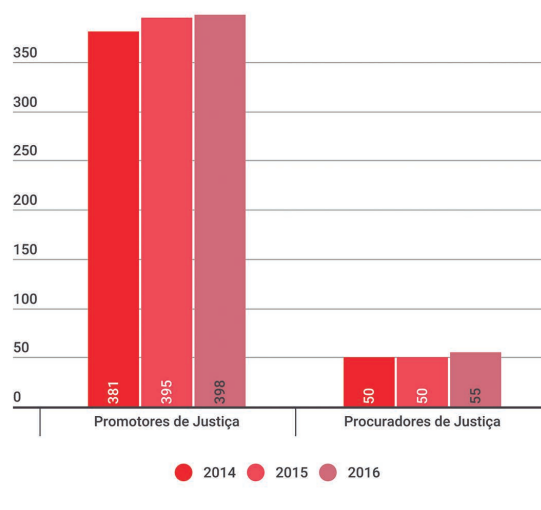
Total de cargos vagos de primeiro grau		28
Promotorias de Justiça - Por Entrância (não instaladas)	Especial	4
	Final	10
	Inicial	2
Promotor Substituto		8
Total de Promotorias não instaladas		24

Fonte: Secretaria dos Órgãos Colegiados.

No que diz respeito às atribuições das promotorias de justiça, determina a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, Lei n. 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, em seu art. 23, § 2º, e a Lei Orgânica Estadual do Ministério Público, Lei Complementar n. 197, de 13 de julho de 2000, em seu art. 20, XII, que essas serão definidas pelo egrégio Colégio de Procuradores de Justiça, segundo proposta enviada pelo Procurador-Geral de Justiça.

O Gráfico seguinte apresenta a evolução do número de membros do Ministério, no ano de 2016, em cada instância.

Gráfico 11 – Membros do Ministério Público



Na Tabela adiante se especifica o número de promotorias de justiça por área de atuação. As promotorias únicas têm atuação em todas as áreas, de modo que não foram detalhadas.

Tabela 9 – Promotorias de Justiça por Comarca e Área de Atribuição em 2016

Comarcas	Total de Promotorias	Área Criminal	Área Cível	Área da Infância e Juventude	Área dos Direitos Difusos
Entrância Especial					
Capital	40	19	10	3	11
Balneário Camboriú ¹⁵	10	4	4	1	3
Blumenau ¹⁶	17	9	4	1	6
Brusque	6	3	4	1	3
Chapecó	14	6	3	1	5
Criciúma ¹⁷	15	7	3	1	5
Itajaí	13	7	5	1	4
Jaraguá do Sul	8	4	2	2	6
Joinville	21	13	4	1	7
Lages	14	9	2	1	5
Palhoça	8	4	2	1	4
Rio do Sul	6	4	2	1	3
São José	14	7	3	3	5
Tubarão	9	4	4	1	4
Entrância Final					
Araranguá	5	3	2	1	3
Balneário Piçarras	2	1	2	1	2
Barra Velha	2	1	1	1	2
Biguaçu	3	3	3	1	3
Braço do Norte	3	2	1	1	3
Caçador	4	2	2	1	3
Camboriú	3	2	1	1	3
Campos Novos	2	1	1	1	2
Canoinhas	4	2	1	1	3
Capinzal	2	1	2	1	2
Concórdia	4	2	2	1	3
Curitibanos	4	3	2	1	2
Fraiburgo	2	1	1	1	2
Gaspar	3	2	1	1	3
Guaramirim	2	1	1	1	2
Ibira	2	2	1	1	2

Comarcas	Total de Promotorias	Área Criminal	Área Cível	Área da Infância e Juventude	Área dos Direitos Difusos
Imbituba	2	1	1	1	2
Indaial	3	3	2	1	3
Itapema	2	2	1	1	2
Ituporanga	2	1	1	1	2
Içara	2	1	1	1	2
Joaçaba	3	1	2	1	2
Laguna	3	2	1	1	3
Mafra	3	2	1	1	2
Maravilha	2	2	2	1	2
Navegantes	3	2	1	1	3
Orleans	2	1	1	1	2
Pomerode	2	1	1	1	2
Porto Belo	2	1	1	1	2
Porto União	3	2	2	1	2
Rio Negrinho	2	1	1	1	2
Santo A. da Imperatriz	2	2	1	1	2
Sombrio	2	1	1	1	2
São Bento do Sul	3	2	2	2	3
São Francisco do Sul	2	2	1	1	2
São Joaquim	2	2	2	1	2
São João Batista	2	1	1	1	2
São Miguel do Oeste	4	2	2	1	2
Tijucas	2	1	1	1	2
Timbó	2	2	2	1	2
Trombudo Central	2	1	2	1	2
Urussanga	2	1	1	1	2
Videira	3	2	2	1	2
Xanxerê	3	1	2	1	2
Xaxim	2	1	1	1	2
Entrância Inicial					
Abelardo Luz	2	1	1	1	2
Anchieta			Única		

Comarcas	Total de Promotorias	Área Criminal	Área Cível	Área da Infância e Juventude	Área dos Direitos Difusos
Anita Garibaldi			Única		
Araquari			Única		
Armazém			Única		
Ascurra			Única		
Bom Retiro			Única		
Campo Belo do Sul			Única		
Campo Erê			Única		
Capivari de Baixo			Única		
Catanduvas			Única		
Coronel Freitas			Única		
Correia Pinto			Única		
Cunha Porã			Única		
Descanso			Única		
Dionísio Cerqueira	2	1	1	1	2
Forquilha			Única		
Garopaba	2	1	2	1	2
Garuva			Única		
Herval do Oeste			Única		
Imaruí			Única		
Ipumirim			Única		
Itaiópolis			Única		
Itapiranga			Única		
Itapoá			Única		
Itá			Única		
Jaguaruna	2	1	1	1	2
Lauro Müller			Única		
Lebon Régis			Única		
Meleiro			Única		
Modelo			Única		
Mondaí			Única		

Comarcas	Total de Promotorias	Área Criminal	Área Cível	Área da Infância e Juventude	Área dos Direitos Difusos
Otacílio Costa			Única		
Palmitos			Única		
Papanduva			Única		
Pinhalzinho			Única		
Ponte Serrada			Única		
Presidente Getúlio			Única		
Quilombo			Única		
Rio do Campo			Única		
Rio do Oeste			Única		
Santa Cecília			Única		
Santa Rosa do Sul			Única		
Seara			Única		
São Carlos			Única		
São Domingos			Única		
São José do Cedro			Única		
São Lourenço do Oeste	2	1	1	1	2
Taió			Única		
Tangará			Única		
Três Barras ¹⁸			Única		
Turvo	2	1	1	1	2
Urubici			Única		

Fonte: Secretaria dos Órgãos Colegiados.

¹⁵ 10ª Promotoria de Justiça ainda não instalada.

¹⁶ 17ª Promotoria de Justiça ainda não instalada.

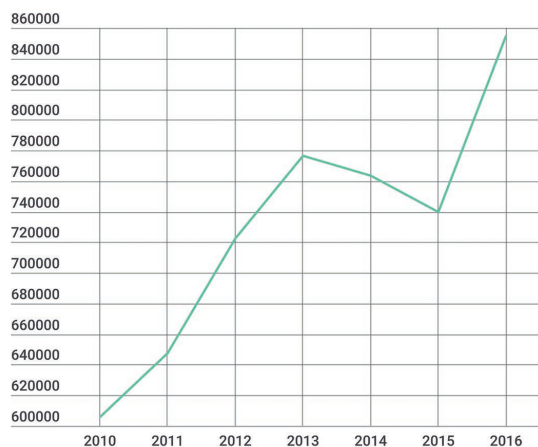
¹⁷ 14ª e 15ª Promotorias de Justiça ainda não instaladas.

¹⁸ Promotoria de Justiça ainda não instalada.

2 ATIVIDADES DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA NA ÁREA CRIMINAL

As atividades das promotorias de justiça na área criminal englobaram 854.654 procedimentos e processos, no ano de 2016, contra 739.822, no ano de 2015, o que representa um crescimento de 15,52%. No gráfico a seguir, é possível observar a evolução, na área criminal, a partir de 2010.

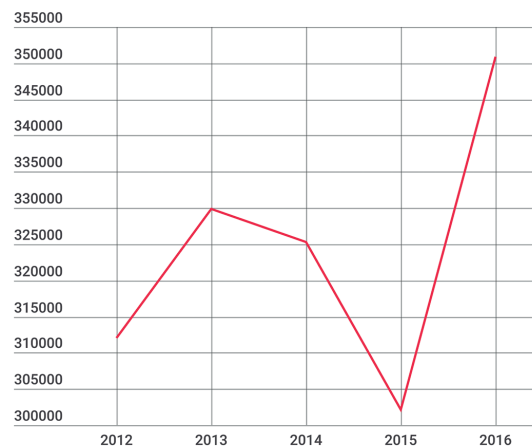
Gráfico 12 - Procedimentos e processos recebidos – Área Criminal



No ano de 2016, as Promotorias de Justiça receberam para análise 350.904 procedimentos, entre inquéritos policiais, notícias criminais e outros, representando um acréscimo de 16,15% em relação ao total recebido no ano de 2015, quando foi registrado o ingresso de 302.111 procedimentos. Percebe-se, nesse aspecto, relevante acréscimo no número de processos "Retornados: delegacia/cartório/outro órgão de origem (antigos)", que passou de 153.783 para 192.760, em 2016, um percentual de 25,35%.

O Gráfico adiante apresenta um demonstrativo dos totais recebidos, com relação às notícias criminais, aos inquéritos policiais, aos termos circunstanciados e a outros procedimentos da área, comparando os anos de 2012 a 2016.

Gráfico 13 – Total de Notícias Criminais, Inquéritos Policiais, Termos Circunstanciados e Procedimentos Administrativos recebidos



Nas promotorias de justiça criminais, foram ofertadas 47.140 denúncias, o que representa um aumento de 12,25%, em comparação ao ano de 2015 (41.996).

Analisando os dados relativos aos tipos penais denunciados previstos na legislação de tutela da coletividade e no Código Penal Militar, tem-se que a maior incidência se deu em relação aos crimes contra a ordem tributária, com

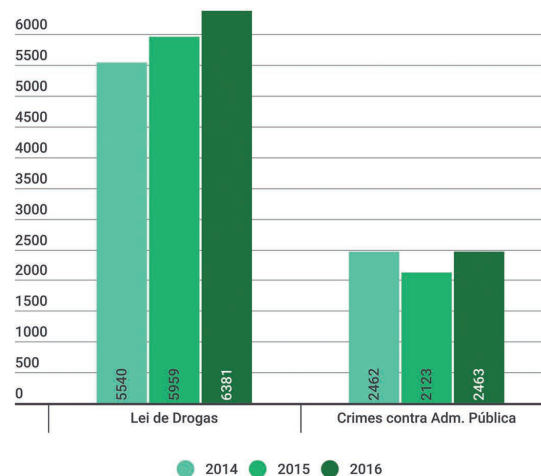
1.526 denúncias, seguido do meio ambiente, com 1.264. Já em relação aos tipos penais previstos no Código Penal, a maior incidência, mais uma vez, foi no âmbito dos crimes contra o patrimônio, com 12.292 denúncias, seguindo-se os crimes contra a pessoa, com 3.385 denúncias oferecidas. Nos tipos penais previstos em leis especiais, a maior incidência ocorreu nos crimes previstos no Código de Trânsito Brasileiro, com 9.077 denúncias, seguindo-se os previstos na Lei Antidrogas, com 6.381 denúncias.

Em relação aos crimes contra a ordem tributária denunciados em 2016, o total sonogado, em valores nominais, alcançou R\$453.680.000,00 uma redução de R\$148.235.000,00, vale dizer, 24,63% a menos que o ano anterior, quando o montante foi de R\$ 601.915.000,00. Ressalte-se que, durante o ano de 2016, foram recolhidos aos cofres públicos, em razão das ações do Ministério Público, R\$103.265.232,02, valor 18,18% superior a 2015, quando foram recolhidos R\$87.378.119,82. Vale sublinhar, por último, que, também em face das ações do Ministério Público no combate à sonegação fiscal até 2016, remanesce um saldo de parcelamentos tributários de R\$ 549.015.301,93, a serem recolhidos aos cofres públicos do Estado de Santa Catarina.

Observa-se, também, um aumento nos tipos penais denunciados por crimes contra a Administração Pública, no percentual de 16,02%, e nos crimes previstos na Lei Antidrogas, em 7,08%.

Especificamente quanto às denúncias por crimes contra a Administração Pública, vale destacar o resultado da Operação Patrola, da Promotoria de Justiça da Comarca de Tangará, que envolveu 26 Municípios, resultando em 23 denúncias no ano de 2016.

Gráfico 14 – Lei de Drogas e Crimes Contra a Administração Pública



Dos 350.904 inquéritos policiais, notícias criminais e procedimentos investigatórios recebidos pelo Ministério Público para exame em 2016, considerada a soma daqueles que retornaram de diversos órgãos com os novos que foram recepcionados, 158.139 são originários deste ano.

Por fim, em 2016 foram realizadas 25.421 transações penais, o que representa um acréscimo na ordem de 9,45% em relação ao ano de 2015, quando foram computadas 23.226 transações, como se observa no gráfico seguinte.

Gráfico 15 – Transações penais realizadas

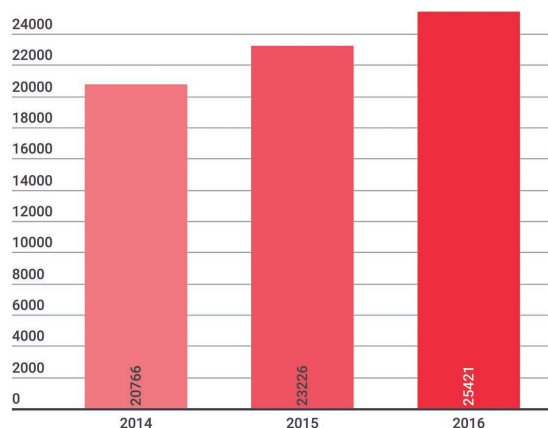
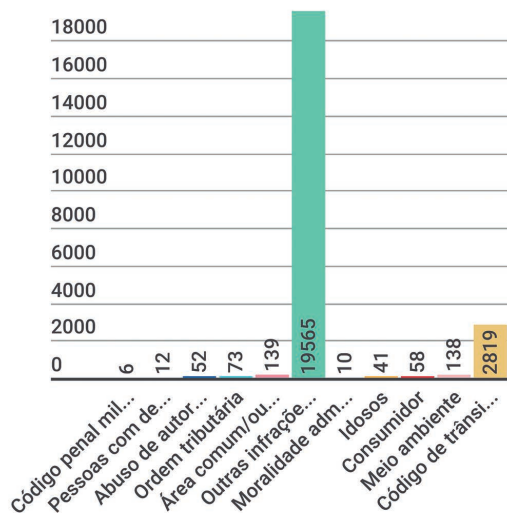


Gráfico 16 – Transações penais realizadas por área

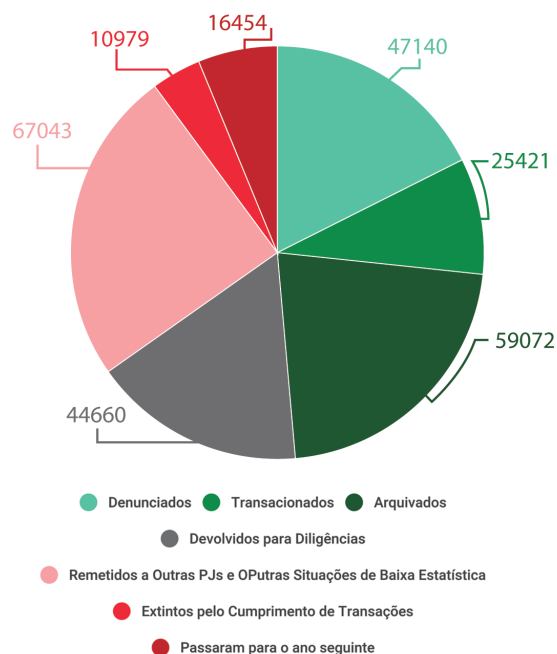


A maior incidência de transações penais ocorreu em face de práticas delituosas previstas no Código de Trânsito Brasileiro, com 2.819 registros, seguida daquelas ocorridas frente aos delitos ambientais, com 1.388 transações. Tudo isso sem prejuízo do registro de 19.565 transações penais referentes a outras infrações penais de menor potencial ofensivo, como demonstrado no gráfico abaixo.

Dos 368.404 inquéritos policiais, notícias criminais e procedimentos investigatórios manuseados no ano de 2016, que significa a soma daqueles recebidos no ano (350.904) com aqueles que já se encontravam em andamento nas Promotorias de Justiça ao final de 2015 (17.500), destaca-se que 97.365 cuidavam de intimações (26,43%), 12,80% (47.140) resultaram em denúncia, 6,90% (25.421) foram objeto de transação penal, 16,03% (59.072) foram arquivados, 12,12% (44.660) foram devolvidos à origem para novas diligências, 18,20% (67.043) foram remetidos a outros órgãos ou implicaram outras situações de baixa de estatística, 2,98% (10.979) foram extintos pelo cumprimento de transações formalizadas e 4,46% (16.454) passaram para o ano seguinte.

Para a análise gráfica dos dados acima foi desconsiderado o total de intimações diversas, no valor de 97.365 em 2016.

Gráfico 17 - Destinação dos inquéritos policiais, notícias criminais e procedimentos investigatórios



No campo dos processos criminais, foram recebidos pelas Promotorias de Justiça, em 2016, 503.750 processos, verificando-se um acréscimo de 15,09% em relação ao número registrado em 2015, que foi de 437.711 feitos. Dos processos recebidos em 2016, 502.331 foram despachados.

Merece destaque o número de condenações (13.430) em relação ao de absolvições (4.501), o que representa, em termos amplos, a chamada taxa de sucesso. Se consideramos o total das 17.931 intimações, observa-se que 74,90% corresponde a condenações e apenas 25,10% a absolvições. Em 2015 a proporção foi de 73,23% (12.526) de condenações para 26,77% (4.579) de absolvições.

Gráfico 18 - Total de processos recebidos e despachados

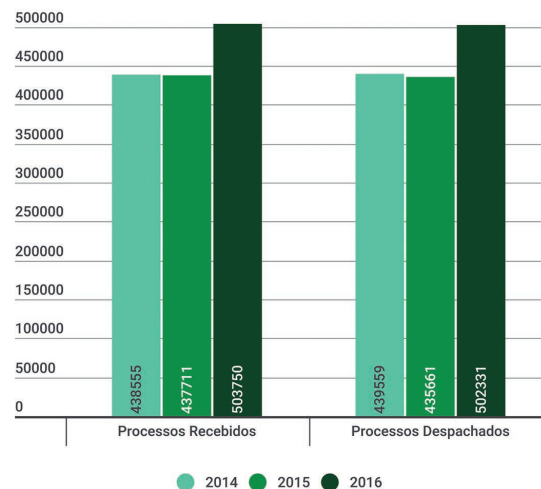
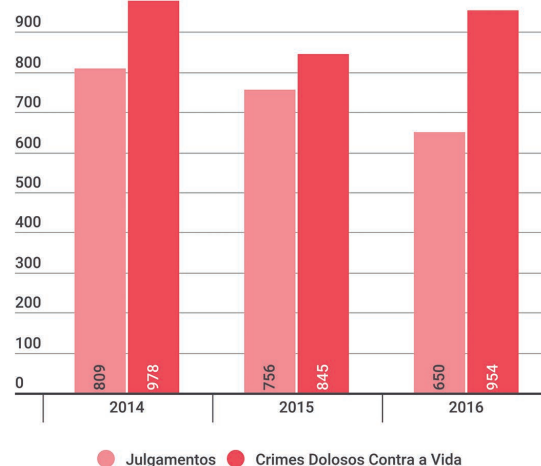


Gráfico 19 - Julgamentos realizados pelo Tribunal do Júri e crimes dolosos contra a vida



Remanesceu, para análise, no exercício de 2017, o total de 7.105 processos, o que equivale a um aumento de 24,96% em relação ao número de 2016, que foi de 5.686.

Os Promotores de Justiça participaram, em 2016, de 650 sessões do Tribunal do Júri, o que representa uma diminuição de 14,02% em relação ao ano anterior, quando foram registrados 756 julgamentos.

Já quanto aos crimes dolosos contra a vida, observou-se um aumento de 12,90% entre 2015 e 2016, percentual decorrente do incremento de 845 para 954 crimes denunciados, conforme registrado no Gráfico a seguir.

Em contrapartida observou-se um incremento na participação em audiências, que passou de 102.861, em 2015, para 109.131, em 2016, o que se traduz em um aumento de 6,10%.

Gráfico 20 – Total de participações em audiências

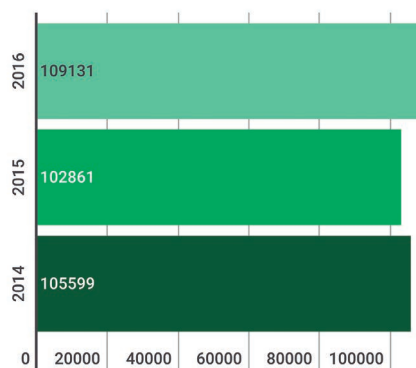
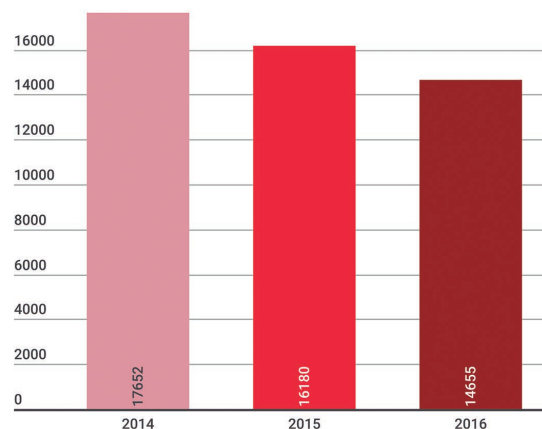


Gráfico 21 – Total de pessoas atendidas



As Promotorias de Justiça, no decorrer do ano de 2016, somente na área criminal atenderam 14.665 pessoas, número 9,36% inferior aos 16.180 atendimentos realizados em 2015, como se observa no gráfico acima.

Os relatórios das Promotorias de Justiça com atuação na área criminal apontam uma redução de 12,57% na quantidade de inquéritos policiais, notícias criminais e procedimentos investigatórios que passaram para o ano de 2017 com o prazo de vista vencido, que somaram 5.782, em comparação com os números de 2015 para 2016, quando então totalizaram 6.613.

Houve, também, um considerável acréscimo em relação às pendências de manifestação ministerial em processos-crime, remanescendo 2.266 feitos com prazo de vista vencido, no final de 2016, enquanto que, no final do ano de 2015 haviam 1.240 processos nessa situação, o que corresponde a um aumento de 82,74%.

Vale destacar ainda que ocorreu uma redução nas visitas realizadas a delegacias de polícia e em estabelecimentos penais. Enquanto, em 2016, foram computadas 1.214 visitas, em 2015, foram 1.157, ainda que tivéssemos um incremento no número de entidades criadas, como pode ser observado nos Quadros 5 e 6, diminuição que ocorreu por conta, provavelmente, da alteração na periodicidade de realização de relatórios.

Quadro 5 – Entidades criadas em 2016 – Resolução n. 20/2007/CNMP

N.	Classificação	Descrição
1	Delegacia	Central de Polícia de Blumenau
2	Polícia Militar	Batalhão da Polícia Militar de Laguna
3	Delegacia	Central de Polícia de São José
4	Delegacia	Divisão de Investigação Criminal de São José
5	Delegacia	Divisão de Investigação Criminal de Ituporanga
6	Delegacia	Divisão de Investigação Criminal de São Joaquim

Já no que diz respeito às visitas tratadas pela Resolução n. 56/2010/CNMP (inspeções carcerárias), foram acrescentadas duas novas instituições e excluída uma, a saber:

Quadro 6 – Entidades criadas e excluídas em 2016

N.	Classificação	Descrição	Situação
1	Penitenciária	Penitenciária Industrial de Blumenau	Criada
2	Penitenciária	Penitenciária Industrial de Chapecó	Criada
3	Penitenciária	Cadeia Pública de Anita Garibaldi.	Excluída

Na Tabela 10, estão discriminados todos os dados das atividades desenvolvidas, nas Promotorias de Justiça, na área criminal, no ano de 2016, em comparação com aqueles registrados no ano de 2015.

Tabela 10 – Atividades da Área Criminal

Itens	2015	2016	Variação
1 INQUÉRITOS/NOTÍCIAS CRIMINAIS/PROCEDIMENTOS/TERMOS	315.454	368.404*	16,79%
1.1 Remanescentes em gabinete do período anterior	13.343*	17.500*	31,15%
1.2 Retornados: delegacia/cartório/outro órgão de origem (antigos)	153.783*	192.765*	25,35%

Itens	2015	2016	Variação
1.3 Recebidos/instaurados no período (somente os novos)	148.328*	158.139*	6,61%
a) Procedimentos de Investigação Criminal (PICs) instaurados	629*	529*	-15,90%
b) meio ambiente	3.459	3.901	12,78%
c) consumidor	776	621	-19,97%
d) moralidade administrativa	350	428	22,29%
e) idosos	361	467	29,36%
f) pessoas com deficiência	11	28	154,55%
g) violência doméstica e relação familiar	18.811	21.255	12,99%
h) preconceito racial	20	23	15,00%
i) ordem tributária	2.823*	3.196*	13,21%
j) Código Penal Militar	1.975	2.053	3,95%
k) outras infrações de menor potencial ofensivo	57.451	58.027*	1,00%
l) área comum/outros	61.662*	67.611	9,65%
1.4 TRANSAÇÕES PENAIS	23.226*	25.421*	9,45%
a) meio ambiente	1.014	1.388	36,88%
b) consumidor	24	58	141,67%
c) moralidade administrativa	5	10	100,00%
d) idosos	43	41	-4,65%
e) pessoas com deficiência	-	12	1200,00%
f) ordem tributária	116*	73*	-37,07%
g) Código Penal Militar	14	6	-57,14%
h) Código de Trânsito Brasileiro	2.379	2.819	18,50%
i) abuso de autoridade	254	52	-79,53%
j) outras infrações de menor potencial ofensivo	17.643	19.565*	10,89%
k) área comum/outros	1.734	1.397	-19,43%
1.5 Arquivados	46.826*	59.072*	26,15%
a) Procedimentos de Investigação Criminal (PICs)	130	150*	15,38%
b) meio ambiente	568	760	33,80%
c) consumidor	337	225	-33,23%
d) moralidade administrativa	57	98	71,93%
e) idosos	158	230	45,57%
f) pessoas com deficiência	12	6	-50,00%
g) violência doméstica e relação familiar	5.928	7.664	29,28%

Itens	2015	2016	Variação
h) preconceito racial	18	12	-33,33%
i) ordem tributária	885*	1.146*	29,49%
j) Código Penal Militar	350	745	112,86%
k) Código de Trânsito Brasileiro	2.722	3.433	26,12%
l) abuso de autoridade	259	486	87,64%
m) outras infrações de menor potencial ofensivo	15.354	20.572	33,98%
n) área comum/outros	20.048	23.545	17,44%
1.6 Baixados para diligência	41.454*	44.660*	7,73%
1.7 Extinção da punibilidade pelo cumprimento da transação (formalizada)	8.224*	10.979*	33,50%
1.8 Remetidos a outra promotorias e outras situações de baixa estatística	59.612*	67.043*	12,47%
1.9 Intimações diversas	76.441*	97.635*	27,73%
1.10 Denúncias oferecidas	41.996*	47.140*	12,25%
a) meio ambiente	935	1.264	35,19%
b) consumidor	162	197	21,60%
c) moralidade administrativa	60	127	111,67%
d) idosos	61	62	1,64%
e) pessoas com deficiência	11	10	-9,09%
f) violência doméstica e relação familiar (Lei n. 11.340/2006)	6.225	7.266	16,72%
g) preconceito racial	7	24	242,86%
h) ordem tributária	1.535*	1.546*	0,72%
h.1) valor nominal sonogado (desprezar frações de milhares)	601.915	453.680*	-24,63%
i) lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores	7*	5*	-28,57%
j) Código Penal Militar	113	74	-34,51%
k) Código de Trânsito Brasileiro	7.467	7.667	2,68%
l) outras infrações de menor potencial ofensivo	5.766	6.725	16,63%
m) área comum/outros	19.647*	22.173	12,86%
1.11 Passam para o período seguinte	17.501*	16.454*	-5,98%
2 TIPOS PENAS DENUNCIADOS	42.819	43.670*	1,99%
2.1 Área da Coletividade/Código Penal Militar	4.906*	3.068*	-37,46%
a) meio ambiente	886	1.234	39,28%
b) consumidor	136	179	31,62%
c) moralidade administrativa	30	37	23,33%

Itens	2015	2016	Variação
d) pessoas com deficiência	1	-	-100,00%
e) preconceito racial	11	23	109,09%
f) ordem tributária	4.639*	1.526*	-67,10%
f.1) art. 1º, da Lei n. 8.137/80	2.604*	306*	-88,25%
f.2) art. 2º, da Lei n. 8.137/80	2.461*	1.220*	-50,43%
f.3) outros contra a ordem tributária	12	7	-41,67%
g) Código Penal Militar	89	69	-22,47%
2.2 Código Penal	18.496*	20.898*	12,99%
2.2.1 Contra a Pessoa	3.055	3.385	10,80%
a) Homicídio	879	1.006	14,45%
a.1) homicídio simples	145	157	8,28%
a.2) homicídio qualificado	700	797	13,86%
a.3) homicídio culposo	34	52	52,94%
b) Aborto	8	12	50,00%
c) Lesão corporal	1.199	1.299	8,34%
c.1) lesão corporal dolosa	1.152	1.273	10,50%
c.2) lesão corporal culposa	38	18	-52,63%
c.3) lesão corporal seguida de morte	9	8	-11,11%
d) Sequestro e cárcere privado	20	22	10,00%
e) Outros tipos contra a pessoa	949	1.046	10,22%
2.2.2 Contra o patrimônio	11.022	12.292	11,52%
a) furto	5.439	5.753	5,77%
b) roubo e extorsão	2.327	2.616	12,42%
c) latrocínio	113	85	-24,78%
d) extorsão com restrição à liberdade ("sequestro relâmpago")	25	17	-32,00%
e) extorsão mediante sequestro	60	42	-30,00%
d) estelionato e outras fraudes	888	1.059	19,26%
e) outros tipos contra o patrimônio	2.170	2.720	25,35%
2.2.3 Contra a dignidade sexual	541	653	20,70%
a) estupro	329	385	17,02%
a.1) conjunção carnal	190	203	6,84%
a.2) outro ato libidinoso	139	182	30,94%

Itens	2015	2016	Variação
b) violação sexual mediante fraude	2	8	300,00%
c) estupro contra vulnerável (exceto vítima menor de 14 anos)	134	161	20,15%
d) outros contra a dignidade sexual	76	99	30,26%
2.2.4 Contra a Administração Pública	2.123	2.463*	16,02%
a) peculato	40	60	50,00%
b) emprego irregular de verbas ou rendas públicas	1	1	0,00%
c) concussão	18	14	-22,22%
d) corrupção passiva	21	54	157,14%
e) corrupção ativa	38	66	73,68%
f) prevaricação	9	7	-22,22%
g) desacato e resistência	1.312	1.561	18,98%
h) outros contra a Administração Pública	684	700*	2,34%
2.2.5 Outros tipos do Código Penal	1.755	2.105	19,94%
2.3 Tipos previstos em leis especiais	18.531*	19.704*	6,33%
2.3.1 Lei de Drogas	5.959	6.381	7,08%
a) posse	2.790	2.999	7,49%
b) tráfico	2.761	2.982	8,00%
c) associação para o tráfico	322	321	-0,31%
d) outros da Lei de Drogas	86	79	-8,14%
2.3.2 Abuso de autoridade	42	43	2,38%
2.3.3 Tortura	21	32	52,38%
2.3.4 Crimes da Lei de Armas	1.966	2.334	18,72%
2.3.5 Crimes do Código de Trânsito Brasileiro	8.879	9.077	2,23%
a) homicídio culposo	261	337	29,12%
b) lesão corporal culposa	381	472	23,88%
c) embriaguez	6.460	6.113	-5,37%
d) racha	13	19	46,15%
e) outros crimes do Código de Trânsito Brasileiro	1.764	2.136	21,09%
2.3.6 Crimes Eleitorais	66	82	24,24%
2.3.7 Crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores	6	12*	100,00%
2.3.8 Outros	1.592	1.743	9,48%
3 CRIMES CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	1.312	1.503	14,56%



Itens	2015	2016	Variação
3.1 Contra a vida	3	-	-100,00%
3.2 Lesão corporal e maus tratos	83	64	-22,89%
3.3 Abandono e omissão de socorro	32	24	-25,00%
3.4 Contra a dignidade sexual	509	630	23,77%
a) estupro (conjunção carnal ou outro ato libidinoso) contra vulnerável	487	601	23,41%
b) outros contra a dignidade sexual	22	29	31,82%
3.5 Crimes previstos na Lei n 8.069/80 (ECA)	615	704	14,47%
a) privação de liberdade - art. 230	1	1	0,00%
b) constrangimento ilegal - art. 232	4	19	375,00%
c) produção artística pornográfica - art. 240	9	14	55,56%
d) uso de imagem pornográfica - art. 241	24	34	41,67%
e) submissão à prostituição e exploração sexual - art. 244-A	7	5	-28,57%
f) corrupção de menor de 18 anos - art. 244-B	492	501	1,83%
g) outros previstos na Lei n. 8.069/80 (ECA)	78	130	66,67%
3.6. Abuso de autoridade	-	3	300,00%
3.7 Tortura	9	7	-22,22%
3.8 Outros contra criança e adolescente	61	71	16,39%
4 CRIMES CONTRA IDOSOS	84	91	8,33%
4.1 Contra a vida	2	-	-100,00%
4.2 Lesão corporal e maus tratos	11	25	127,27%
4.3 Abandono e omissão de socorro	4	6	50,00%
4.4 Contra a dignidade sexual	7	17	142,86%
a) estupro (conjunção carnal ou outro ato libidinoso) contra vulnerável	7	17	142,86%
b) outros crimes contra a dignidade sexual	-	-	0,00%
4.5 Crimes previstos no Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03)	54	41	-24,07%
a) art. 102 - Apropriação/desvio de bens ou valores	33	26	-21,21%
b) art. 104 - Retenção de cartão magnético	2	1	-50,00%
c) art. 105 - Veiculação de informações/imagens depreciativas	-	1	100,00%
d) art. 107 - Coação para outorga de procuração	1	1	0,00%
e) art. 108 - Lavra de ato notarial irregular em desfavor idoso	-	-	0,00%
f) outros previstos na Lei 10.741/03	18	12	-33,33%
4.6 Abuso de autoridade	3	1	-66,67%

Itens	2015	2016	Variação
4.7 Tortura	3	1	-66,67%
5 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E RELAÇÃO FAMILIAR	7.629	8.731*	14,44%
5.1 Contra a vida	31	49	58,06%
5.2 Lesão corporal	3.591	4.087	13,81%
5.3 Ameaça	2.963	3.432	15,83%
5.4 Contra a dignidade sexual	114	128	12,28%
a) estupro (conjunção carnal ou outro ato libidinoso)	93	104	11,83%
b) outros contra a dignidade sexual	21	24	14,29%
5.5 Contra a honra	24	18	-25,00%
5.6 Outros	906	1.017	12,25%
6 PROCESSOS	441.347*	509.737*	15,50%
6.1 Remanescentes em gabinete do período anterior	3.636*	5.686*	56,38%
6.2 Recebidos no período	437.711*	503.750*	15,09%
a) meio ambiente	5.716	6.561	14,78%
b) consumidor	905	960	6,08%
c) moralidade administrativa	544	951	74,82%
d) idosos	268	323	20,52%
e) pessoas com deficiência	10	36	260,00%
f) violência doméstica e relações familiares	36.618	41.721	13,94%
g) preconceito racial	70	20	-71,43%
h) área tributária	7.051*	8.933*	26,69%
i) Código Penal Militar	1.132	1.046	-7,60%
j) outras infrações de menor potencial ofensivo	29.305	33.952	15,86%
k) área comum/outros	356.092	409.247	14,93%
6.3 Manifestações	435.661*	502.331*	15,30%
a) alegações finais	21.710*	24.493*	12,82%
b) medidas cautelares e/ou protetivas	6.499	7.045	8,40%
b.1) representação de autoridade policial pela prisão preventiva	627*	766	22,17%
b.2) medidas protetivas de urgência	5.873	6.279	6,91%
c) propostas de suspensão condicional do processo	2.846*	3.134*	10,12%
d) execução penal	91.737*	103.066	12,35%
e) razões de recursos	3.576*	3.492*	-2,35%

Itens	2015	2016	Variação
f) contrarrazões de recursos	7.902*	10.149*	28,44%
g) pareceres perante a Turma de Recursos	906*	851*	-6,07%
h) outras	120.910*	141.850*	17,32%
i) intimações diversas	179.574*	208.251*	15,97%
6.4 Passam para o período seguinte	5.686*	7.105*	24,96%
7 INTIMAÇÕES DE SENTENÇAS	54.158*	66.379*	22,57%
7.1 Absolutórias	4.579*	4.501*	-1,70%
7.2 Condenatórias	12.526*	13.430*	7,22%
7.3 Pronúncia	542	576	6,27%
7.4 Impronúncia	61	88	44,26%
7.5 Desclassificação para o juízo comum	126	85	-32,54%
7.6 Absolvição sumária	194	241*	24,23%
7.7 Extinção da punibilidade	21.083*	25.875*	22,73%
7.8 Outras	15.047*	21.583*	43,44%
8 TRIBUNAL DO JÚRI - PLENÁRIO			
8.1 Sessões de julgamento	756	650*	-14,02%
8.2 Réus condenados	623	529	-15,09%
8.3 Réus absolvidos	187	183	-2,14%
8.4 Decisões desclassificadoras	106	63	-40,57%
9 PEDIDOS DE QUEBRA DE SIGILO BANCÁRIO, TELEFÔNICO E OUTROS			
9.1 Quebra de sigilo bancário	106*	133*	25,47%
9.2 Interceptação telefônica			
9.2.1 Procedimentos remanescentes do período anterior	383*	387*	1,04%
9.2.2 Procedimentos iniciados no período	752*	710*	-5,59%
9.2.3 Procedimentos findos no período	748*	758*	1,34%
9.2.4 Procedimentos que permanecem em trâmite	387*	339	-12,40%
9.2.5 Telefones monitorados em procedimentos remanescentes do período anterior	1.411*	1.426*	1,06%
9.2.6 Telefones monitorados em procedimentos iniciados no período	3.460*	3.572	3,24%
9.2.7 Telefones monitorados em procedimentos findos no período	3.445*	3.665*	6,39%
9.2.8 Telefones monitorados em procedimentos que permanecem em trâmite	1.426*	1.333	-6,52%
9.3 Interceptação em sistemas de informação (telemática ou informática)			
9.3.1 Procedimentos remanescentes do período anterior	30	53*	76,67%

Itens	2015	2016	Variação
9.3.2 Procedimentos iniciados no período	77*	107	38,96%
9.3.3 Procedimentos findos no período	54	114*	111,11%
9.3.4 Procedimentos que permanecem em trâmite	53*	46	-13,21%
9.3.5 Endereços Eletrônicos monitorados em procedimentos remanescentes do período anterior	61	89*	45,90%
9.3.6 Endereços Eletrônicos monitorados em procedimentos iniciados no período	148*	109	-26,35%
9.3.7 Endereços Eletrônicos monitorados em procedimentos findos no período	120	163*	35,83%
9.3.8 Endereços Eletrônicos monitorados em procedimentos que permanecem em trâmite	89*	35	-60,67%
9.4 Número de pessoas investigadas			
9.4.1 Total de investigados	5.195*	5.472*	5,33%
9.4.2 Total de pessoas sob investigação ao fim do período	244	356	45,90%
10 OUTRAS ATIVIDADES	135.934*	147.763*	8,70%
10.1 Audiências judiciais	102.861*	109.131*	6,10%
10.2 Sessões de julgamento dos Conselhos de Justiça Militar	194	105	-45,88%
10.3 Sessões da Turma de Recursos	104	74*	-28,85%
10.4 Requerimentos de prisão preventiva	739	909*	23,00%
10.5 Atos de controle externo da atividade policial	407	620	52,33%
10.6 Visitas a delegacias de polícia	717	708	-1,26%
10.7 Visitas a estabelecimentos penais	497	449	-9,66%
10.8 Outras manifestações em procedimentos extrajudiciais	14.235*	21.102*	48,24%
10.9 Atendimento ao público (número de pessoas atendidas)	16.180*	14.665*	-9,36%
11 PENDÊNCIAS COM PRAZO DE MANIFESTAÇÃO VENCIDO	12.972	14.704*	13,35%
11.1 Inquéritos policiais, notícias criminais, procedimentos e termos	6.613*	5.782*	-12,57%
11.2 Procedimento de Investigação Criminal (PIC) - mais de 90 dias	59*	46*	-22,03%
11.3 Processos	1.240	2.266*	82,74%
11.4 Vencidos há mais de 30 (trinta) dias (geral)	5.566*	6.610*	18,76%

Fonte: Sistema de Anotação de Informação – SAI

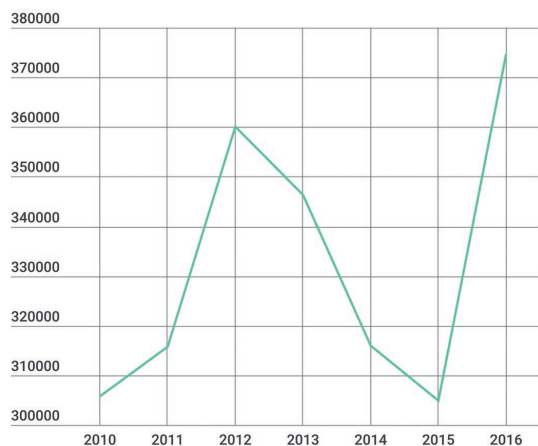
Observação:

(*) Acrescidos dos dados de 2015 e 2016 referentes ao Relatório da Área da Ordem Tributária.

3 ATIVIDADES DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA NA ÁREA CÍVEL

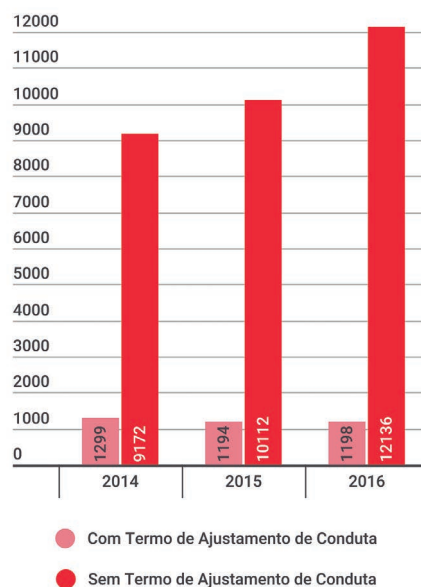
As atividades das Promotorias de Justiça na área cível englobaram 374.781 procedimentos e processos, no ano de 2016, contra 304.940 do ano de 2015, o que representa um crescimento de 22,90%. No gráfico a seguir, é possível observar o comportamento dessa demanda a partir 2010.

Gráfico 22 - Procedimentos e processos recebidos – Área Cível



Na área da defesa dos direitos difusos e coletivos, foram instaurados, em 2016, 24.510 inquéritos civis, procedimentos preparatórios e peças informativas. Comparando com o ano de 2015, quando o montante chegou a 21.019, constatou-se um acréscimo de 3.491 procedimentos, o que representa um aumento de 16,61% em relação ao ano anterior.

Gráfico 23 – Procedimentos arquivados

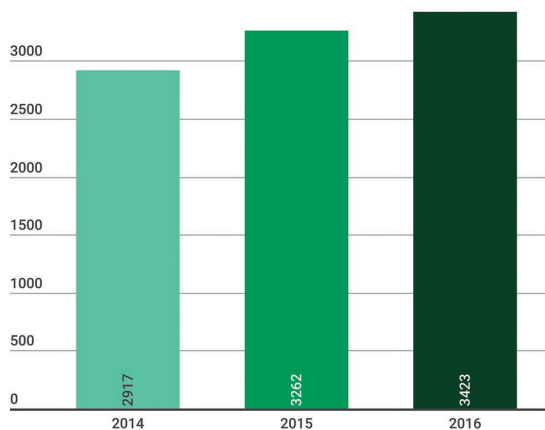


Em 2016, foram arquivados 13.334 procedimentos, um incremento de 17,94% em relação a 2015, quando foram arquivados 11.306. Desses arquivamentos, 12.136 foram realizados sem ajustamento de conduta e 1.198 com ajustamento de conduta. Já, em 2015, foram realizados 10.112 arquivamentos sem ajustamento de conduta e 1.194 com ajustamento de conduta.

Importante destacar, ainda, que a atuação do Ministério Público na área da defesa dos interesses difusos e coletivos

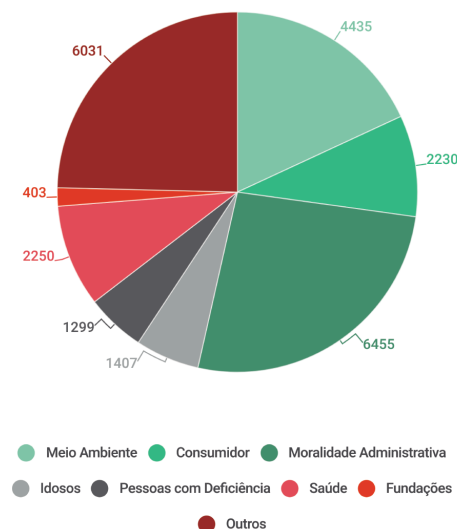
sofreu incremento em relação ao ano anterior, já que, em 2016, foram ajuizadas 3.423 ações civis públicas, contra 3.262 no ano de 2015, o que representa um acréscimo de 4,94%, quiçá reflexo, também, da correção virtual conduzida pela Corregedoria-Geral.

Gráfico 24 - Ações Civis Públicas ajuizadas



Nas áreas de defesa dos direitos difusos e coletivos, a instauração de procedimentos novos, no decorrer do exercício de 2016, mostrou-se mais expressiva na área da moralidade administrativa (6.455), seguindo-se o meio ambiente (4.435) e a saúde (2.250 procedimentos), sem considerar aqueles classificados em "outros", que representaram 6.031. Destaque, também, para os instaurados em favor de pessoas com deficiência, com incremento de 112,60%, passando de 611, em 2015, para 1.299, em 2016.

Gráfico 25 - Inquéritos Cíveis, Procedimentos Administrativos e Peças Informativas por área



A área da defesa da moralidade administrativa apresentou, em 2016, um volume 5,98% maior de procedimentos em relação a 2015, alcançando 6.455 procedimentos instaurados. Nessa área, foram promovidos 2.822 arquivamentos sem ajustamento de conduta, 113 a mais do que no ano anterior (2.709), mas somente 104 arquivamentos com ajustamento de conduta, 35,40% a menos que no ano anterior (161). Foram deflagradas 622 ações civis públicas em 2016, o que representa 3,86% a menos do que em 2015 (647).

Já na área de defesa do meio ambiente foram ajuizadas 642 ações civis públicas, um acréscimo significativo de 96,33% em relação ao ano anterior (327). Foram promovidos,

ainda, 350 arquivamentos com ajustamento de conduta e outros 1.905 sem ajustamento de conduta.

Por sua vez, na área do consumidor, ocorreu uma pequena variação do número de procedimentos instaurados, passando de 2.169, em 2015, para 2.230, em 2016. Dos instaurados em 2016, 878 foram arquivados sem ajustamento de conduta e outros 391 com ajustamento de conduta. Destaque, também, para as 84 ações ajuizadas.

Na área dos direitos das pessoas com deficiência, foram intentadas 116 ações civis públicas no ano de 2016, ao passo que, no ano anterior, foram ajuizadas 86, verificando-se um aumento de 34,88%. Na mesma área, instauraram-se 1.299 procedimentos, em 2016, contra 611, em 2015.

Na área de defesa dos direitos humanos, da cidadania e das fundações, devem ser registradas as visitas de inspeção realizadas por Promotores de Justiça, que, ao longo de 2016, estiveram presentes em 95 abrigos para idosos, em 15 abrigos para pessoas com deficiência, em 15 estabelecimentos de saúde, em 10 comunidades terapêuticas e em seis fundações.

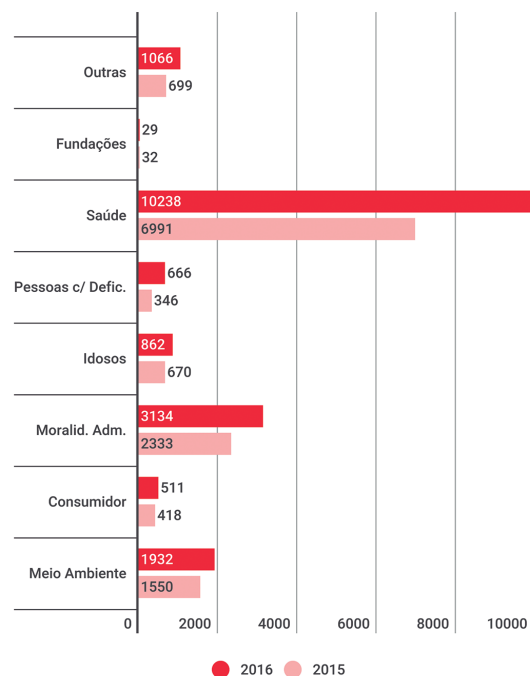
Em relação ao total de manifestações em ações civis públicas ajuizadas ocorreu incremento em quase todas as áreas, comparando-se os anos de 2015 e 2016. No meio ambiente, o aumento foi de 24,65% (de 1.550 para 1.932), no consumidor de 22,25% (de 418 para 511), na moralidade administrativa de 34,33% (de 2.333 para 3.134), em idosos de 28,66% (de 670 para 862), em pessoas com deficiência de 92,49% (de 346 para 666), em saúde de 46,45% (de 6.991 para 10.238) e nas manifestações classificadas como "outras" de 51,07% (de 699 para 1.056). A única área em que se constatou redução foi a de fundações, na ordem de 9,38% (de 32 para 29).

Essa elevação pode ser justificada também pela atuação

do Órgão Correicional. Em análise, no início do ano de 2016, efetuada por meio do módulo "Gestão de Metas" do software Qlikview, na Intranet do Ministério Público, observou-se números relativos a processos judiciais e procedimentos em tramitação que suscitavam especial atenção deste Órgão correicional.

Os relatórios demonstravam, por exemplo, que se encontravam, nas Promotorias de Justiça, 2.456 processos judiciais com tempo de permanência entre 180 e 360 dias, e 842 acima de 360 dias, o que se mostrava excessivo e merecia análise mais apurada.

Gráfico 26 - Manifestações em Ações Civis Públicas

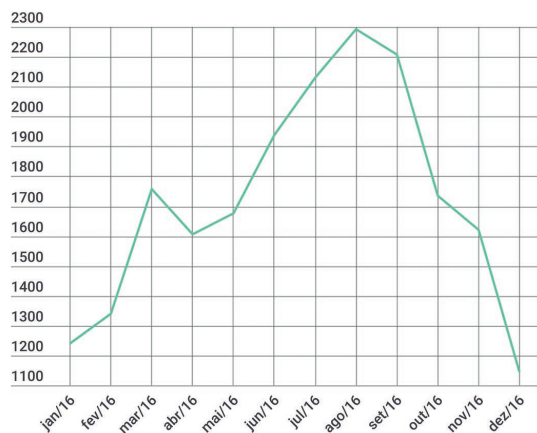


Nesse passo, cientes de que os números coletados a partir de instrumentos tecnológicos em desenvolvimento no Ministério Público podiam não representar ainda a real situação dos processos/procedimentos em tramitação nas Promotorias de Justiça, procedeu-se, preliminarmente, ao expurgo dos dados incorretos, para o que foi instaurado o Procedimento Administrativo n. 09.2015.6015-7.

Decorrido o prazo inicial concedido aos membros para saneamento de seus órgãos de execução, procedeu-se ao registro de um procedimento de verificação de pendências para cada uma das 218 Promotorias de Justiça que apresentavam aparente excesso de prazo em processos ou procedimentos.

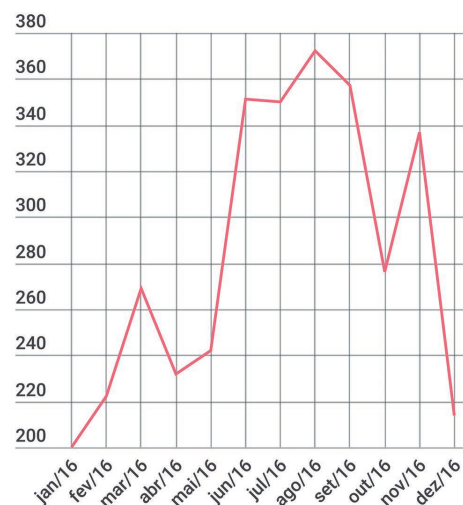
Como resultado direto dessa atuação, entre março e dezembro de 2016, ocorreu um significativo incremento no número de ações civis públicas ajuizadas e de arquivamentos de procedimentos nas áreas criminal, cível e infância, como pode ser observado nos Gráficos a seguir.

Gráfico 27 - Procedimentos arquivados



Em outros termos, no período de março a dezembro de 2016, foram arquivados cerca de 3.370 procedimentos acima da média que vinha sendo apurada, o que é um dado extremamente relevante.

Gráfico 28 - Ações civis públicas ajuizadas



No campo das manifestações, destaque para o direito eleitoral, que apresentou um crescimento de 601,10% (de 4.379 para 30.701), o que decorre provavelmente de ano eleitoral.

Em 2016, também foram realizadas 52 audiências públicas, 67,09% a menos que no ano anterior (158), assim como foram inquiridas 5.919 pessoas nas 3.859 audiências para instrução de inquéritos civis e procedimentos preparatórios,

no âmbito das Promotorias de Justiça, número 1,08% menor que o registrado em 2015, que foi de 3.901. No ano de 2016, foram proferidas, pelos Promotores de Justiça, nas mais diversas regiões do Estado, 166 palestras sobre assuntos institucionais, sempre com o propósito de intensificar e estreitar as relações do Ministério Público com a sociedade.

Quanto à participação em audiências na área cível, observou-se um incremento de 5,98%, passando-se de 24.220, em 2015, para 25.669, em 2016.

Gráfico 29 – Participações em audiências judiciais – Área Cível

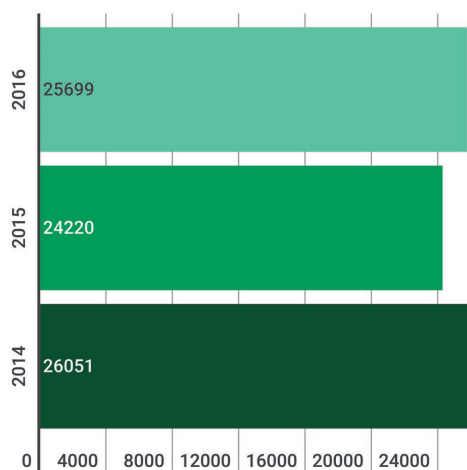
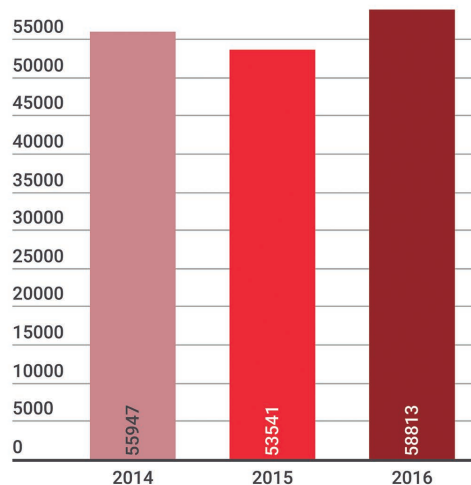


Gráfico 30 – Total de pessoas atendidas

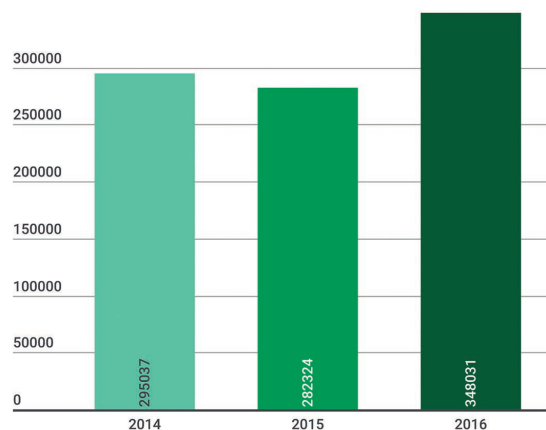


Na área cível, os dados estatísticos das atividades das Promotorias de Justiça, no ano de 2016, revelam que houve aumento na demanda processual. Foram recebidos 348.031 processos cíveis para exame, o que representa um incremento de 23,27% em relação ao número registrado em 2015 (282.324 processos).

Entre as manifestações processuais, permanecem representando a maior fatia aquelas exaradas em processos envolvendo direito de família, num total de 77.518.

Além disso, nas Promotorias de Justiça, no decorrer do ano de 2016, somente na área cível, foram atendidas 58.813 pessoas, número 9,85% superior aos 53.541 realizados em 2015, conforme se pode observar no Gráfico seguinte.

Gráfico 31 – Total de processos recebidos



Na Tabela 11, estão discriminados todos os dados das atividades desenvolvidas, nas Promotorias de Justiça, na área cível, em 2016 e seu comparativo com aqueles registrados no ano de 2015.

Tabela 11 – Atividades da Área Cível e Coletividade

Itens	2015	2016	Variação (%)
1 INQUÉRITOS CIVIS/PROCEDIMENTOS PREPARATÓRIOS/PEÇAS INFORMATIVAS	41.281	47.131	14,17%
1.1 Remanescentes em gabinete do período anterior	18.665	20.381	9,19%
1.2 Devolvidos à Promotoria pelo Conselho Superior do Ministério Público para diligências/outros	1.597	2.240	40,26%
1.3 Instaurados/recebidos no período	21.019	24.510	16,61%
a) meio ambiente	3.957	4.435	12,08%
b) consumidor	2.169	2.230	2,81%
c) moralidade administrativa	6.091	6.455	5,98%
d) idosos	1.507	1.407	-6,64%
e) pessoas com deficiência	611	1299	112,60%

Itens	2015	2016	Variação (%)
f) saúde	2.475	2.250	-9,09%
g) fundações	851	403	-52,64%
h) outros	3.358	6.031	79,60%
1.4 Arquivados	11.306	13.334	17,94%
1.4.1 Sem ajustamento de conduta	10.112	12.136	20,02%
a) meio ambiente	1.574	1.905	21,03%
b) consumidor	817	878	7,47%
c) moralidade administrativa	2.709	2.822	4,17%
d) idosos	743	820	10,36%
e) pessoas com deficiência	184	323	75,54%
f) saúde	915	944	3,17%
g) direitos humanos, cidadania e fundações	799	619	-22,53%
h) outros	949	2280	140,25%
i) remessa ao Ministério Público Federal ou outro órgão do Ministério Público Estadual	1.422	1.545	8,65%
1.4.2 Com ajustamento de conduta	1.194	1.198	0,34%
a) meio ambiente	312	350	12,18%
b) consumidor	450	391	-13,11%
c) moralidade administrativa	161	104	-35,40%
d) idosos	21	14	-33,33%
e) pessoas com deficiência	80	201	151,25%
f) saúde	37	29	-21,62%
g) fundações	5	8	60,00%
h) outros	128	101	-21,09%
1.5 Concluídos/anexados à petição inicial	2.748	2.970	8,08%
1.6 Representações indeferidas	3.381	4.443	31,41%
1.7 Outras situações de baixa estatística	3.261	5.278	61,85%
1.8 Ajustamentos de conduta em execução	1.914	2.073	8,31%
1.9 Passam para o período seguinte	20.381	20.897	2,53%
2 AÇÕES CIVIS AJUIZADAS	4.464	5.025	12,57%
2.1 Ações civis públicas	3.262	3.423	4,94%



Itens	2015	2016	Variação (%)
a) meio ambiente	327	642	96,33%
b) consumidor	105	84	-20,00%
c) moralidade administrativa	647	622	-3,86%
d) idosos	311	238	-23,47%
e) pessoas com deficiência	86	116	34,88%
f) saúde	1.438	1.434	-0,28%
g) fundações	15	10	-33,33%
h) outras	333	277	-16,82%
2.2 Ações diretas de inconstitucionalidade	18	34	88,89%
2.3 No Juízo da Família	527	677	28,46%
2.4 No Juízo Eleitoral	276	423	53,26%
2.5 Outras ações	381	468	22,83%
3 PROCESSOS	285.273	352.481	23,56%
3.1 Remanescentes em gabinete do período anterior	2.949	4.450	50,90%
3.2 Recebidos no período	282.324	348.031	23,27%
a) meio ambiente	3.309	4.131	24,84%
b) consumidor	911	1317	44,57%
c) moralidade administrativa	4.541	6.034	32,88%
d) idosos	1.452	1.729	19,08%
e) pessoas com deficiência	1.225	1.859	51,76%
f) saúde	15.178	19.121	25,98%
g) fundações	375	388	3,47%
h) área comum/outros	255.333	313.452	22,76%
3.3 Manifestações	280.789	346.188	23,29%
a) Ação civil pública	13.039	18.428	41,33%
a.1) meio ambiente	1.550	1.932	24,65%
a.2) consumidor	418	511	22,25%
a.3) moralidade administrativa	2.333	3.134	34,33%
a.4) idosos	670	862	28,66%
a.5) pessoas com deficiência	346	666	92,49%
a.6) saúde	6.991	10.238	46,45%

Itens	2015	2016	Variação (%)
a.7) fundações	32	29	-9,38%
a.8) outras	699	1056	51,07%
b) Direito de família	68.685	77.518	12,86%
c) Inventário/arrolamento (direito das sucessões)	5.267	5.680	7,84%
d) Falência/recuperação judicial	1.374	2.705	96,87%
e) Fazenda pública	4.158	3.817	-8,20%
f) Mandado de segurança	2.507	2.565	2,31%
g) Ação popular	109	122	11,93%
h) Registros públicos	5.281	5.637	6,74%
i) Acidente de trabalho/previdenciário	1.076	630	-41,45%
j) Ações indenizatórias	879	1048	19,23%
k) Ações possessórias/usucapião	5.300	4.893	-7,68%
l) Direito eleitoral	4.379	30.701	601,10%
m) Recurso - razões	490	572	16,73%
n) Recurso - contrarrazões	963	1050	9,03%
o) Recurso - pareceres	128	175	36,72%
p) Recurso - manifestações art 1º do Ato PGJ/CGMP/n. 178/2001	1.732	1.006	-41,92%
q) Pareceres perante a Turma de Recursos	366	1074	193,44%
r) Manifestações formais (art 1º do Ato PGJ n. 103/2004)	20.602	19.960	-3,12%
s) Outras manifestações	20.798	22.164	6,57%
t) Cotas	6.566	7.513	14,42%
u) Intimações	117.090	138.930	18,65%
3.4 Passam para o período seguinte	4.450	6.260	40,67%
4 OUTRAS ATIVIDADES	259.859	280.981	8,13%
4.1 Audiências judiciais	24.220	25.699	6,11%
4.2 Sessões da Turma de Recursos	167	69	-58,68%
4.3 Assistência em rescisões de contrato de trabalho	4.030	2.689	-33,28%
4.4 Atos de fiscalização de fundações	454	482	6,17%
4.5 Manifestações em habilitações de casamento	28.838	29.726	3,08%
4.6 Manifestações em procedimentos de parcelamento do solo	3.428	3.295	-3,88%
4.7 Outras manifestações em procedimentos extrajudiciais	35.046	44.755	27,70%

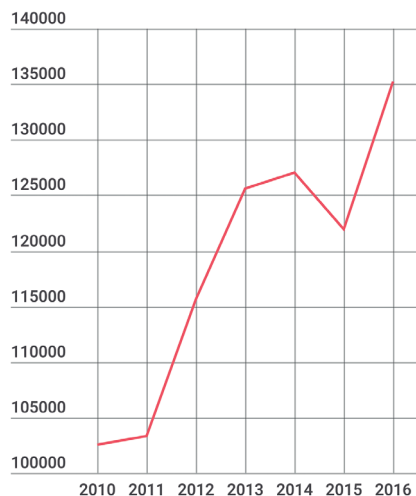
Itens	2015	2016	Variação (%)
4.8 Reuniões/audiências extrajudiciais	6.972	7.461	7,01%
4.9 Visitas/inspeções em cartórios	32	46	43,75%
4.10 Visitas a estabelecimentos que abriguem idosos	52	95	82,69%
4.11 Visitas a estabelecimentos que abriguem pessoas com deficiência	13	15	15,38%
4.12 Visitas a estabelecimentos de saúde	45	15	-66,67%
4.13 Visitas a comunidades terapêuticas	4	10	150,00%
4.14 Visitas a fundações	18	6	-66,67%
4.15 Palestras sobre assuntos institucionais	159	166	4,40%
4.16 Atos de Instrução INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO/PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO	102.840	107.639	4,67%
a) Audiências públicas realizadas	158	52	-67,09%
b) Audiências instrutórias de ICP/PP	3.901	3.859	-1,08%
c) Pessoas inquiridas	5.535	5.919	6,94%
d) Requisições e ofícios expedidos	92.630	96.970	4,69%
e) Cartas Precatórias expedidas	266	461	73,31%
f) Cartas Precatórias cumpridas	350	378	8,00%
4.17 Atendimento ao público (número de pessoas atendidas)	53.541	58.813	9,85%
5 PENDÊNCIAS COM PRAZO DE MANIFESTAÇÃO VENCIDO			
5.1 Inquéritos civis/procedimentos preparatórios/peças informativas	3.004	3.277	9,09%
5.2 Processos	830	1069	28,80%
5.3 Vencidos há mais de 30 (trinta) dias	2.958	2.606	-11,90%

Fonte: Sistema de Anotação de Informação – SAI.

4 ATIVIDADES DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA NA ÁREA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

As atividades das Promotorias de Justiça na área da infância e juventude englobaram 135.216 procedimentos e processos no ano de 2016, contra 121.917 do ano de 2015, o que representa um crescimento de 10,91%. No Gráfico a seguir, é possível observar o desempenho da atuação a contar de 2010.

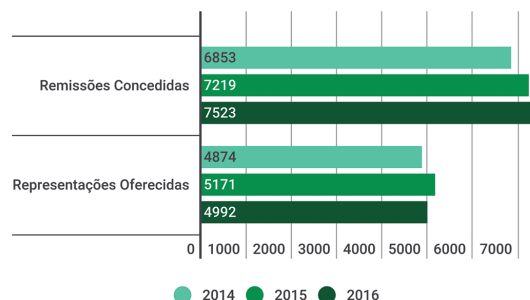
Gráfico 32 – Procedimentos e processos recebidos – Área da Infância e Juventude



As Promotorias de Justiça da área da infância e juventude receberam, no ano de 2016, um total de 21.789 notícias de atos infracionais, número 5,98% menor em relação ao verificado no ano de 2015, que foi de 23.175.

Por conta dessas notícias, foram apresentados em audiência, aos Promotores de Justiça, ao longo do ano de 2016, 10.349 adolescentes, apontados como autores de atos infracionais, resultando no oferecimento de 4.874 representações, uma redução de 5,74% em relação ao ano de 2015, quando foram propostas 5.171 representações em face de procedimentos infracionais da mesma natureza.

Gráfico 33 – Remissões concedidas e representações oferecidas

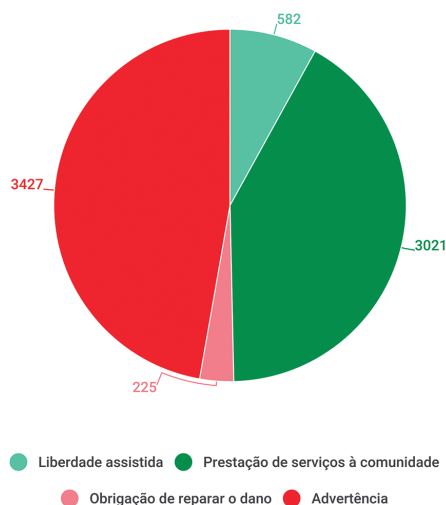


As remissões, também ilustradas no Gráfico anterior, concedidas, no ano de 2016, aos adolescentes apontados como autores de atos infracionais, totalizaram 6.853, número um pouco inferior ao de 2015, quando foram concedidas 7.219 remissões. Entre as concedidas no ano de 2016, 704 foram desacompanhadas de qualquer medida socioeducativa, enquanto que as remissões cumuladas com medida socioeducativa totalizaram 6.149. Registra-se ainda que, destas, 3.427 foram cumuladas com medida socioeducativa de advertência, 225 com reparação do



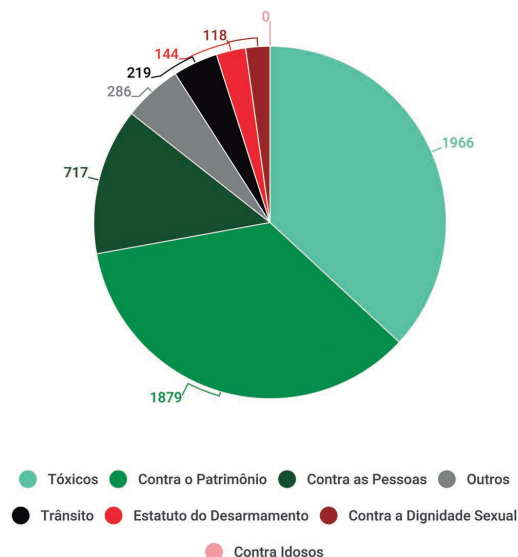
dano, 3.021 com prestação de serviço à comunidade e 582 cumuladas com medida socioeducativa de liberdade assistida, como ilustrado no Gráfico a seguir.

Gráfico 34 - Medidas socioeducativas aplicadas



Entre os atos infracionais representados, a maior incidência envolveu a prática de tráfico de drogas, com 1.407 ocorrências, com uma redução de 3,63% em relação ao ano anterior, quando foram registrados 1.460. Em segundo lugar, figura a prática de furto, com 807 ocorrências, também com decréscimo de 9,53% em relação ao ano de 2015, quando se registraram 892 casos. A terceira incidência foi a de roubo e extorsão, totalizando 665 ocorrências, com um índice 6,86% menor que no ano anterior, que registrou 714 casos. São indicativos úteis, para efeito de aperfeiçoamento e redefinição de políticas e procedimentos, tanto no âmbito do Ministério Público quanto nos demais órgãos públicos, notadamente os ligados à Educação e à Segurança Pública.

Gráfico 35 - Atos infracionais representados



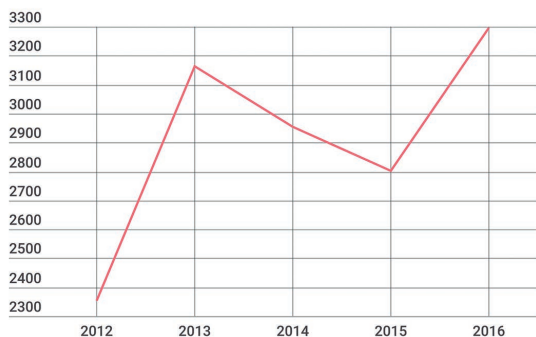
O índice de homicídios com autoria atribuída a adolescentes aumentou 2,03%, totalizando 151 ocorrências, no ano de 2016, enquanto que, no ano de 2015, foram registrados 148.

Colhe-se dos dados estatísticos finais do exercício que as crianças e os adolescentes foram vítimas em três casos de ato infracional por prática de homicídio, uma redução de 66,67% em relação ao ano anterior, em que se observaram nove casos. Já em relação aos atos infracionais contra a dignidade sexual, foram registrados 29 casos, contra 39 em 2015, ou seja, volume 25,64% menor que o do ano anterior, e, ainda, 33 ocorrências por outros atos infracionais. Diferentemente de 2015, quando não foi registrada ocorrência por prática de tortura, em 2016, ocorreu o registro de uma prática.

Na área cível, no último ano, as Promotorias de Justiça com atuação na infância e juventude receberam 4.810 avisos por infrequência escolar, instrumento concebido no Programa de Combate à Evasão Escolar (APOIA). Desses casos informados ao Ministério Público, com a intervenção dos Promotores de Justiça, por meio de providências extrajudiciais, foi possível o retorno de 1.965 crianças ou adolescentes à escola, o que representa 40,85% do total de situações comunicadas. No entanto, comparado com os resultados de 2015 (3.873), constata-se que o número de comunicações de evasão escolar subiu 24,19%, indicativo que evidencia uma contribuição cada vez maior do Ministério Público para o êxito da política de manutenção da criança e do adolescente na escola.

Entre procedimentos preparatórios e inquéritos civis públicos instaurados, além de notícias e representações recebidas, excluindo avisos por infrequência escolar, por maus-tratos, denúncias enviadas por meio do *Disque 100*, as Promotorias de Justiça registraram 5.917 casos, tendo sido celebrados 93 termos de ajustamento de conduta, com o consequente arquivamento dos procedimentos. Foram arquivados, também, 3.298 procedimentos sem a celebração de ajustamento de conduta.

Gráfico 36 - Arquivamento de inquéritos civis e peças informativas sem ajustamento de conduta



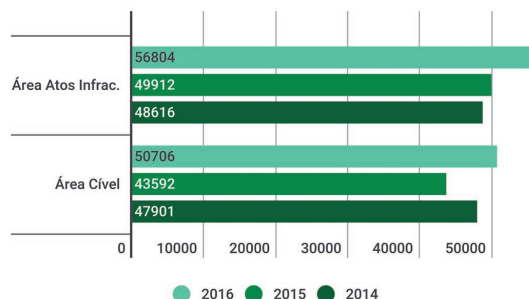
Merece destaque, também, o ajuizamento, em 2016, de 2.449 ações civis para defesa de direitos de crianças e adolescentes, sendo 2.048 afetas a direitos individuais (art. 201, ECA) e 401 ações em defesa de direitos difusos e coletivos, números que, por si sós, demonstram que, em mais de dois mil casos.

Quanto à natureza das ações civis relativas a direitos individuais, verificaram-se 2.048 ações civis para proteção de direitos, 352 de destituição ou suspensão do poder familiar, 165 concernentes à guarda, 654 visando à adoção de medidas de proteção, 352 ações civis públicas, 55 ações cautelares, além de outras 470 ações com objetos diversos.

Entre as 401 ações relativas a direitos difusos e coletivos, contabilizaram-se 112 ações civis públicas, duas ações diretas de inconstitucionalidade (ADIN), 18 mandados de segurança, 160 ações para apuração de infração administrativa às normas de proteção à criança e ao adolescente, além de outras 109 classificadas como diversas.

Em relação ao fluxo de trabalho na área da infância e juventude, as Promotorias de Justiça receberam, ao longo do ano, 50.706 processos, representando um aumento de 16,32% em relação ao ano de 2015, quando foram recebidos 43.592 feitos, tendo sido emitidas, no total, 50.708 manifestações de mérito, assim como registradas 18.663 intimações diversas.

Gráfico 37 - Total de processos recebidos



Além dessas atividades, merece destaque o número de 14.537 pessoas atendidas, no ano de 2016, e 613 visitas a entidades e abrigos de atendimento a crianças e adolescentes.

Ainda com relação às visitas realizadas pelos Promotores de Justiça nas entidades de acolhimento institucional e familiar e unidades de semiliberdade e de internação, durante o exercício de 2016, foi constatada a abertura e o encerramento de instituições, conforme os Quadros 7 e 8.

Quadro 7 – Entidades criadas em 2016

N.	Classificação	Entidade
1	Acolhimento familiar	Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora dos Municípios de Apiúna, Ascurra e Rodeio (SAFAAAR)
2	Acolhimento institucional	Abrigo Institucional de Tangará
3	Acolhimento institucional	Abrigo Institucional Lar Menino Jesus II – Videira
4	Acolhimento institucional	CIASS – Consórcio Intermunicipal de Assistência Social e Saúde – Turvo
5	Acolhimento institucional	Casa Lar – Programa Acalento – Imbituba
6	Acolhimento institucional	Consórcio Intermunicipal do Serviço Sócio Assistencial de Alta Complexidade – Seara
7	Acolhimento institucional	Desafio Jovem Monte Horebe – Camboriú
8	Acolhimento institucional	Núcleo de Recuperação e Reabilitação de Vidas (NURREVI) – Projeto AMAR – Acolhimento de Crianças – São José
9	Acolhimento institucional	Núcleo de Recuperação e Reabilitação de Vidas (NURREVI) – Projeto AMA – Acolhimento de Adolescentes Feminina – São José

Quadro 8 – Entidades encerradas em 2016

N.	Classificação	Entidade
1	Acolhimento institucional	ONG Für Gott Arbeit – FGA – São José
2	Acolhimento institucional	Casa de Cáritas – São José
3	Acolhimento institucional	Casa do Hildo – Filantropia Hildo Luiz de Souza – FILHOS – Florianópolis
4	Acolhimento institucional	Casa Lar – Seara
5	Acolhimento institucional	Lar Menino Deus – Brusque
6	Acolhimento institucional	Abrigo Municipal Casa-Lar de Águas de Chapecó – São Carlos
7	Acolhimento institucional	Programa de Acolhimento Institucional Novo Amanhecer - Itajaí
8	Acolhimento familiar	Programa Família Acolhedora – Ituporanga
9	Acolhimento familiar	Programa de Abrigo Provisório Acolher de Xavantina – Seara
10	Acolhimento familiar	Programa Abrigo Domiciliar Famílias do Coração de Arvoredo – Seara
11	Unidade de internação	Centro de Atendimento Socioeducativo de Itajaí - CASEP

Vale destacar que, em contrapartida às inativações citadas acima, o Instituto Redenção Lar de Marina, de Camboriú, voltou às suas atividades em 2016. Eram fiscalizadas, ao final de 2016, 214 entidades.

Importante ressaltar a participação em audiências, em que se observou um incremento da ordem de 1,31%, passando-se de 15.860 em 2015 para 16.068 em 2016.

Além disso, nas Promotorias de Justiça, no decorrer do ano de 2016, somente na área infância e juventude foram atendidas 14.573 pessoas, número 14,68% superior aos 12.708 atendimentos realizados em 2015, como se observa no Gráfico a seguir.

Gráfico 38 - Participações em audiências judiciais - Área da Infância e Juventude

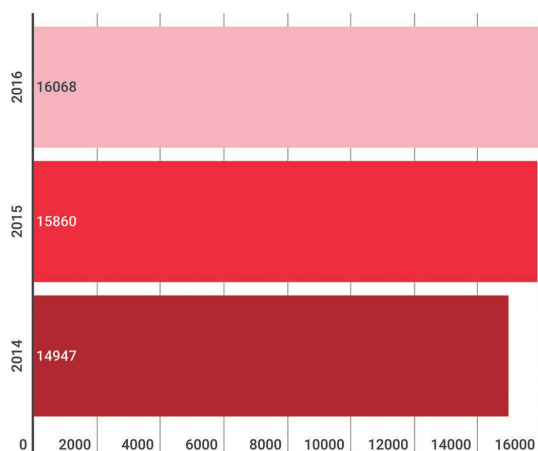
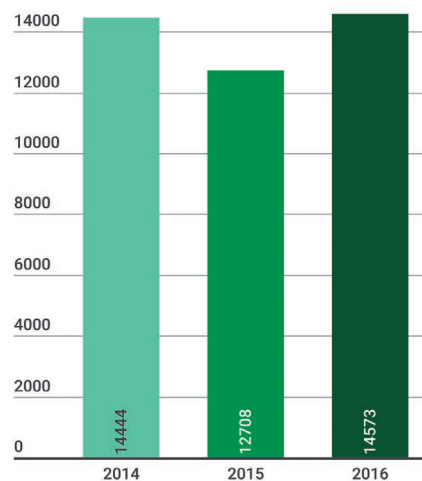


Gráfico 39 - Total de pessoas atendidas



Na Tabela 12 estão discriminados todos os dados das atividades desenvolvidas nas Promotorias de Justiça, na área da infância e juventude, em 2016, e seu comparativo com aqueles registrados no ano de 2015.



Tabela 12 – Atividades da Área Infância e Juventude

Itens	2015	2016	Variação (%)
I - DA ÁREA DOS ATOS INFRACIONAIS			
1 NOTÍCIAS DE ATOS INFRACIONAIS			
1.1 Remanescentes em gabinete do período anterior	1.146	1.371	19,63%
1.2 Autos de apreensão/boletins circunstanciados/outros recebidos	23.175	21.789	-5,98%
1.3 Ajustes de relatório	1.033	1.292	25,07%
a) ajuste pelo número de adolescentes infratores em Autos de Apuração/Boletins Circunstanciados	942	1105	17,30%
b) ajuste por AApr/BC reunidos	91	187	105,49%
1.4 Arquivamentos promovidos	1.967	2.477	25,93%
1.5 Remissões concedidas:	7.219	6.853	-5,07%
a) simples	682	704	3,23%
b) com medida sócio-educativa	6.537	6.149	-5,94%
b.1) advertência	3.598	3.427	-4,75%
b.2) obrigação de reparar o dano	275	225	-18,18%
b.3) prestação de serviços à comunidade	2.838	3.021	6,45%
b.4) liberdade assistida	626	582	-7,03%
1.6 Outras medidas (art 101, VII, Estatuto da Criança e do Adolescente)	163	191	17,18%
1.7 Representações de atos infracionais oferecidas	5.171	4.874	-5,74%
1.8 Requerimento de internação provisória	393	337	-14,25%
1.9 Baixados para diligência	1.643	1.526	-7,12%
1.10 Outras situações de baixa estatística	7.220	7.046	-2,41%
1.11 Passam para o período seguinte	1.380	748	-45,80%
2 ATOS INFRACIONAIS REPRESENTADOS	5.592	5.329	-4,70%
2.1 Contra a Pessoa	722	717	-0,69%
a) homicídio	148	151	2,03%
b) lesão corporal	244	203	-16,80%
c) ameaça	218	262	20,18%
d) outros	112	101	-9,82%
2.2 Contra o Patrimônio	1.985	1.879	-5,34%
a) furto	892	807	-9,53%
b) roubo e extorsão	714	665	-6,86%

Itens	2015	2016	Variação (%)
c) latrocínio	26	40	53,85%
d) estelionato e outras fraudes	25	32	28,00%
e) outros	328	335	2,13%
2.3 Contra a Dignidade Sexual	121	118	-2,48%
a) estupro	103	101	-1,94%
b) outros contra a dignidade sexual	18	17	-5,56%
2.4 Tóxicos	2.092	1.966	-6,02%
a) tráfico	1.460	1.407	-3,63%
b) posse	602	518	-13,95%
c) outros	30	41	36,67%
2.5 Estatuto do Desarmamento	149	144	-3,36%
2.6 Contra Idosos (Estatuto do Idoso)	0	0	0,00%
2.7 Trânsito	232	219	-5,60%
2.8 Outros	291	286	-1,72%
3 ATOS INFRACIONAIS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	80	66	-17,50%
3.1 Homicídio	9	3	-66,67%
3.2 Contra a Dignidade Sexual	39	29	-25,64%
3.3 Tortura	0	1	100,00%
3.4 Outros	32	33	3,13%
4 PROCESSOS/AUDIÊNCIAS	50.522	58.069	14,94%
4.1 Remanescentes em gabinete do período anterior	610	1265	107,38%
4.2 Recebidos no período	49.912	56.804	13,81%
4.3 Manifestações/audiências	23.847	27.915	17,06%
a) alegações finais	1.809	1.701	-5,97%
b) razões de recurso	165	196	18,79%
c) contrarrazões de recurso	406	352	-13,30%
d) pareceres em execução de medidas	12.720	15.842	24,54%
e) outras promoções	8.747	9.824	12,31%
4.4 Intimações	25.433	29.407	15,63%
a) intimações de sentença - homologação de remissão e extinção	9.169	12.198	33,04%
b) intimações diversas	16.264	17.209	5,81%

Itens	2015	2016	Variação (%)
4.5 Passam para o período seguinte	1.269	696	-45,15%
II - DA ÁREA CÍVEL			
5 INQUÉRITOS CIVIS/PEÇAS INFORMATIVAS/REPRESENTAÇÕES			
5.1 Remanescentes em gabinete do período anterior	5.895	6.210	5,34%
5.2 Notícias/inquéritos civis/procedimentos preparatórios/peças informativas/representações	5.238	5.917	12,96%
a) direito individual (art. 201, ECA)	4.247	4.660	9,72%
b) direitos difusos ou coletivos	991	1257	26,84%
5.3 Avisos por infrequência escolar	3.873	4.810	24,19%
5.4 Avisos por maus-tratos	394	439	11,42%
5.5 Disque 100	1.756	1.556	-11,39%
5.6 Outros	1.565	1.857	18,66%
5.7 Arquivados/indeferidos	9.518	11.163	17,28%
a) inquéritos civis/procedimentos administrativos/representações	4.072	4.786	17,53%
a.1) sem ajustamento de conduta	2.802	3.298	17,70%
a.2) com ajustamento de conduta	109	93	-14,68%
a.3) indeferidos	1.161	1.395	20,16%
b) avisos por infrequência escolar	3.337	4.246	27,24%
b.1) crianças ou adolescentes que retornaram à escola	1.575	1.965	24,76%
b.2) crianças ou adolescente que não retornaram à escola	1.432	1.878	31,15%
b.3) em acompanhamento	330	403	22,12%
c) Avisos por maus-tratos	1.113	1.108	-0,45%
c.1) violência física/psicológica	386	310	-19,69%
c.2) exploração sexual infanto-juvenil	182	144	-20,88%
c.3) outras situações de maus-tratos	527	632	19,92%
c.4) em acompanhamento	18	22	22,22%
d) outros	996	1023	2,71%
5.8 Inquéritos civis/procedimentos preparatórios concluídos/anexados à inicial/outros	2.320	2.449	5,56%
a) direito individual (art. 201, ECA)	1.969	2.048	4,01%
a.1) destituição/suspensão do poder familiar	372	352	-5,38%
a.2) guarda	146	165	13,01%
a.3) medidas de proteção	589	654	11,04%

Itens	2015	2016	Variação (%)
a.4) ação civil pública	306	352	15,03%
a.5) ação cautelar	59	55	-6,78%
a.6) outras	497	470	-5,43%
b) direitos difusos ou coletivos	351	401	14,25%
b.1) ação civil pública	125	112	-10,40%
b.2) ADIN	0	2	200,00%
b.3) mandado de segurança	8	18	125,00%
b.4) apuração de infração administrativa	141	160	13,48%
b.5) outras	77	109	41,56%
5.9 Ajustamentos de conduta em execução/aguardando resposta/decurso de prazo	200	155	-22,50%
5.10 Atos instrutórios	53.992	53.972	-0,04%
a) despachos	17.551	18.422	4,96%
b) recomendações	375	286	-23,73%
c) ofícios expedidos	26.466	26.108	-1,35%
d) notificações	4.418	4.269	-3,37%
e) reuniões	1.014	809	-20,22%
f) atendimentos	2.822	2.928	3,76%
g) encaminhados ao Serviço Social do Ministério Público	1.346	1.150	-14,56%
5.11 Remetidos ao CSMP	262	179	-31,68%
5.12 Outras situações de baixa estatística	966	1332	37,89%
5.13 Passam para o período seguinte	6.225	6.115	-1,77%
6 PROCESSOS	44.191	51.537	16,62%
6.1 Remanescentes em gabinete do período anterior	599	831	38,73%
6.2 Recebidos	43.592	50.706	16,32%
6.3 Manifestações/pareceres:	43.321	50.708	17,05%
a) adoção	1.148	1.201	4,62%
a.1) por brasileiros	1.120	1.155	3,13%
a.2) por estrangeiros	28	46	64,29%
b) alegações finais	584	539	-7,71%
c) alimentos	1.493	1.420	-4,89%
d) cadastro de adotantes	1.393	1.617	16,08%

Itens	2015	2016	Variação (%)
e) cautelares	210	325	54,76%
f) infrações administrativas	862	929	7,77%
g) mandado de segurança	596	921	54,53%
h) recursos	561	742	32,26%
h.1) razões de recurso	133	221	66,17%
h.2) contrarrazões de recurso	361	493	36,57%
h.3) pareceres em recurso	67	28	-58,21%
i) outros pareceres	2.452	2.672	8,97%
j) outras manifestações	18.854	21.679	14,98%
k) intimações diversas	15.168	18.663	23,04%
6.4 Passam para o período seguinte	855	772	-9,71%
7 OUTRAS ATIVIDADES			
7.1 Audiências judiciais	15.860	16.068	1,31%
7.2 Audiências de apresentação (número de adolescentes)	11.211	10.349	-7,69%
7.3 Audiências/reuniões Inquéritos Cíveis Públicos/Procedimentos Preparatórios	853	731	-14,30%
a) pessoas inquiridas	782	1062	35,81%
7.4 Requisições e ofícios expedidos	14.998	12.447	-17,01%
7.5 Reuniões/audiências extrajudiciais	2.163	2.622	21,22%
7.6 Palestras sobre assuntos institucionais	196	185	-5,61%
7.7 Visitas a entidades de atendimento ao autor de ato infracional	128	117	-8,59%
7.8 Visitas a instituições de acolhimento e outras entidades de atendimento	615	613	-0,33%
7.9 Atendimento ao público (número de pessoas)	12.708	14.537	14,39%
7.10 Cartas precatórias expedidas	619	626	1,13%
7.11 Cartas precatórias cumpridas	545	531	-2,57%
8 PENDÊNCIAS COM PRAZO DE MANIFESTAÇÃO VENCIDO			
8.1 Procedimentos de apuração de ato infracional	289	142	-50,87%
8.2 Notícias de atos infracionais	33	32	-3,03%
8.3 Inquéritos civis/procedimentos preparatórios/representações	395	638	61,52%
8.4 Procedimento de Investigação Criminal (PIC) - mais de 90 dias	0	0	0,00%
8.5 Processos	399	132	-66,92%
8.6 Vencidos há mais de 30 dias	770	476	-38,18%

Fonte: Sistema de Anotação de Informação – SAI

5 ANÁLISE GRÁFICA AMPLIADA

Para efeito de visualização da curva de crescimento das atividades das Promotorias de Justiça ao longo do tempo, vale destacar a movimentação global de processos e procedimentos em todo o Estado de Santa Catarina. No gráfico seguinte, demonstra-se, em pormenores, o comportamento do número de processos e procedimentos recebidos, dos devolvidos e daqueles, em andamento, no período de setembro de 2010 a dezembro de 2016, o que nos fornece uma projeção bastante segura e clara quanto ao incremento anual carreado ao Ministério Público de Santa Catarina.

Gráfico 40 - Movimentação de processos e procedimentos

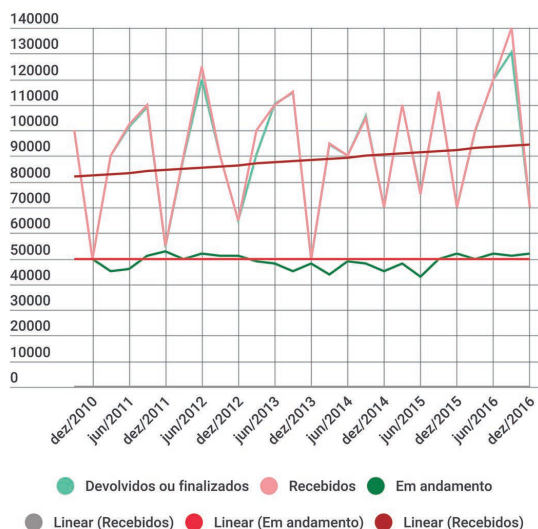
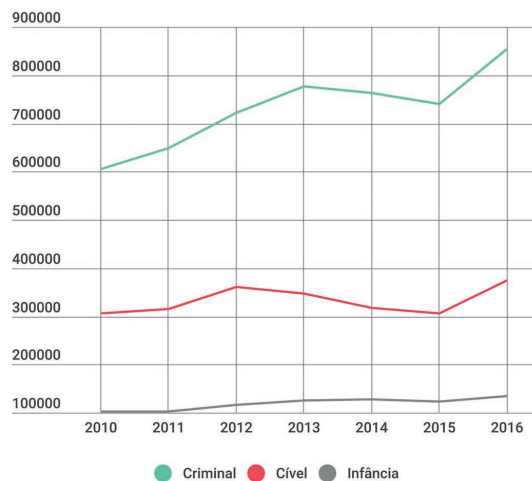


Gráfico 41 - Procedimentos e processos recebidos – Áreas Criminal, Cível e Infância e Juventude



No Gráfico 41, são segregadas as curvas de crescimento das áreas criminal, cível e infância e juventude, de modo a perceber o significativo aumento da demanda, principalmente na área criminal, que apresentou uma evolução, no número de entradas de 2010 a 2016, na ordem de 41,43%, enquanto, na área cível, na ordem de 22,55% e, na infância e juventude, na ordem de 31,90%.

6 CONSIDERAÇÕES – CGMP

Os dados apresentados foram estruturados com base nas informações fornecidas à Corregedoria-Geral pela Procuradoria-Geral de Justiça, pela Secretaria dos Órgãos Colegiados, pela Coordenadoria de Recursos, pela Ouvidoria, pela Coordenadoria de Processos e Informações Jurídicas(COPIJ), pelo Centro de Controle de Constitucionalidade e pelas Promotorias de Justiça, retratando o trabalho desenvolvido, globalmente, no ano de 2016, pelos órgãos de execução do Ministério Público, no 1º e 2º graus de atuação.

No ano de 2016, a demanda em face das atividades desenvolvidas pelo Ministério Público catarinense apresentou decréscimo em algumas áreas, manteve-se estável em outras e, em algumas, registrou acréscimo. Em linhas gerais, observa-se acréscimo no número de processos remetidos às Procuradorias de Justiça e decréscimo nos procedimentos encaminhados ao Conselho Superior. Neste último caso, conforme previsão já inserta no Relatório de 2016, a diminuição do número de procedimentos relacionados à defesa de direitos difusos e coletivos enviados ao Conselho Superior possivelmente se deve às inovações introduzidas nas normas disciplinadoras da instauração e à tramitação de procedimentos administrativos a eles relacionados.

Tratando especificamente das Promotorias de Justiça, verifica-se incremento das demandas cíveis, criminais e da infância e juventude. Depois de um período de redução gradativa da carga de processos e procedimentos nos anos de 2013 a 2015, observa-se significativo aumento no ano de 2016, em todas as áreas.

Quanto à participação em audiências judiciais, ocorreu leve incremento em todas as áreas de atuação.

Considerado o número de atendimentos, observa-se acréscimo na área cível e na área da infância e juventude, e decréscimo na área criminal. No transcorrer do ano de 2016 foram atendidas cerca de 99.566 pessoas, por meio dos diversos órgãos do Ministério Público, especialmente nas promotorias de justiça e na Ouvidoria. Esses dados, contudo, que se encontram formal e oficialmente registrados, estariam aquém da realidade, já que pessoas, em expressivo número, são diariamente atendidas e orientadas pelos membros da Instituição, sem a formalização do competente registro do atendimento. Daí porque a Corregedoria-Geral, em todas as suas correições e inspeções, vem orientando os Promotores de Justiça a proceder, sistematicamente, a esses registros, de modo a realçar a verdadeira realidade da vida administrativa e funcional do Ministério Público.

Merecem destaque, entre outros dados positivos, o alto índice de condenações criminais, que alcança 73,23%, e, de outro vértice, os números relativos à ordem tributária, reveladores de uma altíssima capacidade de recuperação fiscal em favor dos cofres públicos, favorecedores do bem comum.

Para fazer frente às crescentes dificuldades, notadamente as decorrentes do excessivo número de notícias que chegam ao conhecimento dos Promotores de Justiça, a Corregedoria-Geral estabeleceu algumas diretrizes. Começou por difundir

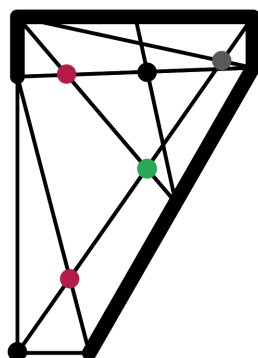


e implementar o conceito de “liberdade com responsabilidade”, na perspectiva de, sem prejuízo da observância das formalidades necessárias, mitigar a carga burocrática das Promotorias de Justiça, tornando-as funcionalmente mais ágeis e eficientes, com incremento de suas potencialidades para a geração de resultados úteis e positivos para a sociedade.

Trata-se de uma proposta arrojada, cujo processo de consolidação demanda tempo e persistência, uma vez que essa caminhada obrigatoriamente terá de ser feita ao longo de um cenário difícil e embaraçoso, permeado por uma profusão de regras afeiçoadas a frequentes metamorfoses, por inovações tecnológicas e alterações dos modelos e rotinas operacionais, tudo isso compondo um vasto e complexo sistema de engrenagens e amarras que, circunstancialmente, sugere estar-se prestigiando mais a forma do que o conteúdo, mais o ritual burocrático do que a eficiência. Afinal, o constitucionalizado princípio da eficiência da administração pública, aplicado com toda a sua carga obrigacional ao Ministério Público, não tem um significado meramente formal, ou de formalização de procedimentos, mas sobretudo de resultados. A atividade-fim deve sobrepor-se à atividade-meio.

Supõe-se, com plausíveis razões, que, levados efetivamente a sério os princípios da razoabilidade e da racionalidade — que são fontes legítimas de censura à asfixia burocratizante de muitos procedimentos que grimpam a engrenagem ministerial — e estabelecida a perfeita integração entre os sistemas informatizados que compõem o parque tecnológico estatal, o Ministério Público poderá responder adequadamente à real demanda de que se tem feito destinatária, rendendo eficaz e efetiva contribuição à construção do bem comum e cumprindo com eficiência o seu compromisso constitucional de bem defender a ordem jurídica e os direitos por ela albergados.





ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

OUTUBRO 2017

Procurador-Geral de Justiça

Sandro José Neis

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos

Aurino Alves de Souza

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais

Fábio de Souza Trajano

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Cid Luiz Ribeiro Schmitz

Secretário-Geral do Ministério Público

Fernando da Silva Comin

Promotores de Justiça Assessores do Procurador-Geral de Justiça

Abel Antunes de Mello

Alexandre Estefani

Caroline Moreira Suzin

Cristine Angulski da Luz

Maurício de Oliveira Medina

Mauro Canto da Silva

Roberta Mesquita e Oliveira Tauscheck

Colégio de Procuradores de Justiça

Presidente: Sandro José Neis

Paulo Antônio Günther

Odil José Cota

Paulo Roberto Speck

Raul Schaefer Filho

Pedro Sérgio Steil

José Eduardo Orofino da Luz Fontes

Humberto Francisco Scharf Vieira

João Fernando Quagliarelli Borrelli

Hercília Regina Lemke

Mário Gemin

Gilberto Callado de Oliveira

Antenor Chinato Ribeiro

Narcísio Geraldino Rodrigues

Jacson Corrêa

Basílio Elias De Caro

Aurino Alves de Souza

Paulo Roberto de Carvalho Roberge

Tycho Brahe Fernandes

Guido Feuser

Plínio Cesar Moreira

Gladys Afonso

Paulo Ricardo da Silva

Lenir Roslindo Piffer

Paulo Cesar Ramos de Oliveira

Paulo de Tarso Brandão

Gercino Gerson Gomes Neto

Francisco Bissoli Filho

Newton Henrique Trennepohl

Heloísa Crescenti Abdalla Freire

Fábio de Souza Trajano

Carlos Eduardo Abreu Sá Fortes

Ivens José Thives de Carvalho

Walkyria Ruicir Danielski

Alexandre Herculano Abreu

Durval da Silva Amorim

Vânio Martins de Faria

Américo Bigaton

Eliana Volcato Nunes

Mário Luiz de Melo

Rogério Antônio da Luz Bertoncini

Genivaldo da Silva

Rui Arno Richter

Lio Marcos Marin

Cristiane Rosália Maestri Böell

Luiz Ricardo Pereira Cavalcanti – Secretário

Murilo Casemiro Mattos

Sidney Eloy Dalabrida

Fábio Strecker Schmitt

Sônia Maria Demeda Groisman Piardi

Marcelo de Novaes Costa

Monika Pabst

Jorge Orofino da Luz Fontes

Onofre José Carvalho Agostini

Carlos Alberto de Carvalho Rosa

Rogê Macedo Neves

Jayne Abdala Bandeira

Conselho Superior do Ministério Público**Membros Natos**

Presidente: Sandro José Neis - Procurador-Geral de Justiça

Gilberto Callado de Oliveira - Corregedor-Geral

Representantes do Colégio de Procuradores

Odil José Cota

Lenir Roslindo Piffer

Newton Henrique Trennepohl

Representantes da Primeira Instância

Narcísio Geraldino Rodrigues

Gladys Afonso

Gercino Gerson Gomes Neto

Fábio de Souza Trajano

Américo Bigaton

Rui Arno Richter

Lio Marcos Marin

Cristiane Rosália Maestri Böell

Secretário

Fernando da Silva Comin

Corregedor-Geral do Ministério Público

Gilberto Callado de Oliveira

Subcorregedor-Geral

Ivens José Thives de Carvalho

Secretário

Adalberto Exterkötter

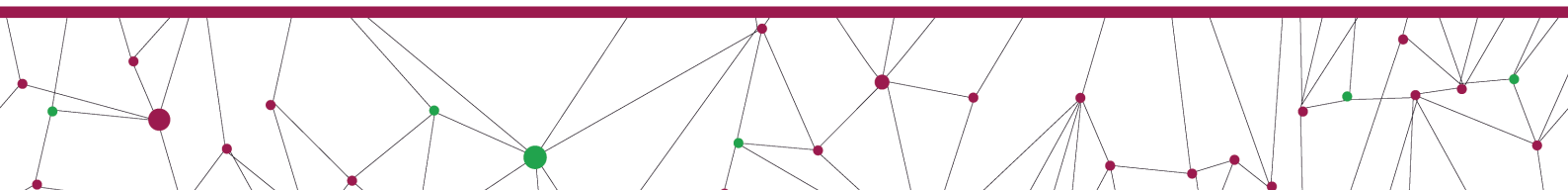
Promotores de Justiça Assessores do Corregedor-Geral

Fabiano Henrique Garcia

Maria Amélia Borges Moreira Abbad

Marcelo de Tarso Zanellato

Sandro de Araújo



Coordenadoria de Recursos Cíveis

Jacson Corrêa - Coordenador

Promotores de Justiça Assessores

Douglas Roberto Martins
Giselli Dutra

Coordenadoria de Recursos Criminais

Jorge Orofino da Luz Fontes - Coordenador

Promotores de Justiça Assessores

Aline Dalle Laste
Henrique Laus Aieta

Ouvidor

José Eduardo Orofino da Luz Fontes

Coordenador-Geral dos Centros de Apoio Operacional

Fábio de Souza Trajano

Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Terceiro Setor

Caroline Cabral Zonta - Coordenadora
Ariadne Clarissa Klein Sartori - Coordenadora Adjunta

Centro de Apoio Operacional do Controle de Constitucionalidade

Durval da Silva Amorim - Coordenador

Centro de Apoio Operacional do Consumidor

Greicia Malheiros da Rosa Souza - Coordenadora

Centro de Apoio Operacional Criminal

João Alexandre Massulini Acosta - Coordenador

Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude

João Luiz de Carvalho Botega - Coordenador

Centro de Apoio Operacional Técnico

João Carlos Teixeira Joaquim - Coordenador
Laudares Capella Filho - Coordenador Adjunto
Barbara Elisa Heise - Coordenador Adjunta

Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente

Paulo Antonio Locatelli - Coordenador

Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa

Samuel Dal-Farra Napolini - Coordenador

Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária

Giovanni Andrei Franzoni Gil - Coordenador

Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional

Marcelo Gomes Silva - Diretor

Coordenadoria de Inteligência e Segurança Institucional

Sidney Eloy Dalabrida - Coordenador

Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO)

Alexandre Reynaldo de Oliveira Graziotin - Coordenador-Geral e Coordenador do GAECO da Capital.

GAECO de Joinville

Assis Marciel Kretzer - Coordenador

GAECO de Chapecó

Alessandro Rodrigo Argenta - Coordenador

GAECO de Criciúma

Gustavo Wiggers - Coordenador

GAECO de Lages

Joel Rogério Furtado Júnior - Coordenador

GAECO de Itajaí

Jean Michel Forest - Coordenador

GAECO de Blumenau

Odair Tramontin

Casa Militar

Cel. Luiz Ricardo Duarte

Conselho Consultivo de Políticas e Prioridades Institucionais

Ex-Procuradores-Gerais de Justiça

Pedro Sérgio Steil
Gercino Gomes Neto
Lio Marcos Marin

Representante do Segundo Grau:

Plínio Cesar Moreira

Representantes do Primeiro Grau:

1ª Região - Extremo Oeste: Pablo Inglês Sinhori
2ª Região - Oeste: Germano Krause de Freitas
3ª Região - Meio Oeste: Fabrício Pinto Weiblen
4ª Região - Planalto Serrano: Raul Gustavo Juttel
5ª Região - Alto Vale do Itajaí: Douglas Roberto Martins
6ª Região - Médio Vale do Itajaí: Odair Tramontin
7ª Região - Vale do Rio Itajaí e Tijucas: César Augusto Engel
8ª Região - Grande Florianópolis: Rogério Ponzi Seligman
9ª Região - Planalto Norte: Rodrigo Kurth Quadro
10ª Região - Norte: Ricardo Paladino
11ª Região - Sul: Fernanda Broering Dutra
12ª Região - Extremo Sul: Luiz Fernando Góes Ulyseu

Órgãos administrativos da PGJ

Coordenador-Geral Administrativo

Adauto Viccari Júnior

Coordenador de Auditoria e Controle

Fernando Fabro Tomazine

Coordenador de Comunicação Social

Carlos Rocha dos Santos

Coordenador de Finanças e Contabilidade

Márcio Abelardo Rosa
Gerente de Contabilidade
Luana Henrique Nunes



Gerente de Finanças

Sérgio Luiz Kraeski

Gerente de Execução Orçamentária

Eduardo Sarmiento, em exercício

Coordenadora de Operações Administrativas

Doris Mara Eller Brüggemann

Gerente de Almoxarifado

Luís Antônio Buss

Gerente de Compras

Paloma Valeria da Costa

Gerente de Transportes

Jacqueline Figueró Jeske

Gerente de Patrimônio

Ângelo Vitor Oliveira

Gerente de Contratos

Sara Souza da Silva Amorim

Coordenadora de Pagamento de Pessoal

Maria Inês Finger Martins

Gerente de Remuneração Funcional

Renato Kraus

Coordenadora de Planejamento

Isabel Cristina Silveira de Sá

Gerente de Informações e Projetos

Luís Morais Neto

Coordenador de Processos e Informações Jurídicas

Denis Moreira Cunha

Gerente Operacional de Tramitação e Informação de Processos

Larisse Silva Roman

Coordenadora de Recursos Humanos

Emanuella Koerich Zappelini

Gerente de Cadastro e Informações Funcionais

Thiagus Mateus Batista

Gerente de Atenção à Saúde

Anarrosa Garcia Silveira

Gerente de Desenvolvimento de Pessoas

Andreas Jumes

Gerente de Estágio

André Luiz Grams

Gerente de Legislação de Pessoal

Walter Ernesto Etchelar Bálsamo

Coordenador de Tecnologia da Informação

Oldair Zanchi

Gerente de Desenvolvimento

Giorgio Santos Costa Merize

Gerente de Rede e Banco de Dados

Rodrigo Grumiche Silva

Gerente de Suporte

Rodrigo de Souza Zeferino

Gerente de Processos Jurídicos Digitais

Paulo Cesar Allebrandt

Coordenador de Engenharia e Arquitetura

Fabício Kremer de Souza

Gerente de Manutenção

Guilherme da Luz Daros

Gerente de Logística

Ricardo Alexandre Oliveira

Coordenador de Informação Social

Christian Rosa

Corregedoria-Geral do MPSC**Coordenador de Acompanhamento Funcional**

Jair Alcides dos Santos

Coordenadora de Serviços Administrativos e Controle Disciplinar

Berenice Chaves Gomes

Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**Gerente de Acompanhamento dos Fundos Especiais**

Keli Soares de Anhaia

Centro de Apoio Operacional Técnico**Gerente de Análise Multidisciplinar**

Fábio Rogério MatiuZZi Rodrigues

Gerente de Análise Contábil

Douglas da Silveira

Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional**Gerente de Biblioteca**

Andrea Aparecida Silva

Gerente de Publicações e Revisões

Lucia Anilda Miguel

Gerente de Capacitação e Aperfeiçoamento

Denise da Cunha Heineck

Promotores de Justiça

Entrância Especial

Ernani Dutra
Donaldo Reiner
Saulo Torres
Moacir José Dal Magro
James Faraco Amorim
Paulo Roberto Luz Gottardi
Janir Luiz Della Giustina
Neori Rafael Krah
Abel Antunes de Mello
Leonardo Felipe Cavalcanti Lucchese
Carlos Henrique Fernandes
Davi do Espírito Santo
César Augusto Grubba
Rui Carlos Kolb Schieffler
Henrique Limongi
Ary Capella Neto
Kátia Helena Scheidt Dal Pizzol
Hélio José Fiamoncini
André Fernandes Indalencio
Paulo Antonio Locatelli
Alex Sandro Teixeira da Cruz
Cid Luiz Ribeiro Schmitz
Protásio Campos Neto
Rosemary Machado Silva
Vera Lúcia Coro Bedinoto
Flávio Duarte de Souza
Marcelo Truppel Coutinho
Margaret Gayer Gubert Rotta
Ângela Valença Bordini
Ricardo Marcondes de Azevedo
Miguel Luís Gnigler
Marcelo Wegner
Alexandre Reynaldo de Oliveira Graziotin
Sérgio Ricardo Joesting
Andreas Eisele
Leonardo Henrique Marques Lehmann
Gustavo Mereles Ruiz Diaz
Fernando Linhares da Silva Júnior
Maristela Nascimento Indalencio
Thais Cristina Scheffer
Darci Blatt
Maury Roberto Viviani
Eduardo Paladino
Júlio César Mafra
Isaac Newton Belota Sabbá Guimarães
Felipe Martins de Azevedo
Daniel Paladino
Francisco de Paula Fernandes Neto
Luis Eduardo Couto de Oliveira Souto
Vânia Augusta Cella Piazza
Fabiano David Baldissarelli
Assis Marciel Kretzer
Joubert Odebrecht

Andrey Cunha Amorim
Julio André Locatelli
Marcelo Brito de Araújo
Juliana Padrão Serra de Araújo
Rafael de Moraes Lima
Luiz Augusto Farias Nagel
Joel Rogério Furtado Júnior
Rogério Ponzi Seligman
Helen Crystine Corrêa Sanches
Geovani Werner Tramontin
George André Franzoni Gil
Kátia Rosana Pretti Armange
Luciano Trierweiller Naschenweng
Rosangela Zanatta
Cristina Balceiro da Motta
Anelize Nascimento Martins Machado
Fabrício Nunes
Nazareno Bez Batti
Affonso Ghizzo Neto
Celso Antonio Ballista Junior
Fabrício José Cavalcanti
Marcelo Gomes Silva
Diana Spalding Lessa Garcia
Fabiano Henrique Garcia
Wilson Paulo Mendonça Neto
Benhur Poti Betiolo
Fernando da Silva Comin
Silvana Schmidt Vieira
Ana Paula Cardoso Teixeira
Alexandre Piazza
Ricardo Paladino
Hélio Sell Júnior
Carlos Alberto Platt Nahas
Jackson Goldoni
Luciana Rosa
André Otávio Vieira de Mello
Maurício de Oliveira Medina
Jádel da Silva Júnior
Márcia Aguiar Arend
Raul de Araujo Santos Neto
Vera Lúcia Butzke
Cláudia Mara Noll
Debora Wanderley Medeiros Santos
Rosan da Rocha
Ricardo Luis Dell'Agnolo
Álvaro Luiz Martins Veiga
Andréa da Silva Duarte
Alexandre Wiethorn Lemos
Mário Vieira Júnior
Sandro Ricardo Souza
Sandro de Araujo
Jonnathan Augustus Kuhnen
Maria Amélia Borges Moreira Abbad
Gilberto Polli
João Carlos Teixeira Joaquim
Ricardo Figueiredo Coelho Leal
José de Jesus Wagner

Jean Michel Forest
 Osvaldo Juvenio Cioffi Junior
 Rodrigo Silveira de Souza
 Amélia Regina da Silva
 Milani Maurílio Bento
 Gustavo Wiggers
 Alvaro Pereira Oliveira Melo
 Marcelo Mengarda
 Simone Cristina Schultz Corrêa
 Luiz Fernando Gôes Ulysséa
 Rafael Alberto da Silva Moser
 Fábio Fernandes de Oliveira Lyrio
 Alan Boettger
 Max Zuffo
 Mauro Canto da Silva
 Caio César Lopes Peiter
 Marcus Vinícius Ribeiro de Camillo
 Havah Emilia Piccinini de Araújo Mainhardt
 Vânia Lúcia Sangalli
 Odair Tramontin
 Adalberto Exterkötter
 Cléber Augusto Hanisch
 Giovanni Andrei Franzoni Gil
 Heloisa Melo Enns
 Renee Cardoso Braga
 Roberta Mesquita e Oliveira Tauscheck
 Deize Mari Oechsler
 Leonardo Todeschini
 Luis Suzin Marini Júnior
 Wagner Pires Kuroda
 Cristian Richard Stahelin Oliveira
 Jadson Javel Teixeira
 Marcelo de Tarso Zanellato
 Caroline Moreira Suzin
 Guilherme Luis Lutz Morelli
 Luciana Uller Marin
 Jean Pierre Campos
 Rodrigo Cunha Amorim
 Aristeu Xenofontes Lenzi
 José Eduardo Cardoso
 Alexandre Schmitt dos Santos
 Cristina Costa da Luz Bertocini
 Rodrigo Millen Carlin
 Gustavo Viviani de Souza
 Márcio Conti Junior
 Aurélio Giacomelli da Silva
 Alexandre Carrinho Muniz
 Ricardo Viviani de Souza
 Susana Perin Carnaúba
 Andréa Machado Speck
 Daniel Westphal Taylor
 Murilo Adaghinari
 Marcio André Zattar Cota
 Cristiano José Gomes
 Rafael Meira Luz
 Fabrício Franke da Silva
 Eduardo Chinato Ribeiro

André Teixeira Milioli
 Fernanda Crevanzi Vailati
 Tatiana Rodrigues Borges Agostini
 Samuel Dal-Farra Napolini
 Belmiro Hanisch Júnior
 Carlos Eduardo Cunha
 Carlos Renato Silvy Teive
 Cristine Angulski da Luz
 Eduardo Sens dos Santos
 Germano Krause de Freitas
 Júlio Fumo Fernandes
 Diógenes Viana Alves
 Henrique da Rosa Ziesemer
 Diego Rodrigo Pinheiro
 Mônica Lerch Lunardi
 Alexandre Estefani
 Henrique Laus Aieta
 Arthur Koerich Inacio
 Marcio Rio Branco Nabuco de Gouvêa
 Cesar Augusto Engel
 André Braga de Araújo
 Alessandro Rodrigo Argenta
 Felipe Prazeres Salum Müller
 Elaine Rita Auerbach
 Marcelo Sebastião Netto de Campos
 Aline Dalle Laste
 Roberta Magioli Meirelles
 Anderson Adilson de Souza
 Caroline Cristine Eller
 Fernanda Broering Dutra
 Patrícia Dagostin Tramontin

Entrância Final

Maria Regina Dexheimer Lakus Forlin
 Alexandre Daura Serratine
 Pedro Roberto Decomain
 Eraldo Antunes
 Karla Bárdio Meirelles
 José Orlando Lara Dias
 João Carlos Linhares Silveira
 Laudares Capella Filho
 Sandra Goulart Giesta da Silva
 José Renato Côrte
 Rodrigo Kurth Quadro
 Marco Antonio Schütz de Medeiros
 Alicia Henrique Hirt
 Andrea Gevaerd
 Ana Cristina Boni
 Jorge Eduardo Hoffmann
 Cássio Antonio Ribas Gomes
 Marcionei Mendes
 João Alexandre Massulini Acosta
 Carla Mara Pinheiro
 Raul Gustavo Juttel
 Glaucio José Riffel



Luciana Schaefer Filomeno
Luiz Mauro Franzoni Cordeiro
Fred Anderson Vicente
Maycon Robert Hammes
Larissa Mayumi Karazawa Takashima Ouriques
Eder Cristiano Viana
Débora Pereira Nicolazzi
Giselli Dutra
Marcio Gai Veiga
Andréia Soares Pinto Favero
Chimelly Louise de Resenes Marcon
Andreza Borinelli
Daniel Granzotto Nunes
Caroline Cabral Zonta
Greícia Malheiros da Rosa Souza
Guilherme Schmitt
Rodrigo Andrade Viviani
Carlos Eduardo Tremel de Faria
Ariadne Clarissa Klein Sartori
Gabriel Ricardo Zanon Meyer
Giancarlo Rosa Oliveira
Luis Felipe de Oliveira Czesnat
Nilton Exterkoetter
Maria Cristina Pereira Cavalcanti Ribeiro
Gláucio José Souza Alberton
Fabiano Francisco Medeiros
Cristina Elaine Thomé
Lara Peplau
Graziele dos Prazeres Cunha
Lenice Born da Silva
Caroline Sartori Velloso Martinelli
Kariny Zanette Vitoria
Barbara Elisa Heise
Márcia Denise Kandler Bittencourt Massaro
Marina Modesto Rebelo
Claudine Vidal de Negreiros da Silva
Luciana Cardoso Pilati Polli
Candida Antunes Ferreira
Cristhiane Michelle Tambosi Fiamoncini Ferrari
Guilherme Brodbeck
Gilberto Assink de Souza
Cyro Luiz Guerreiro Júnior
Alan Rafael Warsch
Rodrigo Cesar Barbosa
Marcelo Francisco da Silva
Fernando Wiggers
Diego Roberto Barbiero
Felipe Schmidt
Roberta Ceolla Gaudêncio de Moraes
Júlia Wendhausen Cavallazzi
Átila Guastalla Lopes
Lara Zappelini Souza
Marcela Hülse Oliveira
Viviane Soares
Rafael Pedri Sampaio
Tehane Tavares Fenner
Simão Baran Junior

Douglas Roberto Martins
Joaquim Torquato Luiz
Maria Claudia Tremel de Faria
Marcus Vinicius de Faria Ribeiro
Diana da Costa Chierighini
Ana Elisa Goulart Lorenzetti
Guilherme André Pacheco Zattar
Rejane Gulate Queiroz Beilner
Daniele Garcia Moritz
Fernando Rodrigues de Menezes Júnior
Marcos Augusto Brandalise
Cristiane Weimer
Carlos Alberto da Silva Galdino
Felipe Nery Alberti de Almeida
Marcos Batista De Martino
Marcela de Jesus Boldori Fernandes
Luis Otávio Tonial
Pablo Inglês Sinhori
Camila Vanzin Pavani
Tiago Davi Schmitt
Rachel Urquiza Rodrigues de Medeiros
Filipe Costa Brenner
Jaisson José da Silva
João Luiz de Carvalho Botega
Julia Trevisan de Toledo Barros
Bruno Bolognini Tridapalli
Francieli Fiorin
Rafaela Denise da Silveira
Diogo Luiz Deschamps
Fabrício Pinto Weiblen
Roberta Trentini Machado Gonçalves
João Paulo de Andrade
Elias Albino de Medeiros Sobrinho
Bruna Gonçalves Gomes
Marcela Pereira Geller

Entrância Inicial

Silvana do Prado Brouwers
Cláudio Everson Gesser Guedes da Fonseca
Ernest Kurt Hammerschmidt
Mirela Dutra Alberton
Elizandra Sampaio Porto
Fabiana Mara Silva Wagner
Fernando Guilherme de Brito Ramos
Juliana Ramthun Frasson
Symone Leite
Ana Paula Destri Pavan
Ana Laura Peronio Omizzolo
Pedro Lucas de Vargas
Alexandre Volpatto
Vinicius Secco Zoponi
Raquel Betina Blank
Michel Eduardo Stechinski
Cleber Lodetti de Oliveira
José Geraldo Rossi da Silva Cecchini



Renato Maia de Faria
Djônata Winter
Renata de Souza Lima
Matheus Azevedo Ferreira
Mariana Pagnan da Silva
Marciano Villa
Leandro Garcia Machado
Joel Zanelato
Lia Nara Dalmutt
Naiana Benetti
Maria Fernanda Steffen da Luz Fontes
Luis Felipe Fonseca Católico
Edisson de Melo Menezes
Diogo André Matsuoka Azevedo dos Santos
Leonardo Fagotti Mori
Rafael Fernandes Medeiros
Bianca Andrighetti Coelho
Larissa Zomer Loli
Thiago Madoenho Bernardes da Silva
Danielle Diamante
João Paulo Bianchi Beal
Juliana Degraf Mendes
Thiago Alceu Nart
Marcos Schlickmann Alberton
Dimitri Fernandes
Leonardo Cazonatti Marcinko
Eliatar Silva Junior
Thiago Napolini Berenhauser
Francisco Ribeiro Soares
Flávio Fonseca Hoff
Sandra Fajtlowicz Sachs
Luísa Zuardi Niencheski
Raísa Carvalho Simões Rollin
Guilherme Brito Laus Simas
Rafaela Vieira Bergmann
Roberta Seitenfuss

Substitutos

Raul Rogério Rabello
Henriqueta Scharf Vieira
Mário Waltrick do Amarante
Vanessa Wendhausen Cavallazzi
Analú Librelato Longo
Thiago Carriço de Oliveira
Luiz Fernando Fernandes Pacheco
Alceu Rocha
Leticia Baumgarten Filomeno
Daniel da Costa Rabello
Isabela Ramos Philippi
Geruza Isoton
Bartira Soldera Dias
Rodrigo Dezengrini
André Barbuto Vitorino
Marcelo José Zattar Cota
Ariane Bulla Jaquier

Augusto Zanelato Júnior
Chrystopher Augusto Danielski
Marcio Vieira
Iara Klock Campos
Lucas dos Santos Machado
Paulo Henrique Lorenzetti da Silva
Felipe Brüggemann
Alexandre Penzo Betti Neto
Saulo Henrique Aléssio Cesa
Ana Luisa de Miranda Bender Schlichting
Rene José Anderle
Guilherme Back Locks
Ana Carolina Ceriotti
Douglas Dellazari
Aline Boschi Moreira
Luan de Moraes Melo
Fernanda Morales Justino
Guilherme Luiz Dutra
Cristina Nakos
Caroline Regina Maresch
Karen Damian Pacheco Pinto
Mateus Erdtmann
Daianny Cristine Silva Azevedo Pereira
Antonio Junior Brigatti Nascimento
Marco Antonio Frassetto
Rafaela Mozzaquattro Machado
Fernanda Priorelli Soares Togni
Victor Abras Siqueira
Leticia Vinotti da Silva
Marta Fernanda Tumelero
Luciana Leal Musa

